

Queremos contribuir para o progresso das pessoas e das empresas
We want to contribute to the progress of individuals and businesses



Relatório e Contas

Report and Accounts

2014

Demonstrações Financeiras Consolidadas
Consolidated Financial Statements

Índice

Index

Principais Indicadores <i>Key Indicators</i>	p.3
Órgãos Sociais <i>Governing Bodies</i>	p.4
Mensagem do Presidente da Comissão Executiva <i>Message from the Chief Executive Officer</i>	p.5
1. Relatório do Conselho de Administração <i>Board of Directors Report</i>	p.10
2. Demonstrações Financeiras Consolidadas <i>Consolidated Financial Statements</i>	p.51
3. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas <i>Annex to the Consolidated Financial Statements</i>	p.56
4. Relatório e Certificação Legal <i>Report and Statutory Audit</i>	p.115
5. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal <i>Report and Opinion of the Statutory Audit Board</i>	p.119
6. Disciplina de Mercado <i>Market Discipline</i>	p.121
7. Transparência da Informação e Valorização dos Ativos <i>Transparency of Information and Asset Valuation</i>	p.152
8. Relatório de Estrutura e Práticas de Governo Societário <i>Structure Report and Corporate Governance Practices</i>	p.163

Principais Indicadores

Key Indicators

2014

2013

Variation

Net Assets Balance	861 699	944 767	-8,8%
Loan to customers balance (gross)	881 930	900 876	-2,1%
Loan to customers balance (net)	809 910	842 543	-3,9%
Equity	142 883	139 002	2,8%
Annual volumes financed	239 503	201 618	18,8%
Net interest margin	38 314	38 355	-0,1%
Operating Income	52 204	51 831	0,7%
Operating expenses	22 418	22 111	1,4%
Net attributable profit	9 516	6 261	52,0%
Net attributable profit per share (in cents)	14,3	9,4	52,0%
(Operating expenses + Depreciations) / Operating Income (1)	42,9%	42,7%	0,0 p.p.
Personnel Expenses / Operating Income (1)	15,1%	15,2%	0,0 p.p.
Individual BIS ratio (1)	15,0%	16,0%	-0,1 p.p.
Individual BIS core tier 1 ratio (1)	15,0%	15,6%	0,0 p.p.
Consolidated BIS ratio (1)	17,4%	17,5%	0,0 p.p.
Consolidated BIS core tier 1 ratio (1)	17,4%	17,1%	0,0 p.p.
Operating Income/ Average net assets balance (1)	5,8%	5,1%	0,1 p.p.
ROA (average)	1,1%	0,6%	0,7 p.p.
Profit before taxes and minority interests/ Average net assets balance (1)	1,7%	1,0%	0,6 p.p.
ROE (average)	6,8%	4,5%	0,5 p.p.
Profit before taxes and minority interests/ Average equity balance (1)	10,7%	7,5%	0,4 p.p.
Non Performing loans / Total loans to customers gross balance (2)	6,5%	5,8%	0,1 p.p.
Non Performing loans, net of impairment / Total loans to customers net balance (2)	-0,7%	0,5%	-2,3 p.p.
Impairment and provisions balance/Non Performing loans balance	134,6%	117,7%	0,1 p.p.
Staff number	168	171	-1,8%

(1) - Calculations according with Instrução no. 23/2007 from Bank of Portugal

(2) - Calculations according with Circular 02/2014 from Bank of Portugal

in Thousand Euros

Órgãos Sociais

Governing Bodies

Mesa da Assembleia Geral / General Meeting

Presidente / *Chairman:*

Henrique Reynaud Campos Trocado

Secretário / *Secretary:*

Sara Larcher

Secretário Suplente / *Alternate Secretary:*

Teresa Maria Leite Brito da Silva Vasconcelos Mota

Conselho de Administração / Administrative Council

Presidente / *Chairperson:*

Inês Serrano Gonzalez

Vogais / *Members:*

Henrique Carvalho e Silva

David Turiel Lopez

Luis Filipe Pires Ferreira

José Maria Martin Prada

Comissão Executiva / Executive Committee:

Presidente / *Chairman:*

Henrique Carvalho e Silva

Vogais / *Members:*

Inês Serrano Gonzalez

Luis Filipe Pires Ferreira

José Maria Martin Prada

Conselho Fiscal / Audit Committee:

Presidente / *Chairman:*

Diogo José Paredes Leite de Campos

Membros efetivos / *Effective Members:*

Susana Teresa Baptista Nunes Cirera Soutelinho

Manuel António Amaral Franco Preto

Membro suplente / *Alternate Member:*

Carla Sofia Simões da Costa Silva

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas / Audit Firm:

Deloitte & Associados, SROC, SA, representada por Paulo Fernandes, SROC nº 43;

Secretário da Sociedade / Company Secretary:

Efetivo / *Effective:*

Sara Larcher

Suplente / *Alternate:*

Teresa Maria Leite Brito da Silva Vasconcelos Mota

Comissão de Remunerações / Remuneration Committee

David Turiel Lopez

Sandra Faustino Sevinate Pinto

Mensagem do Presidente da Comissão Executiva

Message from the Chief Executive Officer



"Uma referência para o novo desígnio Estratégico do Grupo que se quer assumir como um **Banco cada vez mais Simples, Pessoal e Justo para os seus clientes**, mas também para os seus colaboradores e acionistas. Este é seguramente o grande repto que o Grupo tem pela frente..."

*"A reference for the new Strategic objective of the Group, that wants to be recognized as a **Bank increasingly more simple, Personal and Fair for its customers**, but also for its employees and shareholders. This is surely the big challenge the Group is facing..."*

O ano de 2014 ficou marcado pela inversão do ciclo económico nas Economias Desenvolvidas e pela consolidação da estabilização dos Mercados Financeiros. Ao nível do Mundo Ocidental o ciclo de crescimento é liderado pelos EUA e pelo Reino Unido que apresentaram crescimentos do PIB já claramente acima de 2%, enquanto o Velho Continente luta ainda para consolidar a tendência de crescimento com algumas assimetrias entre Países, sendo que os reformadores – Irlanda, Espanha e Portugal – se encontram claramente no grupo mais dinâmico.

Por seu turno, nas Economias Emergentes começaram a surgir alguns sinais de preocupação, nomeadamente na Rússia e no Brasil e globalmente verificou-se um abrandamento da taxa de crescimento do PIB para 4.4% impulsionados pela China, Ásia e África.

Portugal terminou 2014 com um crescimento do PIB muito próximo de 1%, com a crescente dinâmica assente ainda num bom comportamento das exportações e na recuperação do investimento e do consumo privado Interno. Este último indicador foi o principal motivo pelo qual houve um crescimento já acentuado das Importações (6%), o que coloca maior pressão sobre as exportações e sobre a Balança Comercial, equilíbrios essenciais para um crescimento sustentado e para o progressivo equilíbrio das contas externas e consequente diminuição da elevada dívida.

Contudo, Portugal recuperou grande parte da competitividade perdida na década de 2000, resultado do Programa de Intervenção Externa, da diminuição dos custos do fator trabalho e das reformas estruturais implementadas, beneficiando agora ainda da preciosa ajuda da queda do preço do petróleo e do Euro, o que deverá permitir continuar a beneficiar da crescente competitividade externa e do crescimento sustentado das exportações.

Esta tendência tem vindo a ter um reflexo direto e crescente na confiança quer dos agentes internos (consumidores e tecido empresarial), quer ainda dos agentes externos, com os mercados a reconhecerem o enorme esforço efetuado, traduzindo-se numa diminuição das yields da Dívida Pública, na abertura dos mercados à emissão de dívida de empresas privadas e no próprio investimento direto com origem no exterior, que começa a apresentar uma dinâmica muito interessante. Veja-se o interesse no Programa de Privatizações, ao nível do Turismo (crescimento de 14%) e, por exemplo no mercado imobiliário.

O Grupo Santander beneficiou claramente da consolidação do ciclo económico e cresceu em volume de negócios em quase todas as geografias onde está presente, 17 Países com atividade de Banca Comercial de Retalho, dos quais 10 geografias com relevância significativa. Os resultados líquidos voltaram a crescer 39% para 5.8 mil milhões de Euros, com um peso da distribuição e diversificação geográfica determinantes para a sustentabilidade destes resultados, aportando a América Latina cerca de 30% dos resultados, dos quais o Brasil com 19%, a Europa Continental 27% (dos quais Espanha com 14%), Reino Unido 19% e Estados Unidos 10%.

The year of 2014 was marked by a turn in the economic cycle of the Developed Economies and by a consolidation of the offset of the Financial Markets. In the Western World the growth cycle is led by the USA and the United Kingdom, which show a GDP growth noticeably above 2%, while the Old Continent still struggles to consolidate the growth tendency with some differences between the Countries, although the reformers – Ireland, Spain and Portugal – are clearly found in the most dynamic group.

On the other hand, the Emerging Economies started to show some signs of concern, namely Russia and Brazil, and it was globally noticeable a slowdown of the growth rate of the GDP to 4.4% boosted by China, Asia and Africa.

Portugal ended 2014 with a GDP growth very close to 1%, with the growing dynamic still based on the good behavior of exports and on the investment and domestic private consumption recovery. This last indicator was the main reason why there was a sharp rise in the growth of Imports (6%), which creates a greater pressure on exports and on the Trade Balance that are essential strengths for a sustained growth and for the progressive balance of the external accounts and consequent decrease of the high debt.

However, Portugal has recovered a great part of the competitiveness lost in the decade of 2000 as a result of the External Intervention Program, the decrease in costs of the work factor and the implemented structural reforms, now benefitting from the precious help of the fall in oil prices and in the Euro, which will allow the country to continue to benefit from the growing external competitiveness and from the sustained growth of exports.

This tendency has been having a direct and increasing reflection on the trust of the internal factors (consumers and business fabric), as well as on the external factors with the markets recognizing the big effort that was made, which means a decrease of the yields of the Public Debt, an opening of the markets to the issuing of private companies' debt and a direct own investment from the outside, that is starting to show a very interesting dynamic. Let's take as an example the interest in the Privatization Program, in the area of Tourism (growth of 14%) and in real estate.

Santander Group has clearly benefitted from the consolidation of the economic cycle and has grown in turnover in almost all the regions where it is established, 17 Countries with activity in the Commercial Retail Banking, from which 10 regions with some significant relevance. The net profits have increased again 39% to 5.8 billion Euros, which denotes a decisive weight in distribution and geographic diversification to the sustainability of these profits. South America took 30% of the profits, from which Brazil had 19%, Continental Europe 27% (from which Spain had 14%), United Kingdom 19% and the United States 10%.

O Grupo Santander possui a maior rede de balcões do Mundo e caracteriza-se por possuir um modelo de riscos e de negócios muito conservador, o que nesta altura permite manter indicadores muito melhores do que as médias de mercado, de forma sistemática e em praticamente todos os mercados onde está presente, assim como uma grande eficiência na operação, comparando muito favoravelmente com a concorrência e com as médias de mercado no que respeita a produtividade, ou "Cost- to-Income".

Por seu turno, a Divisão de Crédito ao Consumo opera em 13 Países, é líder de mercado e apresentou um Resultado anual de 1,0 Milhões de Euros, representando esta Divisão um peso de 12% nos resultados do Grupo. É de realçar ainda que a Divisão de Crédito ao Consumo do Grupo tem uma gestão autónoma e especializada e apresenta rentabilidades muito acima da média do conjunto, associado a um prémio de risco abaixo da média e a uma melhor eficiência em custos.

No que respeita a Portugal, os mercados em que o Banco opera tiveram um comportamento já de crescimento relativamente acentuado e em franca recuperação, mas distinto de segmento para segmento (+33,5% no Segmento de financiamento de Auto Novos, +18% em Auto Usados e +12% em Consumo). Por seu turno, o mercado automóvel de viaturas novas foi de 169 mil viaturas, o que representa uma evolução positiva de 36,2%.

Nos principais mercados onde atua, o BSCP ocupa uma posição entre os primeiros operadores, assumindo uma quota de mercado global de 11,7% e a 3ª posição entre os Bancos especializados em crédito ao consumo, tendo a nova produção sido de 239,5 Milhões de Euros, o que representa um crescimento de 19% face ao ano anterior. No financiamento de viaturas novas, com mais de 15% de quota de mercado (e cerca de 22% no segmento de particulares), o modelo de negócios do Banco baseia-se em alavancar o crescimento da atividade em Acordos de Marca, que temos vindo a aprofundar ao acrescentar novos Acordos e Parcerias ao nível da Distribuição. A este nível as perspectivas são francamente animadoras, já que alargamos o perímetro de atuação e lançamos as bases para uma fase de forte crescimento, beneficiando ainda de um potencial imenso de crescimento do próprio mercado de viaturas, antes de este atingir volumes considerados de normalidade para uma Economia como a Portuguesa em termos de maturidade e desenvolvimento, tendo em consideração a dimensão da população, poder de compra e antiguidade da frota automóvel.

Já no mercado de financiamento de viaturas usadas o Banco detém cerca de 12,5% de quota de mercado, tendo 2014 sido um ano de consolidação deste segmento de negócio no Banco, com progressos qualitativos importantes ao nível do aprofundamento da relação na rede de parceiros não franchisados.

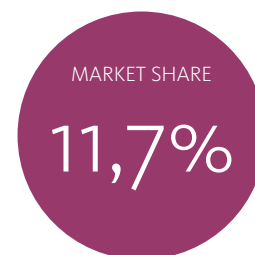
Santander Group owns the largest branch network in the World and is characterized by a very conservative risk and business model that, at this time, allows much better indicators than the market averages, in a systematic way and in virtually all the markets where it is present, as well as a great transaction efficacy, being favorably compared with the competitors and with the market averages in terms of productivity or Cost-to-Income.

In turn, the Consumer Credit Division operates in 13 Countries, is a market leader and presented an annual Income of 1,0 Million Euros, which determines that this Division has a weight of 12% in the Group's income. It should be noted that the Consumer Credit Division has an independent and specialized management and it shows a profitability that is higher than the average for the whole, associated to a risk premium below the average and to a better cost efficiency.

As far as Portugal is concerned, the markets in which the Bank operates have already presented a relatively sharp rise behavior that is in clear upturn, but that it is different from segment to segment (+33,5% in the New Car financing segment, +18% in Used Cars and +12% in Consumer Durables). On the other hand, the car market of new vehicles was constituted by 169 thousand vehicles, which represents a positive evolution of 36,2%.

In the main markets where it operates, the BSCP holds a position among the first operators, assuming a global market share of 11,7% and the 3rd position among the Banks specialized in consumer credit, presenting 239, 5 Million Euros of new production, which represents a growth of 19% when compared to the previous year. In the financing of new vehicles, with more than 15% of market share (and about 22% in the segment of individuals), the Bank's business model is based on leverage the growth of the activity in Brand Agreements, which has been developed through new Agreements and Partnerships at distribution level. At this level the prospects are very encouraging, since the performance perimeter has been widen and the bases for a strong growth have been set, benefitting also from a vast potential of increasing the vehicle market itself, before it achieves volumes considered normal for an economy like the Portuguese in terms of maturity and development, taking in consideration the population dimension, buying power and age of the fleet of cars.

Regarding the used vehicles financing market the Bank holds approximately 12,5% of market share. 2014 was a year of consolidation for this business segment of the Bank, with important qualitative progresses in terms of expanding the network of non-franchised partners.



Finalmente, o Banco detém ainda uma posição de liderança no segmento das Motos com quase 32% de quota de mercado e está presente ainda nos mercados de bens duradouros e de cartões de crédito co-branded, onde efetuou um importante investimento numa nova plataforma, a partir da qual tem a ambição de construir outra importante fonte de negócio.

Gostaria de realçar ainda outros importantes indicadores:

·Ao nível dos indicadores de Risco, a Variação da Morosidade de Gestão foi negativa em 1,7 Milhões de Euros o que justifica que o prémio de risco da atividade do Banco se tenha situado em terreno negativo, um valor histórico para o Banco e claramente o melhor indicador do setor e do mercado; ao mesmo tempo foi significativamente reforçado o grau de cobertura dos valores em morosidade de gestão por provisões para 130%;

·Num contexto de expansão do negócio e crescimento de perímetro, mantivemos o foco na gestão dos custos, permitindo melhorar o rácio de "Cost-to-Income" e iniciar o caminho da recuperação dos níveis de eficiência alcançados no período pré-crise, existindo a ambição clara de voltarmos a ser benchmark nesta matéria;

·Também ao nível da gestão financeira foi possível prosseguir no caminho da melhoria da margem financeira, resistindo à pressão de baixa de taxas, por um lado, e efetuando uma eficiente gestão dos custos financeiros, procurando capitalizar em todas as oportunidades de mercado, tendo a Margem Bruta e evoluído para 5,85%, uma evolução superior a 14%;

·Por último, de realçar que o Banco voltou a reforçar o seu nível de capitalização, tendo agora um Rácio de Core Tier I (BIS II) superior a 17,4%.

O Banco inicia, assim um novo Ciclo de expansão de mercado numa posição muito reforçada, com indicadores de enorme qualidade e robustez, o que deve constituir um motivo de grande satisfação e ânimo para todos os Stakeholders: **Parceiros, Colaboradores e Acionistas do Banco.**

2014 constituiu o 1º ano de crescimento do Volume de Negócios do Banco, depois de 3 longos anos de acentuada queda. Apesar do crescimento do Volume de Negócios já acentuado e do excelente comportamento dos restantes indicadores, não foi ainda possível inverter a tendência de decréscimo do Ativo e do Saldo de Crédito concedido, tendo-se atingido, contudo, a sua estabilização e sendo já mais do que certa a inversão desta tendência, de forma clara, em 2015. Acresce, ainda, que o período negativo do Ciclo económico serviu não só para cuidar da casa e reforçar o nosso Balanço, como ainda para semear e apostar em novas relações comerciais a crescer às fortes Parcerias já existentes. Iniciamos, pois, esta nova fase com uma posição competitiva reforçada pelo alargamento significativo do perímetro de negócio, sendo que algumas das novas importantes parcerias ainda não deram os primeiros passos e, consequentemente, ainda temos todo o seu potencial por explorar.

Finally, the Bank also holds a leadership position in the segment of Motorbikes with almost 32% of market share and it is present in the markets for durables goods and co-branded credit cards, where it has made an important investment in a new platform, from which it has the ambition of creating another important source of business.

It is also significant to highlight other important indicators:

·Regarding the indicators of Risk, the Variation of Lengthy Management was negative in 1,7 Million Euros which justifies the fact that the risk premium of the Bank's activity was in a negative area, a historic value for the Bank and clearly the best indicator of the sector and of the market; At the same time the coverage degree of the values in lengthy management by provisions was significantly reinforced to 130%;

·In a context of business expansion and perimeter growth, the focus was kept on the cost management, allowing to improve the Cost-to-Income ratio and to start the path to recovery of the efficacy levels achieved in the pre-crisis period, maintaining the clear ambition of going back to being benchmark in this matter;

·Likewise at the financial management level it was possible to continue on the path to improve the financial margin, resisting the pressure of the decrease of the rates, on one side, and carrying out an efficient management of the financial costs, trying to capitalize on all the market opportunities, being that the Operating Income grew to 5,85%, an evolution of more than 14%;

·Lastly, it is to be noted that the Bank has reinforced again its capitalization level, the Core Tier I (BIS II) ratio being now more than 17,4%.

Thus the Bank starts a new Cycle of market expansion in a reinforced position, with very good quality and solid indicators, which should be reason of satisfaction and encouragement for all the Stakeholders: **Partners, Employees and Bank's Shareholders.**

2014 was the first year of growth of the Bank's new business volumes after 3 long years of sharp fall. Despite the already sharp increase in business volume and the excellent behavior of the remaining indicators, it has not yet been possible to reverse the decrease tendency of the assets balance, achieving, however, its stabilization and being more than certain the reversal of this tendency, clearly, in 2015. Moreover, the negative period of the economic cycle was useful not only to take care of the house and to reinforce our Mission, but also to plant and focus on new commercial relationships to add to the already existent strong Partnerships. Hence, we start this new stage with a competitive position strengthened by the significant widening of the business perimeter, even if some of the important new partnerships have not yet taken their first steps and, consequently, we still have all their potential to explore.



Uma referência para o novo desígnio Estratégico do Grupo que se quer assumir como **um Banco cada vez mais Simples, Pessoal e Justo para os seus clientes**, mas também para os seus colaboradores e acionistas. Este é seguramente o grande repto que o Grupo tem pela frente, mas simultaneamente a sua Visão e Posicionamento Estratégica de Futuro. Trata-se de um repto porque o contexto de exigência Regulamentar e do Consumidor se tornou imensamente mais complexo e exigente, mas simultaneamente a nossa Visão de futuro e a nossa ambição, porque **a combinação de produtos e soluções Simples, de atenção pessoal e de uma oferta justa e equilibrada ao cliente**, são a melhor resposta para essa complexidade e exigência!

Termino numa nota de grande confiança relativamente ao futuro do Banco, baseada no entusiasmo que resulta do início de um Ciclo de crescimento económico e de mercado, que se perspetiva sustentado e mais equilibrado, mas também da posição de enorme solidez de que partimos e do potencial imenso que resulta do conjunto de parcerias únicas que possuímos. Com os Parceiros que temos, com a qualidade da equipa e dos Colaboradores que dispomos, associados à solidez do Banco e do Acionista, estou absolutamente convicto de que vamos construir um futuro cada vez melhor para todos.

Henrique Salema de Carvalho e Silva
Presidente da Comissão Executiva

A reference for the new Strategic objective of the Santander Group, that wants to be recognized as a Bank increasingly more Simple, Personal and Fair for its customers, but also for its employees and shareholders. This is surely the big challenge the Santander Group is facing, but simultaneously its Future Strategic Vision and Positioning. It is considered a challenge because the context of the Regulation and Consumer demands has become immensely more complex and tough, but simultaneously our Vision of the future and our ambition, because of the combination of products and Simple solutions, with a personal focus and a fair and balanced offer to the customer, is the best answer to that complexity and demand!

I will end this on a note of great confidence regarding the future of the Bank, based on the enthusiasm that comes from the beginning of a Cycle of economic and market growth, that is foreseen as more sustained and balanced, but also from the very solid position from where we start and from the great potential resulting from the set of one of a kind partnerships that we have. With the Partners that we comprise, with the quality of the team and employees that we have, associated with the solidity of the Bank and of the Shareholder, I am fully convinced that we will build a future increasingly better for everyone.

Henrique Salema de Carvalho e Silva
Presidente da Comissão Executiva

1

Relatório do Conselho de Administração

Board of Directors' Report

1.1. Síntese da Atividade do Exercício <i>Synthesis of The Annual Activity</i>	p.11
1.2. Enquadramento Macroeconómico <i>Macroeconomic Framework</i>	p.14
1.3. O Modelo de Negócio <i>The Business Model</i>	p.19
1.4. Mercados Automóvel e de Financiamento <i>Car And Financing Markets</i>	p.21
1.5. Negócio e Mercado Crédito ao Consumo <i>Business and Consumer Credit Market</i>	p.25
1.6. Negócio e Mercado de Cartões de Crédito <i>Business and Credit Card Market</i>	p.27
1.7. Evolução das Demonstrações Financeiras <i>Financial Statements Evolutions</i>	p.28
1.8. Gestão Financeira <i>Financial Management</i>	p.35
1.9. Gestão de Risco de Crédito <i>Credit Risk Management</i>	p.40
1.10. Recuperação de Crédito <i>Collections and Recoveries</i>	p.41
1.11. Tecnologia & Operações <i>Technology & Operations</i>	p.42
1.12. Legal e Compliance <i>Legal and Compliance</i>	p.44
1.13. Controlo Interno <i>Internal Control</i>	p.45
1.14. Recursos Humanos <i>Human Resources</i>	p.46
1.15. Proposta de Aplicação de Resultados <i>Results Distribution Proposal</i>	p.50

1.1

Síntese da Atividade do Exercício

Synthesis of The Annual Activity

O ano 2014 acentuou diversas melhorias que permitiram avançar para se ultrapassar a crise internacional, nomeadamente na sequência da implementação de reformas estruturais nas economias intervencionadas na Zona Euro. De facto, foram alcançados importantes objetivos na vertente económica e financeira, acentuaram-se os efeitos positivos do ajustamento, de que resultaram a expansão moderada da economia portuguesa e a contração do desemprego que, embora em desaceleração no final do ano, contribuiu para a expansão do consumo privado. A crise no sul da Europa começou a dissipar-se e contagiou a atividade dos países do norte, permitindo à Zona Euro entrar numa fase de crescimento moderado, após dois anos consecutivos de recessão na Europa e três em Portugal. Assim, a atividade do Banco Santander Consumer Portugal, em 2014, à semelhança de todas as instituições que operam no mercado do financiamento ao consumo, conheceu desenvolvimentos positivos que permitiram a inversão do ciclo, em resultado deste novo enquadramento macroeconómico.

O Banco registou, em 2014, um volume de financiamento a cliente final de 239,5 milhões de euros, que representa um crescimento de 18,8% face a 2013. Este resultado reflete o acréscimo de atividade na sequência do crescimento do consumo e do investimento, resultante da nova fase do ciclo económico. O Banco encerrou o ano na 3ª posição no mercado de financiamento de viaturas novas a cliente final, com 15,4% de quota acumulada a Dezembro, enquanto, no mercado de financiamento de viaturas usadas, foi alcançado um crescimento de 16,3% no volume financiado (compara com 17,6% de crescimento do mercado) que permitiu alcançar a 3ª posição, com 12,5% de quota de mercado.

As vendas a retalho no mercado automóvel – das quais depende parte muito significativa da atividade comercial do Banco – cresceram 36,2% em relação ao ano anterior, refletindo a recuperação da economia portuguesa, visível logo a partir do início do ano. Não obstante, é de salientar a manutenção de uma política de concessão de crédito rigorosa que permite equilibrar o perfil de risco e o retorno esperado das operações de crédito.

O Banco mantém a estratégia de desenvolvimento da linha de financiamento ao consumo por constituir uma oportunidade de angariação de clientes e diversificação do negócio. No entanto, no contexto vivido em 2014, o decréscimo do volume financiado (-27,2%) neste segmento é parcialmente explicado pela transferência de consumo para a área dos cartões de crédito.

The year of 2014 highlighted several improvements that allowed some progress to overcome the international crisis, namely following the implementation of structural reforms in the affected economies of the Euro Area. In fact, some important goals were achieved in terms of the economic and financial area, the positive effects of the adjustment were pointed, resulting in the moderate expansion of the Portuguese economy and the contraction of unemployment that, although it was slowing down by the end of the year, added to the expansion of the private consumption. The crisis in the south of Europe started to dissipate and it infected the activity in the northern countries, allowing the Euro Area to go into a moderate growing stage, after two straight years of recession in Europe and three in Portugal. Thus, the activity of Banco Santander Consumer Portugal (the "Bank"), in 2014, similarly to all the institutions that operate in the consumer finance market, has seen some positive developments that have permitted the reversal of the cycle, as a result of this new macroeconomic framework.

The Bank registered in 2014 a final customer financing volume of 239,5 million Euros, which represents a growth of 18,8% when compared with 2013. This result is a reflection of activity following the increase in consumption and investment resulting from the new stage of the economic cycle. The Bank ended the year in the 3rd position in the new vehicles finance market for final customers, with 15,4% of market share accumulated by December, while in the used vehicles market there was a growth of 16,3% in the financing volume (compared with 17,6% of market growth) which made the 3rd position possible, with 12,5% market share.

The retail sales in the car market – on which a very significant part of the Bank's commercial activity depends – have increased 36,2% when compared with the previous year, showing the recovery in the Portuguese economy, visible right from the beginning of the year. Even so, it is important to highlight the maintenance of a strict credit granting policy that leads to a balance of the risk profile and to the expected revenue from the credit transactions.

The Bank keeps a development strategy of the consumer financing line because it is an opportunity for gaining customers and to diversify the business. However, in the context lived in 2014, the decrease of the financed volume (-27,2%) in this segment is partially explained by the transfer from consumer to the credit card area.



A redução do volume de financiamento no consumo compara com um crescimento moderado de 4,7% do mercado que, ainda assim, resultou em 7,1% de quota em 2014 e permitiu alcançar o 4º lugar neste segmento de negócio, com apenas cinco concorrentes relevantes.

Perante um enquadramento propício ao incumprimento, o Banco manteve a estratégia de prevenção na admissão de risco e de reforço da capacidade de recuperação. Assim, foi possível manter os níveis de incumprimento em parâmetros bastante inferiores aos do mercado. Para sustentar a margem financeira o Banco manteve a gestão rigorosa das suas fontes de financiamento. A operação de titularização de créditos Silk Finance N°3, iniciada em 2009, manteve relevância na concretização da política de diversificação das fontes de financiamento, atendendo à qualidade dos créditos subjacentes à operação. As obrigações emitidas de Classe A, a 31 de Dezembro de 2014, ascendiam a 173,6 milhões de euros, foram utilizadas como colateral nas operações de intervenção de absorção de liquidez junto do Banco Central Europeu.

Na atividade de mediação de seguros o Banco aumentou o volume de comissões em 2014 para 6,4 milhões euros (+27,9% face a 2013), um valor naturalmente potenciado pelo crescimento da atividade de financiamento a cliente final (+18,8%). Este resultado valoriza a aposta nesta atividade complementar centrada na angariação direta e na diversificação dos produtos em comercialização, onde se incluem o seguro proteção ao crédito, o seguro automóvel, os seguros de acidentes pessoais, o seguro Finance GAP (ramo de perdas pecuniárias diversas) e a extensão de garantia automóvel.

No que diz respeito aos processos de otimização operacional, o rácio de eficiência do Banco situou-se em 42,9%, mantendo os seus excelentes níveis num enquadramento de mercado já bastante mais favorável.

O exercício de 2014 encerrou com um resultado líquido consolidado de 9,5 milhões de euros, um crescimento de 52% face aos 6,2 milhões de euros alcançados no ano anterior.

Beneficiando do novo enquadramento económico, o Banco Santander Consumer Portugal manteve a aposta na captação de novo negócio em mercados complementares. Neste sentido, reforçou-se a aposta na linha de cartões de crédito, a orientação para o mercado de automóveis usados e o envolvimento crescente no financiamento de motociclos.

The reduction of the consumer financing volume can be compared with a market moderate growth of 4,7% that, even so, resulted in 7,1% of share in 2014 and it allowed to reach the 4th place in this business segment, with only five relevant competitors.

Faced with a context favorable to default, the Bank kept the strategy of prevention in the risk admission and in the reinforcement of the recovery ability. Thus, it was possible to maintain the levels of default within parameters significantly lower than the ones in the market. To sustain the financial margin the Bank kept a strict management of its sources of financing. The Silk Finance N°3 securitization, started in 2009, upheld some relevance in the policy of financing sources diversification, paying attention to the quality of the credits underlying the transaction. The Class A bonds issued, on December 31st 2014, that reached 173,6 million Euros, were used as collateral in the liquidity-absorbing intervention transactions with the European Central Bank.

In the insurance brokerage activity the Bank increased the volume of commissions in 2014 up to 6,4 million Euros (+27,9% when compared with 2013), a value that was naturally enhanced by the growth in the final customer financing activity (+18,8%). This result values a commitment in this complementary activity centered in the direct acquisition and in the commercialized product diversification, in which are included the credit payment protection insurance, car insurance, personal accident insurance, Finance Gap insurance and the vehicle warranty extension.

Regarding the transactional optimization processes, the efficiency ratio of the Bank was 42,9%, keeping its excellent levels in a market framework that was considered already very favorable.

The financial year of 2014 came to an end with a consolidated net income of 9,5 million Euros, a growth of 52% when compared with the 6,2 million Euros reached in the previous year.

Benefitting from the new economic framework, Banco Santander Consumer Portugal kept its approach of attracting of new business in complementary markets. So the credit card line, the used car market orientation and the growing involvement in the motorcycle financing were reinforced.

No plano de expansão da atividade, salientar a nova parceria estratégica, formalizada em 10 de Julho de 2014, entre os Grupos Santander Consumer Finance e Banque PSA Finance, onde se delinearam os princípios e objetivos do acordo pan-europeu. Os objetivos desta aliança estratégica são, entre outros, os de consolidar o Santander Consumer Finance como líder europeu no crédito ao consumo, nomeadamente no crédito automóvel, por um lado, e para o Grupo PSA, o de incrementar a quota de mercado no mercado automóvel, dinamizando e reforçando a competitividade das marcas Peugeot e Citroen, por outro. Para o Banco Santander Portugal, S.A. esta parceria vem consolidar a sua posição como a entidade de referência no segmento de financiamento automóvel no mercado nacional, realçando as suas vantagens competitivas e o leque de soluções que possui e que possibilitam suportar a toda a atividade de financeira cativa.

In the activity expansion plan it is important to highlight the new strategic partnership, formalized on July 10th 2014, between the Groups Santander Consumer Finance and the Banque PSA Finance, where the new principles and goals of the pan-European agreement were outlined. The objectives of this strategic alliance are, among others, to consolidate Santander Consumer Finance as the European leader in consumer credit, namely in the car credit, on one side, and for the PSA Group, to increment the market share of the car market, stimulating and reinforcing the competitiveness of the Peugeot and Citroen brands, on the other. For the Bank, this partnership consolidates its position as an important entity in the car financing segment in the national market, highlighting its competitive advantages and the range of solutions that it holds and that makes it possible to support all the captive financial activity.

1.2

Enquadramento Macroeconómico

Macroeconomic Framework

ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL

Em muitas das economias desenvolvidas a atividade económica cresceu mais que em 2013, mas noutras houve alguma contração ou até recessão. Embora tendo ainda presente o contexto da crise internacional (ajustamento e consolidação), 2014 foi já um ano de crescimento económico. No entanto, a recuperação surgiu menos vigorosa sobretudo pelas tensões na área do euro, onde a estabilidade financeira parece estar a regressar, apesar do risco de fraco crescimento potencial se instalar e implicar mudança de drivers para uma economia mais sustentável. A economia mundial registou em 2014 um crescimento de 3,3%, ou seja um desempenho similar ao alcançado do ano anterior.

INTERNATIONAL FRAMEWORK

In many developed economies the economic activity has increased even more than in 2013, but in others there was some contraction or even recession. Even though the context of international crisis might still be present (adjustment and consolidation), 2014 was already a year of economic growth. However, the recovery was less powerful mostly due to the tensions in the Euro Area, where the financial stability seems to be coming back, despite the risk of potential weak growth being present and implying a change of drivers for a more sustainable economy. The World Economy registered in 2014 a growth of 3,3%, that is to say, a similar performance to what was reached last year.

WORLD ECONOMY EVOLUTION

Variation rate in percentages

GDP	2013	2014
World Economy	3,3	3,3
USA	2,2	2,4
Japan	1,6	0,1
Euro Area	-0,5	0,8
Germany	0,2	1,5
France	0,3	0,4
Italy	-1,9	-0,4
Spain	-1,2	1,4
Portugal	-1,4	0,9
United Kingdom	1,7	2,6
China	7,8	7,4

Source: IMF

Em 2014 a economia dos EUA cresceu 2,4%, ligeiramente acima do verificado em 2013. Ainda assim, este crescimento da maior economia do planeta foi obviamente muito importante para a economia mundial. Para este melhorado desempenho contribuíram razões externas (a progressiva resolução da crise da Zona Euro) e internas, relacionadas com o processo de consolidação orçamental que se mantém em curso. A taxa de desemprego prosseguiu a sua trajetória descendente e atingiu 6,1% em 2014 (7,4% em 2013).

In 2014 the U.S.A. economy increased 2,4%, slightly above what was demonstrated in 2013. Even so, this growth of the largest economy on the planet was obviously very important for the world economy. This improved performance came from external reasons (gradual resolutions for the Euro Area crisis) and internal, related with the budget consolidation process that is still ongoing. The unemployment rate continued its downward trend and it reached 6,1% in 2014 (7,4% in 2013).

A manutenção desta tendência é um sinal obviamente muito positivo para o futuro de médio prazo da economia mundial.

Keeping this tendency is an obviously very positive sign for the world's economy medium term future.

Contudo é o continente asiático que continua a puxar pela economia mundial. A China fecha 2014 com bons indicadores e um sólido crescimento de 7,4%. Este desempenho não está isento de riscos relacionados com o modelo de desenvolvimento que pode ser difícil de sustentar a prazo. De notar ainda que, o PIB do Japão, regrediu em 2014 e atingiu 0,1%, ou seja, uma significativa contração de 1,5% face a 2013. Este recuo é particularmente preocupante numa economia que esteve estagnada durante vários anos e que é, ainda assim, um dos motores da economia mundial.

However, it is the Asian continent that is still pushing the world economy. China ended 2014 with good indicators and a solid growth of 7,4%. This performance is not without its risks related to the development model that can be difficult to sustain over a term. It should be also noted that the GDP in Japan declined in 2014 and reached 0,1%, that is to say, a significant contraction of 1,5% when compared with 2013. This setback is particularly upsetting in an economy that was stagnated for many years and that, even so, still is one of the main engines of the world economy.

A Europa, por seu lado, saiu da recessão em que mergulhou na sequência da crise das dívidas e da austeridade imposta aos países do Sul da Europa. De facto, a redução dos défices estruturais torna as dívidas mais sustentáveis (também à medida que o PIB for expandindo) e induz perspectivas de crescimento mais sólido, menores tensões nos mercados financeiros, o que acabará por favorecer todos os países da UE.

Como corolário desta situação, o PIB da Zona Euro cresceu 0,8% em 2014, o que compara com a contração de -0,5% verificada em 2013.

Em 2014 a economia Alemã cresceu 1,5% e alcançou um desempenho melhor que o anémico crescimento de 0,2% ocorrido em 2013.

A Espanha, apesar de manter a 2ª maior taxa de desemprego (24,4%) da União Europeia, alcançou a primeira expansão do pós-crise e viu o seu PIB crescer 1,4% em 2014 (compara com -1,2% em 2013). As perspectivas são agora melhores para o futuro deste nosso importante parceiro económico. Mas nem tudo foi ultrapassado. O desafio da confiança permanece na Zona do Euro, nomeadamente em torno da resolução da crise na Grécia, do apoio ao crescimento económico e da resolução dos desequilíbrios estruturais que permanecem em muitas das economias do Sul da Europa. Nas economias mais avançadas, as exigências políticas permanecem fulcrais para enfrentar os desequilíbrios orçamentais, ainda existentes, prosseguindo no caminho da consolidação dos sistemas financeiros por forma a sustentar a recuperação económica que se deseja cada vez mais robusta.

For its part, Europe came out of the recession in which it had been plunged following the debt crisis and the imposed austerity to the countries in the South of Europe. In fact, the reduction of the structural deficit makes their debts more sustainable (also as long as the GDP is expanding) and it creates more solid growth prospects, lower tensions in the financial markets, eventually benefitting all the EU countries.

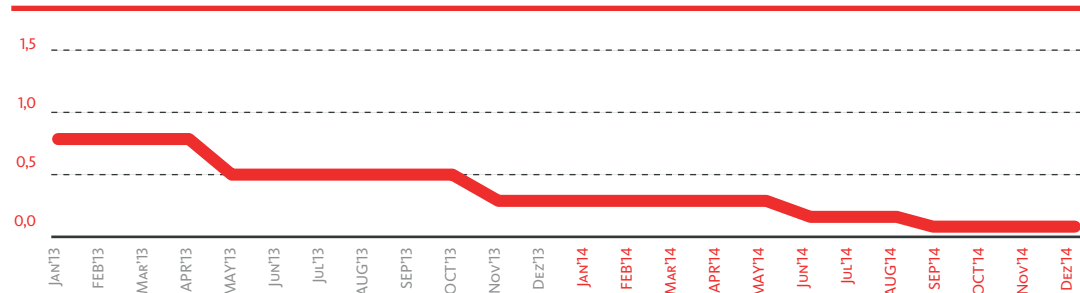
As a result of this reasoning, the GDP of the Euro Area increased 0,8% in 2014, which compares with the contraction of 0,5% verified in 2013.

In 2014 the German economy grew 1,5% and achieved a better performance than the anemic growth of 0,2% observed in 2013.

Spain, even though maintains the second highest unemployment rate (24,4%) in the European Union, achieved the first post-crisis development and saw its GDP increase 1,4% in 2014 (compared with -1,2% in 2013). The prospects are now better for the future of this important economic partner. But not everything has been overcome. The trust challenge remains in the Euro Area, namely around the unraveling of the crisis in Greece, the support to the economic growth and the solving of structural imbalances that linger in many economies in the South of Europe. In the more developed economies, the political demands are still crucial to face the budget imbalances that carry on to existing, continuing on the path to the consolidation of the financial systems so as to sustain the economic recovery that is wanted more robust.

MAIN REFINANCING INTEREST RATE – EUROSISTEM

Values in percentage



Source: European Central Bank (ECB)

A situação continuou marcada pela elevada incerteza e riscos na estabilidade financeira. Neste contexto, o Banco Central Europeu (BCE) reforçou a atuação nos mercados financeiros, através do lançamento, em julho de 2014, de um plano de ações de Targeted Longer-Term Refinancing Transactions (TLTROs), como forma de reforçar o funcionamento da sua política monetária e contribuir para resolver as perturbações na área do Euro, com utilização de medidas extraordinárias (para além da taxa de referência) que visam apoiar diretamente a atividade dos maiores bancos na Zona Euro com capacidade para influenciar a economia real.

The situation was still marked by a high uncertainty and risks in the financial stability. In this context, the European Central Bank (ECB) reinforced its activities in the financial markets through the launching, in July 2014, of an action plan of Targeted Longer-Term Refinancing Transactions (TLTROs), as a way to strengthen the functioning of its monetary policy and to contribute to solve the disturbances in the Euro area, with the use of extraordinary measures (besides the base rate) that aim at directly supporting the activity of the largest banks in the Euro Area with the capacity to influence the real economy.

Em junho e setembro de 2014, o BCE reduziu a taxa de juro de referência da zona euro para 0,15% e 0,05%, respetivamente. Esta última foi suportada sobretudo nos preocupantes níveis de inflação e representa novo mínimo histórico neste referencial de mercado. Ao reduzir a taxa de juro e aumentar a cedência de liquidez ao sistema financeiro, o BCE conduz uma política monetária expansionista, para aumentar o financiamento e reativar o investimento na Zona Euro.

In July and September 2014, the ECB reduced the base interest rate of the euro area to 0,15% and 0,05%, respectively. This last one was supported mainly by the worrying inflation levels and it represents a new all-time low for this market benchmark. By reducing the interest rate and increasing the providing of liquidity to the financial system, the ECB conducts an expansionary monetary policy, so as to increase the financing and reactivate the investment in the Euro Area.

A ECONOMIA PORTUGUESA

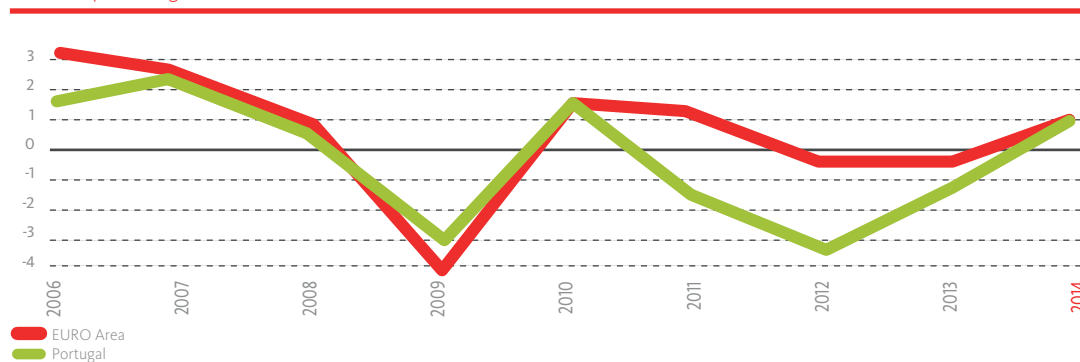
O PIB em Portugal cresceu 0,9% em 2014 e iniciou a tão desejada recuperação após três anos de recessão (2011 a 2013), onde a queda acumulada foi cerca de 6,0%. O detalhe do PIB mostra ainda uma recuperação da procura interna, ou seja, do investimento e do consumo privado, tanto em Portugal como na Zona Euro.

THE PORTUGUESE ECONOMY

The GDP in Portugal grew 0,9% in 2014 and it started the long-awaited recovery after three years of recession (2011 to 2013), when the cumulative decline was around 6,0%. The GDP detail also shows a recovery in the domestic demand, that is to say, in the investment and private consumption, not only in Portugal but also in the Euro Area.

GDP

Values in percentage



O crescimento das importações (6,2%), a par de um menor crescimento das exportações contribuíram para um desempenho da economia que, no seu todo, acabou por ser menos positivo do que chegou a prever-se ao longo de 2014.

The increase in imports (6,2%), together with a minor growth in exports contributed to a performance of the economy that, in its whole, ended up being less positive than what was predicted throughout 2014.

No entanto, a Formação Bruta de Capital Fixo, ou seja o investimento, registou a primeira expansão de 2,3% invertendo a tendência de contração que vinha de anos anteriores e que constitui certamente um dos grandes problemas da economia portuguesa. Sem investimento privado não há crescimento e sem ele é impossível continuar a reduzir o desemprego para os níveis pré-crise.

However, the Gross Fixed Capital Formation, that is to say the investment, registered its first expansion of 2,3%, reversing the contraction tendency that came from previous years and that was certainly one of the biggest problems of the Portuguese economy. Without private investment there is no growth and without that it is impossible to continue reducing unemployment to post-crisis levels.

O menor crescimento das exportações, apenas 3,4%, teve importância decisiva para impedir um maior crescimento do PIB. Importa contudo acentuar que o comportamento positivo das exportações continuou a resultar do novo direcionamento da oferta de bens transacionáveis para o mercado externo, a par de uma maior diversificação geográfica, traduzida num aumento do peso em mercados fora da UE.

The lower increase in exports, only 3,4%, was decisive in preventing a bigger growth of the GDP. However, it is important to highlight that the exports' positive behavior continued to be a result of the new direction of the offer of tradable goods for the external market, together with a larger geographic diversification, that translates itself in an increase of the weight in markets outside the EU.

MAIN ECONOMIC INDICATORS

Variation rate in percentages

	2012	2013	2014
GDP	-3,2	-1,4	0,9
Private Consumption	-5,3	-1,7	2,1
Public Consumption	-4,7	-1,7	-0,7
GFCF	-13,4	-6,6	2,3
Exports	3,2	6,1	3,4
Imports	-6,6	2,8	6,2
Domestic Demand	-6,8	-2,3	2,0
External Demand	-0,2	1,3	3,4
Contribution to the change in GDP (p.p.)			
Domestic Demand	-6,9	-2,4	0,3
Net Exports	3,7	1,0	0,6
HICP	2,8	0,4	-0,2
Unemployment Rate (% of working population)			
Long term unemployment (% total unemployment)	15,7	16,3	13,9
	55,6	62,0	65,9
Budget Balance (% GDP)			
Public Debt (% GDP)	-6,4%	-4,9%	-4,5%
	124,1	129,0	130,2

Sources: INE and Bank of Portugal

Os últimos dados sobre o emprego em Portugal são ainda preocupantes, mas já mais encorajadores. De facto, a taxa de desemprego manteve tendência de redução (que vinha de 2013) e atingiu 13,9% em média anual, um valor já bastante inferior ao máximo histórico registado no 1º trimestre de 2013 (17,5%). Apesar disso, são cerca de 726 mil os portugueses ainda sem trabalho e, neste quadro, o desemprego jovem mantém-se muito preocupante. As condições no mercado de trabalho continuaram a melhorar em 2014, repercutindo-se na descida do desemprego e consequente manutenção da tendência que vinha de 2013 e se deve manter no futuro próximo. De acordo com dados divulgados pelo Banco de Portugal, os custos unitários do trabalho continuaram a evoluir positivamente, sendo que a sua redução favorece a produtividade e competitividade das exportações de bens transacionáveis, única maneira de o fazer quando o instrumento cambial não existe.

The latest information about employment in Portugal is still worrying, but a little more encouraging. In fact, the unemployment rate has kept the reduction trend (that started in 2013) and has reached 13,9% in annual average, a value that is already much less than the all-time high registered in the first quarter of 2013 (17,5%). Nevertheless, there still are around 726 thousand Portuguese people without a job and in this scenario the youth unemployment is still very upsetting. The labor market conditions continued to improve in 2014, which resulted in a fall in the unemployment and consequent maintenance of the trend that had started in 2013 and that is expected to remain in the near future. According with the data released by the Bank of Portugal, the unit labor costs have continued to evolve positively and its reduction favors the productivity and competitiveness of the exports of tradable goods, which is the only way to do it when there is no exchange instrument.

UNEMPLOYMENT RATE

Values in percentage



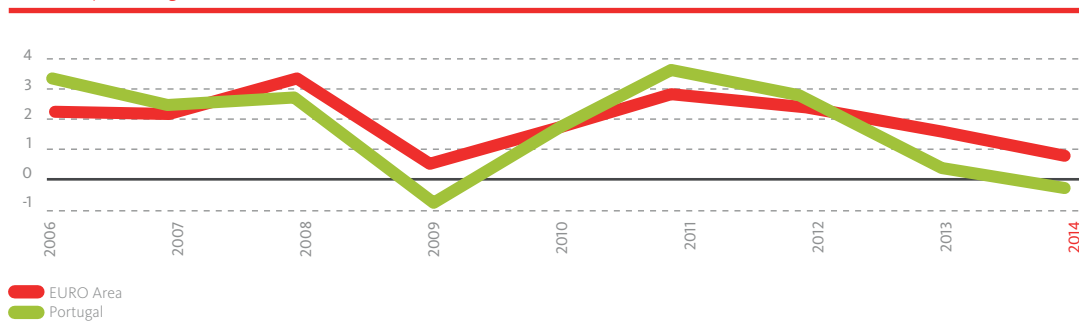
Source: Eurostat

As famílias portuguesas estão a disciplinar as suas despesas para manter o nível de poupança, apesar da redução do rendimento disponível, da contenção dos salários e da carga fiscal ainda elevada. O ajustamento tem sido significativo para os particulares e para as empresas e deve manter-se nos tempos mais próximos.

A taxa de inflação em Portugal foi negativa situou-se nos -0,2%. O indicador que mede a evolução dos preços manteve-se extremamente condicionado pelo ajustamento e pelas consequências que dele resultaram, tendência que, a manter-se, não trará nada de positivo para o consumo e o investimento. O cenário de deflação não é completamente irrealista e pode vir a condicionar a Economia Portuguesa e Europeia, nomeadamente pelas suas implicações na política monetária do Banco Central Europeu.

HARMONISED INDEX OF CONSUMER PRICES

Values in percentage



Source: Eurostat

A desejada redução no défice orçamental em 2014 acabou por acontecer e ficar dentro das expectativas. De facto, a meta orçamental foi atingida graças ao desempenho da receita fiscal e da economia em geral, pese embora tenha sido inferior ao previsto no quadro do ajustamento. Segundo números do Banco de Portugal, o défice orçamental (ótica contas nacionais) em 2014 cifrou-se nos 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB).

No que diz respeito à dívida pública, o INE dá conta que esta atingiu 130,2% do PIB, ou seja, ultrapassando já os 225,3 mil milhões de euros, face a um Produto Interno Bruto de sensivelmente 174,4 mil milhões de euros.

O sistema financeiro continuou a desalavancar e deixou de estar dependente do financiamento no âmbito do Programa de Assistência a Portugal. Apesar do contexto, ainda não completamente resolvido das crises da dívida soberana na área do Euro, as condições de financiamento dos bancos melhoraram muito em 2014, embora ainda com recurso ao financiamento junto do Eurosistema. No entanto, o sistema bancário enfrenta ainda desafios significativos, nomeadamente os relacionados com o financiamento da atividade produtiva (a economia real) e a sinistralidade do crédito concedido às famílias e às empresas.

A Economia Portuguesa irá inevitavelmente manter-se na rota de ajustamento dos seus desequilíbrios estruturais, o que inclui a manutenção da trajetória de consolidação orçamental e do processo de desalavancagem, face aos ainda elevados níveis de endividamento dos diferentes setores da economia. Este ajustamento continuará a implicar um risco adicional de crédito e de mercado, embora com menor pressão sobre os rácios de capital dos bancos.

The Portuguese families are restricting their expenses so as to keep a level of saving, despite the reduction of the available income, salary restraint and high tax burden. The adjustment has been significant for the individuals and for the companies and it is foreseen to remain the same in the near future.


The inflation rate in Portugal was a negative percentage of -0,2%. The indicator that measures the price evolution has remained extremely conditioned by the adjustment and by the consequences that it has brought, which is a trend that, if it remains, will not bring anything positive for the consumption and investment. The deflation scenario is not completely unreal and it might still affect the Portuguese and European Economy, namely due to its implications in the monetary policy of the European Central Bank.

The desired reduction of the budget deficit in 2014 eventually happened and met the expectations. In fact, the budgetary target was reached thanks to the performance of the tax revenue and the economy in general, even though it is important to refer that it was lower than what had been predicted in the adjustment framework. According with figures of the Bank of Portugal, the public budget deficit in 2014 was 4,5% of the Gross Domestic Product (GDP).

Regarding the public debt, INE (National Institute of Statistics) has divulged that it has reached 130,2% of the GDP, that is to say, it has already surpassed 225,3 billion Euros compared with a Gross Domestic Product of about 174,4 billion Euros.

The financial system has continued to deleverage and it is no longer dependent on the financing from the Assistance Program to Portugal. In spite of the context, that has not yet been completely solved in terms of the sovereign deficit crisis in the Euro Area, the financing conditions of the banks considerably improved in 2014, even though through financing from the Eurosystem. However, the banking system faces important challenges, namely the ones related to the productive activity financing (real economy) and the default of the credit granted to families and companies.

The Portuguese Economy will inevitably keep following the path of adjustment of its structural imbalances, which includes the maintenance of the budgetary consolidation trend and the deleverage process, compared to the still high levels of debt in the different sectors of economy. This adjustment will continue to imply an additional credit and market risk, even though with less pressure over the banks' capital ratios.



O Modelo de Negócio

The Business Model



Santander

CONSUMER FINANCE

1.3 O Modelo de Negócio

The Business Model

O negócio do Banco Santander Consumer Portugal consiste no financiamento ao consumo através de produtos de crédito colocados à disposição de parceiros nos mercados automóvel e de grande consumo. O Banco está presente no mercado de financiamento de viaturas novas, viaturas usadas e financiamento ao grande consumo (não auto). No Negócio de financiamento automóvel disponibiliza produtos de crédito, Leasing | ALD com taxas indexadas ou fixas. No segmento do grande consumo através de produtos de crédito clássico e cartão de crédito, disponibilizando modalidades com e sem juros.

O Banco, o Parceiro e o Cliente. Essencialmente o nosso modelo de negócio está assente na disponibilização de soluções financeiras pelo parceiro ao cliente final. Facilitamos o acesso ao crédito no processo de venda de viaturas novas ou usadas ao cliente final, em grandes grupos empresariais dedicados ao negócio automóvel ou concessionários independentes. O mesmo se passa em relação às parcerias de bens de grande consumo.

É de relevar o facto de no mercado elegível para o Banco de financiamento especializado comunicado à ASFAC, o financiamento global situou-se em termos de valores, em 2.051 M€, um aumento significativo comparado com 2013, +21%. No entanto este aumento de volume, situou-se com mais intensidade no negócio automóvel, +33% em auto novos e 18% em auto usados. Excluindo o negócio do Directo, os restantes segmentos cresceram 12%.

Para o Banco o segmento de financiamento automóvel continuou a ser em 2014 o segmento dominante.

A personalização de soluções aderentes às necessidades específicas de cada um dos parceiros sempre constituiu e continua a constituir uma vantagem competitiva muito importante face à concorrência. O ano foi marcado pela renovação dos acordos com todos os grandes grupos parceiros, reflexo do rigor e consistência de práticas e políticas do Banco, e a aquisição de novos protocolos de marca. Hoje o Banco representa 8 marcas no segmento do financiamento Automóvel abrangendo toda a gama de produtos, dirigindo-se a targets distintos desde o importador/ distribuidor, à concessão e por fim ao cliente final.

O mercado de venda de viaturas novas no ano de 2014 superou as expectativas iniciais de todos os operadores com um aumento de 36% face ao ano de 2013, fechando o ano com 169.026 viaturas vendidas. Mas ainda aquém do nº de viaturas vendidas em 2011 – 188.367, onde a quebra ainda atinge os 10%.

No segmento de viaturas usadas, onde as estatísticas das transações reais a cliente final são muito débeis ou inexistentes, constatou-se que no mercado de financiamento de viaturas desta natureza observou crescimento, em euros, de 18% que contrasta com 33% do mercado de financiamento de viaturas novas.

The Banco Santander Consumer Portugal business consists of consumer finance through credit products available to partners in the vehicle and great consumption goods market. The Bank is present in the new and used vehicle financing market and in the great consumption goods financing (not related to vehicles). In the Business of vehicle financing, the products of credit, Leasing and Long Term Rentals (LTR) with indexed or fixed rates are available. In the segment of great consumption goods it is done through classical credit products and credit cards, by providing payment methods with and without interest.

The Bank, the Partner and the Customer - Basically the business model rests on providing financial solutions through the partner to the final customer. The access to credit in the process of sale of new or used vehicles to the final customer is facilitated in big corporate groups dedicated to the vehicle business or independent dealers. The same is done regarding the great consumption goods partnerships.

It should be highlighted the fact that in the eligible market for the Bank of specialized financing reported to the ASFAC (The Portuguese Association of Specialized Credit Institutions), the global financing was set in terms of values in 2.051 M€, a significant increase when compared with 2013, +21%. However, this increase in volume was stronger in the vehicle business, +33% for new vehicles and 18% for used vehicles. Except for the business of the Direct, the other segments grew 12%.

For the Bank, the vehicle financing segment continued to be in 2014 the dominant segment.

The customization of solutions associated to the specific needs of each one of the partners has always been and still is a competitive advantage very important when compared with the competition. The year was marked by the renewal of the agreements with all of the important partner groups, which shows rigor and consistency in the practices and policies of the Bank, and the acquisition of new brand protocols. Nowadays the Bank represents 8 brands in the vehicles financing segment encompassing all product range, aiming at different targets from the importer / distributor to the dealer and at last the final customer.

The market of sales of new vehicles in the year of 2014 surpassed the early expectations of all the operators with an increase of 36% comparing with 2013, ending the year with 169,026 sold vehicles. Nevertheless it was below the number of vehicles sold in 2011 – 188,367, where the loss still reaches 10%.

In the used vehicles segment, where the statistics of the real transactions for the final customer are very feeble or non-existent, it was concluded that in this kind of vehicle financing market there was a growth, in Euros, of 18% which contrasts with the 33% of the new vehicle financing market.





**Mercados
Automóvel e
de financiamento**

Car and Financing
Markets



Santander

CONSUMER FINANCE

1.4 Mercados Automóvel e de Financiamento *Car and Financing Markets*

Segundo informação disponibilizada pela ACAP, o ano de 2014 continua a inverter o ciclo negativo registado em 2011 e 2012, com quedas consecutivas. O ano passado, embora longe do volume apresentado em 2010, representou um aumento de cerca de 36% face a 2013 com um registo final de 169.026 unidades vendidas.

Este comportamento assume especial importância se atendermos ao facto de que 2013 representou um aumento de 12% relativamente a 2012.

Acredita-se que o aumento das vendas em 2014, entre outros fatores, deve-se a:

- Melhoria do nível de confiança do consumidor, intrinsecamente ligado à contenção da taxa de desemprego;
- Maior experiência das famílias em lidar com as consequências das medidas de austeridade;
- Maior confiança da rede empresarial portuguesa com especial incidência nas PME's;
- Políticas comerciais de desconto por parte de "todas" as principais marcas de automóveis.

According to information revealed by the ACAP (Portuguese Auto Association), the year of 2014 keeps reversing the negative cycle registered in 2011 and 2012, with consecutive falls. Last year, although far from the volume seen in 2010, there was an increase of about 36% compared with 2013 and a final register of 169,026 sold units.

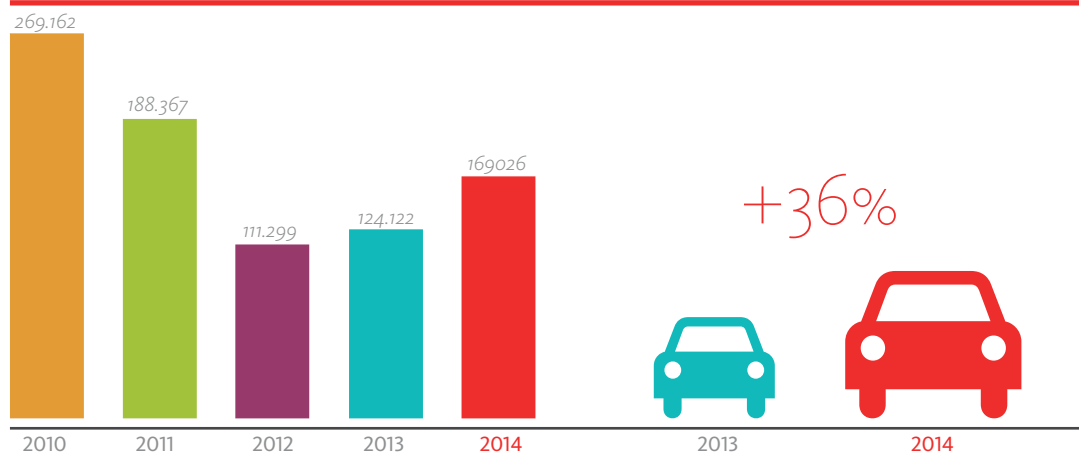
This behavior assumes special importance if we take in consideration the fact that 2013 saw a growth of 12% compared with 2012.

It is believed that the increase in sales in 2014, among other factors, is due to:

- Improvement in the consumer confidence level, which is intrinsically connected to the unemployment rate restraint;
- Further experience of the families in dealing with the austerity measures consequences;
- More confidence from the Portuguese network of companies, with a special focus on the SMEs;
- Commercial policies of discount from "all" the main car brands.

TOTAL LIGHT VEHICLES

Values in units



Por segmento, verificaram-se os seguintes comportamentos:

Ligeiros Passageiros:

O segmento de Ligeiros de Passageiros, que inclui os veículos todo-o-terreno, registou um aumento de 34,87% com 142.827 unidades vendidas em 2014 (compara com 105.898 unidades vendidas em 2013).

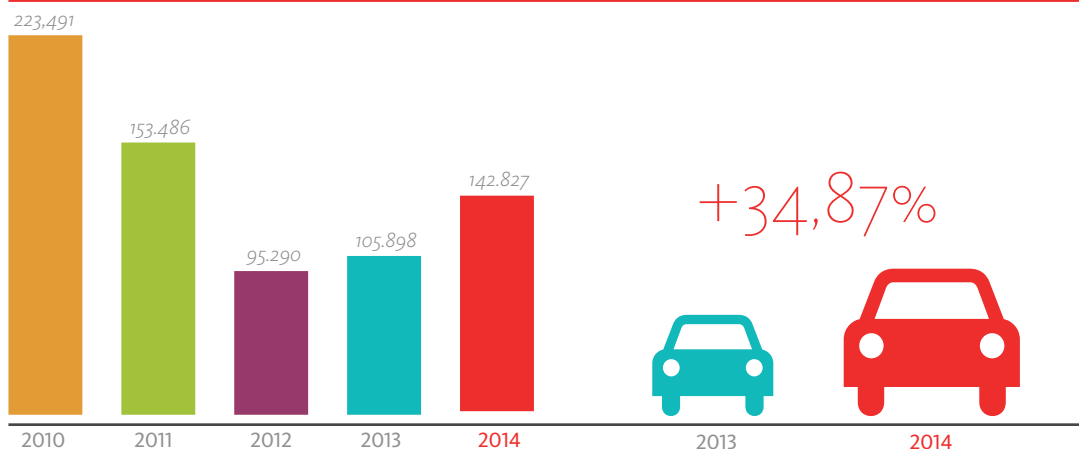
The following behaviors were verified, by segment:

Light Passenger Vehicles:

The segment of Passenger Cars, which includes off-road vehicles, registered an increase of 34,87% with 142,827 units sold in 2014 (compared with 105,898 units sold in 2013).

PASSENGER CARS

Values in units and percentages



Comerciais Ligeiros:

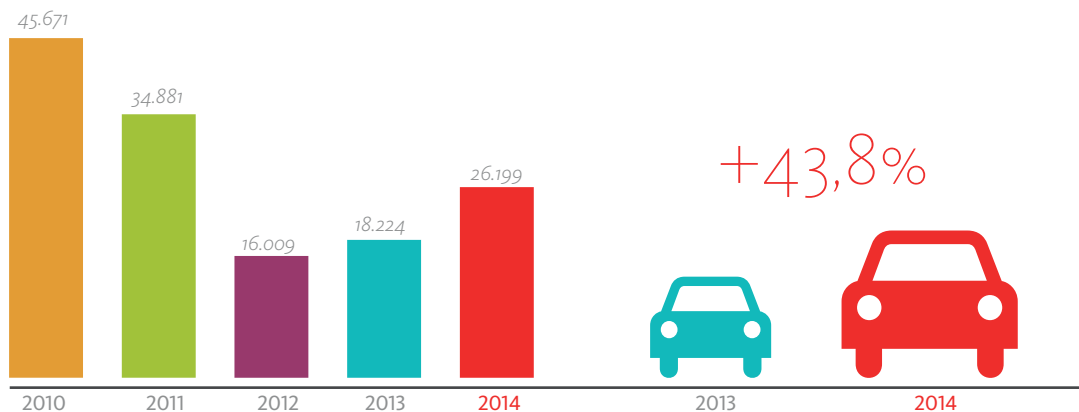
O aumento verificado neste segmento foi de 43,8% acima do verificado pelo mercado global que registou 36%. A maior recuperação neste segmento deve-se em muito à renovação de frotas que ocorreu em 2014 bem como à expansão do número de PME's que se verificou.

Light Commercial Vehicles:

The increase demonstrated in this segment was 43,8% above what was verified in the global market that registered 36%. The biggest recovery in this segment is greatly due to the fleet renewal that happened in 2014, as well as to the expansion of the number of SMEs that occurred.

LIGHT COMMERCIAL VEHICLES

Values in units



Financiamento à Aquisição de Veículos Automóveis:

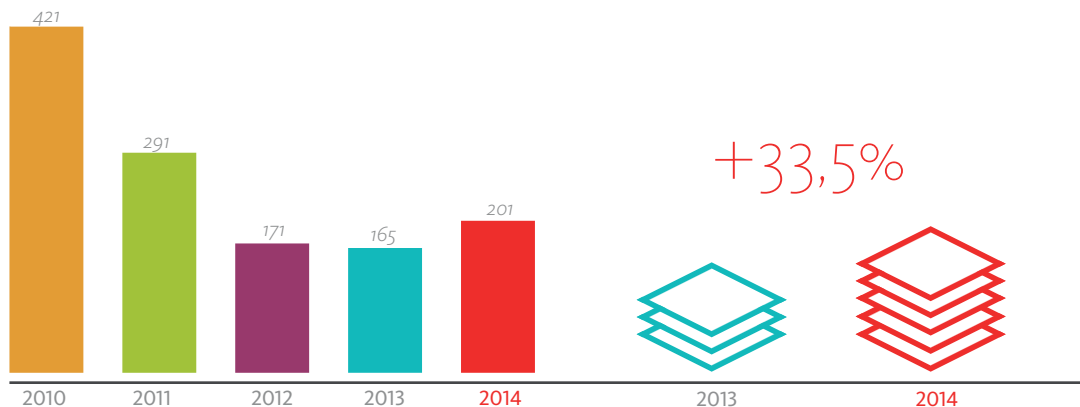
Globalmente o comportamento do mercado de financiamento a automóveis novos esteve em linha com o mercado de vendas, com uma variação positiva de 33,5% face a 2013. Tudo o já referido nos pontos anteriores mantém-se válido também para este mercado, ou seja, inversão da tendência de quebra, aumento da confiança e vendas acompanhadas por forte esforço ao nível do preço e produtos de ciclo de troca. Em termos de capital financiado, o banco apresentou um volume de 201 Milhões de Euros, com uma variação positiva de 22% face ao registado em 2013.

Car Financing:

Globally the behavior of the new car financing market was in accordance with the sale market, with a positive variation of 33,5% when compared with 2013. Everything that was mentioned in the previous points is still valid for this market, that is to say, the reversal in the loss trend, the increase in confidence and the sales accompanied by a strong effort in terms of price and products of the trade cycle. Regarding the financed capital, the bank showed a volume of 201 Million Euros, with a positive variation of 22% when compared with 2013.

FINANCED CAPITAL

Amounts in Million EUR



Viaturas novas:

É de salientar a liderança destacada do banco no âmbito do financiamento a particulares, com 89,3 Milhões de Euros financiados em 2014 e com uma variação positiva de 27,49% face a 2013.

Viaturas usadas:

Neste segmento o Santander Consumer encontra-se, igualmente, na 3ª posição com uma quota de 12,47% mantendo a variação positiva em relação ao ano de 2013 de 16,29%.

Relativamente ao número de contratos totais realizados em 2014 constata-se o aumento de 12.367 para 14.798 em 2014, traduzindo-se num aumento de 20%.

New Vehicles:

It is important to highlight the Bank's clear leadership in the area of households' financing, with 89,3 Million Euros financed in 2014 and with a positive variation of 27,49% when compared with 2013.

Used Vehicles:

In this segment, BSCP is equally in the 3rd position with a market share of 12,47% keeping the positive variation when compared with 2013 (16,29%).

Regarding the number of total contracts made in 2014 it can be concluded that there was a raise from 12.367 to 14.798 in 2014, which translates into an increase of 20%.

A woman with long brown hair and black-rimmed glasses is smiling. She is wearing a blue denim shirt over a white top. She is holding a silver credit card payment terminal with her left hand. Her right hand is holding a white credit card, which is being inserted into the terminal. The background is a blurred indoor setting, likely a cafe or restaurant, with warm lighting. Two red L-shaped brackets are positioned around the text on the left side of the image.

Negócio e Mercado de Crédito ao Consumo

Business and Consumer
Credit Market



Santander

CONSUMER FINANCE

1.5 Negócio e Mercado de Crédito ao Consumo

Business and Consumer Credit Market

As principais orientações do Banco neste mercado focaram-se no consolidar das parcerias existentes e na prospeção e angariação de novas parcerias, diversificando esta área de negócio para segmentos do valor médio de financiamento superior à média do mercado, dentro de mercados previamente identificados como de menor exposição de risco e de maior rentabilidade para o Banco.

Durante 2014 o negócio de crédito ao consumo manteve a sua estrutura de produto no que diz respeito à distribuição de produtos financeiros, a cliente final, por manutenção de um portfolio de opções diversificado:

- Clientes de financiamento (utilizadores do bem adquirido):
- Crédito Tradicional com Juros;
- Crédito Tradicional sem Juros;
- Crédito Misto (com e sem Juros);
- Seguros de proteção ao crédito.

A atividade desenvolvida nesta área de negócio proporcionou uma realização de 17,6 Milhões de Euros em 2014 a que corresponderam 14.470 contratos.

The main orientations of the Bank in this market focused on the consolidation of the existent partnerships and in the prospection and acquisition of new partnerships, diversifying this business area to segments of financing average value higher than the market average value, inside markets previously identified as having a lower risk exposure and a bigger profitability for the Bank.

Throughout 2014 the consumer credit business maintained its product structure in terms of financial products distribution, final customer, through the maintenance of a diversified options' portfolio:

- *Target Customer Financing (Durables Financing);*
- *Traditional Credit with Interest;*
- *Traditional Credit without Interest;*
- *Mixed Credit (with and without interest);*
- *Credit Payment Protection.*

The activity developed in this business area made it possible to reach 17,6 Million of Euros in 2014, to which correspond 14.470 contracts.



1.6 Negócio e Mercado de Cartões de Crédito

Business and Credit Card Market

Em 2014, o Santander Consumer deu continuidade à aposta estratégica na atividade de Cartões de Crédito, nomeadamente através da migração do negócio de Consumo para Cartão. De acordo com as necessidades identificadas, procedeu-se à redefinição do produto e respetivas práticas de angariação e captação de clientes. As plataformas de sustentação do negócio foram igualmente adaptadas, com vista a suportar funcionalidades inovadoras.

Segundo informação divulgada pela ASFAC, o volume global de produção do mercado de Cartões de Crédito foi de 349.864 milhares de euros em 2014, o que se traduziu num crescimento de 14,56% em relação a 2013.

A produção global do Santander Consumer neste segmento de negócio situou-se 16.727 milhares de euros.

In 2014, Santander Consumer continued following the strategic focus on the Credit Card activity, namely through the migration of the business from Consumer to Card. In accordance with the identified needs, it was carried out the redefinition of the product and its respective practices of attracting and acquiring new customers. The business support platforms were equally adapted, so as to maintain the new innovative features.

According with information disclosed by the ASFAC (Association of Specialized Credit Institutions), the global production volume of the Credit Cards' market was 349.864 thousand Euros in 2014, what was translated into a growth of 14,56% when compared with 2013.

Santander Consumer global production in this segment of business was 16.727 thousand Euros.



1.7 Evolução das Demonstrações Financeiras

Financial Statements Evolution

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro, e do Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, as instituições financeiras têm de preparar as suas contas consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) para os exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2005. Em consequência, as contas consolidadas do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. aqui apresentadas, foram elaboradas de acordo com as ditas IAS/IFRS, enquanto as suas Demonstrações Financeiras estatutárias foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), conforme estabelecido pelo Banco de Portugal.

INTRODUÇÃO

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. encerrou o exercício de 2014 com um resultado líquido consolidado de 9,5 milhões de euros, representando um acréscimo de 52,0% em relação aos 6,2 milhões de euros registados no ano anterior.

O resultado consolidado antes de impostos cifrou-se em 15,0 milhões de euros, aumentando o seu valor em 43,2% quando comparado com o valor registado em 2013 de 10,5 milhões de euros.

Apesar da influência do contexto económico e financeiro desfavorável e exigente que impacta no acesso à liquidez por parte do sistema financeiro nacional, o modelo de negócio seguido pelo Banco, assente na diversificação dos acordos de financiamento de marcas automóvel e na vinculação dos existentes, bem como na gestão eficiente de custos e riscos, permitiu acomodar de alguma forma os aspetos mais negativos para a atividade desenvolvida, nomeadamente pelo ajustamento sistemático e sustentado das componentes de preço e o controlo de custos. Adicionalmente, a revisão do rating soberano de Ba3 para Ba2 da Moody's, a alteração do outlook negativo da Standard & Poor's, bem como do término o programa de resgate financeiro a Portugal e as projeções macroeconómicas que apontam para uma gradual recuperação da atividade económica em Portugal, mostrando os primeiros sinais de viragem nos ciclos económicos e no comportamento da atividade económica.

In accordance with Regulation (CE) nº 1606/2002 from the European Parliament and the Council, of July 19th 2002, as transposed to the Portuguese legislation through Decree-Law nº 35/2005, of February 17th, and Regulation nº 1/2005 from the Bank of Portugal, of February 21st, the financial institutions are required to prepare their consolidated accounts according with the International Financial Reporting Standards (IAS/IFRS) since January 1st 2005. Consequently, the consolidated accounts of the Banco Santander Consumer Portugal, S.A. that are here presented, were elaborated in accordance with the mentioned IAS/IFRS, while its statutory Financial Statements were prepared according with the Adjusted Accounting Standards (AAS), as defined by the Bank of Portugal.

INTRODUCTION

Banco Santander Consumer Portugal, S.A. - ended 2014 with a consolidated net income of 9,5 million Euros, which represents an increase of 52,0% when compared with the 6,3 million registered the year before.

The consolidated income before taxes was 15,0 million Euros, increasing its value in 43,2% when compared with the value registered in 2013 of 10,5 million Euros.

Despite the influence of the unfavorable and demanding financial and economic framework that has an impact in the access to liquidity from the national financial system, the business model followed by the Bank, based on the diversification of financing agreements of car brands and on the binding of the already existing agreements, as well as on the efficient management of risks and costs, has permitted to somewhat accommodate the more negative aspects for the developed activity, namely through the systematic and sustained adjustment of the price components and cost control. Moreover, Moody's sovereign rating revision from Ba3 to Ba2, the change in Standard & Poor's negative outlook, as well as the conclusion of the Portugal's financial rescue program and the macroeconomic predictions that suggest a gradual recovery in the economic activity in Portugal, are showing the first signs of a change in the economic cycles and in the economic activity behavior.

BALANÇO CONSOLIDADO (IAS)

O valor de balanço do crédito consolidado concedido a clientes, no final de 2014, líquido de provisões, ascendia a 810 milhões de euros, o que significou uma redução de 3,9% face ao registado no valor final do ano anterior. Este decréscimo no valor de balanço está diretamente relacionado com a redução verificada nos volumes de financiamento nos últimos anos, apesar do acréscimo de 18,8% face ao ano transato.

Na estrutura de composição do crédito concedido, a componente de financiamento a cliente final, representa o core business do Banco Santander Consumer Portugal. No que se refere ao financiamento de stock a concessionários automóveis, o saldo da componente de Factoring totalizou 49 milhões de euros em 2013.

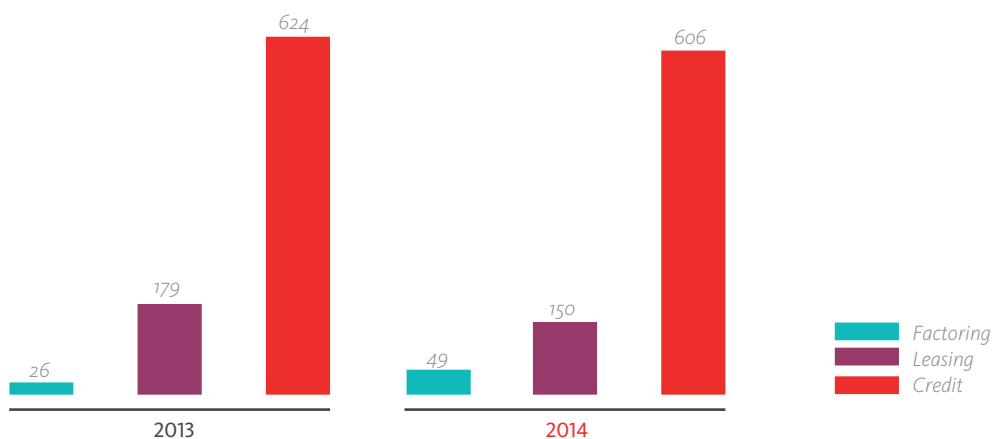
CONSOLIDATED BALANCE SHEET (IAS)

The value of the consolidated credit balance sheet granted to customers, at the end of 2014, net of provisions, reached up to 810 million Euros, which meant a reduction of 3,9% when compared with the final value registered in the previous year. This decrease in the balance sheet value is directly related with the reduction verified in the financing volume for past years, despite the increase of 18,8% when compared with last year.

In the composition structure of the credit granted, the final customer financing component represents the core business of Santander Consumer Bank Portugal. Regarding the stock financing to car dealerships, the Factoring component balance had a total of 49 million Euros in 2013.

OUTSTANDING BALANCE

Amounts in Million EUR



O crédito com incumprimento, nos termos da Circular 02/14 do Banco de Portugal, representou 6,5% do crédito total concedido, o que significou um incremento face ao valor do rácio de 5,8% registado em 2013.

Esta evolução da sinistralidade do crédito reflete essencialmente uma alteração da política de passagem a Incobrável (write-offs), que sem esse efeito teríamos 5,3% de crédito com incumprimento. Num enquadramento adverso da conjuntura económica, nomeadamente no que respeita aos rendimentos decrescentes das famílias, com aumento da carga de impostos, redução de subsídios e aumento do desemprego, e às dificuldades crescentes das empresas, nomeadamente pela redução da procura e dificuldades de financiamento, o Banco conseguiu melhorar a qualidade de crédito, e quando comparado com o restante setor bancário de crédito ao consumo, este apresenta uma evolução menos positiva, com um aumento dos rácios de incumprimento para máximos históricos, especialmente afetando o segmento de particulares reflexo do agravamento das condições económicas em Portugal ao longo do ano.

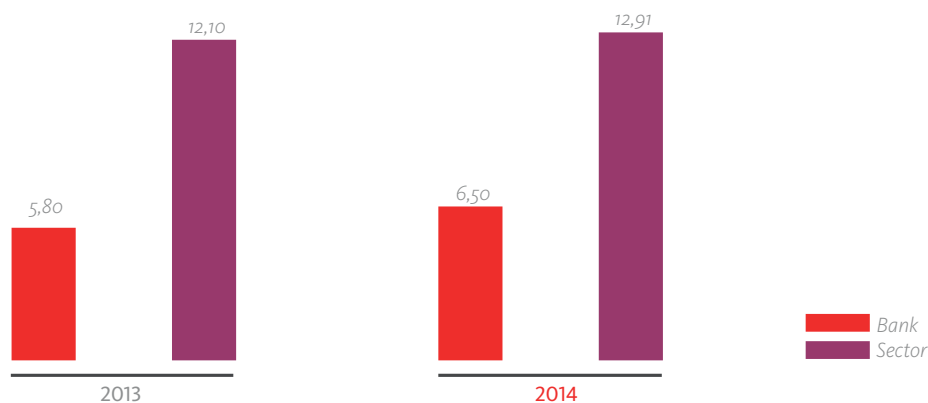
The defaulted loans balance, according to the Circular Letter 02/14 of the Bank of Portugal, represented 6,5% of the total credit granted, which meant an increase when compared with the ratio value of 5,8% registered in 2013.

This evolution of the credit default basically shows a change in policy to write-offs, which indicates that without that we would have 5,3% of default credit. In a framework that is not favorable to the economic circumstances, namely in terms of the decreasing income of the families, with an increase in the tax burden, reduction of the subsidies and raise in unemployment, and of the growing difficulties in the companies, specifically due to the decline in demand and difficulties in financing, the Bank managed to improve the credit quality and, when compared with the rest of the customer credit banking sector, it shows a less positive evolution, with a growth of the default ratios to all-time highs, affecting specially the household segment as a reflection of the aggravation of the economic conditions in Portugal throughout the year.

O desempenho consistente do crédito em incumprimento registado no ano de 2013 é fruto da abordagem tática do Banco, implementada na segunda metade do ano de 2009, para os processos de admissão e formalização de forma a conter o acréscimo na sinistralidade do crédito, antevendo uma deterioração nas capacidades de cumprimento e ajustando o perfil de risco das solicitações de crédito às perspectivas, do prazo, da conjuntura económica e solvabilidade dos clientes. Adicionalmente, as melhorias operativas implantadas nos processos de recuperação de crédito, nomeadamente com incorporação das metodologias do modelo corporativo do Grupo Santander nesta área, possibilitou melhorarem a sua eficácia e o seu contributo para a conta de exploração do ano de 2014 face ao cenário atual.

The consistent performance of the Non Performing loans registered in 2013 is due to the tactical approach of the Bank, implemented in the second half of the year of 2009, for the admission and formalization processes so as to contain the increase in the default of credits, foreseeing a decline in the compliance capacities and adjusting the risk profile of the requests of credit to the prospects, in time, of the economic situation and customer creditworthiness. Additionally, the transactional improvements implemented in the credit recovery processes, namely with the incorporation of methodologies from the corporate model of the Santander Group in this area, has made possible the improvement of its efficacy and the contribution for the profit and loss account of the year 2014 when compared with the current scenario.

NPL
Percentage values



O montante de imparidade de crédito acumulada em balanço apresentou uma cobertura de 134,6% do valor dos créditos em mora, valor que se situou acima do registado em 2013 de 117,5%, um resultado confortável considerando o contexto particularmente adverso que caracterizaram o exercício, sublinhando a escrupulosa e conservadora abordagem na gestão e mitigação do risco de crédito.

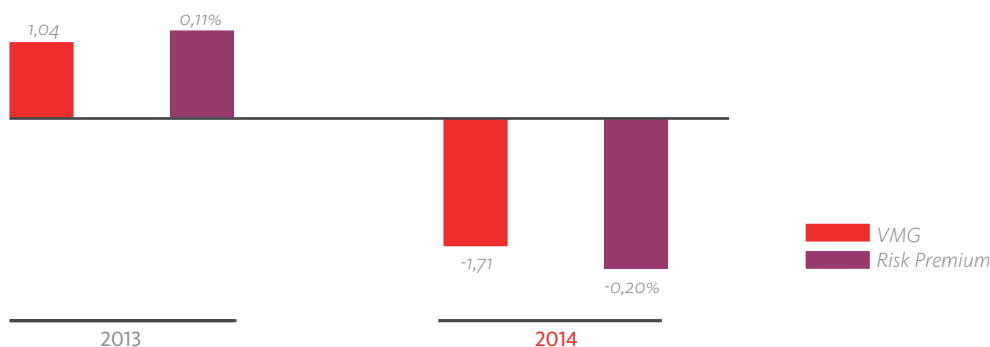
The amount of credit impairment accumulated on the balance sheet showed a coverage of 134,6% of the value of Non Performing loan, which was a value that was above what was registered in 2013 (117,5%). This was a comfortable value taking in consideration the particularly harsh context that characterized the financial year, highlighting the scrupulous and conservative approach in the management and mitigation of the credit risk.

Constata-se que, desde o início da atual crise financeira, a estratégia seguida pelo Banco, dá ênfase à minimização da exposição ao risco de crédito, pelo que tem vindo continuamente a adotar critérios cada vez mais exigentes ao nível da concessão de crédito evitando igualmente concentrações excessivas a uma determinada contraparte ou a contrapartes relacionadas. Este caminho tem-se revelado bastante acertado, na medida em que o crédito com incumprimento apresenta uma evolução bastante mais favorável que a tendência do setor.

From the very beginning of the current financial crisis, the strategy followed by the Bank is to emphasize minimizing the exposure to credit risk and, for that, it has continuously been adopting more demanding criteria in terms of credit granting, avoiding the excessive concentration for a specific counterpart or for related counterparts. This path has turned out to be the right one because the default credit has shown a much more favorable evolution than the trend of the sector.

KPIS CREDIT RISK

Million Euros; %



No seu modelo de gestão, o Banco utiliza para efeitos de gestão e acompanhamento da sinistralidade no crédito outros indicadores qualitativos, como sejam a Variação da Mora de Gestão (VMG) e o Prémio de Risco, que considera mais assertivos do que o crédito com incumprimento em percentagem do crédito total, na medida em que aqueles são líquidos das entradas e saídas em estado de incobrável, refletindo assim o verdadeiro acréscimo de risco de crédito em gestão. O indicador de Variação da Mora de Gestão (VMG) registou um forte decréscimo em relação a 2013, apresentando em 2014 -1,7 milhão de euros, como resultado de uma rigorosa política e monitorização contínua nos mecanismos de admissão e de recuperação de crédito. Por consequência, o Prémio de Risco estabilizou em torno de 0% ao longo do ano, atingindo os -0,20% em Dezembro de 2014.

In its management model, the Bank uses for management purposes and follow up of the credit risk other qualitative indicators, as for example the Management Default Variation (Variação da Mora de Gestão - VMG) and the Risk Premium, which the Bank considers more assertive than the default balances in percentage from the total credit, inasmuch as these are net of the entries and withdrawals in a state of irrecoverable, thus showing the real increase of the credit risk in management. The VMG indicator registered a strong decrease when compared with 2013, showing in 2014 -1,7 million Euros as result of a strict policy and continuous monitoring of the credit admission and recovery mechanisms. Consequently, the Risk Premium stabilized around the 0% throughout the year, reaching -0,20% in December 2014.

CONTA DE RESULTADOS CONSOLIDADA (IAS)

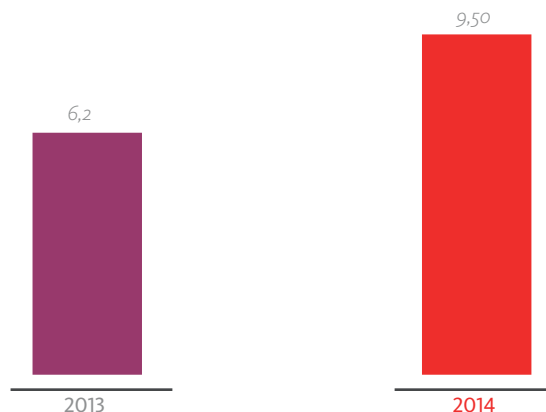
O resultado líquido consolidado (IAS) cifrou-se em 9,5 milhões de euros no final de 2014, resultando numa subida de 52,0% face ao indicador homólogo de 2013. Este resultado líquido reflete ainda o enquadramento extraordinariamente adverso com a quebra prolongada da procura e consumo internos, com impacto direto sobre a Carteira em Gestão, determinante para o desempenho das principais componentes da conta de resultados, sendo apenas contrariado pela rubrica de imparidade do crédito, que dado o contexto económico foi especialmente determinante para o crescimento do resultado líquido consolidado.

CONSOLIDATED INCOME STATEMENT (IAS)

The consolidated net income (IFRS/IAS accounting standards) amounted to 9,5 million Euros at the end of 2014, which resulted in a 52,0% increase when compared with the equivalent indicator of 2013. This net income also reflects the extremely adverse framework with the extended fall in the domestic demand and consumption, with a direct impact on the assets portfolio, which was fundamental for the performance of the main components of the profit and loss account, only countered by the item of credit impairment that, taking in consideration the economic situation, was particularly decisive to the increase in the consolidated net income.

NET INCOME

Amounts in Millions of Euros



A ligeira erosão da Margem Financeira ao longo do exercício de 2013 deveu-se essencialmente à redução verificada na carteira sob gestão, a qual foi substancialmente compensada pela diminuição nos custos de financiamento, resultado da gestão criteriosa desta rubrica, nomeadamente pela redução da duração média de financiamento e da redução das taxas de juro de referência de mercado.

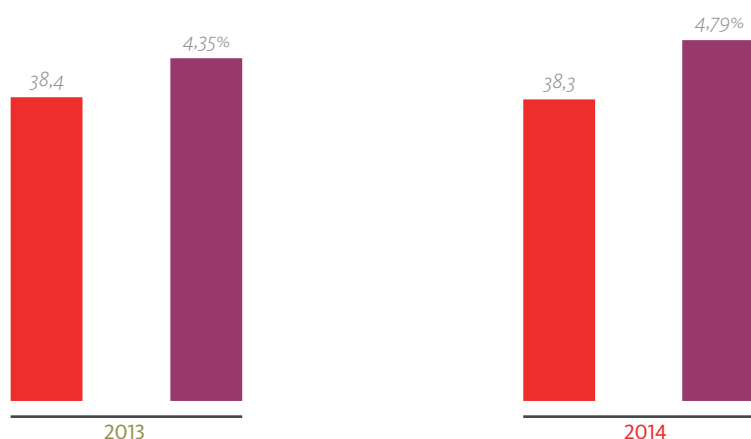
Ciente dos desafios, atuais e prospetivos, que potencialmente implicarão uma ligeira retoma ao nível do consumo privado, o Banco tem vindo a acompanhar de forma permanente e contínua a sua margem financeira, revendo sempre que tal se justifique o pricing dos produtos comercializados.

The slight erosion in the Financial Margin throughout the financial year of 2013 was essentially due to the reduction verified in the portfolio under management, which was substantially compensated by the decrease in the financing costs, which was a result of the careful management of this item, namely through the cutback of the financing average duration and the drop of the market base interest rates.

Aware of the challenges, current and prospective, that will potentially imply a slight recovery in private consumption; the Bank has been permanently and continuously monitoring its financial margin, reviewing the commercialized products' pricing whenever it is justifiable.

FINANCIAL MARGIN

Million Euros; %



Ao nível do Produto Bancário há ainda a destacar o acréscimo nas rubricas de comissões líquidas, que totalizaram 8,8 milhões de euros e que comparam com 7,5 milhões de euros em 2013, o que significou um aumento de 17,8%, acompanhando o crescimento de 18,8% de novos volumes de financiamento. O Produto Bancário totalizou 52,2 milhões de euros, crescendo 0,7% face ao registado no ano de 2013.

Em contrapartida, os Custos de Transformação aumentaram o seu valor em 1,4% face a 2013, fixando-se em 22,4 milhões de euros. O rácio de eficiência situou-se em 42,9% no final do exercício registando um incremento de 0,3 p.p. de 2013 para 2014, uma vez que o crescimento no Produto Bancário não foi suficiente para acomodar o acréscimo dos Custos de Transformação.

O valor contabilizado para perdas em imparidade líquidas de recuperações e para outras provisões atingiu 14,7 milhões de euros, o que representou um decréscimo de 23,3% relativamente a 2013, refletindo a política do Banco de prudência na avaliação dos riscos e de manutenção de uma cobertura adequada para fazer face à deterioração do contexto macroeconómico.

O resultado antes de impostos em 2014 atingiu 15,0 milhões de euros o que significou um acréscimo de 43,2% face aos 10,5 milhões de euros registados no ano transato. A rubrica de impostos cresceu 30,2% face ao valor verificado no exercício anterior.

Os indicadores de rentabilidade do exercício do ano 2014 encontram-se positivamente afetados pela evolução, de um modo geral, favorável dado o contexto em que foi desenvolvida a atividade do Banco, nomeadamente quando comparados com os valores obtidos no exercício de 2013.

Regarding the Operating Income it should also be noted the increase in the item of the net commissions that reached a total of 8,8 million Euros and that, when compared with the 7,5 million Euros in 2013, meant a raise of 17,8%, following the growth of 18,8% of the new financing volumes. The Operating Income had a total of 52,2 million Euros, growing 0,7% when compared with what was registered in 2013.

On the other hand, the Operating Expenses increased its value to 1,4 % comparing with 2013, settling at 22,4 million Euros. The efficiency ratio was 42,9% at the end of the year, registering an increment of 0,3 p.p from 2013 to 2014, since the Operating Income Growth was not enough to accommodate the increase of the Operating Expenses.

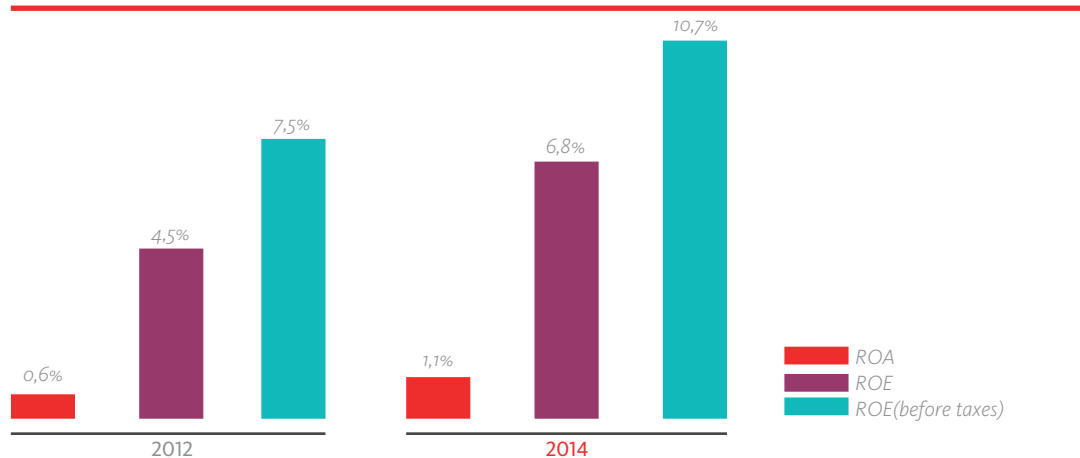
The carrying amount for losses in net impairment of recoveries and for other provisions reached 14,7 million Euros, which represented a decrease of 23,3% in relation to 2013, reflecting the Bank's policy of caution in the risk evaluation and maintenance of an adequate coverage so as to face the decline of the macroeconomic framework.

The profit before taxes in 2013 reached 15, 0 million Euros which meant a growth of 43,2% when compared with the 10,5 million Euros registered in the previous year. The item of taxes increased 30,2% in relation to what was verified in the previous financial year.

The profitability indicators in 2014 are positively affected by the generally favorable evolution given the context where the Bank's activity was developed, namely when compared with the values from the financial year of 2013.

PROFITABILITY

Percentage values



Com um resultado líquido de 9,52 milhões de euros no final de 2014, equivalente a 0,143 euros por ação (0,094 euros em 2013), a rentabilidade média dos capitais próprios (ROE) situou-se nos 6,8%, quando este valor em 2013 ascendeu a 4,5%, o que representa um acréscimo de 230 bp. No que se refere à rentabilidade média do ativo (ROA), esta situou-se em 1,1% em 2014, acima do valor registado no ano transato em 40 b.p.

O indicador de rentabilidade dos capitais próprios está naturalmente afetado pela postura conservadora do Banco nesta matéria, no qual o rácio de solvabilidade manteve-se quase inalterado com 17,44%, no final do ano de 2014, e em Dezembro de 2013 foi de 17,45%, cumprindo adicionalmente com um rácio de 17,44%, quando o valor mínimo exigido regulamentar para o rácio de Tier I é de 10,5% para o ano de 2014.

With a net income of 9,52 million Euros at the end of 2014, equivalent to 0,143 Euros per share (0,094 Euros in 2013), the average return on equity (ROE) was 6,8%, when in 2013 this value reached 4,5%, which represents a growth of 230 b.p. In terms of the average return on assets (ROA), it was 1,1% in 2014, above the value registered in the previous year at 40 b.p.

The profitability indicator of equity is naturally affected by the conservative attitude of the Bank in this matter, in which the solvency ratio remained almost unchanged at 17,44%, at the end of the year of 2014, and in December 2013 at 17,45%, carrying out additionally with a ratio of 17,44% when the minimum regulatory amount required for the Tier I ratio is 10,5% for the year of 2014.

1.8

Gestão Financeira

Financial Management

O ano de 2014 marcou o fim do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro e o início do pós-Troika, onde à semelhança do outro Estados da Zona Euro, Portugal, estará sujeito a um acompanhamento rigoroso por parte das autoridades europeias, de modo a garantir o cumprimento das regras de equilíbrio orçamental e de sustentabilidade da dívida pública bem como a evitar desequilíbrios macroeconómicos.

O processo de contração no volume de crédito concedido surge como efeito da recessão económica e da pressão colocada sobre os bancos para a adoção de políticas de concessão de crédito mais seletivas, na medida em que passaram a ter que respeitar rácios ou indicadores de risco mais conservadores.

De forma a combater a lenta retoma da economia europeia e a descida da inflação na zona euro, o Conselho do Banco Central Europeu (BCE) lançou, em meados de 2014, um pacote alargado de medidas de estímulos com o objetivo de conter a descida dos preços e fazer chegar o crédito à economia real. Além de descer a taxa de juro de referência para um novo mínimo histórico e de colocar a taxa de depósito dos bancos num valor negativo, o BCE avançou com medidas “não convencionais” e que visam uma série de operações de refinanciamento de prazo alargado (TLTROs) concebidas para melhorar o funcionamento da transmissão da política monetária através do apoio a empréstimos bancários para a economia real.

O fato de estar integrado num Grupo financeiro de cariz global aporta evidentes e importantes benefícios com reflexos positivos na gestão financeira corrente, e na adequação de procedimentos, políticas e estratégias para a gestão, mediação e mitigação dos riscos financeiros inerentes à atividade.

Neste contexto, a gestão financeira do Banco Santander Consumer Portugal, desenvolvida pela Direção Financeira de acordo com as orientações do Conselho de Administração, regeu-se pelos seguintes objetivos fundamentais ao longo do ano:

- Assegurar a liquidez necessária ao correto desenvolvimento do negócio, mantendo uma relação equilibrada entre capitais próprios e alheios para maximizar a rentabilidade dos acionistas, sem prejudicar a solidez financeira da instituição;
- Adotar as melhores práticas em termos de gestão de riscos financeiros, quer por via das políticas preconizadas de assunção e mitigação da exposição ao risco de liquidez e taxa de juro, quer por via das economias de escala proporcionadas pela pertença ao Grupo Santander, com reflexos na sua capacidade competitiva;

2014 marked the end of the Economic and Financial Adjustment Program and the beginning of the post-Troika, when, like other States of the Euro Area, Portugal will be rigorously monitored by the European authorities, so as to ensure the compliance with the rules of the budgetary balance and with the public debt sustainability, as well as to avoid macroeconomic imbalances.

The process of the credit granted volume contraction comes about as an effect of the economic recession and of the pressure over the banks for the adoption of more selective credit granting policies, inasmuch as they are now to respect more conservative ratios or risk indicators.

So as to fight the slow recovery of the European economy and the inflation decrease in the Euro Area, the Governing Council of the European Central Bank (ECB) launched, in mid-2014, a comprehensive stimulus package of measures with the purpose of containing the fall in prices and of making the credit accessible to the real economy. Besides the decrease of the base interest rate to a new all-time low and placing the banks' deposit rate at a negative value, ECB has started some “non-conventional” measures that aim at a series of targeted longer-term refinancing transactions (TLTROs) created to improve the monetary policy transmission performance through the support to bank loans for the real economy.

Being integrated in a global financial Group brings obvious and important benefits with positive reflections on the current financial management and on the adaptation of procedures, policies and strategies for management, mediation and mitigation of the financial risks that are an intrinsic part of the activity.

In this context, BSCP's financial management, developed by the Financial Management following the orientation of the Board of Directors, has been guided by the following essential objectives throughout the year:

- *Ensuring the necessary liquidity for the correct development of the business, keeping a balanced relationship between own capital and other capital so as to maximize the profitability of the shareholders, without harming the institution's financial solidity;*
- *Adopting the best practices in terms of financial risk management, whether through advocated policies of assumption and mitigation of the liquidity and interest rate risk, or through economies of scale from belonging to Santander Group, which has some reflections in its competitive capacity;*

- Diversificar as fontes de financiamento, por um lado, diminuindo a dependência da Tesouraria do Grupo Santander, e por outro, encontrar canais alternativos à exposição ao Mercado de Operações de Intervenção do Banco Central Europeu, utilizando para o efeito os ativos titularizados e potenciando a sua colocação junto a investidores privados, assegurando o financiamento do balanço a prazos mais alargados;
- Manter, com o apoio da tesouraria do Grupo Santander, uma política ativa e dinâmica de cobertura da exposição aos riscos financeiros (liquidez e taxa de juro) inerentes ao seu negócio.

a) FINANCIAMENTO DO NEGÓCIO

Os novos contratos de Crédito, Leasing e ALD têm, no momento da sua originação, prazos que em média se situa acima dos 6 anos, pelo que o financiamento do negócio deve ter em conta este facto, tendo igualmente em conta que esses mesmos prazos se têm vindo a dilatar por força dos requisitos de mercado.

As diferentes necessidades financeiras, subjacentes ao financiamento destes ativos, foram satisfeitas através de um mix equilibrado de capitais de curto e médio prazo. Na sequência das medidas adotadas pelo Banco Central Europeu alusivas a operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas (ORPA direcionadas), o Banco tem seguido uma estratégia de redução do prazo médio das novas operações de liquidez, dado que também dispõe de uma operativa de mitigação do risco de taxa de juro, através da contratação de instrumentos derivados, nomeadamente swaps de taxa de juro.

Assim, sob o enquadramento das linhas de orientação de anos anteriores, assentes na garantia da solvabilidade da instituição, na estabilidade da respetiva tesouraria e na obtenção de custos de financiamento competitivos, negociaram-se os passivos adequados, em termos de duração, aos ativos do banco, observando-se simultaneamente os requisitos prudenciais impostos pelo Banco de Portugal, bem como os limites impostos corporativamente pelo acionista.

EMPRÉSTIMOS OBRIGACIONISTAS E DE MÉDIO E LONGO PRAZO

O Banco assenta a sua estrutura de financiamento em operações de mercado monetário e operações contratadas, quer, junto da Tesouraria do Banco Santander Consumer Finance, em Espanha, quer, junto de outras instituições de crédito. Estas operações têm uma duração média de sensivelmente 2 anos, para adequação à correspondente duração do ativo.

O acesso permanente a linhas de liquidez de elevada estabilidade permite ao Banco, dentro de uma gestão de elevado rigor, dirigir parte deste esforço e sinergias para o seu core business, beneficiando assim de uma importante vantagem competitiva no mercado onde, dada a manutenção de alguma turbulência nos mercados financeiros internacionais, nomeadamente através de restrições à liquidez do sistema financeiro nacional e à volatilidade na estrutura temporal de taxas de juro de mercado.

- *Diversifying the financing sources, on one hand, reducing the dependence on the Treasury of Santander Group and, on the other hand, finding alternative channels to the exposure to the Intervention Transactions Market of the European Central Bank, using for that purpose securitized assets and encouraging its collocation with private investors, assuring the longer-term financing;*
- *Maintaining, with the support of the Santander Group Treasury, an active and dynamic coverage policy of exposure to the financial risks (liquidity and interest rate) inherent to the business.*

a) BUSINESS FINANCING

The new Credit, Leasing and LTR contracts have, at the moment of their creation, time limits that in average are above 6 years, which must be taken into consideration in the business financing, as well as considering that those time limits have been dilating due to market requirements.

The different financial necessities, underlying the financing of these assets, were met through a balanced mix of short-and-medium-term capitals. Following the measures adopted by the European Central Bank related to the targeted longer-term refinancing transactions (TLTRO), the Bank has followed a reduction strategy of the medium-term of the new liquidity transactions, since it also has a mitigation instruction of the interest rate risk, by contracting derivative instruments, namely interest rate swaps.

Hence, under the framework of the guiding lines of previous years, based on the institution's solvency guarantee, on the stability of the respective treasury and on getting competitive financing costs, the adequate liabilities were negotiated in terms of duration to the bank's assets, paying attention not only to the caution requirements imposed by the Bank of Portugal but also to the limits imposed corporately by the shareholder.

DEBENTURE LOANS AND MEDIUM AND LONG-TERM LOANS

The Bank bases its financing structure on monetary market transactions, whether with the Treasury of the Santander Consumer Finance Bank in Spain, or with other credit institutions. These transactions have an average duration of about 2 years, so as to be adequate to the correspondent asset duration.

The permanent access to high stability liquidity lines allows the Bank, within a high rigor management, to guide part of this effort and synergies towards its core business, thus benefiting of an important competitive advantage in the market where, given the maintenance of some turbulence in the international financial markets, namely through restrictions to the national financial system liquidity and volatility in the term structure of the market interest rates.

Ao longo de 2014 e devidamente enquadrado na política de liquidez prosseguida pelo Grupo Santander, o Banco continuou a aceder periodicamente às operações de cedência e absorção de liquidez junto do Banco Central Europeu por via do desconto de ativos titularizados considerados elegíveis para aquele efeito.

FINANCIAMENTO DOS ATIVOS DE CURTO PRAZO

Tal como em anos anteriores, e uma vez que este tipo de crédito se destina sobretudo a apoiar as aquisições de existências por parte dos Concessionários com os quais o Banco tem acordos de colaboração, o financiamento desta atividade foi efetuado, quase exclusivamente, com base nas contas correntes bancárias de que o Banco dispõe ou através de operações de tomada de fundos de curto prazo.

b) ESTRATÉGIA DE GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

No ano de 2014 o Banco prosseguiu uma gestão conservadora dos riscos financeiros inerentes ao seu negócio, nomeadamente no que se refere aos riscos de taxa de juro e liquidez.

O acompanhamento, monitorização dos riscos de mercado e as decorrentes coberturas, negociadas para garantir a adequação das maturidades e o perfil de taxa de juro dos ativos e passivos do Banco Santander Consumer Portugal, foram implementados em estreita coordenação com a tesouraria do Grupo Santander, ficando naturalmente sujeitas às regras e políticas de supervisão nacionais.

RISCO DE TAXA DE JURO

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. mede, em base mensal (ou pontualmente, quando considerado conveniente), a sensibilidade do valor atualizado do somatório dos cash-flows futuros da carteira de negócio (ativos de natureza comercial e financeira), com os cash-flows do respetivo passivo associado a uma subida paralela de 1% na curva de taxas de juro do mercado interbancário.

Para mitigar o risco de subida das taxas de juro, o Banco Santander Consumer Portugal privilegia a utilização de instrumentos financeiros derivados – swaps de taxa de juro – por montantes e prazos que possibilitam a imunização dos cash-flows da carteira de taxa fixa (ativo) a movimentos adversos na estrutura temporal de taxas de juro no mercado interbancário. A utilização dos instrumentos derivados permite uma otimização da liquidez, uma vez que o financiamento da atividade pode passar a ser feito por prazos mais reduzidos, facto especialmente relevante dadas as condições persistentes ao nível do custo dos fundos nos mercados financeiros.

Em conformidade, em 31 de Dezembro de 2014, o risco de taxa de juro do balanço do Banco, medido de acordo com a Instrução 19/2005 do Banco de Portugal, que assume, entre outros fatores, um movimento de 200 pontos básicos paralelo na estrutura de taxas de juro, era de 2.430 milhares de euros de impacto negativo nos capitais próprios, refletindo a postura conservadora que o Banco adotou nesta matéria, representando apenas cerca de 2% dos seus fundos próprios elegíveis.

Throughout 2014 and duly inserted in the liquidity policy followed by Santander Group, the Bank continued to access periodically to liquidity-providing or absorbing transactions with the European Central Bank through the discount of securitized assets considered eligible for that purpose.

SHORT-TERM ASSET FINANCING

As in previous years and since this type of credits are mainly to support the acquisition of stocks by the Dealerships with whom the Bank has cotransaction agreements, the financing of this activity was made, almost exclusively, based on the current banking accounts that the Bank has or through short-term funding transactions.

b) FINANCIAL RISKS' MANAGEMENT STRATEGY

In 2014 the Bank carried on with a conservative management of the financial risks inherent to its business, namely regarding the interest rate and liquidity risks.

The monitoring of the market risks and due hedges, negotiated to guarantee the suitability of the maturities and the profile of the assets and liabilities' interest rate of Santander Consumer Bank Portugal, were implemented in close coordination with the Santander Group treasury, being naturally under the national supervision rules and policies.

INTEREST RATE RISK

Banco Santander Consumer Portugal, S.A. measures, monthly (or sometimes, when considered convenient), the sensitivity of the updated value of the sum of the business portfolio future cash-flows (assets with a commercial and financial nature) with the cash-flows of the respective liability associated to a parallel increase of 1% in the interest rates' curve of the interbank market.

To mitigate the risk of interest rate increase, Banco Santander Consumer Portugal gives privilege to the use of derivative financial instruments – interest rate swaps – instead of amounts and deadlines that allow the immunization of the fixed-rate portfolio cash-flows (assets) to adverse movements of the term structure of the interbank market interest rates. The use of the derivative instruments consent a liquidity optimization, since the financing activity can be made within reduced terms, which is a specially relevant fact given the persistent conditions regarding the costs of funds in the financial markets.

Accordingly, on December 31st 2014, the interest rate risk of the Bank's balance sheet, measured in accordance with Regulation 19/2005 from the Bank of Portugal, which assumes, among other factors, a movement of 200 base points parallel in the interest rate structure, had 2.430 thousand of Euros of negative impact on equity, showing the conservative attitude that the Bank has adopted in this matter, representing only about 2% of its eligible own funds.

RISCO DE LIQUIDEZ

Em virtude da inserção do Banco Santander Consumer Portugal no Grupo Santander, maior grupo financeiro Europeu e um dos dez maiores a nível mundial (por capitalização bolsista), o risco de liquidez encontrava-se completamente mitigado, com linhas de crédito aprovadas de 750 milhões de euros, limites que perfazem a quase totalidade do valor do ativo, assegurando a plenitude da atividade desenvolvida ao longo exercício.

No final de 2014, a operação de titularização de créditos totalizava 454,6 milhões de créditos do segmento automóvel (novos e usados) e cuja estrutura de passivo pode ser analisada da seguinte forma:

Denomination of the securitized position Class	RATINGS		Original	Current	Remuneration
	Fitch	S&P			
A	AAA/A	AAA/A-	500,0	173,6	Euribor 3 months + 1.5%
B	-/-	-/-	184,0	288,0	
C	-/-	-/-	3,9	3,9	
TOTAL			687,9	465,5	

Amounts in millions of euros

No decurso dos diversos downgrades da dívida soberana portuguesa, as agências de notação financeira foram ajustando e alinhando os níveis de rating da operação de titularização. A Standard & Poors, por exemplo, reviu os seus critérios de atribuição das notações de rating e definiu, entre outros, o condicionamento dos níveis de rating da dívida estruturada, pelos níveis de rating soberano. Não obstante, com a corrente notação de rating da Classe A das obrigações titularizadas (Fitch A/S&P A-) a operação continuou elegível para efeitos de acesso às operações de intervenção do Banco Central Europeu.

Para efeitos prudenciais, a operação de titularização Silk Finance nº3 não configura como uma transferência significativa dos riscos envolvidos, nomeadamente ao nível do risco de crédito, estando os créditos objeto da operação de titularização registados na rubrica de Ativos Titularizados não Desreconhecidos e os fundos recebidos registados na rubrica Passivos por Ativos não Desreconhecidos em Operações de Titularização.

c) GESTÃO DOS RECURSOS PRÓPRIOS

Para desenvolvimento da sua estratégia de crescimento e expansão, o Banco avalia de forma permanente a sua política de adequação de capital por forma a:

- i) Garantir o crescimento sustentado da atividade creditícia pela gestão prudente da sua solvabilidade, decorrente do exercício dos objetivos estratégicos;
- ii) Cumprir os requisitos impostos pelas entidades de supervisão;
- iii) Assegurar uma gestão criteriosa dos capitais alheios, com o objetivo último da maximização do valor do Banco para os seus acionistas;

Em termos prudenciais e nesta matéria, o Banco encontra-se sujeito à disciplina de supervisão do Banco de Portugal, pelo disposto no Decreto-Lei nº103/2007 e Decreto-Lei nº10/2007, de 3 de Abril e pela aplicação das disposições regulamentares em vigor a 31 de Dezembro de 2014, nomeadamente pelos Avisos nº 5/07 e 6/10 do Banco de Portugal.

LIQUIDITY RISK

Banco Santander Consumer Portugal as part of the Santander Group, the largest financial European group and one of the biggest worldwide (by market capitalization), the liquidity risk was completely mitigated, with approved credit lines of 750 million Euros, limits that add up to almost the total of the asset value, ensuring the wholeness of the activity developed throughout the year.

At the end of 2014, the securitization of credit transactions reached a total of 454,6 million of credits in the car segment (new and used) and with a liability structure that can be analyzed as follows:

Throughout the several downgrades of the Portuguese sovereign debt, the rating agencies adjusted and aligned the rating levels of the securitization transaction. Standard & Poors, for example, reviewed the criteria for the attribution of the rating and defined, among others, the constraint of the rating levels for the structured debt, according with the sovereign rating levels. Even so, with the current Class A rating of the securitized bonds (Fitch A/S&P A-) the transaction remained eligible for the access to the intervention transactions of the European Central Bank.

The Silk Finance nº3 securitization transaction does not stand as a significant transfer of the risks involved, namely in terms of credit risk, so that the credits that are the object of the securitization transaction are registered under the heading of Non Derecognized Securitized Assets and the received funds are registered under the heading Non Derecognized Liabilities by Assets in Securitization Transactions.

c) CAPITAL ADEQUACY MANAGEMENT

In order to develop its strategy of growth and expansion, the Bank evaluates in a permanent way its policy of capital adequacy so as to:

- i) Ensure the sustained growth of the credit activities through the careful management of its solvency, resulting from the strategic objectives;
- ii) Follow the requirements imposed by the supervisory agencies;
- iii) Ensure a cautious management of the outside capital, with the main purpose of maximizing the value of the Bank for its shareholders;

In prudential terms and in this matter, the Bank is regulated by the Bank of Portugal, according with the Decree-Law nº103/2007 and Decree-Law nº10/2007, from April 3rd and as it should be complied with the regulatory provisions in force on December 31st 2014, namely through the Notices nº 5/07 and 6/10 of the Bank of Portugal.

O Banco de Portugal emitiu o aviso 6/2013 que regulamenta o regime transitório previsto no Regulamento (UE) n.º 575/2013 (Acordo de Basileia III) em matéria de fundos próprios com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2014.

No âmbito do Acordo de Basileia III, o Banco irá manter as abordagens definidas no passado para a determinação da alocação de fundos próprios, a metodologia do Método Padrão na componente de Risco de Crédito e, na componente de Risco Operacional, continua a guiar-se pelo Método do Indicador Básico.

Ainda com o delineado por Basileia III, no final de 2014, os requisitos de fundos próprios consolidados ascendiam a 60 milhões de euros, o que significou uma redução de 0,7% sobre o valor registado no final do ano de 2013 de 61 milhões de euros, dada a redução verificada no ativo ponderado. Em Abril de 2014, os fundos próprios foram incrementados em cerca de 6,5 milhões pela aprovação dos resultados do exercício de 2013, tendo no entanto sido diminuídos, em Setembro de 2014 em 3 milhões, dada a aproximação da data de vencimento dos empréstimos subordinados. Em Dezembro foram novamente diminuídos, em 5,6 milhões, por via da distribuição de dividendos aos acionistas. Assim, no final de 2014 os fundos próprios ascendiam a 131,5 milhões de euros, comparando com 132,5 milhões de euros no final de 2013, o que ilustra a política conservadora da solvabilidade do Banco função do enquadramento adverso em que ainda operou.

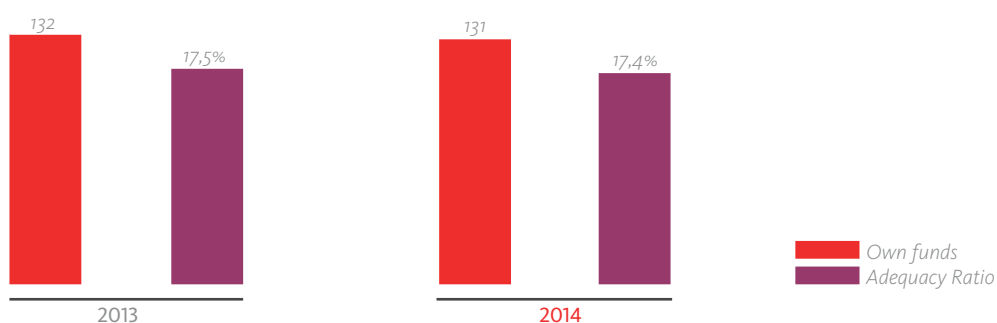
The Bank of Portugal issued the notice 6/2013 that regulates the transitional regime as foreseen in the Regulation (EU) n.º 575/2013 (Basel III Accord) in the matter of own funds with effect from January 1st 2014.

In terms of the Basel III Accord, the Bank will maintain the approaches determined in the past for the decision of allocating own funds, the methodology of the Standard Approach in the Credit Risk component and in the Operational Risk component will continue to be guided by the Basic Indicator Approach.

Still with what was outlined by the Basel III, at the end of 2014, the consolidated own funds requirements reached up to 60 million Euros, which meant a reduction of 0,7% over the value registered at the end of the year of 2013 (61 million Euros), given the reduction seen in the weighted asset. In April 2014, the own funds were incremented in approximately 6,5 million through the approval of the income of the financial year of 2013, though being reduced, in September 2014 in 3 millions, due to the approaching of the due date of the subordinated loans. In December they were again reduced, in 5,6 million, through the dividend distribution to the shareholders. Thus, at the end of 2014 the own funds reached up to 131,5 million Euros, when compared with 132,5 million Euros at the end of 2013, which shows the Bank's conservative solvency policy considering the difficult framework in which it still operated.

EQUITY CAPITAL ADEQUACY

Million Euros; %



Em matéria de solvabilidade, no final de 2014, o rácio de adequação de fundos próprios (core Tier I) calculados em base consolidada, cifravam-se respetivamente em 17,44%, que compara com 17,45% registados no ano de 2013, refletindo a estratégia conservadora da gestão do Banco, função do contexto exigente, nomeadamente pelos patamares mínimos impostos pela carta do Banco de Portugal (referência 1574/14/DSPDR) para o rácio Core Tier I de 8,5% e para o rácio de fundos próprios totais de 10,5%.

In terms of solvency, at the end of 2014, the own funds adequacy ratio (core Tier I) calculated on a consolidated basis, amounted respectively to 17,44% compared with 17,45% registered in 2013, reflecting the Bank's conservative management strategy, due to a demanding context, namely through the minimum thresholds imposed by the instruction letter of the Bank of Portugal (reference 1574/14/DSPDR) for the Core Tier I ratio of 8,5% and for the total own funds ratio of 10,5%.

1.9

Gestão de Risco de Crédito

Credit Risk Management

Sem alterações significativas na estrutura orgânica, a conjuntura vivida em 2014 implicou apenas a necessidade de pequenos ajustamentos que permitiram uma melhor adaptação à realidade do negócio.

Em termos das políticas de admissão, as mesmas foram mantidas, registando-se um aumento na taxa de aprovação global, mantendo-se o perfil de risco médio-baixo.

Os níveis de risco de crédito são permanentemente medidos e acompanhados, de acordo com metodologias corporativas, das quais se destacam a monitorização da Variação da Mora sob Gestão (VMG), os níveis de delinquência simples (%NPL), a análise de carteiras com igual período de originação (vintages), a monitorização permanente dos modelos de decisão automáticos e a monitorização da perda esperada do novo negócio angariado.

Em relação ao negócio de não retalho, risco individual por empresa com valor superior a 150 mil Euros, mantiveram-se as visitas a concessionários, por parte do binómio gestor/analista. Esta atuação permite um maior conhecimento e abrangência na informação obtida, gerando uma melhor qualidade na elaboração do rating da empresa.

With no significant changes in the organic structure, the situation lived in 2014 implied only the need for small adjustments that allowed a better adaptation to the reality of the business.

Regarding the admission policies, these were maintained and it was registered an increase in the global approval rate, which meant keeping the profile of medium-low risk.

The credit levels are permanently measured and monitored, according with the corporate methodologies, such as the monitoring of the Management Default Variation (Variação da Mora de Gestão - VMG), the simple misconduct levels (Non Performing Loans NPL %), the analysis of portfolios with same origin period (vintages), the permanent monitoring of the automatic decision models and the control of the expected loss of the new acquired business.

Considering the non-retail business, the individual risk per company with a value higher than 150 thousand Euros, the dealership visits were continued, from the binominal key account manager / credit analyst. This action allows a bigger knowledge and scope of the attained information, creating a better quality in the conception of the company rating's and credit assessment.

1.10

Recuperação de Crédito

Collections and Recoveries

Em 2014 foram mantidas globalmente as políticas e estratégias de recuperação, tendo sido apenas efetuados os ajustes adequados face ao decréscimo da carteira gerida, mantendo-se a preocupação na eficiência do processo e na redução de custos.

Em termos de Recuperação Telefónica, registou-se uma diminuição de 14% da carteira sob gestão, implicando um decréscimo dos valores cobrados de 13%. Registou-se um rácio de recuperação global de 67,3%, ligeiramente superior ao período homólogo.

Na fase de Contencioso foi mantido o foco na recuperação da carteira de write-off, com a realização de várias campanhas, bem como a venda de uma carteira no valor de 32,2 MM€.

In 2014 the recovery strategies and policies were globally kept, only having some appropriate adjustments considering the decrease in the managed portfolio, maintaining the concern in the efficiency of the process and in the cost reduction.

Regarding the phone recovery, there was a 14% reduction of the portfolio under management, which implies a decrease of the charged values of 13%. A global recovery ratio of 67,3% was registered, slightly higher than the homologous period.

In the litigation stage the focus was maintained on the write-off portfolio recovery, with the performance of many campaigns, as well as with the sale of a portfolio that amounted to 32,2 billion Euros.

1.11

Tecnologia & Operações

Technology & Operations

OPERAÇÕES

No que se refere à área de processamento, designada por Operações, manteve-se em 2014, a procura sistemática da eficiência e da eficácia, tanto na estrutura interna como na estrutura subcontratada em regime de outsourcing.

No que respeita ao processamento das operações, durante o ano de 2014, na estrutura interna foram asseguradas de uma forma sistemática as atividades de todas as operações realizadas pelo banco e de acordo com as necessidades (níveis de serviço nomeadamente) dos clientes internos e externos.

Observou-se em 2014 um acréscimo nas atividades totais da área face a 2013.

Assegurámos na estrutura interna e externa, dois processos novos, a adesão do banco ao novo sistema interbancário (SEPA) e as alterações profundas ao nível do tratamento do Imposto Único Automóvel, motivadas pela alteração da forma de atuação da Autoridade Tributária.

TECNOLOGIA E CONTROLO OPERACIONAL

A área de Tecnologia e Controlo Operacional garantiu a persecução da sua missão, tendo assegurado um acompanhamento de todas as atividades, controlos da direção e gestão dos projetos do banco de forma eficiente e eficaz, através de um modelo que sintetiza a sua área de atuação, visando a obtenção da maior eficiência possível, com processos controlados.

Modelo de Controlo de Headcount

Em parceria permanente com a Direção de Recursos Humanos, foi garantido o acompanhamento da evolução do headcount do Banco e a sua adequação ao orçamentado por cada direção.

Modelo de Gestão de Custos

Neste modelo enquadrámos todos os controlos que visam a gestão integrada de todos os custos do Banco, visando a garantia do cumprimento do orçamento em todas as suas linhas e de uma forma transversal a todo o banco. O acompanhamento minucioso e regular das diversas rubricas de custos, motivou alertas permanentes com respetiva justificação, para inesperados incrementos de custos, mas com apresentação simultânea de soluções de poupança responsáveis.

Modelo de Risco Operacional e Tecnológico

Com um conjunto diversificado e exaustivo de controlos, onde se incluem checklists das tarefas mais relevantes, reportes regulares de tarefas em que existam atrasos na respetiva execução, assim como verificações independentes a processos e atividades, esta área garante que as operações são executadas na forma adequada e dentro dos níveis de serviço estabelecidos.

OPERATIONS

In regards of the processing area, called Operations, 2014 remained with a systematic search for efficiency and efficacy, not only in the internal structure but also in the structure subcontracted through outsourcing.

Considering the processing of transactions, during 2014, in the internal structure, the activities of all the operations carried out by the Bank were ensured, in accordance with the necessities (namely levels of service) of the internal and external customers.

2014 brought an increase in the area's total activities when compared with 2013.

We ensured in the internal and external structure, two new processes, the bank's adoption of a new interbanking system (SEPA) and the profound changes in terms of the treatment of the single car tax (Imposto Único Automóvel), caused by the change in the way of acting of the Tax Authority.

TECHNOLOGY AND OPERATIONAL CONTROL

The area of Technology and Operational Control has guaranteed the pursuit of its mission, ensuring a monitoring of all the activities, control of the management of the Bank's projects in an efficient and effective way, through a model that sums up its area of interest, focusing on getting as much efficiency as possible, with controlled processes.

Headcount Control Model

In permanent partnership with the Human Resources Department, it was possible to guarantee the monitoring of the Bank's headcount evolution and its adequacy to the budget of each department.

Cost Management Model

In this model we incorporate all the controls that aim at an integrated management of all the Bank's costs, with the purpose of ensuring the compliance with the budget in all its lines and in a transverse way within the entire bank. The thorough and regular monitoring of several costs' headings has created permanent alerts with its respective justification, for unexpected costs' increases, but with a simultaneous presentation of responsible saving solutions.

Technological and Operational Risk Model

With a diversified and detailed set of controls, such as checklists for the more relevant tasks, regular reports for tasks that may be delayed in being finished, as well as independent inspections to processes and activities, this area ensures that all the operations are done in an appropriate way and within the established levels of service.

Durante o ano de 2014 foi garantido a implementação em pleno do modelo de Risco Operacional e Tecnológico e foi igualmente concluído o Plano de Continuidade do Negócio, enquadrando as diretrizes do Grupo, dando assim satisfação a um requisito estratégico que esta direção se tinha comprometido alcançar.

Modelo de Acompanhamento Quantitativo

A medição constante de todas as atividades da direção, em diferentes perspetivas e com periodicidades adequadas, permitiu uma intervenção imediata dos gestores de equipas para qualquer ajustamento de estruturas e uma afetação adequada dos recursos, tendo em conta as respetivas competências.

Modelo de Acompanhamento Qualitativo

É efetuado um conjunto de atividades de controlo dos níveis de serviço e de ocorrências excecionais (positivas e negativas), e a análise da sua adequabilidade aos princípios definidos para os produtos e processos que visam o suporte ao negócio.

Modelo de Qualidade e Clientes

O acompanhamento dos clientes internos, (seja na vertente de apoio às áreas de processamento da direção seja no apoio a outras direções), assim como dos clientes externos (concessionários e importadores nos produtos de factoring e de tesouraria) é uma virtude deste modelo, com o objetivo de uma avaliação em cada momento do nível de qualidade dos processos da direção. A área acompanha e participa ativamente na implementação de projetos do banco que tenham impacto na operativa diária da direção.

Modelo de Acompanhamento do Plano de Sistemas

Em 2014 manteve-se um acompanhamento sistemático da priorização e evolução dos projetos de tecnologia do banco, ajustados às necessidades e prioridades definidas por cada uma das direções, além de um acompanhamento e controlos efetivos dos custos associados a cada um dos projetos.

PATRIMÓNIO E SERVIÇOS GERAIS

A área de Património e Serviços Gerais manteve a sua ação focada nas diferentes áreas de intervenção, nomeadamente:

Instalações

Adequando e mantendo os diversos espaços em condições de funcionalidade e conforto ótimos para todos os diferentes utilizadores dos mesmos.

Segurança

Proseguiu-se a especial atenção dada a esta área de intervenção com implementação de equipamentos de segurança física, nomeadamente equipamentos anti tumultos.

Serviços Gerais

Manteve-se o acompanhamento e gestão dos diferentes serviços gerais, como sejam o economato, os correios e gestão da frota do Banco, em condições de disponibilidade adequada às diferentes necessidades e com custos controlados e sistematicamente questionados.

During 2014 the implementation of the Technological and Operational Risk model was guaranteed and it was also concluded the Business Continuity Plan, incorporating the Group's guidelines, thus fulfilling a strategic requirement that this management had promised to achieve.

Quantitative Monitoring Model

The constant measurement of the management activities, in different perspectives and adequate periodicities, has allowed an immediate intervention of the team managers in any structural adjustment and a suitable allocation of the resources, taking in consideration the respective competences.

Qualitative Monitoring Model

It is carried out a set of control activities of the service levels and exceptional events (positive and negative) and the analysis of its adequacy to the established principles for the products and processes that are the support of the business.

Quality and Customers Model

The monitoring of the internal customers (whether in terms of support of the management processing areas or support to other areas), as well as of the external customers (dealerships and importers of factoring and treasury products) is an advantage of this model, with the goal of evaluating in any moment the level of quality of the management processes. The area follows up on and participates in the implementation of the bank's projects that may have some impact on the management daily operations.

Monitoring Model System

In 2014 there continued to be a systematic monitoring of the prioritization and evolution of the bank's technology projects, adjusted to the needs and priorities defined by each of the managements, besides an actual follow-up and control of the costs associated to each one of the projects.

PERMISES AND GENERAL SERVICES

The area of Permits and General Services kept its action focused on the different areas of intervention, namely:

Facilities

Adapting and keeping the several spaces in optimized functionality and comfort conditions for all the different users.

Safety

The special attention paid to this area of intervention was maintained by implementing physical safety equipments, such as anti-riot equipment.

General Services

The monitoring and management of the different general services was kept, such as the stationery, post-office and management of the Bank's fleet, with appropriate availability conditions to the different needs and with controlled and systematically questioned costs.

1.12

Legal e Compliance

Legal and Compliance

No início de 2014 foi constituída a Direção de Legal e Compliance, passando assim a estar incorporadas numa mesma Direção duas áreas com elevadas conexões, o Legal e o Compliance.

Esta nova estrutura constitui parte da resposta às exigências regulamentares mas sobretudo aos diferentes stakeholders que progressivamente têm exigido melhores práticas de gestão, orientadas para o crescimento e melhor performance, mas assentes no cumprimento da regulamentação, o que implica uma visão holística.

A função de compliance tem como principais desafios assegurar, em estreita articulação com as demais áreas funcionais, a conformidade das estratégias, sistemas, processos, políticas e procedimentos com a legislação e regulamentação em vigor, com especial enfoque nos produtos e serviços disponibilizados pelo Banco e no sistema de prevenção de branqueamento de capitais, sobre a sua direta responsabilidade.

Para o efeito, zela pela contínua adoção em todas as atividades, de regras de conduta e de princípios deontológicos, com o intuito de mitigar o risco de ocorrência de impactos negativos.

Por outro lado, em 2014 houve um despoletar de projetos locais e corporativos que contribuirão para o controlo, monitorização e mensuração do risco de Compliance e a sua manutenção em níveis de tolerância adequados.

De facto, o Banco ambiciona uma abordagem preventiva na gestão do risco de compliance pelo que, para 2015 prevê-se a conclusão e desenvolvimento de projetos, quer a nível de automatização de ferramentas de controlo, quer ao nível de assessment e de formação.

At the beginning of 2014 a Legal and Compliance Department was established, from then onwards two areas with strong connections were incorporated in the same Department, Legal and Compliance.

This new structure has been part of the answer to the regulatory demands but mainly to the different stakeholders that have progressively required better management practices, directed towards growth and improved performance, but based on the compliance of the regulation, which implies a holistic view.

The compliance function has as main goals to ensure, in close coordination with the other operational areas, the compliance of strategies, systems, processes, policies and procedures with the laws and regulations in force, particularly focusing on the products and services provided by the bank and on the money laundering prevention system, under its direct responsibility.

To that objective, it ensures the continuous adoption of rules of conduct and ethical principles in all the activities, with the purpose of mitigating the negative impact risk.

On the other hand, in 2014 there was a triggering of local and corporate projects that contributed to the control, monitoring and measuring of the Compliance risk and its maintenance at appropriate tolerance levels.

In fact, the Bank wants a preventive approach in terms of compliance risk management, so in 2015 it is predicted the conclusion and development of projects, not only at the level of automation of control tools, but also at an assessment and training level.

1.13 Controlo Interno

Internal Control

O Banco tem vindo a orientar o desenvolvimento da sua atividade numa ótica de contínuo acompanhamento e avaliação da eficácia das políticas e procedimentos internos, com vista a garantir um desempenho eficiente e rentável da atividade a médio e longo prazo, em linha com as orientações estratégicas e com os objetivos estabelecidos.

Durante o ano de 2014, foi dada continuidade à estratégia de controlo, até então conduzida, de fortalecer o sistema de controlo interno do Banco, assegurando a sua permanente adequação e eficácia, bem como a apropriada gestão dos riscos inerentes às atividades desenvolvidas.

Tendo presente os desafios inerentes a um contexto de reforço das práticas a adotar pelo setor financeiro, a linha de atuação da Direção de Controlo Interno privilegiou o aperfeiçoamento dos mecanismos que garantem a prossecução de uma estratégia de negócio sustentável, assegurando a sua robustez e permitindo que se alcance um retorno dos capitais, em linha com as expectativas dos seus acionistas, numa ótica de médio e longo prazo.

Assim, no decorrer de 2014, a Direção de Controlo Interno conduziu a sua atividade e forma a monitorizar de forma integrada a adequação e eficácia dos processos, políticas e procedimentos, das diferentes componentes do Sistema de Gestão de Riscos, e a assegurar, de forma autónoma e independente, a sua aderência e efetividade, tendo por referência as boas práticas internacionais, bem como as orientações estratégicas definidas a nível corporativo.

A incorporação dos resultados dos exercícios de avaliação da adequação das metodologias e ferramentas de gestão de riscos, na definição da estratégia, no planeamento de capital e no desenvolvimento de mecanismos que assegurem a sustentabilidade do Banco, numa ótica de médio longo prazo, e a execução de exercícios de stress test, simulando cenários com diferentes graus de adversidade, permitiu confirmar a adequabilidade dos níveis de solvabilidade e de liquidez.

The Bank has been guiding the development of its activity based on a continuous follow-up and evaluation of the internal procedures and policies efficacy, with the purpose of ensuring an efficient and profitable performance of the activity in a medium-long term, following the strategic guidelines and the established goals.

During the year of 2014, there was a continuation of the control strategy to strengthen the Bank's internal control system, ensuring its permanent adequacy and efficacy, as well as the appropriate management of the risks inherent to the developed activities.

Taking in consideration the challenges inherent to a context of reinforcement of the practices that should be adopted by the financial sector, the line of action of the Internal Control Department has benefited the improvement of the mechanisms that ensures a sustainable business strategy, guaranteeing its solidity and allowing the return on the capital, according with the shareholders' expectations, in a medium-long term.

Thus, throughout 2014, the Internal Control Department carried out its activity so as to monitor, in an integrated way, the adequacy and efficacy of the processes, policies and procedures of the different components of the Risk Management System and to ensure, in an autonomous and independent way, its observance and effectiveness, following the international good practices, as well as the strategic guidelines defined at a corporate level.

The incorporation of the year's results of the evaluation of the adequacy of the risk management methodologies and tools in the strategy definition, capital planning and development of mechanisms that may ensure the Bank's sustainability, in a medium-long term, and the performance of stress test exercises, simulating different degree adversity scenarios, allowed the confirmation of the adequacy of the solvency and liquidity levels.

1.14

Recursos Humanos

Human Resources

2014 foi o ano que marcou o rebrand interno do Grupo Santander. Decorrente do mesmo, o claim interno transitou de "Santander És Tu" para "Somos Santander". A nova marca de identidade do Grupo Santander e das suas Pessoas, aposta num posicionamento cada vez mais direcionado para o coletivo e para o todo, em detrimento do "eu". Uma aposta global, num cada vez maior espírito de equipa e de união, em prol dos objetivos estratégicos do Grupo e de cada Unidade de Negócio, localmente.

Dando seguimento aos valores inerentes à marca Somos Santander, com vista a uma cultura cada vez mais colaborativa, o Banco Santander Consumer abraçou o desafio de redefinir a sua Missão, envolvendo neste projeto a Gestão de Topo, do Banco. De um ambiente de forte reflexão e partilha, resultou o entendimento comum sobre os objetivos máximos da Organização e qual o caminho a ser trilhado, na prossecução dos mesmos. Um caminho que visa promover soluções financeiras diferenciadas junto dos nossos parceiros de negócio e clientes, suportadas em relações de proximidade e confiança, processos simples e atitude inovadora, pautada pelo rigor e competência dos nossos profissionais e com a preocupação de contribuir positivamente para o crescimento sustentado da sociedade e meio envolvente.

Um projeto e respetivo resultado comunicados junto dos Colaboradores e presente no dia a dia de cada um.

A 31 de Dezembro de 2014 o Banco Santander Consumer Portugal contava com um efetivo de 168 colaboradores.

Tendo presente o Aviso nº5/2008 do órgão de supervisão Banco de Portugal (BdP), decidiu a Comissão Executiva do Banco Santander Consumer Portugal, no sentido de assegurar a necessária segregação de funções, procedendo à reorganização das estruturas de Legal e Controlo & Compliance, criando-se para este efeito a Direção de Legal & Compliance, incorporando as atividades de de assessoria jurídica e de Compliance, incluindo a Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo. A Direção de Controlo Interno, manteve como responsabilidade assegurar a adequação e eficácia do Modelo de Controlo Interno do Banco e a função de gestão de riscos. 2014 revelou-se num ano de inversão de ciclo e por isso de maior aposta no search de mercado e captação de novos talentos, traduzido na admissão de novos Colaboradores com o objetivo de reforçar as competências core necessárias à concretização da Missão e Visão do Banco estratégias de negócio.

2014 was the year that marked the internal rebrand of the Santander Group. Consequently, the internal claim changed from "You are Santander" to "We are Santander". The new identity brand of the Santander Group and of its People focuses on a positioning increasingly more directed towards the collective and the whole, instead of the "I". There is a global focal point in a stronger team spirit and union, in favor of the Group's strategic objectives and of each Business Unit, locally.

Following the inherent values of the brand We are Santander, aiming at an increasingly more cooperative culture, Santander Consumer Bank has embraced this challenge of redefining its Mission, involving in this project the Bank's Top Management. A strong reflection and sharing environment has resulted in a common understanding over the top goals of the Organization and which path to choose while following them. This is a path that leads to the promotion of differentiated financial solutions with our business partners and customers, supported on closeness and trust relationships, simple processes and inovative attitude, marked by the rigor and competence of our professionals and considering the need to contribute in a positive way to the sustained growth of society and the surrounding environment.

A project and respective result communicated to the Staff and present in the daily life of each element.

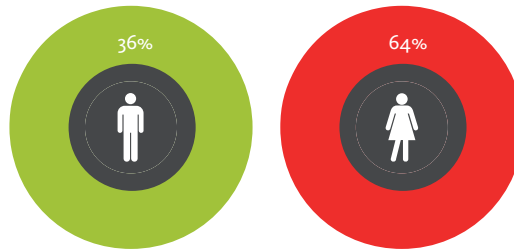
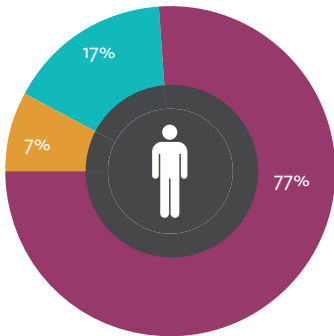
On December 31st 2014 Banco Santander Consumer Portugal relied on a permanent staff of 168 employees.

Considering the Notice nº5/2008 of the supervisory body Bank of Portugal (BoP), the Executive Committee of Santander Consumer Bank Portugal has decided, so as to ensure the necessary division of tasks, carry on with the reorganization of the Legal and Control @ Compliance structures and creating to achieve that goal the Legal @ Compliance Department. This department incorporates the legal assistance and Compliance activities, including Money Laundering and Terrorist Financing Prevention. The Internal Control Department still holds the responsibility to ensure the adequacy and efficacy of the Bank's Internal Control Model and risk management function. 2014 ended up being a year to reverse the cycle and so also a year to focus on the market search and hiring new talents, wich led to the admission of new Employees with the goal of reinforcing the core competences necessary to the achievement of the Bank's Mission and Vision in terms of business strategies.

No que se refere à distribuição geográfica de Colaboradores, alicerçado nas políticas de proximidade aos seus Parceiros de negócio, o Banco faz-se representar ao longo de todo o território nacional, à semelhança dos anos anteriores e conforme informação abaixo:

In terms of the geographical distribution of the staff, anchored in the proximity policies with their business Partners, the Bank appears throughout the whole territory, similarly to previous years and as shown below:

STAFF
Geographical distribution



■ Center ■ North ■ South and Islands

■ Male ■ Female

Os Colaboradores apresentam uma idade média de 42 anos. Quanto à diversidade de género, 64% dos Colaboradores são do género feminino e 36% do género masculino, mantendo-se assim a tendência dos anos anteriores.

The Employees are on average 42 years old. In regards to gender diversity, 64% of the Employees are female and 36% are male, following the trend of previous years.

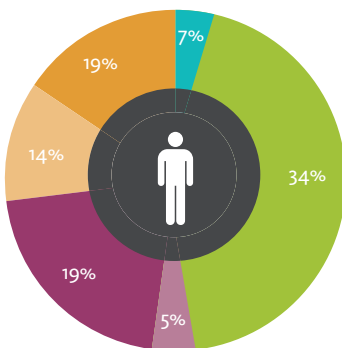
O Banco tem implementadas Políticas de Formação potenciando as competências e performance de cada um dos seus Colaboradores, garantindo desta forma o sucesso de cada Colaborador, no negócio e na Organização.

The Bank has implemented Training Policies that enhance the competences and the performance of each one of its employees, ensuring the success of each employee in the business and in the Organization.

Tendo por referência as necessidades de formação identificadas, ao nível de soft e hard skills, em 2014, 100% dos Colaboradores presentes obtiveram formação. As ações formativas revelaram a seguinte segmentação:

Based on the identified training needs, in terms of soft and hard skills, in 2014, 100% of the Employees that were present had training. The training sessions showed the following segmentation:

TRAINING GIVEN
Subject Areas



■ Trading Capacities and Products
■ Commitment and Business Values
■ Financing and Risks
■ Legal and Regulatory
■ Languages
■ Technology and Processes

No que respeita à modalidade de formação, as ações presenciais continuam a assumir o maior peso, assumindo a formação em modalidade e-learning e em alternância, à semelhança do ano 2013, o peso de 20% na totalidade de horas de formação ministradas.

With regard to the training method, the face-to-face training sessions are still the most common, whereas the e-learning training method or alternate, similarly to 2013, weighed 20% in the training hours' total.

Face ao atual contexto do setor financeiro português e europeu, destaque para as ações de formação em Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo (PBC/FT), enquanto pilares ao desenvolvimento sustentável do negócio, apoiando no conhecimento das matérias de PBC e sensibilizando para a necessidade de identificar e compreender os riscos de Branqueamento de Capitais / Financiamento ao Terrorismo. Foram ainda atribuídas 2 Bolsas Universitárias nas áreas de Gestão e Estatística.

De referir que o Grupo Santander está comprometido com o desenvolvimento dos seus quadros Diretivos, promovendo uma política e programas de formação direcionados para áreas tão diversas como Visão e Estratégia do Grupo, Liderança, Desenvolvimento Pessoal, entre outros. Programa anual que contou com a participação da Direção de Topo do Banco Santander Consumer Portugal. Localmente, o Santander Consumer implementou sessões de desenvolvimento pessoal, direcionadas para os seus cargos Diretivos.

Enquanto instrumento para o acolhimento eficaz de novos colaboradores, as formações de integração, desenvolvidas pelos formadores internos de cada uma das Direcções, permitem a cada novo Colaborador obter um conhecimento transversal do negócio bem como, fomentar a adaptação à cultura organizacional.

2014 foi o ano de implementação de um Programa de Estágios Profissionais, remunerados, com objectivo de proporcionar a jovens licenciados à procura do seu primeiro emprego, a oportunidade de integrar uma organização, valorizando as suas competências e qualificações bem como, contribuindo para o seu crescimento pessoal e profissional.

Na sua 8ª edição, o Programa Mundo Santander, que consiste no intercambio de profissionais do Grupo entre os varios países por um periodo de 3 meses, permitiu que mais Colaboradores Santander, incluindo o Santander Consumer Portugal, tivessem a oportunidade de desenvolver a sua formação profissional e pessoal numa dimensão internacional.

Na Gestão do Talento com vista a assegurar uma Política sustentada de continuidade do Grupo Santander foi implementado o projeto de Talento com objectivo de obter uma visão integral das funções chave das diferentes unidades de negocio e dos repetivos colaboradores que as desempenham. Análise levada a cabo em sede de Comité de Talento local, com a definição dos respetivos planos de sucessão.

Considera o Grupo Santander que ser o melhor Banco para os seus Clientes significa que, também deverá ser o melhor Banco para cada um dos seus Colaboradores.

Um Banco que ofereça oportunidades de desenvolvimento, que fomente uma cultura colaborativa e inovadora. Somente uma equipa envolvida e unida poderá ser capaz de envolver e cuidar do Cliente.

Considering the current context of the European and Portuguese financial sector, training sessions in Anti-Money Laundering Prevention and Terrorism Financing (AMLPT/TF) should be noted as pillars of the sustainable business development, supporting the knowledge in AMLP matters and raising awareness of the necessity of identifying and understanding the risks of Anti-Money Laundering and Terrorism Financing. Two university scholarships were granted in the areas of management and statistics.'

It is important to refer that the Santander Group is invested in the development of its Managerial positions, promoting a policy and programs of training directed towards areas as diverse as Group Vision and Strategy, Leadership, Personal Growth, among others. This annual program involved Santander Consumer Bank Portugal's Top Management. Locally, Santander Consumer implemented personal development sessions, directed at its Managerial positions.

As an instrument for the effective incorporation of new employees, the integration training sessions, developed by the internal trainers of each Department, allow each new Employee to get a transversal knowledge of the business, as well as to endorse the adaptation to the organizational culture.

2014 was the implementation year of the Professional Internships Program, remunerated, with the purpose of giving young graduates searching for their first job the opportunity of being part of an organization, valuing their competences and qualifications, as well as contributing to their personal and professional growth.

By now in its 8th year, the Santander World Program, which consists in the interchange of Group professionals in several countries for 3 months, has allowed to more Santander's Employees, including Santander Consumer Portugal, the opportunity of developing their professional and personal training internationally.

In the Talent Management, so as to ensure a sustained continuity Policy of the Santander Group, it was implemented the Talent project with the purpose of getting an complete vision of the key functions of the different business units and respective employees that perform those tasks. This analysis was carried out by the local Talent Committee, with the definition of the respective succession plans.

Santander Group considers that being the best Bank for its customers means that it should be the best Bank for each one of its Employees.

A Bank that offers development opportunities, that encourages a cooperative and inovative culture. Only a team that is involved and united will be able to involve and take care the Customer.

Neste sentido, foi desenvolvido e implementado o projeto Engagement Survey – Questionário de Compromisso e Apoio Organizacional. Um projeto que contou com a participação de 85% dos Colaboradores.

A Gestão de Desempenho é um dos pilares da política de recursos humanos que visa, por um lado o alinhamento dos Colaboradores com a estratégia e objetivos do Grupo e do Banco, por outro o reconhecimento da performance e contributos individuais para o sucesso dos resultados obtidos. A evidência da gestão por mérito está no recebimento de remuneração variável por parte da generalidade dos Colaboradores.

2014 foi mais um ano de reconhecimento da dedicação dos nossos Colaboradores, sob a nova marca interna do Grupo “Somos Santander”. Com o claim “O que és faz o que somos”, ao longo de uma semana contamos com uma elevada taxa de adesão dos Colaboradores nas mais diversas iniciativas promovidas, fomentando o espírito de união e de equipa.

Enquadrado nos objetivos de Conciliação Familiar, o Banco manteve a sua aposta na concretização da “Semana Santander Júnior”, tendo desenhado uma semana de ocupação de tempos livres, composta por iniciativas lúdico - pedagógicas para os filhos dos seus Colaboradores.

Reforçando as vantagens de Ser Santander, decorreu, ainda, a implementação da iniciativa de comparticipação do Passe Social para os Colaboradores, no montante de 50% do custo total do passe adquirido.

Contamos com uma Equipa de Profissionais de excelência sabemos que, juntos, faremos do futuro do Banco, um futuro continuamente próspero e sustentável. Somos Santander!

So it was developed and implemented the Engagement Survey project. It is a project that had the participation of 85% of the Employees.

The Performance Management is one of the human resources pillars that has the objective of, on one hand, aligning the Employees with the strategy and goals of the Group and the Bank, and on the other hand, recognizing the individual performance and contribute for the achieved successful results. The management through merit is clearly evident in the fact that the majority of Employees gets a variable salary.

2014 was a year for the recognition of our Employees' dedication with the new Group's internal brand "We are Santander". With the claim "What you are is what we are", over the course of one week we had a high participation rate of the Employees in several initiatives that were promoted, stimulating the union and team spirit.

Incorporated in the goals of Balancing Family and Work, the Bank maintained its focus on carrying out the "Santander Junior Week", creating a week of free time activities, composed of fun and educational initiatives for the Employees' children.

To reinforce the advantages of Being Santander, there was also the implementation of cost sharing the Social Pass of the Employees in 50% of the total cost.

We have a superior Team of Professionals and we know that, together, we will build the Bank's future, a future that will continuously be prosperous and sustainable. We are Santander!

1.15

Proposta de Aplicação de Resultados

Results Distribution Proposal

O Banco Santander Consumer Portugal encerrou o exercício de 2014 com um Resultado Líquido positivo (individual) de Euros 4.187.584, sendo o Resultado Líquido apurado em base consolidada de Euros 9.515.776,00.

Banco Santander Consumer Portugal ended the 2014 financial year with a positive Net Income (on a individual basis) of 4 187 584 Euros, with the Net Profit being established on a consolidated base of 9 515 776,00 Euros.

Considerando as disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração propõe que seja feita a seguinte Aplicação dos Resultados:

Considering the legal and statutory provisions, the Board of Directors proposes the following Net Income Distribution:

<i>Retained Earnings (10% of the consolidated net Profit):</i>	<i>951.578,00</i>
<i>Distribution of dividends (90% of the consolidated net Profit):</i>	<i>8.564.198,00</i>
<i>- 90% of the Financial Year Net Profit (individual)</i>	<i>3.7 68.826.00</i>
<i>- Retained Earnings (individual)</i>	<i>4.054.987.00</i>
<i>- Free Reserves (individual)</i>	<i>740.385.00.</i>

Amounts expressed in Euros

2

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Consolidated Financial Statements

**CONSOLIDATED BALANCE
SHEETS ON DECEMBER 31 2014 AND 2013
(AMOUNTS EXPRESSED IN EUROS)**

2014

ASSET	Notes	Gross Asset	Amortisations, provisions and impairment	Net Asset	2013
Cash and Balances at Central Banks	5	43.483	-	43.483	16.052.816
Balances in other credit institutions	6	35.783.082	-	35.783.082	61.080.258
Financial assets held for trading	7	849.592	-	849.592	1.296.153
Loans to customers	8	881.929.926	(72.019.806)	809.910.120	842.543.028
Non-current assets held for sale	9	717.468	(237.653)	479.815	548.176
Other tangible assets	10	12.137.134	(4.968.139)	7.168.995	7.485.454
Intangible assets	10	9.844.747	(7.962.823)	1.881.924	3.027.879
Current tax assets	11	3.711	-	3.711	1.816.168
Deferred tax assets	11	7.530.320	-	7.530.320	6.010.444
Other assets	12	12.360.489	(7.388.531)	4.971.958	4.906.143
Total Assets		961.199.952	(92.576.952)	868.623.000	944.766.519

LIABILITY AND EQUITY	Notes	2014	2013
Central Banks' Resources	13	149.139.871	283.816.944
Other credit institutions' resources	13	499.303.189	449.112.511
Customer resources and other loans	14	1.500.088	2.737.446
Liabilities held for trading	7	857.949	1.307.564
Hedge derivatives	7	632.800	1.178.891
Provisions	15	303.726	460.391
Current tax liabilities	11	5.566.605	1.309.277
Deferred tax liabilities	11	6.903.644	4.163.217
Other subordinated liabilities	16	15.056.126	15.061.496
Other liabilities	17	46.475.777	46.616.336
Total Liability		725.739.775	805.764.073
Capital	18	66.592.947	66.592.947
Other reserves and retained earnings	19	66.774.502	66.148.391
Comprehensive income for the years		9.515.776	6.261.108
Total Equity		142.883.225	139.002.446
Total Liability and Equity		868.623.000	944.766.519

The Annex is a key part of these balance sheets.

CONSOLIDATED INCOME STATEMENTS AND OTHER COMPREHENSIVE INCOME FOR THE YEARS ENDED ON DECEMBER 31, 2014 AND 2013 (AMOUNTS EXPRESSED IN EUROS)

	Notes	2014	2013
Interest and similar earnings	22	54.493.268	61.336.272
Interest and similar charges	22	(16.179.383)	(22.981.768)
FINANCIAL MARGIN		38.313.885	38.354.504
Income from fees and commissions	23	14.087.489	12.387.225
Fee and commission expenses	23	(5.288.636)	(4.917.452)
Income from financial operations	24	54.329	15.342
Other operating income	25	5.036.791	5.991.657
OPERATING INCOME		52.203.858	51.831.276
Personnel costs	26	(7.889.937)	(7.902.927)
General administrative costs	27	(11.985.386)	(12.553.835)
Depreciation and Amortisation	10	(2.543.106)	(1.654.208)
Loan impairment	15	(13.862.980)	(17.083.327)
Other assets impairment	15	(1.032.088)	(2.128.821)
Other provisions	15	156.664	-
INCOME BEFORE TAXES		15.047.025	10.508.158
Current taxes	11	(5.619.974)	(3.481.619)
Deferred taxes	11	88.725	(765.431)
NET INCOME FOR THE YEAR		9.515.776	6.261.108
NET INCOME DIRECTLY REGISTERED IN EQUITY		-	-
COMPREHENSIVE INCOME FOR THE YEAR		9.515.776	6.261.108
Number of shares outstanding in the year		66.592.947	66.592.947
Earnings per share		0,14	0,09

The Annex is a key part of these statements.

**STATEMENT OF CHANGES IN CONSOLIDATED EQUITY
FOR THE YEARS ENDED ON DECEMBER 31, 2014 AND 2013
(AMOUNTS EXPRESSED IN EUROS)**

	Capital	Other reserves and retained earnings				Total	Profit for the year	Total
		Issue Premium	Legal Reserve	Other Reserves	Retained Earnings			
Balances on December 31, 2004 (PCSB)	37,500.000	-	4,541.811	278.943	2,982.639	7,803.393	8,622.526	53,925,919
<i>Appropriation of income:</i>								
- Transfer to reserves	-	-	844.171	-	-	844.171	(844.171)	-
- Transfer to retained earnings	-	-	-	-	7,778.355	7,778.355	(7,778.355)	-
- Dividend Distribution	-	-	-	(159.965)	(7,167.535)	(7,327.500)	-	(7,327,500)
Transition adjustments to IAS/IFRS	-	-	-	-	(10,346.390)	(10,346.390)	-	(10,346,390)
Income for the year	-	-	-	-	-	-	14,563.458	14,563,458
Correction of the recognized commissions associated to Rappel	-	-	-	-	3,143.440	3,143.440	271.880	3,415,320
Reclassification of supplementary payments from liability to equity	-	14,963.937	-	-	-	-	-	14,963,937
Others	-	-	-	-	(1)	(1)	-	(1)
Balances on December 31, 2007	66,592.947	-	7,659.228	13,633.237	20,682.307	41,974.772	16,662.876	125,230,595
<i>Appropriation of income:</i>								
- Transfer to reserves	-	-	1,612.973	533.150	-	2,146.123	(2,146.123)	-
- Transfer to retained earnings	-	-	-	-	14,516.753	14,516.753	(14,516.753)	-
Dividend Distribution	-	-	-	-	(14,516.753)	(14,516.753)	-	(14,516,753)
Comprehensive income for the year	-	-	-	-	-	-	8,024.816	8,024,816
Others	-	-	-	(12,833)	-	(12,833)	-	(12,833)
Balances on December 31, 2012	66,592.947	12,790.664	12,711.968	21,970.594	19,286.395	66,759.621	7,663.699	141,016,267
<i>Appropriation of income:</i>								
- Transfer to reserves and retained earnings	-	-	919.436	-	(1,530.666)	(611.230)	611.230	-
Transfer of retained earnings to other reserves	-	-	-	-	-	-	-	-
- Dividend Distribution	-	-	-	-	-	-	(8,274.929)	(8,274,929)
Comprehensive income for the year	-	-	-	-	-	-	6,261.108	6,261,108
Balances on December 31, 2013	66,592.947	12,790.664	13,631.404	21,970.594	17,755.729	66,148.391	6,261.108	139,002,446
<i>Appropriation of income:</i>								
- Transfer to reserves and retained earnings	-	-	-	-	626.111	626.111	(626.111)	-
Distribution of the retained earnings	-	-	-	-	-	-	(5,634.997)	(5,634,997)
Comprehensive income for the year	-	-	-	-	-	-	9,515.776	9,515,776
Others	-	-	-	-	-	-	-	-
Balances on December 31, 2014	66,592.947	12,790.664	13,631.404	21,970.594	18,381.840	66,774.502	9,515.776	142,883,225

The Annex is a key part of these statements.

CONSOLIDATED CASH FLOW STATEMENT
FOR THE YEARS ENDED ON DECEMBER 31, 2014 AND 2013
(AMOUNTS EXPRESSED IN EUROS)

	2014	2013
<i>Operating cash-flows before the changes in assets and liabilities</i>		
Received interest, commissions and other similar income	67.172.120	76.538.532
Paid interest, commissions and other similar charges	(21.344.806)	(25.242.329)
Recoveries on loans previously written off	7.970.167	9.633.628
Payments to suppliers and employees	(19.086.800)	(18.857.479)
Other income	(2.933.377)	(3.641.971)
	31.777.304	38.430.381
<i>(Increases) reductions in operating assets:</i>		
Loans to customers	19.881.160	132.202.349
Other assets and liabilities	(2.979.629)	(2.910.645)
<i>Increases (reductions) in operating liabilities:</i>		
Central Banks and other credit institutions' resources	(84.614.978)	(152.386.798)
Customer resources and other loans	(1.237.358)	(1.515.772)
	(68.950.805)	(24.610.866)
Tax on profits	2.719.329	(6.012.591)
CASH-FLOWS FROM OPERATING ACTIVITIES	(34.454.172)	7.806.924
Payments regarding fixed assets	(1.217.340)	(1.809.424)
CASH-FLOWS FROM INVESTMENT ACTIVITIES	(1.217.340)	(1.809.424)
Paid dividends	(5.634.997)	(8.274.929)
Increase of share capital		
Expenses incurred within the increase of the share capital		
Issue premium		
Issue of subordinated liabilities, net redemption		
CASH-FLOWS FROM FINANCING ACTIVITIES	(5.634.997)	(8.274.929)
Net increase (decrease) of cash and equivalents	(41.306.509)	(2.277.429)
Cash and equivalents at the beginning of period	77.133.074	79.410.503
Cash and equivalents at the end of period	35.826.565	77.133.074

The Annex is a key part of these statements.

* According to the "Corporate tax liquidation statement"

** Fixed asset transaction

*** According to MSL

3
Anexo às Demonstrações Financeiras
Consolidadas

Annex to the Consolidated Financial Statements

1. INFORMAÇÃO GERAL

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (adiante designado por "BSCP" ou "Banco"), anteriormente denominado Interbanco, S.A., é uma sociedade anónima com sede social em Lisboa, tendo iniciado a sua atividade em 31 de Dezembro de 1996.

O Banco desenvolve as suas atividades em conformidade com o legalmente consentido às instituições de crédito. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a atividade do BSCP encontra-se segmentada, essencialmente, nas vertentes de Crédito ao Consumo, Locação Financeira Mobiliária, Aluguer de Longa Duração (ALD) e "Factoring".

No exercício de 2009, o Banco realizou uma operação de titularização de créditos, no âmbito da qual foram constituídos o Fundo de Titularização de Créditos Silk Finance No.3 e uma entidade de propósito especial denominada Silk Finance No.3 Limited. Estas entidades são consolidadas pelo Banco pelo método integral, uma vez que o Banco detém a totalidade dos riscos e benefícios das suas atividades pelo facto de deter a totalidade dos títulos emitidos pelo Silk Finance No.3 Limited.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 16 de Abril de 2015.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base nos registos contabilísticos do Banco e das suas filiais, mantidos em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia (IAS/IFRS), na sequência do Regulamento (CE) N.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro.

As demonstrações financeiras do Banco relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 estão pendentes de aprovação pela correspondente Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2.2. ADOÇÃO DE NORMAS (NOVAS OU REVISTAS) EMITIDAS PELO "INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD" (IASB) E INTERPRETAÇÕES EMITIDAS PELO "INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING INTERPRETATION COMMITTEE" (IFRIC), CONFORME ADOTADAS PELA UNIÃO EUROPEIA

ADOÇÃO DE NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS, EMENDADAS OU REVISTAS

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas ("endorsed") pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014:

1. GENERAL INFORMATION

Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (hereinafter called "BSCP" or "Bank"), previously called Interbanco, S.A., is a public limited company, having its registered office in Lisbon and having initiated its activity on December 31st, 1996.

The Bank carries out its activities in compliance with what is legally recognised for the credit institutions. On December 31st, 2014 and 2013, the BSCP activity is essentially segmented in the areas of Loans, Leasing, Long Term Rental (LTR) and Factoring.

In the year of 2009 the Bank undertook a loan securitisation operation, under which the Credit Securitisation Fund Silk Finance No.3 and a special purpose vehicle called Silk Finance No.3 Limited were set up. These entities are fully consolidated by the Bank, since the Bank holds all the risks and benefits associated with their operations due to the fact that it holds all the securities issued by Silk Finance No.3 Limited.

The consolidated financial statements now presented were approved by the Board of Directors on April 16th, 2015.

2. PRESENTATION BASIS AND PRINCIPAL ACCOUNTING POLICIES

2.1. BASIS OF PRESENTATION

The consolidated financial statements were prepared based on the accounting records of the Bank and its subsidiaries, complying with the International Financial Reporting Standards, as they were adopted by the European Union (IAS/IFRS), following the Regulation (CE) N.º 1606/2002 of the European Parliament and of the Council, dated July 19th, transposed into domestic law by the Decree-Law n.º 35/2005, dated February 17th.

The Bank's financial statements associated to the year that ended on December 31st, 2014 are awaiting approval by the corresponding Shareholder's General Meeting. However, the Board of Directors considers that they may be approved without significant changes.

2.2. ADOPTION OF REGULATIONS (NEW AND REVISED) ISSUED BY THE "INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD" (IASB) AND OF INTERPRETATIONS ISSUED BY THE "INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING INTERPRETATION COMMITTEE" (IFRIC), AS ENDORSED BY THE EUROPEAN UNION

ADOPTION OF NEW REGULATIONS AND INTERPRETATIONS, AMENDED OR REVISED

The following regulations, interpretations, amendments and revisions endorsed by the European Union are compulsory applied for the first time in the year ended on December 31st, 2014:

-IFRS 10 – “Demonstrações Financeiras Consolidadas” - Esta norma vem estabelecer os requisitos relativos à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas por parte da empresa-mãe, substituindo, quanto a estes aspetos, a norma IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e a SIC 12 – Consolidação – Entidades com Finalidade Especial. Esta norma introduz ainda novas regras no que diz respeito à definição de controlo e à determinação do perímetro de consolidação.

-IFRS 11 – Acordos Conjuntos - Esta norma substitui a IAS 31 – Empreendimentos Conjuntos e a SIC 13 – Entidades Controladas Conjuntamente – Contribuições Não Monetárias por Empreendedores e vem eliminar a possibilidade de utilização do método de consolidação proporcional na contabilização de interesses em empreendimentos conjuntos.

-IFRS 12 – Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades - Esta norma vem estabelecer um novo conjunto de divulgações relativas a participações em subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades não consolidadas.

-IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas (2011) - Esta emenda vem restringir o âmbito de aplicação da IAS 27 às demonstrações financeiras separadas.

-IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (2011) - Esta emenda vem garantir a consistência entre a IAS 28 – Investimentos em Associadas e as novas normas adotadas, em particular a IFRS 11 – Acordos Conjuntos.

-Emenda à norma IAS 32 – Compensação entre ativos e passivos financeiros - Esta emenda vem clarificar determinados aspetos da norma relacionados com a aplicação dos requisitos de compensação entre ativos e passivos financeiros.

-Emenda à norma IAS 36 – Imparidade (Divulgações sobre a quantia recuperável de ativos não financeiros) - Esta emenda elimina os requisitos de divulgação da quantia recuperável de uma unidade geradora de caixa com goodwill ou intangíveis com vida útil indefinida alocados nos períodos em que não foi registada qualquer perda por imparidade ou reversão de imparidade. Vem introduzir requisitos adicionais de divulgação para os ativos relativamente aos quais foi registada uma perda por imparidade ou reversão de imparidade e a quantia recuperável dos mesmos tenha sido determinada com base no justo valor menos custos para vender.

-Emenda à norma IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (Reformulação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura) - Esta emenda vem permitir, em determinadas circunstâncias, a continuação da contabilidade de cobertura quando um derivado designado como instrumento de cobertura é reformulado.

-IFRS 10 – “Consolidated Financial Statements” – This regulation establishes the requirements regarding the presentation of the consolidated financial statements by the parent company, replacing, in the case of these points, the regulation IAS 27 – Consolidated and Separate Financial Statements and the SIC 12 – Consolidation – Special Purpose Entities. This regulation introduces as well some new rules concerning the definition of control and the determination of the consolidation perimeter.

-IFRS 11 – Joint Arrangements – This regulation replaces the IAS 31 – Joint Ventures and the SIC 13 – Jointly Controlled Entities – Non-Monetary Contributions by Venturers and it eliminates the possibility of using the proportionate consolidation method in the accounting for interests in joint ventures.

-IFRS 12 – Disclosures of Interest in Other Entities – This regulation establishes a new set of disclosures regarding the shareholdings in subsidiaries, joint agreements, associates and non-consolidated entities.

-IAS 27 – Separate Financial Statements (2011) – This amendment restricts the scope of the IAS 27 application to the separate financial statements.

-IAS 28 – Investments in Associates and Joint Ventures (2011) – This amendment guarantees the consistency between the IAS 28 – Investments in Associates and Joint Ventures and the new adopted regulations, specifically the IFRS 11 – Joint Arrangements.

-Amendment to the regulation IAS 32 – Financial instruments: Presentation – This amendment clarifies certain aspects of the regulation concerning the application of the requirements for offsetting financial assets and liabilities.

-Amendment to the regulation IAS 36 – Impairment of Assets (Disclosures about the recoverable amount of non-financial assets) – This amendment eliminates the disclosure requirements for the recoverable amount of a cash-generating unit with goodwill or intangible assets with an indefinite useful life allocated in the periods when no impairment or reversal of impairment loss was registered. It introduces some additional disclosure requirements for the assets for which it was registered impairment or reversal of impairment loss and for which the recoverable amount was determined based on the fair value less costs to sell.

-Amendment to the regulation IAS 39 – Financial Instruments: Recognition and Measurement (Reformulation of derivatives and continuation of the hedge accounting) – This amendment allows, in certain circumstances, the extension of the hedge accounting when a derivative designated as a hedging instrument is reformulated.

-IFRIC 21 – Pagamentos ao Estado - Esta interpretação vem estabelecer as condições quanto à tempestividade do reconhecimento de uma responsabilidade relacionada com o pagamento ao Estado de uma contribuição por parte de uma entidade em resultado de determinado evento (por exemplo, a participação num determinado mercado), sem que o pagamento tenha por contrapartida bens ou serviços especificados.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras do Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, decorrente da adoção das normas e interpretações acima referidas.

Normas e interpretações novas, emendadas ou revistas não adotadas

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“endorsed”) pela União Europeia:

-IFRIC 21 – Levies – This interpretation establishes the conditions related to the timing of recognition of a responsibility associated to the payment to the State of a contribution from an entity as a result of a certain event (for example, participation in a specific market), without there being a payment from a consideration of specified goods or services.

The adoption of the above referred regulations and interpretations did not produce any significant effects in the Bank's financial statements in the year that ended on December 31st, 2014.

New, amended or revised not adopted regulations and interpretations

The following regulations, interpretations, amendments and revisions, with mandatory application in future financial years, were, up to the approval date of these financial statements, endorsed by the European Union:

Regulation	Effective for years started on or after	
International Financial Accounting Standards Amendments (2011-2013 cycle)	1-Jan-15	These improvements included the clarification of some aspects regarding the regulations IFRS 1 - First-time Adoption of International Financial Reporting Standards, IFRS 3 – Business Combinations, IFRS 13 – Fair Value Measurement and IAS 40 – Investment Property.

O Banco não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.

Adicionalmente, até à data de aprovação das demonstrações financeiras anexas, foram também emitidas as seguintes normas e melhorias ainda não adotadas (“endorsed”) pela União Europeia:

-IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros” (2009) e emendas posteriores - Esta norma insere-se no projecto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura.

-IFRS 14 – “Ativos regulados” - Esta norma vem estabelecer os requisitos de relato, por parte de entidades que adotem pela primeira vez as IAS/IFRS, aplicáveis a ativos regulados.

-IFRS 15 – “Rédito de contratos com clientes” - Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes.

-Emendas às normas IAS 16 – “Ativos Fixos Tangíveis” e IAS 38 – “Ativos Intangíveis” – Estas emendas vêm clarificar quais os métodos de amortização de ativos fixos tangíveis e de ativos intangíveis que são permitidos.

The bank did not undertake the early application of any of these regulations in the financial statements in the year ended on December 31st, 2014. No significant impacts are estimated in the financial demonstration as a result of their adoption.

Furthermore, up to the date of the enclosed financial statements approval, the following regulations and improvements, not yet endorsed by the European Union, were also issued:

-IFRS 9 – “Financial Instruments” (2009) and subsequent amendments – This regulation is included in the IAS 39 revision project and it establishes the requirements for the financial assets and liabilities classification and measurement and for the application of the hedge accounting rules.

-IFRS 14 – “Regulatory Deferral Accounts” – This regulation establishes the reporting requirements, for IAS/IFRS first time adopters, applicable to regulated assets.

-IFRS 15 – “Revenue from contracts with customers” – This regulation introduces a revenue recognition structure based on principles and standing on a model to be applied to all the contracts with customers.

-Amendments to the regulations IAS 16 – “Property, Plant and Equipment” and IAS 38 – “Intangible Assets” – These amendments clarify which tangible fixed assets and intangible assets amortisation methods are allowed.

-Emendas às normas IAS 19 – “Benefícios dos empregados” - Esta emenda vem clarificar em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.

-Emenda à norma IAS 1 – “Apresentação de Demonstrações Financeiras” (Divulgações) - Esta emenda vem introduzir um conjunto de indicações e orientações que visam melhorar e simplificar as divulgações no contexto dos atuais requisitos de relato das IFRS.

-Melhorias das Normas Internacionais de Relato Financeiro (ciclos 2010-2012 e 2012-2014) - Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas.

Estas normas não foram ainda adotadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

2.3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Banco, foram as seguintes:

a) Consolidação de empresas filiais e outras entidades de propósitos especiais

As demonstrações financeiras consolidadas incluem o Banco, empresas filiais em que participa direta ou indiretamente e outras entidades de propósitos especiais relativamente às quais o Banco retenha a maioria dos riscos e benefícios inerentes à sua atividade.

São consideradas filiais as entidades nas quais o Banco exerça um controlo efetivo sobre a gestão das suas políticas operacionais e financeiras com o objectivo de obter benefícios da sua atividade. Por norma, presume-se a existência de controlo sempre que o Banco detenha uma participação efetiva maioritária do capital social ou dos direitos de voto.

As demonstrações financeiras das filiais e das entidades de propósitos especiais são incluídas na consolidação pelo método de integração global. De acordo com este método, são eliminados os saldos e transações ocorridos no exercício entre as empresas objeto de consolidação. Sempre que aplicável, as demonstrações financeiras das entidades consolidadas são ajustadas de forma a reflectir a aplicação das políticas contabilísticas adotadas pelo Banco.

O valor do resultado líquido consolidado resulta da agregação dos resultados individuais do Banco e das restantes entidades incluídas no perímetro de consolidação, na proporção da percentagem efetiva detida, adicionado dos efeitos dos ajustamentos que se verifiquem necessários, nomeadamente os que resultem de transações realizadas entre as referidas entidades.

-Amendments to the regulations IAS 19 – “Employee benefits” – This amendment clarifies the circumstances in which the employees’ contributions for post-employment benefit plans constitute a reduction of the cost with short term benefits.

-Amendment to the regulation IAS 1 – “Presentation of Financial Statements” (Disclosures) – This amendment introduces a set of indications and orientations that aim to improve and to simplify the disclosures in the context of the IFRS current reporting requirements.

-Improvements in the International Financial Reporting Standards (cycles 2010-2012 and 2012-2014)

These improvements consist of the revision of several regulations. These regulations have not yet been endorsed by the European Union and, as such, were not applied by the Bank in the year that ended on December 31st, 2014

2.3. SUMMARY OF THE MAIN ACCOUNTING POLICIES

The most significant accounting policies, used in preparing the Bank’s consolidated financial Statements were as follows:

a) Consolidation of subsidiaries and other special purpose entities

The consolidated financial statements include the Bank, subsidiaries in which it has a direct or indirect holding and other special purpose entities in which the Bank holds the majority of the risks and benefits inherent to its activity.

Subsidiaries are considered to be the entities in which the Bank has an effective control over the management of its operating and financial policies with the purpose of getting hold of the profits of the activity. Generally, it is assumed that there is control whenever the Bank is a main shareholder, holding the majority of the share capital or voting rights.

The financial statements of the subsidiaries and of the special purpose entities are included in the consolidation through the full integration method. According to this method, the balances and transactions occurred in the year, between the consolidated companies, are eliminated. Where applicable, the financial statements of the consolidated entities are adjusted so as to represent the application of the accounting policies adopted by the Bank.

The value of the consolidated net profit comes from the gathering of the Bank’s individual profits and from the rest of the entities included in the consolidation perimeter, in the proportion of the effective percentage held, added from the effect of the adjustments that are deemed necessary, namely the ones that are a result of transactions between the referred entities.

Adicionalmente, o valor correspondente à participação detida por terceiros nos capitais próprios das entidades incluídas no perímetro de consolidação, quando aplicável, é reflectido na rubrica "Interesses Minoritários".

De acordo com a Norma IFRS 10, o Banco inclui nas suas demonstrações financeiras consolidadas as entidades de propósito especial (SPE) criadas no âmbito de operações de titularização, dado que detém a totalidade dos riscos e benefícios associados à respetiva atividade.

b) Concentração de atividades empresariais

O registo da aquisição de filiais é efetuado de acordo com o método da compra, segundo o qual o custo de aquisição deverá corresponder ao justo valor, na data da transação, dos ativos entregues e dos passivos assumidos ou incorridos, adicionado de custos diretamente suportados na transação, em conformidade com os requisitos previstos no IFRS 3 – "Concentrações de atividades empresariais". A diferença entre o custo de aquisição e a proporção adquirida no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis, quando positiva ("goodwill"), é registada como um ativo intangível. O "goodwill" não é amortizado, sendo sujeito a análises periódicas de imparidade. As perdas de imparidade reconhecidas não podem ser revertidas.

Sempre que o justo valor da participação adquirida exceder o respectivo custo de aquisição, o diferencial apurado é reconhecido como um proveito do exercício.

Até 1 de Janeiro de 2004, de acordo com as políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, o "goodwill" gerado em operações de concentração de atividades empresariais era reconhecido integralmente por contrapartida de capitais próprios no momento da aquisição de filiais. Tal como permitido pelo IFRS 1, o Banco não aplicou retrospectivamente os requisitos do IFRS 3 em operações ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 e, consequentemente, o "goodwill" gerado nessas operações permaneceu registado em reservas.

A concentração de atividades que envolvam entidades sob controlo comum é registada pelo método da comunhão de interesses, sendo mantido o valor contabilístico dos ativos e passivos com referência à data de incorporação.

c) Instrumentos financeiros – Crédito e outros valores a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui o crédito concedido a clientes, aplicações em instituições de crédito e outros valores a receber registados na rubrica de "Outros Ativos". No reconhecimento inicial, estes ativos são registados pelo seu justo valor, acrescido de outros custos e proveitos diretamente atribuíveis à originação da operação. Subsequentemente, estes ativos são registados pelo seu custo amortizado.

Moreover, the correspondent value to the share held by a third party in the shareholders' funds of the entities included in the consolidation perimeter, when applicable, is represented under the heading "Minority Interests".

According to the Regulation IFRS 10, the Bank includes in its consolidated financial statements the special purpose entities (SPE) created in the scope of securitisation transactions, since it holds the entirety of the risks and benefits associated to its respective activity.

b) Business Combinations

The subsidiaries acquisition register is done based on the purchase method, according to which the acquisition cost should match the fair value, at the date of the transaction, of the assets given up and liabilities undertaken or acquired, with the added costs directly incurred in the transaction, complying with the requirements contained in the IFRS 3 – "Business Combinations". The difference between the acquisition cost and the proportions obtained from the fair value of the assets, liabilities and identifiable contingent liabilities, when with goodwill, is registered as an intangible asset. There is no amortisation of goodwill, being subjected to regular impairment analysis. Recognised impairment losses cannot be reverted.

Whenever the fair value of the acquired shareholding exceeds the respective acquisition cost, the existent shortfall is recognised as profit for the year.

Until January 1st, 2004, according to the accounting policies defined by the Bank of Portugal, the goodwill generated in business combination operations was fully recognised as reserves at the moment of the subsidiaries acquisition. As it is allowed by the IFRS 1, the Bank did not retrospectively apply the IFRS 3 requirements in operations occurred until January 1st, 2004 and, consequently, the generated goodwill from those operations remained registered in reserves.

The combination of activities that involve entities under common control is registered by the pooling of interests method, maintaining the book value of the assets and liabilities that refer to the incorporation date.

c) Financial Instruments – Loans and other receivables

These are financial assets with fixed or determinable payments, not quoted on an asset market. This category includes the loans to customers, investments in credit institutions and other receivables registered under the heading "Other Assets". On initial recognition, these assets are registered according to their fair value, increased with other costs and profits coming directly from the origin of the operation. Subsequently, these assets are registered by their amortised cost.

(i) Crédito Concedido**Locações**

O crédito concedido a clientes através de operações de locação financeira é registado como uma conta a receber pelo valor líquido do investimento efetuado pelo Banco na data de aquisição do bem locado (custo de aquisição, deduzido de descontos obtidos ou antecipações de rendas efectuadas pelos clientes). A amortização do crédito concedido é calculada usando o critério da amortização financeira. De acordo com este método, a amortização calcula-se tendo em consideração a taxa de juro implícita, resultante do capital desembolsado, plano de rendas acordado e valor residual dos contratos.

Operações de “factoring”

As faturas ou outros documentos cedidos pelos Aderentes para cobrança são registadas no ativo, na rubrica “Crédito a clientes – Factoring”, a qual é movimentada por contrapartida da rubrica de “Outros passivos – credores por contratos de factoring” (Nota 17), pelo montante que será entregue ao Aderente após a respetiva data de vencimento da fatura. Os adiantamentos contratuais sobre o valor dos créditos tomados nas operações de factoring sem recurso são registados a débito da referida rubrica do passivo.

Operações de crédito ao consumo

O crédito concedido a clientes para financiamento de aquisições a crédito e em regime de conta corrente é registado pelo seu valor nominal.

ii) Crédito e juros vencidos

Nesta rubrica são registados o capital, juros, Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e outros valores vencidos e não cobrados, deduzidos dos juros anulados. Estes montantes são registados por classes de atraso, contadas a partir da data de início do incumprimento.

As rendas e outros valores vencidos e não cobrados, relativos a um mesmo contrato, são registados na classe de risco em que se encontram os montantes por cobrar há mais tempo.

Nesta rubrica são ainda registados os créditos relativos a operações de locação financeira em que os contratos tenham sido rescindidos mas cujos bens não tenham ainda sido recuperados. Nestas situações, o valor registado em crédito e juros vencidos inclui o capital vincendo na data de rescisão.

O Banco procede ao abate de créditos quando as operações são consideradas incobráveis ou quando a exposição se encontra totalmente provisionada pelos critérios de provisionamento do Banco de Portugal. As recuperações posteriores de créditos abatidos ao ativo são refletidas na demonstração de resultados na rubrica “Outros resultados de exploração”. De referir, contudo, que em 2014, e por força de alterações fiscais, foi suspensa a política de abate de créditos ao ativo em vigor, aguardando-se a clarificação das autoridades fiscais. Contudo, a política corporativa do Grupo Santander e do Banco nesta matéria mantém-se inalterada.

i) Loans**Leasing**

The loans to customers through financial operations is registered as a receivable for the investment net value formulated by the Bank at the date of acquisition of the leased asset (acquisition cost, deducted from the discounts granted or instalments that were paid in advance by the customers). The loans amortisation is calculated using the financial amortisation criteria. According to this method, the amortisation is calculated taking in consideration the implicit interest rate resulting from the principal paid, the agreed installment plan and the residual value of the contracts.

Factoring operations

Invoices and other documents yielded by the Signers for levying are register in the asset, under the heading “Customer Loans – Factoring”, which is moved as a reserve of the heading “Other liabilities – creditors by factoring contracts” (Note 17), by the amount that will be handed in to the Signer after the respective due date of the invoice. The contract advance payments over the value of the credits taken in the factoring operations without recourse are registered as debits of the referred liability heading.

Consumer loans operations

Loans to customers to finance acquisitions on loan and under a current bank account system is registered by its nominal value.

ii) Non Performing loans and interest

In this heading are registered the capital, interests, Value-Added Tax (VAT) and other overdue and not uncollected values, deducted from the cancelled interest. These amounts are registered per delay group, counting from the starting date of the default of payment.

The installments and other overdue and uncollected values, related to the same contract, are registered under the same class of risk where the amounts to be recovered longer can be found.

Under this heading are also registered the credits related to the leasing operations that had terminated contracts but in which the leased asset was not recovered. In situations like this one, the registered value in credit and accrued interest include the capital that is becoming due at the date of termination.

The Bank writes off the loans when the operations are considered irrecoverable or when the exposure is fully provisioned by the provisioning criteria of the Bank of Portugal. The recoveries subsequent to the loans that are written-off are represented in the income statement under the heading “Other exploration income”. It is important to say, nevertheless, that in 2014, and due to tax changes, the policy in force of the loan write-off was suspended and it is still being awaited some clarification from the tax authorities. However, the corporate policy of Santander Group and the Bank in this matter remains unaltered.

iii) Reconhecimento de proveitos e custos

Os juros de operações de crédito, bem como as comissões pagas e recebidas associadas à origem do crédito, são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, durante o período de vigência da operação.

As comissões associadas à tomada de faturas em operações de “factoring” sem recurso são integralmente reconhecidas quando recebidas. O impacto do diferimento destas comissões não seria significativo para as demonstrações financeiras consolidadas do Banco.

iv) Reportes

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificado o valor de juros.

d) Imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado - crédito concedido e outros valores a receber

O Banco efectua com uma periodicidade trimestral análises de imparidade das rubricas de “Crédito concedido e outros valores a receber”. Para este efeito, a carteira de crédito encontra-se segmentada da seguinte forma:

- **Tipo de negócio**
 - Operações de “factoring”
 - Aluguer de longa duração (ALD)
 - Crédito ao consumo
 - Operações de leasing mobiliário
 - Crédito a empresas (apoio de tesouraria e financiamento à aquisição de stocks)
 - Crédito pessoal
 - Cartões de crédito
 - Crédito Intersolução (financiamento automóvel sob a forma de conta corrente, com obrigatoriedade de um pagamento mínimo mensal por parte do devedor)
- **Nível de risco atribuído aos clientes em função de critérios definidos internamente**
- **Natureza do bem financiado (relativamente aos negócios de ALD, crédito ao consumo e leasing mobiliário)**
 - Aquisição de automóvel em estado novo
 - Aquisição de automóvel em estado usado
 - Aquisição de outros bens e serviços
- **Tipo de processo de renegociação, para créditos que tenham sido reestruturados:**
 - Recondições (operações que resultaram da renegociação de contratos que apresentavam atraso inferior a 90 dias);
 - Refinanciamentos (operações que resultaram da renegociação de contratos que apresentavam atraso entre 90 e 180 dias); e
 - Acordos de pagamento (operações resultantes da renegociação de contratos que apresentavam atraso superior a 180 dias).

iii) Profit and cost recognition

The loans operations' interests, as well as the paid and received commissions associated to the loan origin, are recognised based on the effective interest rate method, during the concerned period of the operation.

The commissions associated to the taken invoiced in factoring operations without recourse are fully recognised when received. The impact of the deferral of these commissions would not be significant for the Bank's consolidated financial statements.

iv) Reports

The securities sold with a repurchase agreement are kept in the portfolio where they were originally registered. The received funds are registered, at the date of settlement, in the liability own account, with the interest value being spread over time.

d) Impairment of financial assets carried out at amortised cost – loans and other receivables

The Bank carries out quarterly some impairment analysis of the headings “Loans and other receivables”. For this, the credit portfolio is segmented as follows:

- **Type of business**
 - Factoring operations
 - Long-Term Rental (LTR)
 - Consumer loan
 - Leasing operations
 - Loans to companies (liquidity and financing support to the acquisition of stocks)
 - Personal loan
 - Credit cards
 - Intersolução Credit (car financing as a current account, with a mandatory monthly minimum payment from the debtor)
- **Risk level attributed to customers follows internally defined criteria.**
- **Nature of the financed good (regarding LTR business, consumer loan and leasing)**
 - New car acquisition
 - Used car acquisition
 - Other goods and services acquisition
- **Types of renegotiation process, for restructured loans:**
 - Renewals (operations that resulted from the renegotiation of contracts with a delay of less than 90);
 - Refinancing (operations that resulted from the renegotiation of contracts with a delay between 90 and 180 days); and
 - Payment agreements (operations from the renegotiation of contracts with a delay of more than 180 days).

A metodologia de análise de imparidade adotada pelo Banco prevê, numa primeira fase, a identificação de créditos com indícios de imparidade. Esta identificação é efectuada individualmente para ativos financeiros relativamente aos quais se considere que o valor agregado da exposição é individualmente significativo, e coletivamente para grupos homogêneos de ativos de montante individual não significativo. Dadas as características da atual carteira de crédito do Banco, apenas são efectuadas análises individuais relativamente a Devedores por operações de factoring e Crédito concedido a empresas para apoio de tesouraria, sendo a restante carteira analisada numa base coletiva.

O IAS 39 identifica alguns eventos que são considerados como indicadores de existência de imparidade em ativos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente, o incumprimento das condições do contrato (evidenciado, por exemplo, nos atrasos do pagamento de rendas), a reestruturação de créditos ou dificuldades financeiras do devedor. Estes indicadores são considerados pelo Banco no âmbito desta análise, assim como outros que resultam do conhecimento dos clientes e do comportamento histórico da carteira no que se refere a incumprimento e níveis de recuperação.

No que respeita a ativos analisados individualmente em relação aos quais sejam identificados indícios de imparidade, o Banco estima o respectivo valor de recuperação. A imparidade corresponde ao diferencial entre o valor de balanço destes créditos e o valor estimado de realização, sempre que este seja inferior ao primeiro.

Adicionalmente, o Banco calcula perdas por imparidade em função da perda esperada em caso de incumprimento e das probabilidades de incumprimento associadas ao rating interno do cliente e, quando este não estiver disponível, ao rating interno do aderente, e regista este montante como perda por imparidade na parte em que exceda o total de perdas de imparidade que resulta da análise descrita no parágrafo anterior.

Para ativos analisados coletivamente, os fluxos de caixa futuros que se espera receber são estimados com base em informação histórica do comportamento de ativos com características semelhantes, sendo posteriormente descontados à taxa de juro efetiva das operações.

No âmbito do modelo desenvolvido pelo Banco, foram identificados critérios de classificação das operações para os segmentos definidos acima, assim como condições representativas de níveis de risco diferenciados a considerar para efeitos da determinação de imparidade, os quais se encontram descritos abaixo:

- Definição do período necessário para que o evento de perda, em operações que se encontrem em situação regular na data de análise, seja percebido pelo Banco, o qual foi estimado em três meses.

The impairment analysis methodology adopted by the Bank expects, at an initial stage, the identification of loans with impairment signs. For the financial assets whose aggregated value of exposure is considered individually significant, this identification is done individually. For similar asset groups with a non-significant individual value, it is done collectively. Considering the Bank's current loan portfolio, individual analysis are only carried out for Debtors from factoring operations and for loans to companies as cash-flow support, the rest of the portfolio being analysed collectively.

The IAS 39 identifies some events that are considered to be signs of impairment in financial assets carried at amortised cost, namely, the failure to honour the terms of the contract (obvious, for example, in the delays in installments payments), the restructuring of loans or financial difficulties of the debtor. These indicators are considered by the Bank within the scope of this analysis, as well as others that result from the customer knowledge and from the portfolio's past behaviour in terms of default and recovery levels.

In terms of the individually analysed assets that were identified with signs of impairment, the Bank estimated the respective value of recovery. The impairment corresponds to the differential between the balance value of these loans and the estimate realisation value, whenever this one is less than the first one.

Furthermore, the Bank calculates the losses due to impairment according to the expected loss in the case of default and the impairment probabilities associated to the customer's internal rating and, if available, the adherent's internal rating. It registers this amount as a loss due to impairment in the part that exceeds the total of impairment losses that results from the analysis described in the previous paragraph.

For the assets collectively analysed, the future cash-flows that are expected to be received are estimated based on background information of the behaviour of assets with similar characteristics, subsequently being deducted from the effective interest rate of the operations.

In the scope of the model developed by the Bank, operation classification criteria was identified for the segments above defined, as well as representative conditions of different level risk factors to be considered with the purpose of determining impairment effects, which are described below:

- *Definition of the period necessary for the loss event, in operations that are in a normal situation at the date of the analysis, to be understood by the Bank, which was estimated to be three months.*

- Classificação das operações em função do período de atraso identificado, nomeadamente operações sem indícios de imparidade (em situação normal), operações com indícios de imparidade (com prestações em atraso) e operações em incumprimento (“default”). As operações são consideradas em incumprimento sempre que o período de atraso seja superior a 90 dias.
- Determinação de probabilidades de incumprimento, as quais são função não só da posição atual da carteira, mas igualmente do seu comportamento passado.
- Determinação dos valores estimados de recuperação após entrada em default, os quais incluem os custos a incorrer no processo de recuperação.

Os créditos que sejam objeto de processo de renegociação são registados nas aplicações operacionais como novos créditos, pelo que o Banco introduziu um conjunto de pressupostos relacionados com a classificação destes créditos:

- “Reconduções” – são classificados no modelo como créditos em situação normal;
- “Refinanciamentos” – inicialmente são classificados no modelo como créditos “em default”, havendo a possibilidade de transitarem para o segmento “regular” caso não apresentem prestações em atraso durante um período determinado em função do respectivo prazo residual do empréstimo:
 - 3 meses se o prazo residual for inferior a 24 meses;
 - 9 meses se o prazo residual for superior ou igual a 24 meses mas inferior a 60 meses;
 - 12 meses se o prazo residual for igual ou superior a 60 meses;
- “Acordos de pagamento” – ficam sempre classificados no modelo como “em default”, mesmo que não voltem a apresentar qualquer prestação em atraso.

A variação nos valores de imparidade apurados (diferença entre o valor de balanço do ativo e o seu valor estimado de recuperação) é registada em custos do exercício na rubrica “Imparidade de crédito”, líquida do valor das recuperações de capital e juros, anteriormente abatidos ao ativo, ocorridas no período.

e) Ativos e passivos financeiros detidos para negociação

Os ativos financeiros detidos para negociação incluem derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo). Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo) são incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

Os ativos e passivos financeiros detidos para negociação são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos derivados que não são transacionados em bolsa é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes, bem como a qualidade creditícia das contrapartes.

- *Classification of the operations according to the identified delay period, namely operations without impairment signs (in a normal situation), operations with impairment signs (with overdue instalments) and operations that have entered in default. The operations are considered to have entered in default whenever the delay period is more than 90 days.*
- *Determining the default probabilities, which depend not only on the current portfolio's position, but also on its past behaviour.*
- *Determining the estimated values of recovery after entering in default, which include the costs of the recovery process.*

The loans that are subjected to a renegotiation process are registered in the operational applications as new loans. For that the Bank introduced a set of assumptions related to the classification of these loans:

- *“Renewals” – classified in the model as loans in a normal situation;*
- *“Refinancing” – initially classified in the model as loans “in default” but there being the possibility of moving to the “regular” segment if there are no delayed instalments for a period that is determined according to the respective residual loan term:*
 - *3 months if the residual term is less than 24 months;*
 - *9 months if the residual term is more or the same as 24 months but less than 60 months;*
 - *12 months if the residual term is the same or more than 60 months;*
- *“Payment agreements” – always classified in the model as “in default”, even if they don't present any delayed instalment again.*

The variation in the obtained impairment values (difference between the asset balance value and its estimated recovery value) is registered in the year's costs under the heading “Loans impairment”, being the net value of the recoveries of capital and interest, previously written-off loans, occurred in the period.

e) Financial assets and liabilities held for negotiation

The financial assets held for negotiation include negotiation derivative with receivable net value (positive fair value). The negotiation derivatives with a payable net value (negative fair value) are included under the heading financial liabilities held for negotiation.

The financial assets and liabilities held for negotiation are recognised initially at fair value. The profits and losses from the subsequent changes to the fair value are recognised in the income statement.

The fair value of the derivatives that are not traded in the stock market is estimated based on the amount that would have been received or paid to terminate the contract at the analysed date, considering the prevailing market conditions, as well as the loan quality of the counterparties.

f) Passivos financeiros

Esta categoria inclui essencialmente recursos de Bancos Centrais, de instituições de crédito e de clientes, assim como passivos subordinados emitidos pelo Banco, os quais são valorizados ao custo amortizado. Inclui ainda passivos incorridos pela prestação de serviços ou aquisição de bens, os quais são registados na rubrica “Outros passivos”.

g) Contabilidade de cobertura – derivados de cobertura e instrumentos cobertos

O Banco designa como instrumentos de cobertura os derivados contratados para cobertura do risco de taxa de juro de conjuntos de operações, nomeadamente de carteiras de crédito – macro-coberturas.

O Banco dispõe de documentação formal da relação de cobertura identificando, quando da transação inicial, a carteira de operações que está a ser coberta, a estratégia de cobertura e tipo de risco coberto, os derivados de cobertura e os métodos utilizados para demonstrar a eficácia da cobertura.

Mensalmente o Banco testa a eficácia retrospectiva e prospectiva das coberturas comparando a variação do justo valor dos elementos cobertos, atribuível ao risco coberto, com a variação do justo valor dos derivados de cobertura, devendo a relação entre ambos situar-se no intervalo entre 80% e 125% e 90% e 111%, respetivamente.

Os instrumentos derivados de cobertura são registados ao justo valor no ativo ou no passivo, em função de apresentarem valor líquido a receber ou a pagar, respetivamente, e os ganhos e perdas resultantes da sua reavaliação são registados em resultados. Os ganhos e perdas na variação do justo valor de ativos financeiros cobertos, correspondentes ao risco coberto, são também reconhecidos em resultados, por contrapartida do valor de balanço dos ativos cobertos.

Um ativo ou passivo coberto pode ter apenas uma parte ou uma componente do justo valor coberto (risco de taxa de juro, risco de câmbio ou risco de crédito), desde que a eficácia da cobertura possa ser avaliada, separadamente. Caso a relação de cobertura deixe de existir, por a variação relativa no justo valor dos derivados e dos instrumentos cobertos se encontrar fora do intervalo entre 80% e 125%, os derivados são reclassificados para negociação e o valor da reavaliação dos instrumentos cobertos atribuível ao risco coberto é reconhecido em resultados durante o prazo remanescente da operação.

h) Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros, utilizando-se as taxas de câmbio em vigor na data do balanço.

f) Financial liabilities

This category essentially includes the Central Banks, the credit and customer institutions, as well as the subordinated liabilities issued by the Bank, which are valued by the amortised cost. It also includes the liabilities incurred from the service provision or service procurement, which are registered under the heading “Other liabilities”.

g) Hedge Accounting – hedge derivatives and hedging instruments

The Bank designates as hedging instruments the derivatives acquired to hedge risk in interest rates of joint operations, namely the loan portfolio – macro-hedging.

The Bank has formal documentation of the hedging relationship identifying, from the moment of the initial transaction, the hedged operations portfolio, the hedging structure and the type of hedge risk, the hedge derivatives and the methods used to demonstrate the hedge effectiveness.

Monthly the Bank assesses the effectiveness retroactively and prospectively of the hedges comparing the variation of the fair value of the hedged items, attributable to the hedged risk, with the variation of the fair value of the hedge derivatives. The connection between the both should be situated in the interval between 80% and 125% and 90% and 111%, respectively.

The hedging derivatives are registered at the fair value in assets or liabilities, so as to present net value to receive or pay, respectively, and the profits and losses resulting from their reassessment are registered in incomes. The profits and losses in the variation of fair value of the hedged financial assets, correspondent to the hedged risk, are also recognised in incomes, as reserves of the balance value of the hedged assets.

A hedged asset or liability can only have a part or a component of the hedged fair value (interest rate risk, exchange rate risk or credit risk), as long as the hedging effectiveness can be assessed, separately. If the hedging relationship ceases to exist, due to the relative variation in the fair value of the derivatives and hedged instruments being out of the interval between 80% and 125%, the derivatives are reclassified for negotiation and the revaluation value of the hedged instruments attributable to the hedged risk is recognised in incomes during what is left of the term of the operation.

h) Balances and transactions expressed in foreign currency

All the assets and liabilities expressed in foreign currency are to be converted to Euros, using the Exchange rates in force at the date of the balance.

As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos ou custos na demonstração dos resultados do exercício.

i) Outros ativos tangíveis

Os ativos tangíveis são registados pelo seu custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos em custos do exercício, na rubrica "Gastos gerais administrativos".

A amortização destes ativos é calculada pelo método das quotas constantes numa base sistemática ao longo das vidas úteis estimadas dos bens, as quais em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 apresentam o seguinte detalhe:

	Years
Real Estate	50
Equipment and furniture	4 - 10
IT equipment	3 - 10
Other tangible fixed assets	3 - 10

j) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis respeitam essencialmente a software, o qual é amortizado segundo o método das quotas constantes, durante um período de três anos.

k) Ativos recebidos por recuperação de créditos

Os bens recuperados na sequência da rescisão de contratos de locação financeira encontram-se registados na rubrica "Ativos não correntes detidos para venda", pelo valor do capital em dívida à data da rescisão.

Em 31 de Dezembro 2014 e 2013 esta rubrica inclui essencialmente viaturas recebidas em dação de créditos vencidos. Estes ativos são objeto de avaliações periódicas, sendo o seu justo valor de mercado determinado por recurso às tabelas de referência do setor Automóvel (Eurotax) e sujeito a um ajustamento em função da informação histórica sobre o diferencial entre o valor da venda das viaturas e o respectivo valor líquido contabilístico à data da venda, para as vendas ocorridas no trimestre anterior. O Banco reconhece perdas por imparidade sempre que o justo valor de mercado destes ativos (deduzido de custos a incorrer na venda) seja inferior ao valor pelo qual se encontram contabilizados.

Os ativos recebidos em dação de crédito não são sujeitos a amortização.

The exchange differences, favourable or unfavourable, originated from the differences between the Exchange rates in force at the date of the transactions and the ones in force at the date of the levying, payments or at the balance date, are registered as profits or costs in the year's income statement.

i) Other tangible assets

The tangible assets are registered based on their acquisition cost, deducted from the amortisations and losses by accumulated impairment. The mending and maintenance costs and other expenses associated to its use are recognised in the year's costs, under the heading "General administrative costs".

The amortisation of these assets is calculated using the straight-line method systematically throughout the good's estimated useful lives, which at the date of December 31st, 2014 and 2013, present the following details:

j) Intangible assets

The intangible assets correspond essentially to software, which is amortised according to the straight-line method, during a three year period.

k) Assets acquired in credit recovery

The goods that are recovered following the termination of leasing contracts can be found under the heading "Non-current assets held for sale", with the outstanding value existent at the date of termination.

On December 31st, 2014 and 2013, this heading includes essentially vehicles received in exchange for past due credits. These assets are subjected to periodical assessments; their market fair value being determined based on the reference tables of the auto sector (Eurotax) and subjected to adjustment according to the historical information of the difference between the sale value of the vehicles and the respective accounting net value at the date of sale, for the sales of the previous quarter. The Bank recognizes the impairment losses whenever the market fair value of these assets (deducted from the costs of the sale) is less than the value for which they were recognised.

The received assets in exchange for credit are not subjected to amortisation.

l) Comissões por serviços prestados

As comissões cobradas a clientes por serviços prestados são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a. Comissões por prestação de serviços continuados - estas comissões são reconhecidas linearmente ao longo do período durante o qual o serviço é prestado; e
- b. Comissões pela realização de um acto significativo - tratam-se de comissões destinadas a compensar a realização de um acto significativo, sendo registadas no momento em que o serviço é prestado.

m) Especialização de exercícios

O Banco adopta o princípio contabilístico da especialização dos exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

n) Impostos correntes e diferidos

O Banco está sujeito a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2014 e 2013 foi de 24,5% e 26,5%, respetivamente.

De acordo com a publicação da Lei nº 64 – B/2011, relativa ao Orçamento do Estado para 2012, as empresas que apresentem lucros mais elevados passaram a ser sujeitas a taxas agravadas em sede de Derrama Estadual.

A Lei nº 66-B/2012, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2013) alterou a redacção do artigo 87.º - A Derrama Estadual no que respeita aos limites. Assim, relativamente ao período de tributação do exercício de 2013 a taxa de derrama estadual aplicável aos lucros tributáveis superiores a 1.500.000 Euros e até 7.500.000 Euros foi de 3%, e a taxa aplicável aos lucros tributáveis sujeitos e não isentos de IRC superiores a 7.500.000 Euros foi de 5%.

Adicionalmente, na sequência da promulgação da Lei nº 2/2014, de 16 de Janeiro, a tributação dos lucros das empresas para o ano de 2014 passou a ser a seguinte:

- Taxa de IRC de 23% sobre a matéria coletável (25% no exercício de 2013);
- Derrama municipal a uma taxa compreendida entre 0% e 1,5% sobre o lucro tributável (igual ao exercício de 2013); e,
- Derrama estadual a uma taxa variável sobre o lucro tributável de acordo com os escalões abaixo indicados:
 - Menor do que 1.500.000 Euros - 0%;
 - Entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros - 3%;
 - Entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros - 5%;
 - Maior do que 35.000.000 Euros - 7%.

l) Commissions for services provided

The commissions charged to customers for services provided are recognised according to the following criteria:

- a. Commissions for the provision of ongoing services – these commissions are recognised linearly throughout the period during which the service is provided; and
- b. Commissions for a significant act – these are commissions with the purpose of compensating a significant act, being registered in the moment when the service is provided.

m) Accruals basis

The Bank adopts the accrual accounting principles regarding most of the headings of the financial statement. Thus, the costs and profits are registered as they are generated, independently of the moment of payment or receiving.

n) Current and deferred taxes

The Bank is subject to taxation in accordance with the corporate income tax code (IRC) and to local taxes, with a total tax rate of 24,5% and 26,5% in the years of 2014 and 2013, respectively.

In accordance with the Law nº 64 – B/2011, regarding the State Budget for 2012, the companies that have higher profits are subjected to increased charges in accord with local state taxes.

The law nº 66-B/2012, dated December 31st (State Budget Law for 2013) amended the article 87th – Local State Taxes in regards to the limits. Thus, regarding the tax year of 2013 the local state tax applicable to taxable profits higher than 1.500.000 Euros and until 7.500.000 Euros was 3% and the applicable rate to the taxable profits subjected and not exempt from corporate income tax higher than 7.500.000 was 5%.

In addition, following the promulgation of the Law nº 2/2014, dated January 16th, the taxation of corporate profits for 2014 is as follows:

- Corporate income tax (IRC) rate of 23% over the tax base (25% in the year of 2013);
- Local state tax with a rate between 0% and 1,5% over the taxable profit (the same as in the year of 2013); and,
- Local state tax with a variable rate over the taxable profit according to the following tiers:
 - Less than 1.500.000 Euros - 0%;
 - Between 1.500.000 Euros and 7.500.000 Euros - 3%;
 - Between 7.500.000 Euros and 35.000.000 Euros - 5%;
 - More than 35.000.000 Euros - 7%.

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2015) que produzirá efeitos relativamente aos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2015, reduziu a taxa de IRC para 21%.

Desta forma, a acima referida alteração implicou que a taxa de imposto utilizada pelo Banco no apuramento e registo de impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2014 fosse de 25,5% (27,5% em 31 de Dezembro de 2013).

Com a publicação da Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de Dezembro, e subsequente prorrogação prevista no Orçamento do Estado para 2012, o Banco esteve, nos exercícios de 2013 e 2014, abrangido pelo regime de contribuição sobre o setor bancário. A contribuição sobre o setor bancário incide sobre:

a) O passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos, deduzido dos fundos próprios de base (tier 1) e complementares (tier 2) e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos e pelo Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútua. Ao passivo apurado são deduzidos:

- Elementos que segundo as normas de contabilidade aplicáveis, sejam reconhecidos como capitais próprios;
- Passivos associados ao reconhecimento de responsabilidades por planos de benefício definido;
- Passivos por provisões;
- Passivos resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados;
- Receitas com rendimento diferido, sem consideração das referentes a operações passivas; e
- Passivos por ativos não desreconhecidos em operações de titularização.

b) O valor nominal dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos, com exceção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura ou cuja posição em risco se compensa mutuamente.

A publicação da Portaria n.º 64/2014, veio alterar as taxas aplicáveis às bases de incidência definidas pelas alíneas a) e b) anteriores para 0,07% e 0,00030%, respetivamente. Anteriormente, as taxas aplicáveis aplicáveis às bases de incidência definidas pelas alíneas a) e b) variavam entre 0,01% e 0,05%, e 0,00010% e 0,00020%, respetivamente, em função do valor apurado - com a publicação da Portaria n.º 121/2011, as taxas em vigor para o exercício de 2013 ascenderam a 0,05% e 0,00015%, respetivamente.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes, os impostos diferidos e a contribuição sobre o setor bancário.

O imposto corrente é determinado em função do lucro tributável do período, o qual corresponde ao resultado contabilístico ajustado por custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais.

The Law n.º 82-B/2014, dated December 31st (State Budget Law for 2015) that will have effect regarding the tax years starting on or after January 1st, 2015, decreased the corporate income tax rate to 21%.

This way, the above referred change implied that the tax rate used by the Bank in the establishing and register of deferred taxes on December 31st, 2014, would be 25,5% (27,5% on December 31st, 2013).

With the publication of the Law n.º 55-A/2010, dated December 31st, and its subsequent extension included in the State Budget for 2012, the Bank was, in the years 2013 and 2014, under the social security contribution system over the banking sector. The contribution over the banking sector includes:

a) The liability assessed and approved by the taxable person, deducted from the Equity (tier 1) and complementary (tier 2) and from the deposits covered by the Deposit Guarantee Fund and by the Mutual Agricultural Credit Guarantee Fund. The following are deducted from the assessed liability:

- Elements that, according to the applicable accounting regulations, are recognised as own capital;*
- Liabilities associated to the recognition of responsibilities from defined benefit plans;*
- Liabilities from provisions;*
- Liabilities resultant from the revaluation of derivative financial instruments;*
- Revenue with deferred income, without considering the ones that refer to borrowing activities; and*
- Liabilities for assets not derecognised in securitisation transactions.*

b) The notional value of the derivatives financial instruments out of the balanced assessed by the taxable persons, except for the hedging financial derivatives instruments or those whose risk position is mutually compensated.

The publication of the Ordinance n.º 64/2014 changed the applicable rates over the reserve bases defined by the formerly referred a) and b) points to 0,07% and 0,00030%, respectively. Previously, the applicable rates over the reserve bases defined by the points a) and b) varied between 0,01% and 0,05%, and between 0,00010% and 0,00020%, respectively, depending on the assessed value – with the publication of the Ordinance n.º 121/2011, the rates in force for the year of 2013 increased to 0,05% and 0,00015%, respectively.

The total taxes over the registered profits in incomes, encompasses the current taxes, the deferred taxes and the contribution over the banking sector.

The current tax is determined according to the taxable profit of the year, which corresponds to the accounting result adjusted by costs or profits non relevant for taxation purposes.

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação, sendo registados de acordo com a Norma IAS 12 – “Impostos sobre o rendimento” e calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor no período em que se prevê que seja realizado o respectivo ativo ou liquidado o passivo.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis.

O Banco apenas reconhece impostos diferidos ativos quando se estima que estes sejam recuperáveis e na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam assegurar a sua reversão.

O Banco, enquanto entidade sujeita à supervisão do Banco de Portugal e que está obrigada a elaborar as suas demonstrações financeiras individuais em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas, efectua o apuramento do lucro tributável de acordo com as referidas normas.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quanto a exercícios de utilização de prejuízos fiscais, em que o prazo de caducidade é o do exercício do direito de reporte (seis anos até ao exercício de 2009, quatro anos para os exercícios de 2010 e 2011, cinco anos para os exercícios de 2012 e 2013 e doze anos para o exercício de 2014). Deste modo, as declarações fiscais do Banco do exercício de 2009 e dos exercícios de 2011 a 2014 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A dedução dos prejuízos fiscais não pode exceder o montante correspondente a 70% do respectivo lucro tributável.

Dada a natureza das eventuais correcções que poderão ser efectuadas pelas autoridades fiscais, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração do Banco não é previsível que qualquer liquidação adicional, relativamente aos exercícios acima indicados, seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

o) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados que tornem provável o futuro dispêndio de recursos, podendo este ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

The deferred tax assets and liabilities correspond to the recoverable and payable tax value in future periods resulting from temporary differences between the asset or liability value in the balance and its tax base. These are registered in accordance with the Regulation IAS 12 – “Income taxes” and calculated based on the tax rates that are expected to be in force in the period when it is predicted to be realised the respective asset or settled the liability.

The liabilities from deferred taxes are normally registered for all the taxable temporary differences.

The Bank recognises only the deferred tax assets when they are estimated to be recoverable and inasmuch as it is probable the existence of future taxable profits that will ensure its reversion.

The Bank, as an entity that is subjected to the Bank of Portugal supervision and that is forced to establish its individual financial statements in accordance with the Adjusted Accounting Standards, sets up the taxable profit assessment following the referred regulations.

According to the applicable law, tax returns are subjected to revision and correction from the tax authorities during a four year period (five years for the Social Security), except when referring to years of utilisation of tax losses, in which the limitation period is the same as the year's carryover right (six years until 2009, four years for 2010 and 2011, five years for 2012 and 2013 and twelve years for 2014). Hence, the Bank's tax returns from 2009 and from the years of 2011 to 2014 can still be subjected to revision.

The tax losses deduction cannot surpass the amount correspondent to 70% of the respective taxable profit.

Given the nature of the potential corrections that can be done by the tax authorities, it is not possible to quantify them at this moment. However, in the Bank's Board of Director's opinion is not predictable that any additional settlement, concerning the years mentioned above, may be significant for the enclosed financial statements.

o) Provisions and contingent liabilities

A provision is formed when there is a present obligation (legal or constructive) that results from past events that create the likely future outflow of resources, which may be reliably determined. The provision amount corresponds to the best estimate of the value to be disbursed so as to settle the responsibility at the balance date.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente, procedendo-se à respetiva divulgação, em conformidade com os requisitos do IAS 37 – “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”.

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências decorrentes da atividade do Banco, não sendo, regra geral, aceites como custo fiscal.

p) Caixa e seus equivalentes

Na elaboração da demonstração de fluxos de caixa, são incluídos no saldo de “Caixa e seus equivalentes” os saldos das rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adoção de pressupostos por parte do Conselho de Administração do Banco. Estas estimativas resultam da análise efectuada à melhor informação disponível na data do seu registo. Consequentemente, os valores futuros efectivamente realizados poderão diferir do valor das estimativas registadas, nomeadamente nas seguintes áreas:

Impostos sobre lucros

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os impostos sobre lucros foram determinados com base na legislação fiscal em vigor para as empresas incluídas no perímetro de consolidação do Banco, ou em legislação já publicada para aplicação futura. Diferentes interpretações da legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos sobre lucros. Em consequência, os valores registados, os quais resultam do melhor entendimento dos órgãos de gestão do Banco e das restantes empresas do perímetro de consolidação, poderão encontrar-se sujeitos a alterações com base em diferentes interpretações por parte das Autoridades fiscais.

Imparidade do crédito e outros valores a receber

A determinação de perdas por imparidade em crédito e outros valores a receber é efectuada de acordo com os critérios descritos na Nota 2.3.d). As estimativas efectuadas pelo Banco no que respeita ao risco de realização das carteiras de crédito e outros valores a receber resultam da aplicação de pressupostos determinados com base em análises históricas, nomeadamente no que respeita à segmentação da carteira, a probabilidades de incumprimento, taxas, períodos e custos de recuperação, assim como da avaliação da informação disponível relativamente ao devedor.

If a future outflow of resources is not probable, it is a contingent liability, and the respective disclosure is carried out following the IAS 37 requirements – “Provisions, contingent liabilities and contingent assets”.

The provisions for other risks and charges are meant to face up to contingencies arising from the Bank's activity, but are not, as a general rule, accepted as a tax cost.

p) Cash and cash equivalents

In the preparation of the cash-flow statements the balances of the headings “Cash and balances at central banks” and “Balances in other credit institutions” are included in the balance of “Cash and cash equivalents”.

3. MAIN ESTIMATES AND UNCERTAINTIES ASSOCIATED TO THE ACCOUNTING POLICIES APPLICATION

The preparation of the financial statements requires the setting up of estimates and the adoption of prerequisites by the Bank's Board of Directors. These estimates come from the analysis of the available information at the date of its register. Consequently, the actual future values may differ from the registered estimated values, namely in the following areas:

Income taxes

On December 31st, 2014 and 2013, the income taxes were determined based on the tax law in force for companies included in the Bank's consolidation perimeter, or based on previously published laws for future application. Different interpretations of the tax laws may influence the value of the tax on profits. Therefore, the registered values, which result from the best understanding of the Bank's management bodies and other companies in the consolidation perimeter, may be subjected to changes based on the different interpretations by the Tax Authorities.

Loans impairment and other receivables

The loan impairment losses and other receivables are determined according to the criteria described in the Note 2.3.d). The Bank's estimates of the risk in making loan portfolios and other receivables come from the application of suppositions that are based on historical analysis, namely referring to the portfolio segmentation, default probabilities, rates, years and recovery costs, as well as on the evaluation of the available information regarding the debtor.

Caso o Banco utilizasse critérios e pressupostos distintos na determinação das perdas por imparidade em crédito e outros valores a receber, os valores apurados seriam diferentes dos atualmente reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, o Banco considera que a atual metodologia utilizada é aquela que reflecte de forma mais adequada o risco de incumprimento associado a estes ativos.

4. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍODO

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as empresas incluídas no perímetro de consolidação e os principais dados financeiros retirados das suas contas estatutárias nas referidas datas são os seguintes: Nos exercícios de 2014 e 2013, as principais operações ocorridas com empresas incluídas no perímetro de consolidação foram as seguintes:

Fundo Silk Finance No.3 e Silk Finance No.3 Limited

Em 4 de Agosto de 2009, o Banco realizou uma operação de titularização de créditos, no âmbito do qual alienou uma carteira de créditos constituída por operações de vendas a crédito e locação financeira mobiliária. Tal como descrito na Nota 32, em 15 de Outubro de 2010 o montante total envolvido nesta operação foi aumentado através de uma venda adicional de créditos.

If the Bank used different criteria and suppositions on the loan impairment losses and other receivables determination, the assessed values would be different from the ones currently shown in the consolidated financial statements. However, the Bank considers that the currently used methodology is the one that most appropriately reflects the default risk associated to these assets.

4. GROUP COMPANIES AND TRANSACTIONS IN THE PERIOD

On December 31st, 2014 and 2013, the companies included in the consolidation perimeter and the main financial data taken from the statutory accounts at the referred dates are the following: In the years of 2014 and 2013, the main operations with companies included in the consolidation perimeter were the following:

Silk Finance Fund No.3 and Silk Finance No.3 Limited

On August 4th, 2009, the Bank carried out a credit securitisation operation, in which a loan portfolio, formed by credit sales and leasing operations, was sold. As it is described in the Note 32, on October 15th, 2010, the total amount involved in this operation was increased through an additional credit sale.

Entity	Head Office	Line of Business	2014			2013		
			Effective Participation	Net Position	Net Income	Effective Participation	Net Position	Net Income
Fund Silk Finance No.3	Portugal	Credit securitization fund	0%	433.115.79	(5.471.920)	0%	433.115.791	(5.471.920)
Silk Finance No.3 Limited - Individual	Ireland	SPE	0%	(20.124.804)	4.076.593	0%	(20.124.804)	4.076.593

Amounts expressed in Euros

Tal como referido na Nota 2.3 a) o Banco inclui no perímetro de consolidação, veículos e fundos criados no âmbito de operações de titularização, quando exerce sobre os mesmos um controlo financeiro e operacional efetivo e detém a maioria dos riscos e benefícios associados à respetiva atividade.

Assim, para efeitos de preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o Fundo Silk Finance No.3 e o veículo (SPE) Silk Finance No.3 Limited foram incluídos no perímetro de consolidação, dado que o Banco detém a totalidade dos riscos e benefícios associados à atividade destas entidades (Nota 32). Nesse sentido, os créditos relativos à operação de titularização permanecem registados no balanço consolidado, e as obrigações emitidas pelo veículo de titularização, cujos riscos e benefícios associados são detidos integralmente pelo Banco através da subscrição direta ou de operações de venda com acordo de recompra, foram anuladas no processo de consolidação.

As it is referred in the Note 2.3.a) the Bank includes in the consolidation perimeter vehicles and funds created within the securitisation operations, when it holds over them an effective financial and operative control and holds the majority of the risks and profits associated with the specific activity.

Hence, for the purpose of preparing the consolidated financial statements, the Silk Finance No. 3 Fund and the vehicle (SPE) Silk Finance No.3 Limited were included in the consolidation perimeter, since the Bank holds the total risks and profits associated with these entities' activity (Note 32). As such, the credit regarding the securitisation operation remain registered in the consolidated balance and the bonds issued by the securitisation vehicle, whose associated risks and profits are fully held by the Bank through the direct subscription or the sale transactions with repurchase agreement, were eliminated in the consolidation process.

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Cash	43.016	49.2563
Demand Deposits at Central Banks	467	3.5603
Collateral Deposits at Central Banks	-	16.000.000
	43.483	16.052.816

Amounts expressed in Euros

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal visam satisfazer as exigências legais de constituição de reservas mínimas de acordo com os requisitos do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos correspondem a 2% sobre o montante dos depósitos efetuados junto do Banco, acrescido de outros passivos elegíveis.

Em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica “Depósito colateral em Bancos Centrais” correspondia a um depósito constituído junto do Banco de Portugal que visava garantir as operações de crédito do Eurosistema. Este depósito não era remunerado.

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Demand Deposits		
In the country	35.747.980	61.071.667
Amounts due for collection	35.102	8.591
	35.783.082	61.080.258

Amounts expressed in Euros

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

As rubricas de ativos financeiros detidos para negociação e de derivados de cobertura têm a seguinte composição:

	2014			2013		
	Notional Amount	Accounting Value		Notional Amount	Accounting Value	
		Assets	Liabilities		Assets	Liabilities
Interest rate contracts						
Trading Swaps	881.294.032	849.592	857.949	109.648.1680	1.296.153	1.307.564
Hedging Swaps	97.500.000	-	632.800	173.500.000	-	1.178.891
	978.794.032	849.592	1.490.749	1.283.148.168	1.296.153	2.486.455

Amounts expressed in Euros

5. CASH AND DEPOSITS AT CENTRAL BANKS

On December 31st, 2014 and 2013, this heading has the following constitution:

The demand deposits in the Bank of Portugal aim to satisfy the legal demands of creating minimum reserves in accordance with the requirements of the European System of Central Banks (ESCB). These deposits correspond to 2% over the amount of deposits made in the Bank plus other eligible liabilities.

On December 31st, 2013, the heading “Collateral deposits at Central Banks” corresponded to a deposited created in the Bank of Portugal that aimed to ensure the Eurosystem credit operations. This was a non-interest bearing deposit.

6. BALANCES IN OTHER CREDIT INSTITUTIONS

On December 31st, 2014 and 2013, this heading has the following constitution:

7. DERIVATIVE FINANCIAL INSTRUMENTS

The headings regarding the financial assets held for trading and the hedging derivatives have the following constitution:

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo das rubricas “Ativos financeiros detidos para negociação” e “Passivos financeiros detidos para negociação” correspondem ao justo valor dos swaps de taxa de juro, contratados no âmbito da operação de titularização referida na Nota 32.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o Banco tem registado no seu passivo o justo valor dos swaps contratados no âmbito da cobertura de risco de taxa de juro de posições de natureza estrutural (crédito a clientes a taxa fixa).

A negociação de derivados baseia-se num contrato bilateral standard, que engloba o conjunto das operações sobre derivados existentes entre o Banco e a contraparte. As operações em vigor nos exercícios de 2014 e 2013 foram contratadas com o Banco Santander, S.A.

Neste tipo de contratos, prevê-se a compensação de responsabilidades em caso de incumprimento (compensação essa, cuja abrangência está prevista no próprio contrato e é regulada na lei portuguesa e, para contratos com contrapartes estrangeiras ou feitos sob lei estrangeira, nas jurisdições relevantes).

Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor notional). O valor notional é o valor de referência para efeitos de cálculo dos fluxos de pagamentos e recebimentos originados pela operação.

O valor de mercado (fair value) corresponde ao valor que os derivados teriam se fossem transacionados no mercado na data de referência. A evolução do valor de mercado dos derivados é reconhecida nas contas relevantes do balanço e tem impacto imediato em resultados.

Na Nota 30 são apresentadas em detalhe as metodologias de determinação do justo valor de instrumentos financeiros derivados.

A perda potencial de um conjunto de operações derivadas num dado momento é dada pelo seu valor de exposição nesse momento. Nas operações derivadas a médio e longo prazos, os contratos que enquadram as operações prevêem em geral a compensação entre saldos devedores e credores com a mesma contraparte, o que elimina ou reduz o risco de crédito.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a repartição do valor notional por maturidades residuais é a seguinte:

On December 31st, 2014 and 2013, the balance of the headings “Financial assets held for negotiation” and “Financial liabilities held for negotiation” corresponds to the fair value of interest-rate swaps, contracted in the scope of the securitisation operation referred in the Note 32.

On December 31st, 2014 and 2013, the Bank has registered in its liability the fair value of the contracted swaps within the hedging of the interest rate risk of structural positions (customer loans on a fixed rate basis).

The derivatives negotiation is based on a standard bilateral contract that encompasses the set of operations in the existent derivatives between the Bank and the counterpart. The operations in force in the years 2014 and 2013 were contracted by Banco Santander, S.A.

This type of contracts include responsibility compensation in the case of default (this compensation is included in the contract and is regulated by the Portuguese law, and in the case of contracts with foreign counterparts or signed under foreign law, it is regulated by the relevant jurisdictions).

The derivatives are also registered in off-balance sheet accounts with its theoretical value (notional amount). The notional amount is the reference value used to calculate the payment and receiving cash-flows originated by the operation.

The market value (fair value) corresponds to the value that the derivatives would have if they were traded in the market on the reference date. The evolution of the derivatives market value is recognised in the balance relevant accounts and it has an immediate impact on the income.

In the Note 30 are presented in detail the methodologies for the determination of the derivatives financial instruments fair value.

The potential loss of a set of derivatives operations at a given moment is presented according with its exposure value at that moment. In the medium and long term derivative operations, the contracts that frame the operations generally include the settlement between debtors and creditors' balances with the same counterpart, what eliminates or reduces the credit risk.

On December 31st, 2014 and 2013, the distribution of the notional value by residual maturities is the following:

	2014					Total
	< 3 months	> 3 months & ≤ 6 months	> 6 months & ≤ 1 year	> 1 year & ≤ 5 years	> 5 years	
Interest rate contracts	71.049.200	72.747.724	129.698.878	557.165.408	50.632.822	881.294.032
Trading Swaps	15.500.000	14.000.000	24.000.000	44.000.000	-	97.500.000
Hedging Swaps	86.549.200	86.747.724	153.698.878	601.165.408	50.632.822	978.794.032

Amounts expressed in Euros

2013						
Interest rate contracts	> 3 months		> 6 months		> 1 year	Total
	≤ 3 months	≤ 6 months	≤ 1 year	≤ 5 years	> 5 years	
Trading Swaps	-	-	-	929.702.088	179.946.080	1.109.648.168
Hedging Swaps	21.000.000	20.000.000	35.000.000	97.500.000	-	173.500.000
	21.000.000	20.000.000	35.000.000	1.027.202.088	179.946.080	1.283.148.168

Amounts expressed in Euros

8. CRÉDITO A CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

8. CUSTOMER LOANS

On December 31st, 2014 and 2013, this heading is constituted by the following:

	2014	2013
Falling due Loans		
Loans	582.714.685	603.475.452
Long-Term Rental	100.642.656	114.193.143
Leasing	49.741.850	64.947.212
Factoring	48.898.432	26.257.927
Current account loans	15.010.715	13.771.593
Credit cards	8.212.039	6.372.520
Others	36	36
Non Performing loans and interest	805.220.413	829.017.883
Interest receivable, net of deferred income	53.489.434	49.573.124
Deferred charges with amortised cost associated	1.849.503	1.934.673
Commissions, net of deferred income	20.714.505	19.220.698
Hedged items value correction	656.071	1.130.052
	881.929.926	900.876.430
Loans impairment (Note 15)	(72.019.806)	(58.333.402)
	809.910.120	842.543.028

The movement in the Loans Impairment in the years of 2014 and 2013 is presented in the Note 15.

Amounts expressed in Euros

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o crédito concedido a clientes por setor de atividade, excluindo crédito e juros vencidos, apresentava a seguinte composição, tendo por base os Códigos da Atividade Económica do Instituto Nacional de Estatística em vigor em 31 de Dezembro de 2014:

On December 31st, 2014 and 2013, the loans to customers per activity sector, excluding Non Performing loans and interest, was constituted as follows, based on the Economic Activity Codes of the National Institute of Statistics in force on December 31st, 2014:

	2014	2013
Wholesale and retail sales; repair services of motor vehicles and motorcycles	81.219.268	60.261.152
Manufacturing industries	10.217.359	12.027.369
Administrative and support service activities	9.857.675	4.431.429
Construction	5.591.286	6.361.612
Transportation and storage	4.538.392	5.722.238
Professional, scientific, technical activities and the like	4.527.702	5.544.862
Human health activities and social support	4.461.653	5.109.706
Accommodation, Restaurants and the like	2.369.741	2.974.470
Information and communication activities	1.741.327	2.086.296
Education	1.273.912	1.381.375
Real Estate Activities	1.245.254	1.547.551
Other Service Activities	967.164	1.169.238
Financial and insurance activities	867.691	997.193
Artistic, entertainment, sports and entertainment activities	578.321	537.807
Collection, treatment and supply of water; sanitation, waste management and cleaning	222.523	197.129
Agriculture, Livestock, Hunting, Forestry and Fishing	32.063	59.457
Electricity, gas, steam, hot and cold water and air conditioning	30.456	27.416
Extractive Industries	17.735	21.531
Public Administration and Defence; Compulsory Social Security	16.000	34.868
Others	11.203.648	19.794.070
Other Sector of Activity (Individuals)	664.241.243	698.731.114
	805.220.413	829.017.883

Amounts expressed in Euros

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o crédito vincendo apresentava a seguinte estrutura por tipo de crédito e maturidade:

On December 31st, 2014 and 2013, the falling due loans presented the following structure per type of credit and maturity:

	2014							
	Long Term			Current Account		Credit	Other	Total
	Loans	Rental	Leasing	Factoring	Credits	Cards	Credits	
To 1 year	18.995.604	14.170.079	4.833.503	48.898.432	15.010.715	8.212.039	36	110.120.408
From 1 to 5 years	267.567.275	68.716.275	36.813.628	-	-	-	-	373.097.481
More than 5 years	296.151.806	17.775.999	86.549.200	-	-	-	-	322.002.524
	582.714.685	100.642.656	49.714.850	48.898.432	15.010.715	8.212.039	36	805.220.413

	2013							
	Long Term			Current Account		Credit	Other	Total
	Loans	Rental	Leasing	Factoring	Credits	Cards	Credits	
To 1 year	21.903.082	10.021.081	5.475.463	26.257.927	13.771.593	6.372.520	36	83.801.702
From 1 to 5 years	290.976.123	87.126.782	51.001.960	-	-	-	-	429.104.865
More than 5 years	290.596.247	17.045.280	8.469.789	-	-	-	-	316.111.316
	603.475.452	114.193.143	64.947.212	26.257.927	13.771.593	6.372.520	36	829.017.883

Nota: A informação incluída nos quadros acima considera a distribuição do total do crédito vincendo de acordo com a data de reembolso final das operações.

Note: The information included in the tables above considers the distribution of the total falling due credit according with the final operation reimbursement date.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o crédito e juros vencidos apresentavam a seguinte estrutura, por antiguidade de saldos e por tipo de crédito:

On December 31st, 2014 and 2013, the Non Performing loans and interest presented the following structure, organized by ageing of balances and type of credit:

	2014							
	Loans	Long Term			Factoring	Credit	Other	Total
		Rental	Leasing	Cards		Credits		
From 1 to 3 months	972.113	126.732	111.045	203.941	11.416	6.220	1.431.467	
From 3 to 6 months	1.433.442	139.020	128.417	122.825	28.200	4.382	1.856.286	
From 6 to 12 months	4.303.307	253.378	148.871	227.555	106.929	12.065	5.052.105	
From 1 to 3 years	21.626.959	1.778.379	1.433.301	3.632.861	166.185	166.185	29.148.128	
More than 3 years	5.433.764	136.007	61.484	2.290.244	2.310.223	2.310.223	16.001.448	
	33.779.585	2.433.516	1.883.118	6.477.244	2.499.075	2.499.075	53.489.434	

	2013							
	Loans	Long Term			Factoring	Credit	Other	Total
		Rental	Leasing	Cards		Credits		
From 1 to 3 months	1.048.506	171.041	132.876	794.393	15.149	7.014	2.528.979	
From 3 to 6 months	1.480.497	207.336	172.944	626.346	10.272	8.800	2.506.197	
From 6 to 12 months	7.933.339	778.499	739.435	418.349	114.181	25.688	10.009.491	
From 1 to 3 years	14.675.160	1.338.192	989.296	3.198.875	701.080	438.897	21.341.500	
More than 3 years	2.917.935	3.111	19.456	2.071.303	5.438.172	2.736.945	13.186.957	
	28.415.437	2.498.179	2.054.007	7.109.303	6.278.854	3.217.344	49.573.124	

Amounts expressed in Euros

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 o crédito vincendo associado a crédito vencido com antiguidade superior a 90 dias, ascende a cerca de 3.736.573 Euros e 14.321.643 Euros, respetivamente.

On December 31st, 2014 and 2013, the falling due loans associated to the Non Performing loans older than 90 days, reaches to 3.736.573 Euros and 14.321.643 Euros, respectively.

Em 2013, o Banco procedeu a alienações de créditos abatidos ao ativo.

In 2013, the Bank carried out the disposal of written-off loans.

9. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

9. NON-CURRENT ASSETS HELD FOR SALE

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os montantes registados nesta rubrica, correspondem essencialmente a veículos recebidos em dação em pagamento de crédito. O movimento no valor bruto destes ativos nestes exercícios apresenta o seguinte detalhe:

On December 31st, 2014 and 2013, the amounts registered under this heading correspond essentially to vehicles received as settlement of credit debts. The movement in the gross amount of these assets in these years presents the following details:

Balance on December 31st 2012	745.181
Recoveries	2.578.052
Disposals	(2.566.995)
Other movements	(9.436)
Balance on December 31st 2013	746.802
Recoveries	3.045.638
Disposals	(3.074.972)
Balance on December 31st 2014	717.468

Amounts expressed in Euros

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o Banco tinha registado imparidade para estes ativos no montante de 237.653 Euros e 198.626 Euros, respetivamente (Nota 15).

On December 31st, 2014 and 2013, the Bank had registered impairment for these assets amounting to 237.653 Euros and 198.626 Euros, respectively (Note 15).

10. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nas rubricas “Outros ativos tangíveis” e “Ativos intangíveis” durante os exercícios de 2014 e 2013 foram os seguintes:

10. OTHER TANGIBLE ASSETS AND INTANGIBLE ASSETS

The movements under the headings of “Other tangible assets” and “Intangible assets” during the years of 2014 and 2013 were the following:

2014											
	Opening Balances Accumulated			Acquisitions	Amortisation	Transfers	Write-downs and Disposals Accumulated		Closing Balances Accumulated		
	Gross Amount	Amortisations	Net Amount				Gross Amount	Amortisations	Gross Amount	Amortisations	Net Amount
Other tangible assets											
Properties for own use	8.550.345	(1.903.377)	6.646.968	-	(117.462)	133.014	-	-	8.683.359	(2.020.839)	6.662.520
Works in rented properties	701.050	(629.092)	71.958	-	(17.733)	24.577	(19)	-	725.608	(646.825)	78.783
Equipment:											
Furniture and supplies	101.932	(97.618)	4.314	-	(2.031)	577	-	-	102.509	(99.649)	2.860
Machinery and tools	52.509	(45.030)	7.479	-	(2.253)	390	-	-	52.899	(47.283)	5.616
IT Equipment	1.456.642	(1.157.764)	298.882	6.216	(140.389)	100.992	(25.866)	25.866	1.537.988	(1.272.287)	265.701
Interior Facilities	884.261	(760.620)	123.641	-	(73.359)	-	-	-	884.261	(833.979)	50.282
Safety equipment	102.000	(36.960)	65.040	-	(10.117)	-	-	-	102.000	(47.077)	54.923
Other Equipment	200	(200)	-	-	-	-	-	-	200	(200)	-
Assets in progress	267.172	-	267.172	51.533	-	(259.550)	(10.845)	-	48.310	-	48.310
	12.116.115	(4.630.661)	7.485.454	57.749	(363.344)	-	(36.730)	25.866	12.137.134	(4.968.139)	7.168.995
Intangible Assets											
Software	8.123.275	(5.783.061)	2.340.214	125.784	(2.179.762)	1.115.058	-	-	9.364.117	(7.962.823)	1.401.294
Assets in progress	687.665	-	687.665	1.033.807	-	(1.115.058)	(125.784)	-	480.630	-	480.630
	8.810.940	(5.783.061)	3.027.879	1.159.591	(2.179.762)	-	(125.784)	-	9.844.747	(7.962.823)	1.881.924
	20.927.055	(10.413.722)	10.513.333	1.217.340	(2.543.106)	-	(162.514)	25.866	21.981.881	(12.930.962)	9.050.919
2013											
	Opening Balances Accumulated			Acquisitions	Amortisation	Transfers	Write Downs and disposals	Closing Balances Accumulated			
	Gross Amount	Amortisations	Net Amount					Gross Amount	Amortisations	Net Amount	
Other tangible assets											
Properties for own use	8.550.345	(1.792.566)	6.757.779	-	(110.811)	-	-	-	8.550.345	(1.903.377)	6.646.968
Works in rented properties	628.425	(605.852)	22.573	-	(23.240)	72.625	-	-	701.050	(629.092)	71.958
Equipment:											
Furniture and supplies	101.932	(95.538)	6.394	-	(2.080)	-	-	-	101.932	(97.618)	4.314
Machinery and tools	51.808	(41.712)	10.096	701	(3.318)	-	-	-	52.509	(45.030)	7.479
IT Equipment	1.215.572	(1.008.380)	207.192	1.800	(149.384)	239.274	-	-	1.456.646	(1.157.764)	298.882
Interior Facilities	884.261	(645.922)	238.339	-	(114.698)	-	-	-	884.261	(760.620)	123.641
Safety equipment	32.304	(32.304)	4.168	-	(8.824)	69.696	-	-	102.000	(36.960)	65.040
Other Equipment	200	(200)	-	-	-	-	-	-	200	(200)	-
Assets in progress	110.188	-	110.188	549.113	-	(381.594)	(10.534)	-	267.172	-	267.172
	11.575.035	(4.218.306)	7.356.729	551.614	(412.355)	-	(10.534)	-	12.116.115	(4.630.661)	7.485.454
Intangible Assets											
Software	6.199.261	(4.541.208)	1.657.053	-	(1.241.853)	1.925.014	-	-	8.123.275	(5.783.061)	2.340.214
Assets in progress	1.395.429	-	1.385.429	1.257.810	-	(1.925.014)	(30.560)	-	687.665	-	687.665
	7.583.690	(4.541.208)	3.042.482	1.257.810	(1.241.853)	-	(30.560)	-	8.810.940	(5.783.061)	3.027.879
	19.158.725	(8.759.514)	10.399.211	1.809.424	(1.654.208)	-	(41.094)	-	20.927.055	(10.413.722)	10.513.333

Amounts expressed in Euros

Em 31 de Dezembro de 2014, o saldo das imobilizações em curso de ativos intangíveis refere-se a projetos em curso de software informático, nomeadamente de desenvolvimento de novo software, cuja entrada em funcionamento está prevista para 2015. Em 2014, no âmbito das políticas do Grupo Santander, os desenvolvimentos efetuados a software já existente são reconhecidos como custo do exercício.

On December 31st, 2014, the balance of the assets in progress for the intangible assets refers to ongoing IT software projects, namely the development of new software which is predicted to start being used in 2015. In 2014, within the scope of the Santander Group policies, the developments to already existent software are acknowledged as cost for the year.

Em 31 de Dezembro de 2013, o saldo das imobilizações em curso de ativos intangíveis refere-se a projetos em curso de software informático, nomeadamente de desenvolvimento de novo software ou evolução de software já existente, cuja entrada em funcionamento estava prevista para 2014.

On December 31st, 2013, the balance of the assets in progress for the intangible assets refers to ongoing IT software projects, namely the development of new software or the evolution of existent software, which was expected to start being used in 2014.

11. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

11. CURRENT AND DEFERRED TAX FOR ASSETS AND LIABILITIES

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os saldos de ativos e passivos por impostos correntes e diferidos apresentam a seguinte composição:

On December 31st, 2014 and 2013, the balances of the current and deferred tax assets and liabilities are constituted as follows:

	2014	2013
<i>Current tax assets</i>		
<i>Tax to recover for the year</i>	3,7119	1,816,168
<i>Current tax liabilities</i>		
<i>Tax to pay for the year</i>	(5,426,564)	(1,309,277)
<i>Banking sector contribution</i>	(140,041)	-
	(5,566,605)	(1,309,277)
<i>Deferred tax assets</i>		
	7,530,320	6,010,444
<i>Deferred tax liabilities</i>		
	(6,903,644)	(4,163,217)
<i>Amounts expressed in Euros</i>	626,676	1,847,227

Nos exercícios de 2014 e 2013, o custo com impostos sobre lucros reconhecidos em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser resumidos como se segue:

In the years of 2014 and 2013, the cost of the taxes on profits recognised in the income, as well as the tax burden, measured by the relationship between the tax charges and the pre-tax profit for the year, may be summed up as follows:

	2014	2013
<i>Current taxes</i>		
<i>For the year</i>	6,036,093	2,999,316
<i>Correction of accrual for the previous year</i>	(904,623)	(7,265)
<i>Current taxes</i>	488,504	489,568
<i>Banking sector contribution</i>	5,619,974	3,481,619
<i>Deferred taxes – appropriations, net of reversions</i>		
<i>For the year</i>	823,823	-
<i>Corrections for previous year</i>	(88,726)	765,431
<i>Total taxes recorded in income</i>	5,531,248	4,247,050
<i>Income before taxes</i>	15,047,024	10,508,158
<i>Tax burden</i>	36,76%	40,42%
<i>Amounts expressed in Euros</i>		

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto para os exercícios de 2014 e 2013, pode ser detalhada como se segue:

The reconciliation between the tax nominal rate and actual rate for the years of 2014 and 2013 is detailed as follows:

	2014		2013	
	Taxa de Imposto	Imposto	Taxa de Imposto	Imposto
Profit before tax	-	15.047.025		10.508.158
Assessed tax based on the nominal tax rate	24,5%	3.686.521	26,50%	2.784.662
Permanent differences				
Banking sector contributions	5,89%	488.504	78,21%	489.568
Contracts of association non-relevant for tax purposes	2,46%	203.871	65,70%	411.235
Exemption from Local State tax up to 1,5 million Euros of taxable profit	-0,54%	(45.000)	-7,19%	(45.000)
Addition to "Derrama Estadual" (Local State tax)	11,15%	924.241	26,86%	168.117
Separate taxation	1,47%	122.149	19,71%	123.367
Other permanent differences	1,48%	97.418	29,91%	187.230
Differences between the used taxation rate to determine current and deferred taxes	1,62%	134.344	21,59%	135.136
Income tax for the fiscal year	67,72%	5.612.048	261,28%	4.254.315
Under/ (over) taxation estimates of previous years				
Current tax	-10,92%	(904.623)	-1,16%	(7.265)
Deferred tax	9,94%	823.823	0,00%	-
Corrections related to previous fiscal years, net of deferred tax	0,97%	(80.800)	(0,07%)	(7.265)
Taxes on profits recognized in the income	66,74%	5.531.248	40,42%	4.247.050

Amounts expressed in Euros

Com a publicação da Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de Dezembro, o Banco passou a estar abrangido pelo regime de contribuição sobre o setor bancário. A base de incidência e taxas aplicáveis relativamente à contribuição sobre o setor bancário encontram-se descritas na Nota 2.3 n).

With the publication of the Law n.º 55-A/2010, dated December 31st, the Bank is now covered by the banking sector contribution scheme. The taxation base and the applicable rates regarding the banking sector contribution are described in Note 2.3 n).

O movimento nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 foi o seguinte:

For the periods ended on December 31st, 2014 and 2013, movements in deferred tax assets and deferred tax liabilities were as follows:

	2014					
	Balances	Reinforcement	Realisations /			Balances
	on 31-12-2013		Write-offs	Others	Reclassifications	on 31-12-2014
Deferred tax assets						
Loans impairment	3.908.432	2.154.085	(244.094)	(284.249)	-	5.534.174
Provisions	2.102.012	385.674	(338.666)	(152.874)	-	1.996.146
Total deferred tax assets	6.010.444	2.539.759	(582.760)	(437.123)	-	7.530.320
Deferred tax liabilities						
Silk Finance no.3 Limited undistributed dividends	(4.163.217)	(1.733.930)	-	302.779	(1.309.276)	(6.903.644)
Total deferred tax liabilities	(4.163.217)	(1.733.930)	-	302.779	(1.309.276)	(6.903.644)
Net Balance	1.847.227	805.829	(582.760)	(134.344)	(1.309.276)	626.676
	2013					
	Balances	Reinforcement	Realisations /			Balances
	on 31-12-2012		Write-offs	Others		on 31-12-2013
Deferred tax assets						
Loans impairment	3.844.834	783.244	(520.775)	(198.871)		3.908.432
Provisions	1.601.566	799.572	(216.288)	(82.838)		2.102.012
Total deferred tax assets	5.446.400	1.582.816	(737.063)	(281.709)		6.010.444
Deferred tax liabilities						
Silk Finance no.3 Limited undistributed dividends	(2.833.742)	(1.476.048)	-	146.573		(4.163.217)
Total deferred tax liabilities	(2.833.742)	(1.476.048)	-	146.573		(4.163.217)
Net Balance	2.612.658	(1.476.048)	(737.063)	(135.136)		1.847.227

Amounts expressed in Euros

Os valores detalhados em outros correspondem ao impacto da alteração da taxa de impostos diferidos de 27,5% para 25,5% (29% para 27,5% em 2013) (Nota 2.3 m)).

No exercício de 2014, o montante apresentado na coluna "Reclassificações" da rubrica "Passivos por impostos diferidos" refere-se a impostos diferidos relacionados com o resultado não distribuído do Silk Finance No. 3 Limited, que em 31 de Dezembro de 2013 estavam classificados na rubrica "Passivos por impostos correntes".

12. OUTROS ATIVOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2014	2013
<i>Other assets</i>		
Recoverable tax	5.976.716	5.976.716
Sundry debtors	2.824.340	2.884.057
	8.801.056	8.860.773
<i>Receivable income</i>		
Receivable commissions and other amounts	752.292	693.649
Deferred expenses	666.149	696.387
Different amounts pending settlement	2.140.992	1.638.742
	12.360.489	11.889.551
<i>Impairment (Note 15)</i>		
Recoverable tax	(5.914.356)	(5.914.356)
Receivable balances	(1.474.175)	(1.069.052)
	(7.388.531)	(6.983.408)
	4.971.958	4.906.143

Amounts expressed in Euros

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Imposto a recuperar" corresponde a reembolsos pedidos e reclamações efectuadas em sede de Imposto sobre o Valor Acrescentado. Nestas datas, o valor de imparidade constituída para os referidos ativos ascende a 5.914.356 Euros e reflecte a expectativa do Banco quanto ao correspondente valor de realização.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Outros ativos – devedores diversos", inclui 76.796 Euros e 30.776 Euros, respetivamente, relativos a valores a receber dos clientes após a alienação de viaturas, os quais não tinham ainda sido reclassificados para rubricas de Crédito vencido.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 a rubrica "Valores diversos a regularizar", inclui 1.002.213 Euros e 768.921 Euros, respetivamente, relativos a rendas de cartões de crédito que se encontram para cobrança.

O movimento na imparidade e provisões das rubricas de "Outros ativos" nos exercícios de 2014 e 2013 é apresentado na Nota 15.

The values detailed under "others" correspond to the impact from the deferred tax rate change from 27,5% to 25,5% (29% to 27,5% in 2013) (Note 2.3 m)).

In 2014 the amount shown in the column "Reclassifications" under the heading "Deferred tax liabilities" refers to deferred taxes associated with the undistributed dividends from the Silk Finance No. 3 Limited, which on December 31st, 2013, were classified under the heading "Current tax liabilities".

12. OTHER ASSETS

On December 31st, 2014 and 2013, these headings are constituted as follows:

On December 31st, 2014 and 2013, the heading "Recoverable tax" corresponds to the requested reimbursements and to the complaints made in terms of Value-Added Tax. On these dates, the impairment value elaborated for the referred assets reaches 5.914.356 Euros and reflects the Bank's expectation towards the correspondent realizable value.

On December 31st, 2014 and 2013, the heading "Other assets – sundry debtors", includes 76.796 Euros and 30.776 Euros, respectively, regarding the amounts to be received from customers after the vehicles disposal, which had not yet been reclassified under the Non Performing loans headings.

On December 31, 2014 and 2013, the heading "Different amounts pending settlement", includes 1.002.213 Euros and 768.921 Euros, respectively, regarding the instalments of credit cards due for collection.

The impairment and provisions movement under the heading "Other assets" in 2014 and 2013 is presented in the Note 15.

13. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS E DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, estas rubricas têm a seguinte composição:

13. CENTRAL BANKS AND OTHER CREDIT INSTITUTIONS RESOURCES

On December 31st, 2014 and 2013, these headings are constituted as follows:

	2014	2013
<i>Central Banks Resources</i>		
Capital	147.000.000	280.000.000
Interest payable	2.139.871	3.816.944
	149.139.871	283.816.944
<i>Other Credit Institutions Resources</i>		
<i>Current Account Overdraft</i>		
Banco Santander Totta, S.A.	-	12.614.978
Interest payable	4.070	-
<i>Deposits and other resources</i>		
Banco Santander Consumer Finance, S.A.	293.000.000	232.000.000
Banco Santander Totta, S.A.	200.000.000	200.000.000
Interest payable	6.299.119	4.497.533
	499.299.119	436.497.533
	499.303.189	449.112.511

Amounts expressed in Euros

14. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, estas rubricas têm a seguinte composição:

14. CUSTOMER RESOURCES AND OTHER LOANS

On December 31st, 2014 and 2013, these headings are constituted as follows:

	2014	2013
Demand deposits	3.225	74.597
Cheques and Orders to be paid	1.496.863	2.662.849
	1.500.088	2.737.446

Amounts expressed in Euros

Nos termos da Portaria nº 180/94, de 15 de Dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas Instituições de Crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão fixados no Aviso n.º 12/2014 de 15 de Dezembro, do Banco de Portugal.

In the terms of the Decree nº 180/94, dated December 15th, the Deposit Guarantee Fund was created with the purpose of guaranteeing the reimbursement of deposits constituted in the Credit Institutions. The criteria that regulate the calculations of the annual contributions for the mentioned Fund are defined in the Notification nº 12/2014 dated December 15th from the Bank of Portugal.

15. MOVIMENTO EM PROVISÕES E IMPARIDADE

Nos exercícios de 2014 e 2013 os movimentos ocorridos nas provisões e imparidades foram os seguintes:

15. MOVEMENTS IN PROVISIONS AND IMPAIRMENT

In 2014 and 2013 the movements occurred in the provisions and impairment were the following:

	2014						
	Balances on 31-12-2013	Appropriations	Reversals and Write-offs	Utilisations	Other Movements and Transfers	Balances on 31-12-2014	Credit Recovery and Overdue Interest (Note 23)
Loans impairment (Note 8)	58.333.402	26.137.384	(12.274.404)	-	(176.576)	72.019.806	(7.970.167)
Impairment:							
Recoverable Tax (Note 12)	5.914.356	-	-	-	-	-	-
Other assets (Note 12)	1.069.052	1.535.653	(542.595)	-	176.580	5.914.356	-
Non-current assets held for sale (Note 9)	198.626	3.256.581	(3.217.551)	(764.515)	(3)	1.474.175	-
Provisions	5.446.400	4.792.234	(3.760.146)	(764.515)	176.577	237.653	-
	198.626	40.906	(197.570)	-	(1)	7.626.184	-
	7.182.034	30.970.524	(16.232.120)	(764.515)		79.949.716	(7.970.167)

	2013						
	Balances on 31-12-2012	Appropriations	Reversals and Write-offs	Utilisations	Other Movements and Transfers	Balances on 31-12-2013	Credit Recovery and Overdue Interest (Note 23)
Loans impairment (Note 8)	57.045.375	30.796.497	(13.713.170)	(15.795.249)	(51)	58.333.402	(9.633.628)
Impairment:							
Recoverable Tax (Note 12)	4.846.999	1.067.357	-	-	-	5.914.356	-
Other assets (Note 12)	349.679	1,535.653	(753.906)	(32.595)	(192.903)	1.069.052	-
Non-current assets held for sale (Note 9)	82.741	1.698.777	(5.190.817)	(708)	-	198.626	-
Provisions	5.279.419	5,307.410	(3,760.146)	(33,303)	(192,903)	7,182.034	-
	267.491	8,073,544	(5,944,723)	-	192,900	460,391	-
	62,592,285	-	(19,657,893)	(15,828,552)	(54)	65,975,827	(7,970,167)

Amounts expressed in Euros

Durante o exercício de 2014 o Banco não procedeu ao abate ao ativo de créditos de operações consideradas incobráveis ou cuja exposição se encontrava totalmente provisionada pelos critérios de provisionamento do Banco de Portugal (Nota 2.3 c)).

During the period of 2014 the Bank did not carry out the write-off of credit assets from operations that are considered irrecoverable or that the exposure was completely provisioned by the Bank of Portugal's provisioning criteria (Note 2.3 c)).

16. PASSIVOS SUBORDINADOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

16. SUBORDINATED LIABILITIES

On December 31st, 2014 and 2013, this heading is constituted as below:

	2014	2013
Obrigações de Caixa subordinadas "Interbanco 05/15"	15,000,000	15,000,000
Juros a pagar	56,126	61,496
	15,056,126	15,061,496

Amounts expressed in Euros

As Obrigações de Caixa subordinadas "Interbanco 05/15" foram emitidas em 28 de Setembro de 2005, por um prazo de 10 anos, tendo data de reembolso em 28 de Setembro de 2015. Estas obrigações vencem juros à taxa Euribor a 6 meses, adicionada de 1,25%. Os juros são pagos semestral e postecipadamente em 28 de Março e 28 de Setembro de cada ano. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a taxa de juro em vigor ascendia a 1,43% e 1,59%, respetivamente.

The subordinated Cash Bonds "Interbanco 05/15" were issued on September 28th, 2005, with a 10 year term, having a set reimbursement date on September 28th, 2015. These bonds bear interests with a rate indexed at Euribor 6 months, plus 1,25%. The interests are paid quarterly and in arrears on March 28th and September 28th each year. On December 31st, 2014 and 2013, the interest rate in force reached 1,43% and 1,59%, respectively.

17. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

17. OTHER LIABILITIES

On December 31st, 2014 and 2013, this heading was constituted as follows:

	2014	2013
<i>Values to be paid to the Portuguese State</i>		
Value-added Tax	1,305,048	1,837,871
Stamp duty	370,971	354,879
Withholding tax from payment	138,760	136,749
Social Security Contributions	151,969	124,735
	1,966,748	2,454,234
<i>Creditors:</i>		
Guarantees received – LTR contracts	18,566,413	20,022,600
Factoring contracts creditors	9,868,475	8,273,829
Suppliers, current account	3,353,744	4,866,472
Guarantees received – Factoring contracts	160,000	-
Other creditors	1,821,421	1,422,672
	33,770,053	34,585,573
<i>Funding operations pending payment</i>		
	3,858,893	3,484,969
<i>Charges payable:</i>		
General administrative costs	2,795,156	2,436,660
Participation agreements	1,706,787	1,678,975
Increased costs on vacations and vacations paid	1,272,528	1,035,548
Bonus attributable to employees	928,072	794,042
Insurance cancellation	177,540	146,335
	6,880,083	6,091,560
	46,475,777	46,616,336

Amounts expressed in Euros

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Cauções recebidas – contratos de ALD”, respeita ao diferencial entre o valor entregue pelos clientes no início das operações de aluguer de longa duração e o valor residual dos respectivos contratos. Na rubrica de crédito concedido encontra-se reflectido o valor líquido do financiamento efectivamente concedido pelo Banco aos clientes, o qual corresponde ao valor de aquisição do bem, deduzido dos pagamentos que efectuaram antecipadamente.

On December 31st, 2014 and 2013, the heading “Guarantees received – LTR contracts” regards the differential between the values handed in by customers at the beginning of the long-term rental operations and the residual value of said contracts. Under credit granted it is included the net value of the loan that was in fact granted to the customers by the Bank, which corresponds to the good’s acquisition value, deducted from the payments in advance.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Credores por contratos de factoring” representa as responsabilidades para com os Aderentes relativas ao valor da faturação de operações sem recurso em processo de cobrança, líquidas de adiantamentos efetuados e notas de crédito emitidas.

On December 31st, 2014 and 2013 the heading “Factoring contracts creditors” represents the responsibilities towards the Customers regarding the invoicing value of operations without any collection procedure, net of down payments made and credit notes issued.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Fornecedores – conta corrente” inclui 618.018 Euros e 639.800 Euros, respetivamente, relativos a valores a pagar a companhias de seguros (Nota 33).

On December 31st, 2014 and 2013, the heading “Suppliers - current account” includes 618,018 Euros and 639,800 Euros, respectively, concerning the values to be paid to insurance companies (Note 33)

A rubrica “Encargos a pagar – Acordos de participação”, respeita à participação nos resultados em operações de financiamento automóvel decorrentes do estabelecimento de acordos de associação em participação realizados entre o Banco e sociedades de importação e distribuição automóvel. No âmbito destas operações, o Banco partilha com as referidas sociedades os resultados obtidos num determinado conjunto de operações de financiamento, em função das condições previamente acordadas entre as partes.

The heading “Charges payable – Participation agreements”, considers the participation in the income in car financing operations arising from association agreements on participation celebrated between the Bank and car imports and distribution companies. In these operations the Bank shares with the mentioned companies the profits from a certain set of financing operations, depending on the previously agreed conditions between the parties.

A rubrica "Cancelamento de Seguros" diz respeito à estimativa de custos que o Banco irá incorrer relacionados com a devolução de comissões de colocação de seguros relativos a contratos de crédito amortizados antecipadamente pelos clientes.

18. CAPITAL SUBSCRITO

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o capital social do Banco encontrava-se totalmente subscrito e realizado e estava representado por 66.592.947 acções, cada um com valor nominal igual a 1 Euro, com a seguinte composição:

	Number of shares	Percentage Holding
Santander Consumer Finance, S.A.	53.331.647	80,086%
Santander Consumer Establecimiento Financiero de Credito, S.A.	13.261.300	19,914%
	66.592.947	100,00%

Amounts expressed in Euros

The heading "Insurance cancellation" regards the costs accrual incurred by the Bank related to the return of commissions from insurance distribution concerning the credit agreements amortised in advance by the customers..

18. SUBSCRIBED CAPITAL

On December 31st, 2014 and 2013, the Bank's share capital was fully subscribed and paid up and was represented by 66.592.947 shares with a nominal value of 5 Euro each, constituted as follows:

19. OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as Outras Reservas e Resultados Transitados têm a seguinte composição:

	2014	2013
Issue Premium	12.790.664	12.790.664
Legal Reserve	13.631.404	13.631.404
Other Reserves	21.970.594	21.970.594
Retained Earnings	18.381.840	17.755.729
	66.774.502	66.148.391

Amounts expressed in Euros

19. OTHER RESERVES AND RETAINED EARNINGS

On December 31st, 2014 and 2013, Other Reserves and Retained Earnings are constituted as follows:

Os prémios de emissão tiveram origem no aumento de capital social do Banco efetuado em Janeiro de 2007. Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República – I Série, nº 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, o Banco deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital social ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício em base individual, até perfazer o referido montante. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

No dia 30 de Abril de 2014 foi aprovado em Assembleia Geral a distribuição aos acionistas de dividendos retirados de resultados transitados no montante de 5.634.997 Euros.

The issue premiums came from the increase in the Bank's share capital carried out in January 2007. Under the terms of the Decree nº 408/99, dated June 4th, published on the official paper Diário da República – Series I, nº 129, the issue premiums cannot be used for dividends or the acquisition of own shares.

In accordance with the provisions of Decree-Law 298/92 of December 31st, as altered by Decree-Law 201/2002 of September 26th, the Bank has to establish a legal reserve up to the limit of its share capital or the sum of the formed free reserves and the retained earnings, if higher. To that end, it is annually transferred to this reserve a percentage of at least 10% of net profits in each fiscal year, until the said sum is completed. This reserve can only be used to cover accumulated losses or to increase capital.

On April 30th, 2014, it was approved by the General Assembly the distribution to the shareholders of the dividends from the retained earnings in the value of 5.634.997 Euros.

20. RENDIMENTO INTEGRAL E RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO

Nos exercícios de 2014 e 2013, o resultado consolidado do Banco foi determinado da seguinte forma:

20. COMPREHENSIVE INCOME AND CONSOLIDATED NET PROFIT

In 2014 and 2013 the Bank's consolidated profit was determined as follows:

	2014	2013
<i>Contribution of each one of the entities included in the consolidation perimeter for the comprehensive income and consolidated net profit:</i>		
<i>Banco Santander Consumer Portugal</i>	4.187.584	(982.333)
<i>Silk Finance No.3 Limited</i>	6.759.343	9.882.191
<i>Silk Finance No.3 Fund</i>	-	-
	10.946.927	8.899.858
<i>Consolidation Adjustments:</i>		
<i>Impairment in loans net of deferred tax</i>		
<i>Net income deferred tax of the Silk Finance No.3 Limited</i>	-	(1.162.702)
	(1.431.151)	(1.476.048)
	9.515.776	6.261.108

Amounts expressed in Euros

21. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Nos exercícios de 2014 e 2013, os passivos contingentes e compromissos apresentam o seguinte detalhe:

21. CONTINGENT LIABILITIES AND COMMITMENTS

In 2014 and 2013 the contingent liabilities and commitments present the details below:

	2014	2013
<i>Guarantees provided</i>	2.370.119	1.225.217
<i>Commitments to third parties</i>	58.263.679	55.017.033
<i>Assets given as guarantee – nominal value (Note 32)</i>	173.647.000	320.485.000

Amounts expressed in Euros

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Compromissos perante terceiros" respeita essencialmente a linhas de crédito associadas a operações de concessão de crédito a clientes através de cartões.

On December 31st, 2014 and 2013, the heading "Commitments to third parties" essentially regards the credit lines associated with loans operations through cards.

22. MARGEM FINANCEIRA

Nos exercícios de 2014 e 2013, a Margem Financeira tem a seguinte composição:

23. INCOME AND CHARGES FOR SERVICES AND COMMISSIONS

In 2014 and 2013 the Income and Charges for services and commissions have the following structure:

	2014	2013
<i>Interest and similar income</i>		
<i>Loans financing interest and current account financing</i>	47.887.188	51.638.4301
<i>Leasing interest</i>	9.372.4031	11.231.734
<i>Amortised cost associated commissions</i>		
<i>Of interchange</i>	(8.872.161)	(9.464.456)
<i>Rappel</i>	(3.279.622)	(3.261.821)
<i>Fixed bearing</i>	(958.393)	(1.014.544)
<i>Trading swaps interest</i>	5.589.850	6.287.736
<i>Contract opening commissions</i>	2.103.628	2.836.192
<i>Factoring advances interest</i>	1.657.709	1.893.856
<i>Credit card financing interest</i>	778.880	707.7863
<i>Hedging swaps interest</i>	212.599	277.714
<i>Other interest and income</i>		
<i>From fixed-term deposits</i>	-	199.375
<i>Others</i>	1.187	4.270
	54.493.268	61.336.272
<i>Interest and similar costs</i>		
<i>Interest on credit institutions resources</i>	9.041.106	13.794.206
<i>Interest on trading derivatives</i>	5.639.266	6.350.486
<i>Interest on hedge derivatives</i>	1.256.412	2.591.248
<i>Interest on subordinated loans</i>	6.880.083	245.2626
<i>Interest on factoring operations</i>	954	566
	16.179.383	22.981.768
<i>Financial Margin</i>	38.313.885	38.354.504

Amounts expressed in Euros

23. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios de 2014 e 2013, os Rendimentos e Encargos de serviços e comissões têm a seguinte composição:

23 INCOME AND CHARGES FOR SERVICES AND COMMISSIONS

In 2014 and 2013 the Income and Charges for services and commissions have the following structure:

	2014	2013
<i>Services and commissions income</i>		
<i>Insurance placement commissions</i>	8.966.237	6.819.903
<i>Installment collection expenses</i>	2.624.876	2.646.251
<i>Commissions for service provision</i>	1.180.233	1.410.156
<i>Factoring operations</i>	356.705	266.389
<i>Guarantees provided</i>	21.118	10.985
<i>Other income from commissions</i>	938.320	1.233.541
	14.087.489	12.387.225
<i>Services and commissions charges</i>		
<i>Commissions for Participation Agreements</i>	1.749.554	1.702.873
<i>Insurance placement commissions</i>	1.325.675	1.064.594
<i>Of third-party banking services</i>	423.641	741.652
<i>Other costs from commissions</i>	1.789.766	1.408.333
	5.288.636	4.917.452
	8.798.853	7.469.773

Amounts expressed in Euros

Nos exercícios de 2014 e 2013, a rubrica “Rendimentos de serviços e comissões – Comissões de colocação de seguros” respeita a comissões recebidas pelo Banco de companhias de seguros relativamente a prémios de seguro cobrados a clientes no âmbito de contratos de financiamento. Na rubrica “Encargos com serviços e comissões - Comissões de colocação de seguros” encontra-se refletida a comissão paga pelo Banco a concessionários pela angariação de contratos de financiamento relativamente aos quais o cliente subscreveu simultaneamente o respectivo seguro de proteção de crédito. Os proveitos e encargos relativos a comissões recebidas das companhias de seguros e pagas a angariadores são reconhecidos no exercício em que são concretizadas as operações de crédito respetivas. O Banco considera que se tratam de comissões destinadas a compensar a realização de um acto significativo, na medida em que não retêm qualquer envolvimento relacionado com o risco segurado ou com a gestão da apólice de seguro contratada.

In the periods of 2014 and 2013 the heading “Services and commissions income – Insurance placement commissions” concerns the commissions received by the Bank from insurance companies in what relates to insurance premiums charged to customers in financing contracts. The heading “Services and commissions charges – Insurance placement commissions” represents the commission paid by the Bank to dealerships for the acquisition of financing contracts in which the customer accepted not only the respective insurance but also the credit protection. The income and charges related to commissions received from the insurance companies and paid to the ones that acquired the new contracts are recognised, in the fiscal year in which they happen, as particular credit operations. The Bank considers them as commissions aimed to compensate a significant act because they do not have any involvement related to the insured risk or to the management of the contracted insurance policy.

24. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

No exercício de 2014 e 2013, os valores registados nesta rubrica apresentam o seguinte detalhe:

24. FINANCIAL OPERATIONS INCOME

In 2014 and 2013, the registered values under this heading are detailed as follows:

	2014	2013
<i>Hedge swaps revaluation (Note 30)</i>	(528.310)	(2.378.777)
<i>Hedged items revaluation (Note 30)</i>	473.981	2.363.435
	54.329	15.342

Amounts expressed in Euros

25. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Nos exercícios de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
<i>Other operating income:</i>		
<i>Recovery of loans and Non Performing interest (Note 15)</i>	7.970.167	9.633.628
<i>Gains on leases assets</i>	288.229	427.219
<i>Service provision</i>	21.565	26.104
<i>Other</i>	97.010	36.225
	8.376.971	10.123.176
<i>Other operating costs</i>		
<i>Losses on leased assets</i>	756.736	1.402.159
<i>Other operating costs</i>	714.701	992.107
<i>Other indirect taxes</i>	1.868.743	1.737.253
	3.340.180	4.131.519
	5.036.791	5.991.657

Amounts expressed in Euros

25. OTHER OPERATING INCOME

In 2014 and 2013 this heading has the following structure:

26. CUSTOS COM PESSOAL

Nos exercícios de 2014 e 2013 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
<i>Salaries and wages:</i>		
<i>Remunerations of the management bodies</i>	232.294	229.825
<i>Remunerations of the employees</i>	5.202.949	5.136.941
	5.435.243	5.366.766
<i>Social Contributions</i>		
<i>Social Security</i>	1.115.783	1.121.481
<i>Other contributions</i>	201.141	205.951
	1.316.924	1.327.432
<i>Other personnel cost:</i>		
<i>Bonus for employees and Board of Directors</i>	712.314	677.524
<i>Contractual indemnities</i>	278.000	234.705
<i>Sharing of mortgage interest</i>	12.000	45.000
<i>Others</i>	135.456	251.500
	1.137.770	1.208.729
	7.889.937	7.902.927

Amounts expressed in Euros

O Banco não assumiu quaisquer encargos com pensões de reforma, para além das contribuições para a Segurança Social.

The Bank did not assume any charges with retirement pensions, besides the contributions for the Social Security.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o número de efetivos ao serviço do Banco era o seguinte:

On December 31st, 2014 and 2013, the number of Bank employees was the following:

	2014	2013
<i>Management</i>	6	1
<i>Senior officials and managers</i>	22	20
<i>Technical personnel</i>	107	127
<i>Administrative personnel</i>	33	23
	168	171

Amounts expressed in Euros

Em 2014, o Banco procedeu à reafecção dos recursos face à estrutura organizacional de anos anteriores.

In 2014 the Bank carried out a redeployment of resources taking in consideration the organisational structure of previous years.

27. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios de 2014 e 2013 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
<i>Specialised services:</i>		
<i>Subcontracting of personnel and other outsourcing services</i>	1.402.896	1.416.697
<i>Lawyer services</i>	1.115.970	1.186.552
<i>IT services</i>	1.017.092	1.313.536
<i>Recovery of values and vehicles</i>	1.015.200	1.647.641
<i>Support and software</i>	161.786	224.527
<i>Security and surveillance</i>	109.503	134.346
<i>Other specialised services</i>	3.428.950	2.480.338
<i>Communication</i>	840.376	918.641
<i>Insurances, judicial services and litigations</i>	678.248	975.496
<i>Advertising</i>	641.676	596.317
<i>Leases and rentals</i>	410.684	433.138
<i>Retainers and fees</i>	361.978	345.690
<i>Water, electricity and fuel</i>	274.277	299.281
<i>Travel, hotel and representation costs</i>	188.235	190.186
<i>Maintenance and repair</i>	135.814	170.937
<i>Consumables</i>	92.903	112.628
<i>Training expenses</i>	79.210	92.000
<i>Other supplies and services</i>	30.588	15.884
	11.985.3865	12.553.835

Amounts expressed in Euros

No exercício de 2014, as remunerações pagas ao Revisor Oficial de Contas têm a seguinte composição:

In 2014 the Certified Public Accountant paid remunerations are structured as follows:

<i>Statutory audit</i>	114.091
<i>Other compliance and assurance services</i>	133.896
<i>Tax consulting services</i>	124.186
	372.173

Amounts expressed in Euros

28. RELATO POR SEGMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a atividade desenvolvida pelo Banco encontra-se organizada de acordo com os seguintes segmentos de negócio:

-Banca de retalho: Inclui a atividade do Banco desenvolvida no âmbito da concessão de crédito nos segmentos de Locação financeira, Aluguer de Longa Duração e Crédito ao consumo, assim como os depósitos captados junto de clientes.

-Banca comercial: Inclui a atividade do Banco desenvolvida nas vertentes de concessão de crédito a empresas para apoio de tesouraria, financiamento à aquisição de stocks e "Factoring".

-Outros: Compreende todos os segmentos de atividade não considerados nas linhas de negócio anteriores.

A distribuição dos resultados por linhas de negócio nos exercícios de 2014 e 2013, foi a seguinte:

28. SEGMENT REPORTING

On December 31st, 2014 and 2013, the Bank's activity is structured according with the following business segments:

-Retail Banking: It includes the Bank's activity within the segments of Leasing, Long-Term Rental and Consumer Loans, as well as the deposits collected from customers.

-Commercial Banking: It includes the Bank's activity in cash-flow support, stock acquisition financing and Factoring.

-Others: It comprises all the segments of activity that were not considered in the previous business lines.

The income distribution by business lines in the fiscal years of 2014 and 2013 was as follows:

	2014			2013		
	Retail Banking	Comercial Banking	Total	Retail Banking	Comercial Banking	Total
Interest and similar earnings	52.835.559	1.657.709	54.493.268	59.442.417	1.893.855	61.336.272
Interest and similar expenses	(16.085.980)	(93.403)	(16.179.383)	(22.910.716)	(71.052)	(22.981.768)
Income from services and commissions	13.438.695	648.794	14.087.489	11.849.799	537.426	12.387.225
Charges with services and commissions	(5.288.636)	-	(5.288.636)	(4.917.452)	-	(4.917.452)
Net trading income	(5.288.636)	-	54.329	15.342	-	15.342
Other operating results	(2.933.377)	-	(2.933.377)	(3.641.971)	-	(3.641.971)
Operating Income	42.020.590	2.213.100	44.233.690	39.837.419	2.360.229	42.197.648
Other costs and profits			(34.717.914)			(35.936.540)
Net profit of the financial year			9.515.776			6.261.108
Customer credit (net value)	739.523.545	70.386.575	809.910.120	795.604.600	46.938.428	842.543.028
Total net assets	807.575.841	61.047.159	868.623.000	904.663.535	40.102.984	944.766.519
Resources of other credit institutions	592.838.337	55.604.723	648.443.060	692.634.096	40.295.359	732.929.455
Customer resources and other loans	1.500.088	-	1.500.088	2.737.446	-	732.929.455

Amounts expressed in Euros

Nos exercícios de 2014 e 2013, a atividade do Banco foi integralmente desenvolvida em Portugal.

In 2014 and 2013 the Bank's activity was fully carried on in Portugal.

29. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os saldos registados no balanço consolidado e na demonstração dos resultados consolidados do Banco que têm origem em operações realizadas com partes relacionadas têm a seguinte composição:

Entidades do Grupo Santander:

29. RELATED ENTITIES

On December 31st, 2014 and 2013, the registered balances in the consolidated balance and in the consolidated income statement of the Bank that come from operations with related parties have the following structure:

Santander Group Entities:

2014											
	Banco Santander SA	Santander Consumer Finance	Santander Global Facilities	Banco Santander Totta	Totta Seguros	Isban PT - Engenharia e Software Bancário	Produban	Geoban	Konecta Portugal	TOTAL	
Balance											
Assets											
Deposits in other credit institutions	-	-	-	984.548	-	-	-	-	-	984.548	
Financial assets held for trading	849.592	-	-	-	-	-	-	-	-	849.592	
Intangible assets and other tangible assets	-	-	-	-	-	1.818.511	1.710	-	-	1.820.221	
Other assets											
Income receivable	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Other Debtors	-	-	-	7.298	8.223	-	-	-	-	15.521	
Liabilities											
Resources of other credit institutions	-	(293.526.313)	-	(205.776.876)	-	-	-	-	-	(499.303.189)	
Financial liabilities held for trading	(857.949)	-	-	-	-	-	-	-	-	(857.949)	
Hedge derivatives	(632.800)	-	-	-	-	-	-	-	-	(632.800)	
Subordinated loans	-	(15.056.126)	-	-	-	-	-	-	-	(15.056.126)	
Other liabilities - sundry creditors	-	-	-	-	-	(607.313)	(114.819)	-	(137.960)	(906.609)	
Income Statement											
Interest and similar income	5.802.449	-	-	-	-	-	-	-	-	5.802.449	
Interest and similar charges	(1.256.412)	(4.497.638)	-	(4.438.050)	-	-	-	-	-	(10.192.100)	
Income with commissions	-	-	-	-	37.609	-	-	-	-	37.609	
General administrative costs	-	-	-	-	-	(3.025.595)	(1.586.842)	(49.012)	980.637	(3.680.812)	
Results from financial operations	528.310	-	-	-	-	-	-	-	-	528.310	
Amounts expressed in Euros											
2013											
	Banco Santander SA	Santander Consumer Finance	Santander Global Facilities	Banco Santander Totta	Totta Seguros	Isban PT - Engenharia e Software Bancário	Produban	Geoban	Ibérica de Compras Corporativas	Konecta Portugal	TOTAL
Balance											
Assets											
Deposits in other credit institutions	-	-	-	7.490	-	-	-	-	-	-	7.490
Financial assets held for trading	1.296.153	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.296.153
Intangible assets and other tangible assets	-	-	-	-	-	2.730.053	23.152	-	-	-	2.753.205
Other assets											
Income receivable	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Other Debtors	-	-	-	-	11.333	-	-	-	-	-	11.333
Liabilities											
Resources of other credit institutions	-	(233.085.033)	-	(216.027.478)	-	-	-	-	-	-	(449.112.511)
Financial liabilities held for trading	(1.307.564)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.307.564)
Hedge derivatives	(1.178.891)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.178.891)
Subordinated loans	-	(15.061.496)	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.061.496)
Other liabilities - sundry creditors	(34.016)	(130.681)	-	-	-	(24.268)	(121.281)	-	-	(135.385)	(445.631)
Income Statement											
Interest and similar income	6.565.450	-	-	203.257	-	-	-	-	-	-	6.768.707
Interest and similar charges	(2.591.248)	(8.583.446)	-	(3.512.068)	-	-	-	-	-	-	(14.686.762)
Income with commissions	-	-	-	-	51.257	-	-	-	-	-	51.257
General administrative costs	-	-	(4.583)	-	-	(3.025.595)	(1.350.266)	(42.904)	(980)	(1.051.408)	(4.830.781)
Results from financial operations	(2.378.777)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.378.777)

Amounts expressed in Euros

Os montantes incluídos nos quadros acima na rubrica Ativos intangíveis e outros ativos tangíveis correspondem essencialmente a montantes pagos pelo Banco a outras entidades do Grupo durante o ano relativos a projetos de desenvolvimento nas aplicações informáticas.

The amounts included in the tables above in the heading Intangible assets and other tangible assets correspond essentially to amounts paid by the Bank to other entities of the Group during the year related to the development of computer applications.

Membros do Conselho de Administração

Nenhum dos membros do Conselho de Administração contraiu créditos junto das entidades do Banco nem adquiriu títulos representativos do respectivo capital social.

Members of the Board of Directors

No member of the Board of Directors obtained credits in the Bank's entities, nor have they acquired securities representing the respective share capital.

30. GESTÃO DE RISCO

Políticas de gestão de risco

As políticas de gestão de risco implementadas pelo Banco no âmbito da sua atividade encontram-se descritas em maior detalhe no âmbito da secção "Risco de Crédito" do Relatório do Conselho de Administração.

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde ao risco de incumprimento das contrapartes com as quais o Banco mantém posições abertas em instrumentos financeiros, enquanto entidade credora.

Exposição máxima a risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a exposição máxima a risco de crédito apresenta o seguinte detalhe:

30. RISK MANAGEMENT

Risk management policies

The risk management policies implemented by the Bank within the scope of its activity are more accurately described in the "Credit Risk" section of the Board of Directors' report.

Credit risk

The credit risk corresponds to the default risk of the counterparties with whom the Bank holds open positions in financial instruments, as creditor.

Maximum exposure to credit risk

On December 31st, 2014 and 2013, the maximum exposure to credit risk is detailed as follows:

2014				
	Nominal Value	Gross Accounting value	Provisions and impairment	Net Accounting value
<i>Balance</i>				
Balances in other credit institutions	35.783.082	35.783.082	-	35.783.082
Financial assets held for trading	-	849.592	-	849.592
Loans	858.709.847	861.215.421	(72.019.806)	789.195.615
Other assets, excluding deferred charges	11.694.340	11.694.340	(7.388.531)	4.305.809
	906.187.269	909.542.435	(79.408.337)	830.134.098
<i>Off-Balance</i>				
Guarantees provided	2.370.119	2.370.119	-	2.370.119
Commitments to third parties	58.263.679	58.263.679	-	58.263.679
	60.633.798	60.633.798	-	60.633.798
2013				
	Nominal Value	Gross Accounting value	Provisions and impairment	Net Accounting value
<i>Balance</i>				
Balances in other credit institutions	61.080.258	61.080.258	-	61.080.258
Financial assets held for trading	-	1.296.153	-	1.296.153
Loans	878.591.007	881.655.732	(58.333.402)	823.322.330
Other assets, excluding deferred charges	11.193.164	11.193.164	(6.983.408)	4.209.756
	950.864.429	955.225.307	(65.316.810)	889.908.497
<i>Off-Balance</i>				
Guarantees provided	1.225.217	1,225,217	-	1,225,217
Commitments to third parties	55,017,033	55,017,033	-	55,017,033
	56.242.250	56.242.250	-	56.242.250

Amounts expressed in Euros

Nos quadros apresentados acima, a linha Crédito a clientes não inclui encargos diferidos, nos montantes de 20.714.505 Euros e 19.220.698 Euros em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, respetivamente (Nota 8).

In the tables above, the Loan line does not include deferred charges, for the amounts of 20,714,505 Euros and 19,220,698 Euros on December 31st, 2014 and 2013, respectively (Note 8).

Qualidade de crédito dos ativos financeiros

O acompanhamento e monitorização dos processos de gestão do risco de crédito do Banco é assegurado por uma estrutura interna com competências atribuídas para o efeito, sendo efectuada ao nível da concessão, acompanhamento e recuperação de operações de crédito a empresas e particulares pela Direção de Risco e Recuperação. A análise e evolução da atividade da Direção de Risco e Recuperação é por sua vez avaliada regularmente em Comité de Direção do Banco.

O processo de concessão de crédito encontra-se suportado em modelos de avaliação de risco desenvolvidos internamente (modelos de “rating” e de “scoring”) e complementados, sempre que aplicável, pela avaliação efectuada pela Direção de Risco aos dados financeiros e económicos do cliente.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a composição das operações de crédito concedido em regime de Vendas a crédito, Locação financeira e Aluguer de longa duração, apresenta o seguinte detalhe:

Credit quality of the financial assets

The follow-up and monitoring of the Bank's credit risk management processes are assured by an internal structure with competences conferred for that, being done in terms of granting, follow-up and recovery of credit operations to companies and individuals by the Risk and Recovery Department. The analysis and evolution of the Risk and Recovery Department's activity is then evaluated regularly by the Executive Committee of the Bank.

The granting to credit process is founded on risk evaluation models developed internally (“rating” and “scoring” models) and complemented, whenever applicable, by the evaluation of the customer's financial and economic data carried out by the Risk Department.

On December 31st, 2014 and 2013, the structure of the credit operations granted by the way of Sales credit, Leasing and Long-term rental, is as follows:

2014			
	Capital falling due	Overdue capital and interest	Total exposure
Loans			
Performing loans	552.947.980	25.880	552.973.860
With default	26.293.009	837.069	27.130.078
Non Performing loans	3.473.696	32.916.636	36.390.332
	582.714.685	33.779.585	616.494.270
Leasing			
Performing loans	47.028.602	1.211	47.029.813
With default	2.587.067	102.434	2.689.501
Non Performing loans	126.181	1.779.473	1.905.654
	49.741.850	1.883.118	51.624.968
Long-term Rental			
Performing loans	96.589.709	2.037	96.591.746
With default	3.664.577	111.080	3.775.657
Non Performing loans	388.370	2.320.399	2.708.769
	100.642.656	2.433.516	103.076.172
Total	733.099.191	38.096.219	771.195.410
2013			
	Capital falling due	Overdue capital and interest	Total exposure
Sales Credit			
Credits without default Performing loans	568.474.457	26.699	568.501.156
Credits with default	32.417.028	1.177.892	33.594.920
Default credits Non Performing loans	2.583.967	27.210.846	29.794.813
	603.475.452	28.415.437	631.890.889
Leasing			
Performing loans Credits	60.652.905	486	60.653.391
With default	4.198.610	207.875	4.406.485
Non Performing loans	95.697	1.845.646	1.941.343
	64.947.212	2.054.007	67.001.219
Long-term Rental			
Performing loans Credits	108.164.325	1.647	108.165.972
With default	5.865.739	276.684	6.142.423
Non Performing loans	163.079	2.219.848	2.382.927
	114.193.143	2.498.179	116.691.322
Total	782.615.807	32.967.623	815.583.430

Amounts expressed in Euros

Na preparação dos quadros apresentados acima, a classificação das operações foi efectuada de acordo com a seguinte metodologia:

- “Créditos sem incumprimento” – créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 11 dias;
- “Créditos com incumprimento” – créditos com saldos vencidos entre 11 dias e 90 dias;
- “Créditos em default” – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias.

Nos exercícios de 2014 e 2013, as operações de crédito concedidas a clientes pelo Banco encontram-se garantidas, entre outras, pelos seguintes tipos de colaterais:

- (i) Garantias bancárias, usualmente associadas a operações de “factoring” com concessionários;
- (ii) Regime de reserva de propriedade em operações de vendas a crédito para aquisição de viaturas;
- (iii) Garantias pessoais (livrança, aval, outros).

Risco de liquidez

Risco de liquidez corresponde ao risco do Banco apresentar dificuldades na obtenção dos recursos financeiros de que necessita para cumprir os seus compromissos. O risco de liquidez pode consubstanciar-se, por exemplo, na incapacidade de alienar de forma célere um instrumento financeiro por um montante representativo do seu justo valor.

No âmbito das políticas internas do Banco no que respeita à exposição a risco de liquidez, o respectivo acompanhamento e monitorização é assegurado em sede de Comité de Ativos e Passivos (“Asset Liabilities Committee” – ALCO). De acordo com os procedimentos em vigor, o financiamento da atividade é preferencialmente assegurado junto do Grupo Santander, dispondo o Banco de limites de descoberto autorizado negociados para este efeito.

In the preparation of the tables above, the classification of the operations was done according with the following methodology:

- “Performing Loans” – loans without accrued instalments or with Non Performing balances up to 11 days;
- “With default” – loans with overdue balances between 11 days and 90 days;
- “Non Performing Loans” – Loans with overdue balances for more than 90 days.

In the fiscal periods of 2014 and 2013, the credit operations granted to customers by the Bank are guaranteed, amongst others, by the following types of collaterals:

- (i) Bank guarantees, usually associated to “factoring” operations with dealerships;*
- (ii) Ownership reservation regime in credit sales operations for the acquisition of vehicles;*
- (iii) Personal guarantees (promissory note, guarantee, others).*

Liquidity Risk

The liquidity risk corresponds to the risk of the Bank presenting difficulties in obtaining the financial resources that it needs to meet its commitments. The liquidity risk can be observed, for example, in the inability to quickly dispose a financial instrument for a representative amount of its fair value.

Within the Bank’s internal policies concerning the liquidity risk exposure, the respective follow-up and monitoring is assured by the Assets and Liabilities Committee (ALCO). According with the procedures in force, the activity’s financing is preferably assured by the Santander Group, making sure the Bank has the authorized overdraft limit agreed for this purpose.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os “cash flows” contratuais não descontados relativos aos ativos e passivos financeiros apresentam a seguinte composição por intervalos de maturidade:

On December 31st, 2014 and 2013, the undiscounted contractual cash flows related to the financial assets and liabilities show the following structure by maturity ladders:

		2014						
		At sight	Up to 3 months	From 3 months To 1 year	From 1 year To 3 year	From 3 year To 5 year	More than 5 years	Total
Assets								
Cash and balances at central banks		43.483	-	-	-	-	-	43.483
Balances in other credit institutions		35.783.082	-	-	-	-	-	35.783.082
Loans (Gross balances)		63.756.431	53.619.643	182.795.577	340.886.580	190.141.138	118.581.653	949.781.022
		99.582.996	53.619.643	182.795.577	340.886.580	190.141.138	118.581.653	985.607.587
Liability								
Central Bank resources		-	(149.146.317)	-	-	-	-	(149.146.317)
Other Credit Institutions resources		(58.008.746)	(676.581)	(183.264.818)	(244.248.544)	(25.234.472)	-	(511.433.161)
Customer resources and other loans		(1.500.088)	-	-	-	-	-	(1,500.088)
Subordinated liabilities		-	-	(15,250.932)	-	-	-	(15,250.932)
Other financial liabilities		-	-	-	-	-	-	-
Factoring contracts creditors		-	(9,868.475)	-	-	-	-	(9,868.475)
Collateral received – LTR contracts		-	(349.946)	(3,408.037)	(7,312.542)	(4,728.358)	(2,767.530)	(18,566.413)
		(59,508.834)	(160,041.319)	(201,923.787)	(251,561.086)	(29,962.830)	(2,767.530)	(705,765.386)
Differential		40.074.162	(106.421.676)	(19.128.210)	89.325.494	160.178.308	115.814.123	279.842.201
		2013						
		At sight	Up to 3 months	From 3 months To 1 year	From 1 year To 3 year	From 3 year To 5 year	More than 5 years	Total
Assets								
Cash and balances at central banks		16.052.816	-	-	-	-	-	16.052.816
Balances in other credit institutions		61.080.258	-	-	-	-	-	61.080.258
Loans (Gross balances)		40.791.204	54.948.518	197.347.539	376.048.596	198.455.660	118.457.643	986.049.160
		117.924.278	54.948.518	197.347.539	376.048.596	198.455.660	118.457.643	1.063.182.234
Liability								
Central Bank resources		-	-	-	(284.615.139)	-	-	(284.615.139)
Other Credit Institutions resources		(12.614.9789)	(40,585.878)	(247,703.824)	(109,369.523)	(51,381.299)	-	(461,655.502)
Customer resources and other loans		(2,737.446)	-	-	-	-	-	(2,737.446)
Subordinated liabilities		-	-	(279.441)	(15,390.592)	-	-	(15,670.033)
Other financial liabilities		-	-	-	-	-	-	-
Factoring contracts creditors		-	(8,273.829)	-	-	-	-	-
Collateral received – LTR contracts		-	(251.537)	(3,044.341)	(9,134.699)	(5,462.506)	(2,129.517)	(20,022.600)
		(15,352.424)	(49,111.244)	(251,027.606)	(418,509.953)	(56,843.805)	(2,129.517)	(792,974.549)
Differential		102,571,854	5,837,274	(53,680,067)	(42,461,357)	141,611,855	116,328,126	270,207,685

Amounts expressed in Euros

Na preparação dos quadros acima foram considerados fluxos de caixa projectados de capital e juros, pelo que os valores apresentados não são diretamente comparáveis com os saldos contabilísticos nessas datas.

In the preparation of the tables above were considered the projected cash flows of capital and interest, so the presented values are not directly comparable with the accounting balances of the same dates.

Adicionalmente, na elaboração da informação apresentada acima, foram igualmente utilizados os seguintes pressupostos:

- Os descobertos em depósitos à ordem de clientes e o crédito concedido através de cartão de crédito, registados na rubrica “Crédito a clientes”, foram classificados no intervalo temporal “À vista”;
- Os fluxos de capital projectados relativos à rubrica de “Crédito a clientes” não incluem o crédito vencido;
- Os depósitos à ordem de clientes registados na rubrica “Recursos de clientes e outros empréstimos” foram classificados no intervalo temporal “À vista”.
- Relativamente a operações cuja remuneração se encontra indexada à Euribor, os fluxos financeiros apresentados foram estimados com base nas taxas de referência em vigor em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, respetivamente.
- Não foram considerados os “cash flows” contratuais de swaps de taxa de juro, uma vez que esta informação não é considerada na gestão de liquidez do Banco.

Moreover, in the elaboration of the information presented above, the following assumptions were equally used:

- The overdrafts of the customer's demand deposits and the loans through credit card, registered under the heading “Loans”, were classified in the temporal ladder “At sight”;
- The projected capital cash flows related to the heading “Loans” do not include the Non Performing loan;
- The customers' demand deposits registered under the heading “Customer resources and other loans” were classified in the temporal ladder “At sight”.
- Regarding the operations with a remuneration indexed to Euribor, the presented financial flows were estimated considering the base rates in force on December 31st, 2014 and 2013, respectively.
- The contractual cash flows of interest rate swaps were not considered because this information is not measured in the management of the Bank's liquidity.

Risco de taxa de Juro

O risco de taxa de juro corresponde ao risco do justo valor ou dos fluxos de caixa associados a um determinado instrumento financeiro se alterarem em resultado de uma alteração das taxas de juro de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a exposição ao risco de taxa de juro pode ser demonstrada do seguinte modo:

Interest rate risk

The interest rate risk corresponds to the risk of the fair value or of the cash flows associated with a specific financial instrument changing as a result of an alteration in the market's interest rates.

On December 31, 2014 and 2013, the exposure to the interest rate risk can be shown as follows:

31- 12 2014					
	Fixed Rate	Variable Rate	Subtotal	Others	Total
Assets					
Cash and balances at central banks	43.016	476	43.483	-	43.483
Balances in other credit institutions	33.736.484	2.046.589	35.783.082	-	35.783.082
Loans (Gross balances)	354.491.916	456.728.497	805.220.413	76.709.513	881.929.926
	388.271.416	425.775.562	841.046.978	76.709.513	917.756.491
Liability					
Central Bank resources other Credit Institutions resources	(493.000.000)	(147.000.000)	(640.000.000)	(8.443.060)	(648.443.060)
Customer resources and other loans	-	(1.500.088)	(1.500.088)	-	(1,500.088)
Subordinated liabilities	-	(15.000.000)	(15,000.000)	(56.126)	(15,056.126)
Other liabilities	(18.566.413)	(9.868.475)	(28.434.888)	-	(28.434.888)
	(511,566.413)	(173,368,563)	(684,934,976)	(8,499,186)	(693,434,162)
Hedging financial derivative instruments (notional value)	97.500.000	97.500.000	-	-	-
Net exposure	220.794.997	376.906.999	156.112.002	68.210.327	224.322.329
31- 12 2013					
	Fixed Rate	Variable Rate	Subtotal	Others	Total
Assets					
Cash and balances at central banks	49.256	16.003.560	16.052.816	-	16.052.816
Balances in other credit institutions	8.591	61.071.667	61.080.258	-	61.080.258
Loans (Gross balances)	364.949.878	464.068.005	829.017.883	71.858.547	900.876.430
	365.007.725	541.143.232	906.150.957	71.858.547	978.009.504
Liability					
Central Bank resources other Credit Institutions resources	(432.000.000)	(280.000.000)	(712.000.000)	(20.929.455)	(732.929.455)
Customer resources and other loans	-	(2.737.446)	(2,737.446)	-	(2,737.446)
Subordinated liabilities	-	(15.000.000)	(15,000.000)	(61.496)	(15,061.496)
Other liabilities	(20.022.600)	(8.273.829)	(28.296.429)	-	(28.296.429)
	(452.022.600)	(306.011.275)	(758.033.875)	(20.990.951)	(779.024.826)
Hedging financial derivative instruments (notional value)	(173.500.000)	173.500.000	-	-	-
Net exposure	(260.514.875)	408.631.957	148.117.082	50.867.596	198.984.678

Amounts expressed in Euros

Na preparação do quadro acima, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Os recursos de clientes e o depósito colateral em Bancos Centrais, não remunerados, foram classificados na coluna de "taxa variável".
- A coluna "Outros" inclui os seguintes saldos: Saldos vencidos de crédito concedido a clientes; Outros valores recebidos ou pagos que se encontram a ser diferidos; Juros a receber ou a pagar.
- Não foram considerados saldos de swaps de taxa de juro uma vez que se tratam de posições back-to-back (simétricas).

In the preparation of the table above, the following assumptions were used:

- The customers' resources and the collateral deposits at Central Banks, unpaid, were classified in the column "Variable rate".
- The column "Others" includes the following balances: Non Performing balances from loans granted to customers; Other received or paid values that are deferred; Interest to receive or pay.
- The interest rate swaps' balances were not taken in consideration because they are seen as back-to-back positions (symmetrical).

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o impacto na margem financeira projectada do Banco de uma deslocação paralela das curvas de taxa de juro de 100 (basis point value) que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações da taxa de juro cujo repricing ocorra em 2015 e 2014, respetivamente, é o seguinte:

	2014		2013	
	-100bp	+100bp	-100bp	+100bp
Interest and similar earnings	(44.436)	5.396.016	(1.310.413)	6.525.488
Interest and similar charges	60.756	(3.565.002)	1.173.382	(5.485.129)
				12.387.225
Financial margin	16.320	1.831.014	(137.031)	1.040.359

Amounts expressed in Euros

Relativamente aos instrumentos financeiros de taxa fixa cujo vencimento ocorra em 2015 e 2014, os valores acima apresentados consideram a sua substituição por instrumentos semelhantes, cuja remuneração é calculada de acordo com a curva de taxas de juro projetadas para cada exercício.

Justo Valor

O justo valor dos instrumentos financeiros é estimado sempre que possível recorrendo a cotações em mercado ativo. Um mercado é considerado ativo, e portanto líquido, quando é acedido por contrapartes igualmente conhecedoras e onde se efectuam transações de forma regular.

A valorização de instrumentos financeiros para os quais não existam cotações em mercado ativo é descrita nos pontos seguintes:

a) Instrumentos financeiros registados no balanço ao justo valor (instrumentos financeiros derivados):

As transações de derivados financeiros, sob a forma de contratos sobre taxas de juro são efectuadas em mercados de balcão (OTC – Over-The-Counter). Para as operações de derivados OTC (swaps) a respetiva avaliação é calculada com base em métodos geralmente aceites, nomeadamente, a partir do valor atual dos fluxos futuros (cash flows), com base na curva de taxa de juro relevante, vigente no momento do cálculo.

Os instrumentos financeiros derivados foram contratados com contrapartes com as quais o Banco mantém acordos de colateralização. Desta forma, não são sujeitos a ajustamentos para o risco de crédito, na medida em que o mesmo se encontra mitigado.

As técnicas de valorização utilizam como inputs variáveis representativas das condições de mercado à data das demonstrações financeiras.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros (ex: Bloomberg, Reuters), e ajustadas em função da liquidez e do risco de crédito.

Sensitivity analysis – Interest rate

On December 31st, 2014 and 2013, the impact on the Bank's projected financial margin of a shift parallel to the interest rate curves of 100 (basis point value) that index the financial instruments sensitive to the variations of interest rate that have a repricing happening in 2015 and 2014, respectively, is the following:

	2014		2013	
	-100bp	+100bp	-100bp	+100bp
Interest and similar earnings	(44.436)	5.396.016	(1.310.413)	6.525.488
Interest and similar charges	60.756	(3.565.002)	1.173.382	(5.485.129)
				12.387.225
Financial margin	16.320	1.831.014	(137.031)	1.040.359

Regarding the fixed rate financial instruments that terminate in 2015 and 2014, the values represented above consider their substitution by similar instruments, its remuneration being calculated according with the curve of the interest rates projected for each fiscal year.

Fair Value

The fair value of the financial instruments is estimated, whenever possible, using what is traded in an assets market. A market is considered an assets market, and consequently net, when is accessed by counterparties equally knowledgeable and where transactions are made regularly.

The valuation of financial instruments not traded on assets market is described on the following points:

a) Financial instruments recorded in the balance in accordance with their fair value (derivative financial instruments):

The transactions of financial derivatives, as interest rates' contracts, are performed at Over-The-Counter (OTC) markets. For the OTC derivatives operations (swaps) the respective evaluation is calculated based on generally accepted methods, namely, from the current value of future cash flows, based on the relevant interest rate curve, in force at the moment of the calculation.

The derivative financial instruments were contracted with counterparties with whom the Bank holds collateralization agreements. This way, they are not subjected to credit risk adjustments, inasmuch as this one is mitigated.

The valuation techniques use as variable inputs representatives of the market condition at the date of the financial statements.

The market interest rates are assessed based on the information transmitted by the broadcasters of financial content (e.g. Bloomberg, Reuters) and adjusted taking in consideration the liquidity and credit risk.

As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

Para efeitos de apresentação nesta nota, os instrumentos financeiros detidos pelo Banco e registados no balanço ao justo valor (derivados), são classificados no Nível 2 da hierarquia prevista na norma IFRS 13, na medida em que são utilizados modelos internos que utilizam maioritariamente dados observáveis no mercado (como por exemplo curvas de taxas de juro ou taxas de câmbio).

b) Instrumentos financeiros registados no balanço ao custo amortizado

Para os instrumentos financeiros registados no balanço ao custo amortizado, o Banco apura o respectivo justo valor com recurso a técnicas de valorização. Nesta nota, estes instrumentos financeiros são apresentados no Nível 3, na medida em que se considera que o seu justo valor depende de dados relevantes não observáveis em mercado. Os instrumentos exigíveis à vista (caixa e disponibilidades em Bancos Centrais, disponibilidades em outras instituições de crédito e recursos de clientes e outros empréstimos) são apresentados no Nível 1.

Refira-se que o justo valor apresentado pode não corresponder ao valor de realização destes instrumentos financeiros num cenário de venda ou de liquidação.

No quadro seguinte é apresentada a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos instrumentos financeiros, com referência a 31 de Dezembro de 2014 e 2013:

The interest rates for the specific cash flow terms are determined through adequate interpolation methods. The same interest rate curves are also used in projecting non-deterministic cash flows, such as benchmarks.

In order to present the information in this note, the financial instruments held by the Bank and registered on the balance at its fair value (derivatives), are classified as Tier 2 in the hierarchy provided for in the regulation IFRS 13, inasmuch as internal models are used that mainly utilise observable market data (for example, interest rate curves or exchange rates).

b) Financial instruments recorded on the balance sheet at amortised cost

For the financial instruments recorded on the balance sheet at amortised cost, the Bank assesses the respective fair value through valuation techniques. In this note, these financial instruments are presented as Tier 3, inasmuch as its fair value is considered to depend on unobservable and relevant market data. The instruments demanded at sight (cash and balances at Central Banks, balances in other credit institutions and customer resources and other loans) are presented as Tier 1.

It should be noted that the fair value presented might not correspond to the realizable value of these financial instruments in case of sale or liquidation.

The following table shows the comparison between the fair value and the book value of financial instruments, as at December 31, 2014 and 2013:

2014

Methodology to ascertain the fair value

Valuation techniques

	Accounting Value	Transactions in Asset market (Tier 1)	Market data (Tier 2)	Models (Tier 3)	Fair value	Difference
Assets						
Cash and balances at Central banks	43.483	43.483	-	-	43.483	-
Balances in other credit institutions	35.783.082	35.783.082	-	-	35.783.082	-
Loans	809.910.120	-	-	838.600.471	838.600.471	28.690.351
Trading Derivatives	388.271.416	-	849.592	-	849.592	-
	846.586.277	35.826.565	849.592	838.600.471	875.276.628	28.690.351
Liability						
Central Bank resources other Credit Institutions resources	648.443.060	-	-	655.909.942	655.909.942	(7.466.882)
Customer resources and other loans	1.500.088	1.500.088	-	-	1.500.088	-
Other subordinated liabilities	15.056.126	-	-	15.197.901	15.197.901	(141.775)
Trading derivatives	857.949	-	-	857.949	857.949	-
Hedge derivatives	632.800	-	632.800	-	632.800	-
	666.490.023	1.500.088	632.800	671.965.792	671.965.792	(7.608.657)

2013

Methodology to ascertain the fair value

Valuation techniques

	Accounting Value	Transactions in Asset market (Tier 1)	Market data (Tier 2)	Models (Tier 3)	Fair value	Difference
Assets						
Cash and balances at Central banks	16.052.816	16.052.816	-	-	16.052.816	-
Balances in other credit institutions	61.080.258	61.080.258	-	-	61.080.258	-
Loans	842.543.028	-	-	859.822.040	859.822.040	17.279.012
Trading Derivatives	1.296.153	-	1.296.153	-	1.296.153	-
	920.972.255	77.133.074	1.296.153	859.822.040	938.251.267	17.279.012
Liability						
Central Bank resources other Credit Institutions resources	732.929.455	-	-	737.351.340	737.351.340	(4.421.885)
Customer resources and other loans	2.737.446	2.737.446	2.737.446	-	2.737.446	-
Other subordinated liabilities	15.061.496	-	-	15.087.059	15.087.059	(25.563)
Trading derivatives	1.307.564	-	-	1.307.564	1,307,564	-
Hedge derivatives	1.178.891	-	-	-	1.178.891	-
	753.214.852	2.737.446	2.737.446	753.745.963	757.662.300	(4.447.448)

Amounts expressed in Euros

As técnicas de valorização utilizadas têm por base as condições de mercado aplicáveis a operações similares na data de referência das demonstrações financeiras, nomeadamente o valor dos respectivos cash flows descontados com base nas taxas de juro consideradas mais apropriadas, ou seja:

-Relativamente a saldos de instrumentos financeiros exigíveis a menos de um ano, considerou-se que o valor de balanço constituía uma aproximação fiável do seu justo valor;

-Nas restantes operações com clientes, foram utilizadas as taxas de juro médias praticadas pelo Banco no último trimestre de 2014 e 2013, respetivamente, para operações com características semelhantes; e

-O justo valor do Crédito a clientes encontra-se ajustado pelo montante de perdas por imparidade acumuladas, registado nas contas consolidadas.

The valuation techniques are based on the market conditions applicable to similar operations on the reference date of the financial statements, namely the value of the respective cash flows deducted based on the interest rates considered more appropriate, that is:

-Regarding the financial instruments' balances due in less than one year, it was considered that the accounting value was a reliable estimate of its fair value;

-In the rest of the customers' operations, the average interest rates applied by the Bank in the last quarter of 2014 and 2013 were used, respectively, in operations with similar characteristics; and

-The fair value of the Loans is adjusted considering the amount of the accumulated impairment losses, recorded on the consolidated accounts.

Contabilidade de Cobertura

O Banco aplica Contabilidade de Cobertura de justo valor para carteiras de crédito a clientes a taxa fixa. Os instrumentos utilizados para o efeito são swaps de taxa de juro. A aplicação de Contabilidade de Cobertura permite eliminar o “accounting mismatch” que resultaria do reconhecimento ao custo amortizado dos elementos cobertos, enquanto os instrumentos de cobertura (instrumentos financeiros derivados) teriam de ser obrigatoriamente registados ao justo valor através de resultados. O valor dos instrumentos financeiros cobertos é a parcela de cash-flows das operações que iguala os cash-flows dos swaps contratados.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o valor de balanço dos elementos cobertos e o justo valor dos instrumentos de cobertura associados têm a seguinte composição:

Hedge Accounting

The Bank places Hedge Accounting at fair value for credit portfolios of customers with a fixed rate. The instruments used for this purpose are interest rate swaps. The use of the Hedge Accounting allows it to eliminate the accounting mismatch that would result in the recognition of the amortised cost of the hedged items, while the hedging instruments (derivative financial instruments) would have to be recorded at fair value through the income. The value of the hedging financial instruments is the cash flows portion of the operations that equals the contracted swaps cash flows.

On December 31st, 2014 and 2013, the value of the balance of the hedged items and the fair value of the associated hedging instruments are structured as follows:

2014							
Hedged items				Hedging instruments			
Type of Fair Value Hedging	Nominal Amount	Value Corrections	Total	Notional Amount	Interest and Premiums	Revaluation	Fair Value
Loans	344.193.773	656.071	344.849.844	97.500.000	(40.699)	(592.101)	632.800

2013							
Hedged items				Hedging instruments			
Type of Fair Value Hedging	Nominal Amount	Value Corrections	Total	Notional Amount	Interest and Premiums	Revaluation	Fair Value
Loans	351.238.213	1.130.052	352.368.265	173.500.000	(58.480)	(1.120.411)	1.178.891

Amounts expressed in Euros

Nos exercícios de 2014 e 2013, os resultados em operações financeiras reconhecidos nos instrumentos financeiros derivados de cobertura e nos elementos cobertos foram os seguintes (Nota 24):

In the fiscal periods of 2014 and 2013, the financial operations income recognised in the hedging derivatives financial instruments and in the hedged items were the following (Note 24):

	2014	2013
Hedging swaps revaluation (Nota 24)	(528.310)	(2.378.777)
Hedged items revaluation (Nota 24)	473.981	2.363.435
	54.329	15.342

Amounts expressed in Euros

31. GESTÃO DE CAPITAL

A gestão de capital realizada pelo Banco no âmbito da sua atividade consolidada encontra-se sujeita à disciplina e disposições do Banco de Portugal, enquanto entidade de supervisão do sistema financeiro nacional.

Nesta matéria, as exigências regulamentares em vigor respeitam, entre outros, aos requisitos previstos no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, assim como pelos Avisos do Banco de Portugal nº 12/92, de 22 de Dezembro e nº 5/2007, de 27 de Abril, e respetivas alterações posteriores. Encontram-se regulados em sede das referidas disposições legais os requisitos e rácios prudenciais a que o Banco deverá atender na definição da sua política de gestão dos elementos patrimoniais, nomeadamente no que respeita à definição de Fundos Próprios (capital regulamentar) e respetiva ponderação face ao valor dos ativos e elementos extrapatrimoniais da instituição ponderados por fatores de risco (rácio de solvabilidade), o qual não deverá ser inferior a 8%.

No âmbito da revisão do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal, o Banco de Portugal veio através do Aviso n.º 3/2011 estabelecer a obrigatoriedade de os bancos sujeitos à sua supervisão reforçarem o rácio Core Tier 1 para um valor mínimo de 10% até 31 de Dezembro de 2012.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o apuramento do rácio de solvabilidade do Banco apresenta a seguinte composição:

	2014	2013
Realised capital	66.592.947	66.592.947
Issue Premium	12.790.664	12.790.664
Legal, statutory and other reserved	35.601.998	35.601.998
Retained Earnings	18.381.840	17.755.729
Other net deductions to the Basic Equity	(1.881.924)	(3.027.879)
Eligible Basic Equity (1)	131.485.525	129.713.459
Subordinated Loans	-	3.000.000
Investment in subsidiarie	-	-
Eligible complementary Equity (2)	-	3.000.000
Eligible Equity (1+2)	131.485.525	132.713.459
Capital requirements	60.303.241	60.731.475
Solvency ratio	17,44%	17,48%
Tier 1 ratio	17,44%	17,09%

Amounts expressed in Euros

32. OPERAÇÃO DE TITULARIZAÇÃO

Em 4 de Agosto de 2009, o Banco realizou uma operação de titularização de créditos, no âmbito da qual alienou uma carteira de créditos constituída por operações de vendas a crédito e locação financeira mobiliária com valor vincendo àquela data de 688.412.950 Euros. Deste montante de capital vincendo, o valor efectivamente transferido ascendeu a 681.723.353 Euros, na medida em que foram excluídos da transação os montantes relativos

31. CAPITAL MANAGEMENT

The capital management performed by the Bank in the scope of its consolidated activity is opened to the control and regulations of the Bank of Portugal, as the supervisory entity of the Portuguese financial system.

In this subject, the regulatory requirements in force follow, amongst others, the requirements contained in the Legal Framework of Credit Institutions and Financial Companies (Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras), approved by the Decree-Law nº 298/92, dated December 31st, as well as by the Bank of Portugal Notices nº 12/92, dated December 22nd and nº 5/2007, dated April 27th, and its respective subsequent changes. It can be found regulated by the referred legal provisions the prudential requirements and ratios which the Bank should take in consideration in the definition of its management policy of the assets and liabilities, namely regarding the definition of the Equity (regulatory capital) and the respective weighting of the assets' value and the institutions' off-balance sheet weighted considering risk factors (solvency ratio), which cannot be less than 8%.

In the scope of the revision of the Portugal Financial and Economic Assistance Program, the Bank of Portugal established, through the Note n.º 3/2011, the obligation of the banks subjected to its supervision to reinforce the Core Tier 1 ratio to a minimum value of 10% until December 31st, 2012.

On December 31st, 2014 and 2013, the assessment of the Bank's solvency ratio presents the following content:

32. SECURITISATION TRANSACTION

On August 8th, 2009, the Bank carried out a securitisation transaction, within the scope of which it sold a credit portfolio comprising credit sales and leasing operations with a falling due value at that date of 688.412.950 Euros. From this falling due amount, the value that was really transferred reached 681.723.353 Euros, inasmuch as the amounts related to collaterals and residual values from leasing contracts

a cauções e valores residuais de contratos de locação financeira mobiliária. Estas operações foram alienadas por 676.731.708 Euros ao Fundo Silk Finance No. 3 (Fundo), o qual é gerido pela Navigator, Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A.

Em 15 de Outubro de 2010, o Banco procedeu a uma venda de créditos adicionais ao Fundo, no âmbito da referida operação de titularização. Naquela data, o valor vincendo dos créditos alienados ascendia a 177.190.627 Euros. Pelos mesmos motivos referidos no parágrafo anterior, deste montante de capital vincendo, o valor efectivamente transferido ascendeu a 154.000.000 Euros. Estas operações foram alienadas ao Fundo por 154.000.000 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o valor nominal vincendo dos créditos titularizados ascendia a 460.515.683 Euros e 594.437.927 Euros, respetivamente.

A gestão dos créditos cedidos continua a ser assegurada pelo Banco. Todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito são entregues ao Fundo, sendo os serviços do Banco remunerados por esta entidade, através de uma comissão calculada com uma periodicidade trimestral sobre o valor global dos créditos que integram o Fundo, com base numa taxa anual de 1%.

O financiamento do Silk Finance No. 3 Limited foi assegurado através da emissão de obrigações com diferentes níveis de subordinação, de rating e consequentemente de remuneração. Em 31 de Dezembro de 2014 a dívida emitida por esta entidade apresenta as seguintes características:

Bonds	Nominal value	Maturity date	Rating Fitch / S&P	Remuneration
Class A	173.646.945	July 2025	A / A-	Euro 3M + 1,5%
Class B	288.000.000	July 2025	Not rated	Residual
Class C	3.900.000	July 2025	Not rated	Residual
	465.546.945			

Amounts expressed in Euros

O pagamento de juros das obrigações da classe A e a distribuição do montante residual das classes B e C ao Banco são efetuados pelo Silk Finance No.3 Limited, trimestralmente em 15 de Janeiro, 15 de Abril, 15 de Julho e 15 de Outubro de cada ano.

Para cobertura do risco da taxa de juro, o veículo de titularização Silk Finance No.3 Limited, celebrou com o Banco Santander, S.A., um swap de taxa de juro. Nos termos deste swap, o veículo de titularização entrega, em cada data de vencimento de juros das obrigações, um montante calculado com referência à taxa de juro média da carteira de crédito, e recebe um montante calculado com referência à Euribor a 3 meses, acrescida de 4%. Por sua vez, o Banco Santander, S.A., cobriu a sua posição através da contratação de um swap simétrico com o Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (Nota 7).

O Banco mantém a sua qualidade de gestor dos créditos e, consequentemente, a relação comercial com os seus clientes, efectuando as cobranças das prestações e a recuperação de eventuais moras que venham a ocorrer. O produto da cobrança das prestações é diariamente depositado numa conta do Fundo Silk Finance No.3 junto do Banco.

were excluded from the transaction. These operations were sold for 676.731.708 Euros to the Silk Finance No. 3 Fund (Fund), which is managed by Navigator, Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A.

On October 15th, 2010, the Bank carried out a sale of additional credits to the Fund, within the scope of the referred securitisation transaction. On that date, the falling due value of the sold credits reached 177.190.627 Euros. Due to the same reasons that were mentioned in the previous paragraph, from this falling due amount, the value that was really transferred reached to 154.000.000 Euros. These operations were sold to the Fund for 154.000.000 Euros.

On December 31st, 2014 and 2013, the nominal value of the securitized credit amounted to 460.515.683 Euros and 594.437.927 Euros, respectively.

The management of the granted credits continues to be assured by the Bank. All the amounts received because of the credit contracts are handed in to the Fund, with the services of the Bank being paid by this entity through a quarterly calculated commission over the global value of the credits that constitute the Fund, based on an annual rate of 1%.

The Silk Finance No. 3 Limited financing was assured through the issuing of bonds with different levels of subordination, rating and consequently of remuneration. On December 31st, 2014, the debt issued by this entity presents the following characteristics:

The payment of the Class A bonds interests and the distribution of the residual amount of Class B and C to the Bank are carried out by the Silk Finance No.3 Limited, quarterly on January 15th, April 15th, July 15th and October 15th every year.

For the hedge of the interest rate risk, the securitisation vehicle Silk Finance No.3 Limited entered into an interest rate swap with Banco Santander, S.A. In the terms of this swap the securitisation vehicle delivers, on each date of the maturity of the bonds' interests, a calculated amount referring to the average interest rate of the credit portfolio, and it receives a calculated amount referring to the 3 month Euribor, plus 4%. In turn, the Banco Santander, S.A. hedged its position through the contract of a symmetrical swap with the Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (Note 7).

The Bank keeps its credit management feature and, consequently, the commercial relationship with its customers, performing instalments' collection and the recovery of any fines that may occur. The earnings from the instalments' collection are daily deposited in an account of the Silk Finance No.3 Fund in the Bank.

O produto das cobranças de capital entregues é utilizado pelo Fundo para, mensalmente, proceder à aquisição de novos créditos ao Banco. Este procedimento foi seguido até ao IPD (interest payment date) de Outubro de 2012, altura em que a parte do capital não utilizada para aquisição de novos créditos e por este motivo acumulada na conta do Fundo, começou a ser utilizada para proceder trimestralmente ao reembolso, por redução ao valor nominal das unidades de titularização.

O Banco tem a opção de liquidar antecipadamente as obrigações emitidas e de recomprar a carteira de crédito ao valor nominal quando esta for igual ou inferior a 10% do montante da operação inicial.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o Banco tinha entregue obrigações da Classe A com valor nominal de 173.647.000 Euros e 320.485.000 Euros, respetivamente, como colateral ao Banco Central Europeu, no âmbito de operações de financiamento (Notas 13 e 21).

Tal como referido na Nota 2.3 a), o Banco inclui nas suas demonstrações financeiras consolidadas, as entidades de propósito especial (SPE), criadas no âmbito da operação de titularização acima descrita, dado que exerce sobre as mesmas um controlo financeiro e operacional efetivo e detém a totalidade dos riscos e benefícios associados à respetiva atividade (Nota 4).

Os créditos relativos à operação de titularização foram registados no balanço, e as obrigações emitidas pelo veículo de titularização, que são totalmente detidas pelo Banco, foram anuladas no processo de consolidação.

33. OUTRAS DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Seguros

O Banco, para além da sua atividade principal de concessão de crédito, exerce também a atividade de Mediação de Seguros, estando registado no Instituto de Seguros de Portugal ("ISP") na categoria de Mediador de Seguros com o número 408262671. Conforme requerido pela Norma Regulamentar nº. 15/2009-R de 30 de Dezembro, do ISP, artigo 4º nº1, apresenta-se em seguida a informação aplicável ao Banco:

Alínea a) - Reconhecimento dos proveitos

As comissões de seguros recebidas pelo Banco de companhias de seguros respeitam a comissões relativas a prémios de seguro cobrados a clientes no âmbito de contratos de financiamento. O Banco reconhece estas comissões na demonstração de resultados na data de vencimento dos prémios de seguro. Em caso de rescisão antecipada do crédito associado ou caso o cliente decida renunciar à apólice de seguro, a parte remanescente do prémio é devolvida ao cliente e o Banco reconhece na demonstração de resultados a anulação da comissão correspondente. De referir que o Banco regista anualmente uma estimativa dos custos a incorrer com estas situações.

Adicionalmente, o Banco recebe uma comissão de qualidade sobre a totalidade da carteira, caso a sinistralidade da carteira seja menor do que a sinistralidade esperada. A comissão de qualidade é calculada, produto a produto, em função da respetiva contribuição no resultado global. No caso de o resultado ser negativo, este valor acumula para exercícios posteriores.

The earnings from the delivered capital collections is used by the Fund to, monthly, acquire new credits to the Bank. This procedure was followed until the IPD (Interest Payment Date) of October 2012, when part of the capital that was not used to acquire new credits and that because of this was accumulated in the Fund's account, started to be used to quarterly carry out the reimbursement, through the reduction of the nominal value of the securitisation units.

The Bank has the option of early liquidating the issued bonds and of repurchasing the credit portfolio at nominal value when this one is equal or less than 10% of the initial transaction amount.

On December 31st, 2014 and 2013, the Bank had delivered Class A bonds with a nominal value of 173.647.000 Euros and 320.485.000 Euros, respectively, as collateral to the European Central Bank, within the scope of the financing operations.

As it was referred in the Note 2.3 a), the Bank includes in its consolidated financial statements, the special purpose entities (SPE), created within the scope of the securitisation transaction described above, since it has over them an effective financial and operational control and holds the entirety of the risks and benefits associated to the respective activity (Note4).

The credits regarding the securitisation transaction were registered in the balance, and the bonds issued by the securitisations vehicle, which are completely held by the Bank, were eliminated in the consolidation process.

33. OTHER INFORMATION REQUIRED BY LAW

Insurance

The Bank, besides its main activity of credit granting, is also involved in the activity of Insurance Brokerage, being registered in the Instituto de Seguros de Portugal ("ISP") in the category of Insurance Broker with the number 408262671. As required by the Regulatory Notice nº. 15/2009-R, dated December 30th, from the ISP, article 4º nº1, the following provides the applicable information to the Bank:

Paragraph a) – Recognition of profits

The insurance commissions received by the Bank from insurance companies follow the commissions related to insurance premiums charged to customers within the scope of the financing contracts. The Bank recognizes these commissions in the income statement in the due date of the insurance premiums. In the case of early termination of the associated credit or in case the customer decides to resign the insurance policy, the remainder of the premium is returned to the customer and the Bank recognizes in the income statement the elimination of the correspondent commission. It should be noted that the Bank registers annually an accrual of the costs incurred in situations like these.

Furthermore, the Bank receives a quality commission over the whole of the portfolio, if the portfolio's loss levels are less than the expected loss levels. The quality commission is calculated, earning to earning, regarding the respective contribution in the global income. If the income is negative, this value will accumulate for the following fiscal periods.

Alínea b) - Total das remunerações recebidas, desagregadas por natureza e por tipo:

No exercício de 2014, a totalidade das remunerações recebidas pelo Banco relacionadas com a atividade de mediação de seguros corresponderam a comissões, e foram integralmente liquidadas em numerário.

Paragraph b) - Total of the received remunerations, broken down by nature and type:

In the fiscal year of 2014, the total of the remunerations received by the Bank related to the activity in insurance brokerage corresponds to commissions, and they were fully settled in cash.

Alíneas c) e d) - Total de comissões desagregadas por ramos e por seguradoras

Nos exercícios de 2014 e 2013, as remunerações do Banco relativas a comissões de colocação de seguros apresentam a seguinte composição:

Paragraphs c) and d) - Total commissions distributed by lines and by insurance companies

In 2014 and 2013, the Bank's remunerations related to insurance placement commissions present the following structure:

2014					2013		
Line					Line		
ISP Code	Insurance company	Life	Non-Life	Total	Life	Non-Life	Total
1138	Cardiff Assurances Vie	6.732.462	-	6.732.462	5.654.563	-	5.654.563
1139	Cardiff Assurance Risques Divers	-	929.100	929.100	-	438.469	438.469
1145	Mapfre Seguros Gerais, SA	-	687.400	687.400	-	109.596	109.596
	Others	449.165	449.165	449.165	617.275	617.275	617.275
		6.732.462	2.065.665	8.966.237	5.654.563	1.165.340	6.819.903

Amounts expressed in Euros

Alínea e) – Valores das contas “clientes” e volume movimentado no ano

O volume movimentado no ano de 2014 e 2013 relativo a prémios de seguros pagos por clientes e entregues a Seguradoras ascendeu a 13.651.079 Euros e 9.052.722 Euros, respetivamente. Dado ser uma instituição financeira, o Banco entende não ser necessária a utilização de contas “clientes” segregadas para o registo de prémios de seguros movimentados.

Paragraph e) – “Customer” account values and traded volume throughout the year

The traded volume in 2014 and 2013 regarding insurance premiums paid by customers and delivered to Insurance Companies reached 13.651.079 Euros and 9.052.722 Euros, respectively. Due to the fact of being a financial institution, the Bank deems not to be necessary the use of segregated “customer” accounts for the register of traded insurance premiums.

Alínea f) – Contas a receber e a pagar desagregadas por origem

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, estas contas apresentam a seguinte composição:

Paragraph f) – Accounts receivable and payable distributed by origin

On December 31st, 2014 and 2013, these accounts are constituted as follows:

	2014	2013
Accounts receivable		
Customers – Non Performing premiums	2.296.005	3.014.276
Other assets – Installment collection	2.457	37.242
	2.298.462	3.051.518
Accounts payable		
Insurance companies (Note 17)	(618.018)	(639.800)

Amounts expressed in Euros

Alínea g) – Segregação dos valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar

As contas a receber e as contas a pagar referidas na alínea anterior apresentam a seguinte composição:

Paragraph g) – Segregation of the segregated values included in the accounts receivable and payable

The accounts receivable and the accounts payable referred in the previous paragraph are structured as follows:

	2014		2013	
	Accounts Receivable	Accounts Payable	Accounts Receivable	Accounts Payable
i) Funds received with the purpose of being transferred to insurance companies for the payment of insurance premiums;	-	(1.670.353)	-	(1.467.568)
ii) Funds to recover with the purpose of being transferred to insurance companies for the payment of insurance premiums;	2.298.462	-	3.051.518	-
iii) Funds that were assigned to the Bank by the insurance companies with the purpose of being transferred to the policy holders, assured persons or beneficiaries;	-	-	-	-
iv) Remunerations regarding insurance premiums already received and to be collected;	-	1.052.335	-	827.768
v) Other amounts indicating its nature;	-	-	-	-
	2.298.462	(618.018)	3.051.518	(639.800)

Amounts expressed in Euros

Alínea h) - Análise da idade das contas a receber vencidas à data de relato mas sem imparidade e das contas a receber individualmente consideradas com imparidade

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os montantes de prémios de seguros vencidos encontravam-se classificados na rubrica “Crédito e juros vencidos” (Nota 8) e apresentam a antiguidade que se evidencia no quadro abaixo. Nessas datas, a imparidade registada pelo Banco para estes saldos ascendia a 2.280.732 Euros e 2.990.865 Euros, respetivamente.

Paragraph h) - Analysis of the accounts receivable overdue at the date of the report but with no impairment and the accounts receivable individually considered with impairment

On December 31st, 2014 ad 2013, the premiums' amounts of the overdue insurances were classified under the heading “Non Performing loans and interest” (Note 8) and presented an ageing structure that is clear in the table below. On these dates, the impairment registered by the Bank for these balances reached 2.280.732 Euros and 2.990.865 Euros, respectively.

	2014	2013
Up to 30 days	2.012	1.006
Between 30 and 90 days	3.975	6.224
Between 90 and 180 days	4.615	6.421
Between 180 days and 2 years	70.722	124.169
More than 2 years	2.214.681	2.876.456
Overdue Credit	2.296.005	3.014.276
Provisions, Non Performing loan	(2.280.732)	(2.990.865)
	15.273	23.411

Amounts expressed in Euros

Alíneas i), j), k) e l)

Não se aplicam ao Banco.

Paragraphs i), j), k) e l)

Are not applicable to the Bank.

34. OUTROS ASSUNTOS

Em 10 de Julho de 2014, os Grupos Santander Consumer Finance e Banque PSA Finance celebraram uma parceria de colaboração em diferentes países europeus. Os objetivos desta aliança estratégica são, entre outros, os de consolidar o Santander Consumer Finance como líder europeu no crédito ao consumo, nomeadamente no crédito automóvel, por um lado, e para o Grupo PSA, o de incrementar a quota de mercado no mercado automóvel, dinamizando e reforçando a competitividade das marcas Peugeot e Citroen, por outro.

Esta parceria foi formalizada através de um contrato-quadro intitulado "Framework and Investment Agreement" que estabelece os principais termos da parceria nos vários países em que a mesma será implementada.

Para Portugal, o acordo de parceria segue os princípios e objetivos estabelecidos no Framework Agreement, de entre os quais se salientam os seguintes:

- i. A transmissão da totalidade do negócio e atividade da sucursal portuguesa do Banque PSA Finance, S.A. e a sua aquisição e integração no BSCP;
- ii. A aquisição da totalidade do capital social da sociedade comercial PSA Gestão – Comércio e Aluguer de Veículos, S.A. atualmente pertencente ao Grupo PSA, pelo Grupo Santander Consumer Finance;
- iii. A prossecução da atividade desenvolvida pelo Grupo Banque PSA Finance em Portugal em linha com as práticas anteriores, introduzindo-se as adaptações e os ajustamentos que se reputem de essenciais para a respetiva integração no seio do Grupo Santander Consumer Finance; e
- iv. A celebração de um contrato de associação em participação entre entidades dos Grupos Santander Consumer e PSA Finance, que preveja a divisão proporcional dos lucros e perdas das atividades desenvolvidas atualmente pela (i) sucursal PSA Finance, atividades essas que passarão a estar englobadas no BSCP e (ii) PSA Gestão.

O BSCP estima que o processo de aquisição e incorporação da atividade da sucursal esteja concluído até ao final de 2015.

35. CARTA CIRCULAR N.º 2/2014/DSP

Em conformidade com a Carta Circular nº 2/2014-DSP do Banco de Portugal, apresentamos as seguintes divulgações qualitativas:

Política de gestão de risco de crédito:

Sem alterações significativas na estrutura orgânica, a conjuntura vivida em 2014 implicou apenas a necessidade de pequenos ajustamentos que permitiram uma melhor adaptação à realidade do negócio.

Em termos das políticas de admissão, as mesmas foram mantidas, registando-se um aumento na taxa de aprovação global, mantendo-se o perfil de risco médio-baixo.

34. OTHER MATTERS

On July 10th, 2014, the Groups Santander Consumer Finance and Banque PSA Finance established a collaboration partnership in different European countries. The goals of this strategic alliance are, amongst others, on one hand the consolidation of Santander Consumer Finance as the European leader in consumer loans, namely in the car credit segment, and on the other hand for the PSA Group, the increase of the market share in the car market, improving and strengthening the competitiveness of the brands Peugeot and Citroen.

This partnership was formalized through a framework contract called "Framework and Investment Agreement" that establishes the main terms of the partnership in the several countries where it will be implemented.

In Portugal the partnership agreement follows the principles and goals established in the Framework Agreement, highlighting the ones found below:

- i. The transmission of the entirety of the business and activity of the Portuguese subsidiary of the Banque PSA Finance, S.A. and its acquisition and integration in the BSCP;
- ii. The acquisition of the whole share capital of the trading company PSA Gestão – Comércio e Aluguer de Veículos, S.A., currently part of the PSA Group, by the Santander Consumer Finance Group;
- iii. The pursuit of the activity developed by the Group Banque PSA Finance in Portugal in accordance with the previous practices, introducing the adaptations and adjustments that are deemed essential for the respective integration within the Santander Consumer Finance Group; and
- iv. The signing of a joint venture agreement between the entities of the Groups Santander Consumer and PSA Finance that foresees the proportional division of the profits and the losses of the activities currently developed by (i) subsidiary PSA Finance, being that such activities will be included in the BSCP and (ii) PSA Gestão.

The BSCP estimates that the process of acquisition and incorporation of the subsidiary's activity will be concluded until the end of 2015.

35. CIRCULAR LETTER N.º 2/2014/DSP

In compliance with the Circular Letter nº 2/2014-DSP from the Bank of Portugal, the following qualitative disclosures are presented:

Credit risk management policy:

Without any significant changes in the organic structure, the situation lived in 2014 implied only the necessity of small adjustments that allowed a better adaptation to the business reality.

Concerning the admission policies, these did not change, it was registered an increase in the global approval rate and the medium-low risk profile remained.

Os níveis de risco de crédito são permanentemente medidos e acompanhados, de acordo com metodologias corporativas, das quais se destacam a monitorização da Variação da mora sobre Gestão (VMG), os níveis de delinquência simples (%NPL), a análise de carteiras com igual período de originação (vintages), a monitorização permanente dos modelos de decisão automáticos e a monitorização da perda esperada do novo negócio angariado.

Em relação ao negócio de não retalho, risco individual por empresa com valor superior a 150.000 Euros, mantiveram-se as visitas a concessionários, por parte do binómio gestor/analista. Esta atuação permite um maior conhecimento e abrangência na informação obtida, gerando uma melhor qualidade na elaboração do rating da empresa.

O Banco dispõe de políticas e procedimentos que permitem identificar, avaliar, acompanhar e controlar a exposição ao risco de concentração de crédito. No processo de análise e gestão ao risco de concentração de crédito da instituição estão diretamente envolvidos, a Direção de Risco e Recuperação, Controlo Interno e a Direção Financeira e os membros do Órgão de Direção.

De referir que a atividade do Banco prende-se essencialmente com a realização de operações de financiamento ao consumo, sendo característica deste tipo de operações a dispersão dos financiamentos efetuados por um elevado número de clientes, pelo que a exposição ao risco de concentração de crédito é algo diminuta. A política de crédito é definida tendo em linha de conta o grau de exposição ao risco, as probabilidades de incumprimento, a concentração e correlação das posições em risco, a perda dado o incumprimento e grau de cobertura das técnicas de redução de risco. Os limites de concentração de risco perante uma contraparte financeira ou um grupo de contrapartes financeiras ligadas entre si são determinados em função da política de crédito em vigor, formalizada no Regulamento de Crédito.

O Banco controla o risco de concentração de crédito da sua carteira, pela análise consolidada das maiores exposições existentes, no decurso do tempo, perante uma contraparte individual ou de um grupo de contrapartes relacionadas, bem como, as concentrações de exposição por setor de atividade e área geográfica. Este processo permite efectuar um acompanhamento sistemático da carteira e determinar preventivamente exposições potenciais sobre o risco de contraparte. No que respeita à Banca Comercial, o Banco avalia e monitoriza individualmente cada posição em risco. Para o efeito, a Direção de Risco e Recuperação realiza o seguimento mensal das 20 maiores exposições de clientes, fazendo um acompanhamento pormenorizado das suas características e implementando acções mitigadoras caso estas revelem indícios de incumprimento.

Como princípio geral, o Banco evita concentrações excessivas sobre uma entidade ou grupo de entidades relacionadas entre si, tomando como referência para a definição de concentração de risco o montante correspondente a 10% dos Fundos Próprios.

No que respeita a grupos de contrapartes cuja probabilidade de entrarem em incumprimento resulta de fatores subjacentes comuns, designadamente o setor económico em que operam e a região geográfica em que estão inseridos, são efectuadas análises periódicas a fim de assegurar a manutenção de níveis de concentração de risco adequados.

The credit risk levels are permanently measured and followed-up, in accordance with the corporate methodologies, from which are highlighted the monitoring of the fine variation over the Management (VMG - Variação da mora sobre Gestão), the simple delinquency levels (%NPL), the analysis of the portfolios with same origin period (vintages), the permanent monitoring of the automatic decision models and the monitoring of the expected loss in the new acquired business.

Regarding the non-retail business, individual risk by company with a value over 150.000 Euros, the visits to the dealerships were maintained, from the binominal manager/analyst. This approach allows a larger knowledge and range of the obtained information, creating a better quality in the elaboration of the company's rating.

The Bank has some policies and procedures that allow identifying, evaluate, follow-up on and control the exposure to the concentration of credit risk. In the analysis and management process of the concentration of credit risk in the institution the Risk and Recovery Department, the Internal Audit, the Financial Department and the members of the Board of Directors are directly involved.

It should be noted that the Bank's activity essentially comprises the consumer financing operations, which are characterized by the fragmentation of the financing done by a high number of customers, so the exposure to the concentration of credit risk is somewhat low. The credit policy is defined considering the degree of exposure to the risk, the default probabilities, the concentration and correlation of the positions at risk, the loss due to the default and degree of hedging of the risk reduction techniques. The limits of risk concentration facing a financial counterparty or a group of financial counterparties connected together are determined according with the credit policy in force, formalized in the Credit Regulation.

The Bank controls the concentration of credit risk of its portfolio, throughout the consolidated analysis of the major existent exposures, through time, in the face of an individual counterparty or a group of connected counterparties, as well as, the concentrations of exposure by activity sector and geographical area. This process allows a systematic follow-up on the portfolio and the preventive determination of potential exposures over the counterparty's risk. Regarding the Commercial Banking, the Bank individually evaluates and monitors each position at risk. For this purpose, the Risk and Recovery Department monthly follows the 20 biggest customer exposures, carrying out a detailed monitoring of its characteristics and implementing mitigating measures if there are signs of default.

In general, the Bank avoids excessive concentrations over an entity or group of entities connected together, using as reference for the definition of the risk concentration the amount that corresponds to 10% of Equity.

For the groups of counterparties with a default probability that results from common underlying factors, namely the economic sector and the geographical area where they are, some periodical analysis are performed in order to assure the preservation of the proper levels of risk concentration.

Política de write-off de créditos:

A política de write-off de créditos até 2014 era baseada no write-off de crédito efetuado pela totalidade do saldo em dívida, quando esta era considerada irre recuperável e as respetivas provisões regulamentares estivessem constituídas a 100%. Nos termos da política corporativa do Grupo Santander, em vigor no Banco, os prazos de passagem a write-off, sucintamente caracterizavam-se por ser de 24 meses após default para créditos da tipologia de negócio Crédito Automóvel e 12 meses após default para créditos da tipologia de negócio Crédito Pessoal e Crédito ao Consumo. Durante o ano de 2014 não foram efetuados write-off de créditos, no entanto o Banco mantém uma carteira de write-off em stock.

Política de reversão de imparidades:

A política de reversão de imparidade define que poderá existir reversão de provisões sempre que a atualização do cálculo das perdas por imparidade, em virtude da redução da perda esperada ou da redução do capital vencido, apure uma quantia recuperável, que apesar de ser inferior à quantia escriturada seja simultaneamente superior à quantia recuperável apurada em momento anterior.

Descrição das medidas de reestruturação aplicadas ao crédito vencido, mecanismos de controlo e monitorização:

As medidas de reestruturação aplicadas a contratos de crédito do Banco são baseadas na celebração de um novo acordo formal com o cliente relativo a contratos que registem incumprimento ou mora, ou contratos que não registem qualquer dívida, mas para os quais haja razoável expectativa de que venham a entrar em incumprimento, com o objectivo de fazer regressar o cliente ao pontual cumprimento, em linha com a sua real capacidade de pagamento e, sempre que possível, melhorando as garantias da operação.

O seguimento dos contratos de crédito reestruturados é realizado através de vários mecanismos de monitorização, através da análise de curas ou agravamentos de situações de incumprimentos destes contratos e pelo cálculo específico de provisões por imparidade para esta tipologia de contratos que garante uma segmentação dos fatores de risco independentes dos outros segmentos de crédito.

Descrição do processo de avaliação e de gestão de colaterais:

Ao nível dos produtos cujo colateral em garantia seja hipotecário, o Banco procede às avaliações dos imóveis respectivos com periodicidade máxima anual, através de empresas externas especializadas que colaboram com o Grupo Santander.

No que respeita a Garantias Bancárias (“GB”) como colateral, existe uma relação de afectação direta do registo das mesmas associadas aos produtos/linhas aprovadas, com total especificação da GB (número, banco, datas, etc.). Assim, garante-se que toda a gestão é posteriormente efectuada ao nível do sistema central do Banco.

Loans write-off policy:

The loan write-off policy until 2014 was based on the loan write-off of all the due balance, when this was considered irrecoverable and the respective regulatory provisions were 100% established. According with the corporate policy of the Santander Group, in force and the Bank, the terms to become write-off were briefly characterized for being 24 months after default for the business of Car Loan and 12 months after default for the business of Personal Loan and Consumer Loans. During the year of 2014 no credit write-off was performed. However the Bank keeps in stock a write-off portfolio.

Reversion of impairment policy:

The reversion of impairment policy defines that there might be revision of provisions whenever the calculation updates of the impairment losses, because of the decrease of the expected loss or the decrease of the capital overdue, assesses a recoverable amount, that, even though it is less than the carrying value, it is simultaneously more than the recoverable amount assesses before.

Description of the restructuring measures applicable to Non Performing loan, control and monitoring mechanism:

The restructuring measures applicable to the Bank's credit contracts are based on the signing of a new formal agreement with the customer regarding contracts that register any default or fine, or contracts that do not register any debt but concerning which there might be a reasonable expectation that they may present default, with the purpose of guiding the customer to punctual compliance, according with the real capacity of payment and, whenever possible, improving the operation guarantees.

The monitoring of the restructured credit contracts is performed through several monitoring mechanisms, with the analysis of improvements or the worsening in the situations of default in these contracts and with the specific calculation of provisions for impairment for this type of contracts that guarantees a segmentation of the risk factors independent of other credit segments.

Description of the evaluation and collateral management process:

In terms of the products that have a mortgage guarantee as collateral, the Bank evaluates the respective property with an annual maximum periodicity, through specialised external companies that collaborate with the Santander Group.

Regarding the Bank Guarantees (“BG”) as collateral, there is a relation of direct allocation in their register associated to the approved products/lines, with total BG specification (number, bank, dates, etc.). Thus, it is assured that all the management is subsequently performed at the level of the Bank's central system.

Natureza dos principais julgamentos, estimativas e hipóteses utilizados na determinação da imparidade:

A determinação da imparidade baseia-se nos pressupostos de que existe a probabilidade de qualquer contrato vir a entrar em incumprimento no futuro e consequentemente uma hipótese de perda futura. Estas probabilidades são calculadas através de um histórico recente (5 anos) de contratos com as mesmas características de forma a prever os acontecimentos futuros com a maior antecedência. Para além da informação histórica é utilizada informação externa (como por exemplo a informação da Central de Risco de Crédito do Banco de Portugal) para incorporar incumprimentos externos nas previsões do Banco.

Descrição das metodologias de cálculo da imparidade:

O cálculo da imparidade está dividido entre duas metodologias, uma de análise coletiva e outra de análise individual. Na metodologia de análise coletiva, o processo de segmentação permite classificar os contratos da carteira de crédito de acordo com as suas características comuns, associá-las em determinado segmento e calcular fatores de risco (PI, PD e LGD) de acordo com o histórico de contratos com essas mesmas características. Desse modo o cálculo é realizado de acordo com a tipologia de negócio (Auto, Consumo), financiamento (Crédito, ALD, Leasing) e estado do bem (Novo, Usado). Caso os contratos tenham sido alvo de reestruturação também são segmentados de acordo com a tipologia de reestruturação (contratos com dívida inferior a 90 dias, superior a 90 dias ou rescindidos). Para além desta segmentação, os contratos também são segmentados de acordo com o seu comportamento atual e o seu comportamento histórico.

O Banco calcula as perdas por imparidade em função da perda esperada em caso de incumprimento (LGD) e das probabilidades de incumprimento (PD) e considera que um ativo está em imparidade quando a sua quantia recuperável é inferior à quantia escriturada.

As operações são classificadas em função do período de atraso identificado, nomeadamente em operações sem indícios de imparidade (situação normal), operações com indícios de imparidade (com prestações em atraso) e operações em incumprimento (default).

Na metodologia de análise individual, o cálculo das provisões é efetuado de forma individualizada por cliente sendo a PD definida pelo rating interno associado ao cliente.

Indícios de imparidade por segmentos de crédito:

A evidência de imparidade refere-se a dados observáveis que chegam à atenção do Banco sobre os seguintes indícios de perda:

- Dificuldades financeiras significativas do cliente;
- Incumprimento contratual (falta de pagamento de capital ou juros);
- Concessão por parte do Banco de condições favoráveis, devido às dificuldades financeiras (reestruturação de dívida); e
- Probabilidade de entrada em falência do cliente.

Análise individual:

A análise individual é efectuada para todos clientes do negócio de Stock Finance.

Nature of the main judgments, accruals and hypothesis used in the impairment determination:

The impairment determination is based on the assumptions that there is the probability of any contract to default in the future and consequently there is the hypothesis of a future loss. These probabilities are calculated through a recent history (5 years) of contracts with the same characteristics so as to foresee future events as early as possible. In addition to the history it is also used some external information (for example, information from the Central de Risco de Crédito – Credit Risk System – of the Bank of Portugal) to incorporate external defaults in the Bank's predictions.

Description of the impairment calculation methodologies:

The impairment calculation is divided in two methodologies, one for collective analysis and another for individual analysis. In the collective analysis methodology, the segmentation process allows the classification of the credit portfolio contracts according with their common characteristics, their association in a specific segment and the calculation of the risk factors (PI, PD, and LGD) in accordance with the history of contracts with those same characteristics. So the calculation is done according with the business typology (Car, Consumer), financing (Loan, LTR, and Leasing) and the asset condition (New, Used). If the contracts had been subjected to restructuring they are also segmented considering the restructuring typology (contracts with a debt of less than 90 days, more than 90 days or terminated). In addition to this segmentation, the contracts are also segmented in accordance with their current behaviour and their history behaviour.

The Bank calculates the impairment losses considering the expected loss given default (LGD) and the probabilities of default (PD) and it considers that an asset is in impairment when its recoverable amount is less than the carrying value.

The operations are classified regarding the identified delay period, namely in operations with no impairment signs (normal situation), operations with impairment signs (with delayed instalments) and operations in default (default).

In the individual analysis methodology, the provision calculation is done individually by customer being that the PD is defined by the internal rating associated to the customer.

Impairment signs by loan segments:

The evidence of impairment refers to observable data that are noticed by the Bank about the following loss signs:

- Significant financial difficulties of the customer;
- Breach of contract (failure to pay capital or interests);
- Granting from the Bank of favourable conditions, due to the financial difficulties (debt restructuring); and
- Probability of customer going bankrupt.

Individual Analysis:

The individual analysis is done for all the customers of the business Stock Finance.

Política relativa aos graus de risco internos:

A política relativa a graus de risco internos é adotada apenas para os clientes com envolvimento superior a 150.000 Euros e tem como base um modelo construído com o objectivo de acompanhar e conhecer a qualquer momento a posição, garantias e validades das diferentes linhas de apoio que se encontram activas no Banco. Desta forma, existe melhor conhecimento dos clientes, sendo possível igualmente a recolha e tratamento dos novos elementos contabilísticos, com vista à renovação atempada dessas linhas. A FEVE (firmas em vigilância especial) é tratada segundo estabelecido por marco Corporativo do Grupo Santander. É atualizado em base mensal, encontrando-se classificados clientes que necessitam de acompanhamento especial. Os vários níveis de FEVE são: extinguir, reforçar garantias, reduzir e acompanhar.

Cálculo do valor atual dos fluxos de caixas futuros no apuramento das perdas de imparidade avaliadas individual e coletivamente:

Os fluxos de caixa futuros são calculados por contrato com base na estrutura de rendas futuras adaptadas às probabilidades de incumprimentos, de default e de perda após default desse contrato. Os fluxos de caixa futuros que se esperam receber são estimados com base em informação histórica do comportamento de ativos com características semelhantes, sendo posteriormente descontados à taxa de juro efetiva das operações.

Descrição do período emergente utilizado para os diferentes segmentos:

O período de emergência é definido como 3 meses para todos os segmentos da análise coletiva sendo esse o período médio desde um determinado índice de incumprimento e a respetiva confirmação baseada no histórico do Banco.

Custo associado ao risco de crédito:

Com referência a Dezembro de 2014, o total de provisões por risco de crédito foi de 72 milhões de Euros, sendo as PI (acumuladas a 3 meses – período de emergência definido pelo Banco) dos contratos sem indícios de incumprimento do negócio de Financiamento Automóvel de 1,5% e as do negócio de Crédito ao Consumo de 2,3%, as PD's (acumuladas à maturidade média de cada contrato) dos contratos com indícios de incumprimento do negócio de Financiamento Automóvel de 45,4% e as do negócio de Crédito ao Consumo de 63,7%. Por fim, as LGD dos contratos Sem Indícios de incumprimento do negócio de Financiamento Automóvel são cerca de 48,7% e as do negócio de Crédito ao Consumo de 62,5%.

Policy regarding the degrees of internal risks:

The policy regarding the degrees of internal risks is adopted only for the customers with an involvement of more than 150.000 Euros and is based on a model constructed with the purpose of monitoring and knowing anytime the position, guarantees and validities of the different lines of support which were active at the Bank. Thus, there is better customer knowledge and it is equally possible the collection and treatment of the new accounting items, with the purpose of an early renewal of those lines. FEVE (firmas em vigilância especial – companies under special monitoring) is treated according with what was established by the corporate context of the Santander Group. It is updated monthly and there are customers classified as needing special monitoring. The several levels of FEVE are: terminate, reinforce guarantees, decrease and monitor.

Calculation of the current value of the future cash flows in the assessment of the impairment losses evaluated individually and collectively:

The future cash flows are calculated per contract based on the structure of future Installments adapted to the probability of default, to default and to the loss after default of that contract. The future cash flows that are expected to be received are estimate based on the history of the asset behaviour with similar characteristics, subsequently being discounted at the effective interest rate of the operations.

Description of the emergent periods used for the different segments:

The emergency period is determined as 3 months for all the segments of the collective analysis, this being the average period since a specific default sign and its respective confirmation based on the Bank's history.

Cost associated to the credit risk:

Looking back to December 2014, the total provisions per credit risk were 72 million Euros. The PI (accumulated over 3 months – emergency period determined by the Bank) of the contracts with on impairment signs of the Car Financing business are 1,5% and the ones of the Consumer Loans business 2,3%. The PDs (accumulated over the average maturity of each contract) of the contracts with default signs of the Car Financing business are 45,4% and the ones of the Consumer Loans business 63,7%. Finally, the LDG of the contracts with No Signs of default of the Car Financing business are around 48,7% and the ones of the Consumer Loans business 62,5%.

Análises de sensibilidade ao montante de imparidade a alterações nos principais pressupostos:

No âmbito das análises de sensibilidade efectuadas, considerando o choque mais penalizador, em termos de agravamento da expected loss (impacto na LGD de 55%), ao total de fundos próprios de nível 1, considerando o atual montante de loan loss reserves, não seria importado qualquer impacto. Neste sentido, o total de fundos próprios ascenderia, a Dezembro de 2014, a 131,5 milhões de Euros, ou seja, 79,2 milhões de Euros acima dos 52,3 milhões de Euros exigidos para manutenção de um rácio de fundos próprios principais de nível 1 de 7%. De forma complementar, importa referir que, os rácios de fundos próprios de nível 1 e de fundos próprios totais, a Dezembro de 2014, manter-se-iam igualmente bastante acima do mínimo exigido a nível regulamentar.

Ainda em conformidade com a Carta Circular nº 2/2014-DSP do Banco de Portugal, apresentamos as seguintes divulgações quantitativas relativamente à carteira de crédito do Banco com referência a 31 de Dezembro de 2014:

Sensitivity analysis of the impairment amount and changes in the main assumptions:

Within the scope of the performed sensitive analysis, considering the most penalizing impact, in terms of expected loss aggravation (LGD impact of 55%), to the tier 1 total Equity, regarding the current amount of loan loss reserves, no impact would be imported. This way, the total Equity would reach, in December 2014, up to 131,5 million Euros, that is, 79,2 million Euros over the 52,3 million Euros demanded for the maintenance of a main tier 1 Equity ratio of 7%. Complementary, it is important to mention that, the tier 1 Equity ratios and the total Equity, in December 2014, would be similarly well above the minimum regulatory requirements.

Again in compliance with the Circular Letter nº 2/2014-DSP from the Bank of Portugal, the following quantitative disclosures are presented regarding the Bank's credit portfolio referred to December 31st, 2014:

a) Detalhe das exposições e imparidade constituída:

a) Constituted Impairment and exposure detail:

2014										
Segment	Exposure 31-12-2014						Impairment 31-12-2014			
	Exposure Total	Performing Loan	From which Healed	From which Restructured	Non Performing Loan	From which Restructured	Impairment Total	Performing Loan	Non-performing Loan	
Corporate	70.386.574	64.044.930	577.062	-	6.341.644	-	9.339.416	893.012	8.446.404	
Construction and CLP	7.927.480	6.823.019	343.489	48.342	1.104.461	180.547	1.007.720	118.459	889.261	
Retail	780.395.793	734.352.464	28.399.524	5.456.862	46.043.329	3.585.191	61.672.670	16.447.567	45.225.103	
	858.709.847	805.220.413	29.320.075	5.505.204	53.489.434	3.765.738	72.019.806	17.459.038	54.560.768	

2013											
Segment	From total exposure 31-12-2013					From total impairment 31-12-2013					
	Exposure Total 31-12-2014	Performing Loans Delay Days <30		Sub-total	Non Performing Loans Delay Days	Impairment Total 31-12-2014	Performing Loans Delay Days		Non Performing Loans Delay Days		
		With no signs	With signs		≤90	>90	<30	30-90	≤30	>90	
Corporate	70.386.574	63.467.868	577.062	64.044.930	-	6.341.644	9.339.416	885.804	7.208	-	8.446.404
Construction and CLP	7.927.480	6.479.530	343.489	6.823.019	-	1.104.461	1.007.720	91.913	26.546	-	889.261
Retail	780.395.793	703.648.818	30.703.646	734.352.464	-	46.043.329	61.672.670	14.190.040	2.257.527	-	45.225.103
	858.709.847	773.596.216	31.624.197	805.220.413	-	53.489.434	72.019.806	15.167.757	2.291.281	-	54.560.768

Amounts expressed in Euros

b) Detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção:

b) Credit portfolio detail by segment and production year:

Production Year	Operations Number	Corporate			Construction and CLP			Retail		
		Amount	Constituted Impairment		Operations Number	Amount	Constituted Impairment	Operations Number	Amount	Constituted Impairment
2004 and before	-	-	-	-	234	153.100	150.118	51.967	4.184.027	3.939.772
2005	1	33	2	-	69	1.197	624	21.159	1.560.606	1.358.847
2006	-	-	-	-	61	8.002	6.727	24.855	2.346.070	2.018.542
2007	32	1.474.861	1.435.675	-	79	15.972	11.460	26.874	5.263.258	3.902.152
2008	499	2.089.763	1.571.238	-	97	237.181	128.553	31.743	27.220.941	9.490.668
2009	362	2.090.004	530.067	-	77	268.398	118.252	18.841	58.527.533	8.567.842
2010	507	59.668	58.024	-	156	783.191	220.861	20.190	116.064.689	11.341.445
2011	773	2.631.298	1.387.074	-	221	1.476.938	200.663	17.021	118.634.486	7.394.688
2012	1.004	527.319	449.336	-	171	1.506.409	124.917	14.085	100.071.630	4.723.931
2013	1.362	2.256.314	885.930	-	124	1.291.632	29.363	25.472	135.190.159	4.187.142
2014	9.719	59.257.314	3.022.070	-	172	2.185.460	16.182	41.684	211.332.394	4.747.641
	14.259	70.386.574	9.339.416	-	1.461	7.927.480	1.007.720	293.891	780.395.793	61.672.670

Amounts expressed in Euros

c) Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente, por segmento, setor, geografia:
c.1) Por segmento:

c) Detail of the credit gross exposure ad impairment evaluated individual and collectively, by segment, sector, geography:
c.1) By segment:

31-12-2014	Corporate		Construction and CLP		Retail		Total	
	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment
Evaluation								
Individual	70.386.574	9.339.416	-	-	-	-	70.386.574	9.339.416
Collective	-	-	7.927.480	1.007.720	780.395.793	61.672.670	788.323.273	62.680.390
	70.386.574	9.339.416	7.927.480	1.007.720	780.395.793	61.672.670	858.709.847	72.019.806

Amounts expressed in Euros

c.2) Por setor de atividade:

c.2) By activity sector:

31-12-2014	Agriculture, Livestock, Hunting, forestry and fishing		Extractive Industry		Transformation Industry		Electricity, gas, steam, water a Supply and air conditioning	
	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment
Evaluation								
Individual	-	-	-	-	-	-	-	-
Collective	34.583	2.106	17.853	82	10.727.405	515.688	30.456	133
	34.583	2.106	17.853	82	10.727.405	515.688	30.456	133

31-12-2014	Water collection, treatment and supply, Sewerage, waste management and remediation activities		Construction		Wholesale and retail trade; Repair of motor vehicles and motor cycles		Electricity, gas, steam, water a Supply and air conditioning	
	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment
Evaluation								
Individual	-	-	-	-	70.386.574	9.339.4165	-	-
Collective	240.762	16.596	6.570.105	902.341	17.940.039	10.097.037	4.767.340	217.834
	240.762	16.596	6.570.105	902.341	88.326.613	19.436.453	4.767.340	217.834

31-12-2014	Accommodation, restaurants and similar		Information and communication activities		Real estate activities		Consulting, scientific, technical activities and similar	
	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment
Evaluation								
Individual	-	-	-	-	-	-	-	-
Collective	2.592.792	179.093	1.817.467	77.634	1.357.375	105.378	4.774.904	253.319
	2.592.792	179.093	1.817.467	77.634	1.357.375	105.378	4.774.904	253.319

31-12-2014	Administrative and support service activities		Public administration and Defense; Compulsory Social Security		Education		Human Health activities And social support	
	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment
Evaluation								
Individual	-	-	-	-	-	-	-	-
Collective	10.275.891	385.863	16.000	66	1.313.338	30.161	4.526.324	68.116
	10.275.891	385.863	16.000	66	1.313.338	30.161	4.526.324	68.116

31-12-2014	Cultural, artistic, sporting and entertainment Activities		Other activities and services		Total	
	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment
Evaluation						
Individual	-	-	-	-	70.386.574	9.339.416
Collective	607.962	24.548	16.657.133	3.568.110	84.267.729	16.444.105
	607.962	24.548	16.657.133	3.568.110	154.654.303	25.783.521

Amounts expressed in Euros

c.3) Por geografia:

c.3) By geography:

	PORTUGAL		Total	
	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment
31-12-2014				
Evaluation				
Individual	70.386,574	9.339,416	70.386,574	9.339,416
Collective	788.323,273	62.680,390	788.323,273	62.680,390
	858.709,847	72.019,806	858.709,847	72.019,806

Amounts expressed in Euros

d) Detalhe da carteira de reestruturados por medida de reestruturação aplicada:

d) Detail of the restructured portfolio through applicable restructuring:

	Performing Loan			Non Performing Loan			Total		
	Number	Exposure	Impairment	Number	Exposure	Impairment	Number	Exposure	Impairment
Measure Time limit extension	839	6.749,866	109,621	618	3.611,346	2.497,579	1.457	10.361,212	2.607,200
TOTAL	839	6.749,866	109,621	618	3.611,346	2.497,579	1.457	10.361,212	2.607,200

Amounts expressed in Euros

e) Movimentos de entradas e saídas na carteira de crédito reestruturado:

e) Outgoing and incoming movements in the restructured loan portfolio:

	31-12-2014
Restructured portfolio initial balance (gross impairment)	10.361.212
Restructured credit in the fiscal period	1.733.075
Restructured portfolio accrued interest	-
Restructured credit settlement (partial or total)	(2.885.040)
Reclassified credits from "restructured" to "normal"	61.694
Others	-
Restructured portfolio final balance (gross impairment)	9.270.941

Amounts expressed in Euros

f) Distribuição da carteira de crédito por graus de risco internos:

f) Loans portfolio distribution by degrees of internal risk:

Segment	Low GR	Medium	High GR	No attributable GR
Corporate	8.343,700	27.802,705	7.285,238	26.954,931

Amounts expressed in Euros

g) Divulgação dos parâmetros de risco associados ao modelo de imparidade por segmento:

g) Disclosure of the risk parameters associated to the impairment model by segment:

2014	Impairment			LGD (%)
	PD (%)			
	< 30 days with	no signs	Between 30 - 90 days	
Segments				
Car		1,50%	45,40%	48,70%
Consumer		2,30%	63,70%	62,50%

Percentage Values

4
Relatório e Certificação Legal
Report and Statutory Audit

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

**BANCO SANTANDER
CONSUMER PORTUGAL, S.A.**

**Demonstrações Financeiras
Consolidadas em 31 de Dezembro de
2014 acompanhadas da Certificação
Legal das Contas**

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º
1050-094 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
Fax: +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Banco Santander Consumer Portugal, S.A., as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2014, que evidencia um total de 868.623.000 Euros e capital próprio de 142.883.225 Euros, incluindo um resultado líquido de 9.515.776 Euros, as Demonstrações dos resultados e de outro rendimento integral consolidados, de alterações nos capitais próprios consolidados e dos fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração do Banco, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

dh.

"Deloitte" refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respectivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Para aceder à descrição detalhada da estrutura legal da DTTL e suas firmas membro consulte <http://www.deloitte.com/pt/about>.

Tipo: Sociedade civil sob a forma comercial | Capital Social: 500.000,00 Euros | Matrícula C.R.C. de Lisboa e NIPC: 501 776 311
*sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. em 31 de Dezembro de 2014, bem como o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia (Nota 2).

Relato sobre outros requisitos legais

5. É também nossa opinião que a informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2014.

Lisboa, 16 de Abril de 2015



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Paulo Alexandre de Sá Fernandes

5
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Report and opinion of the Statutory Audit Board

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

CONTAS CONSOLIDADAS

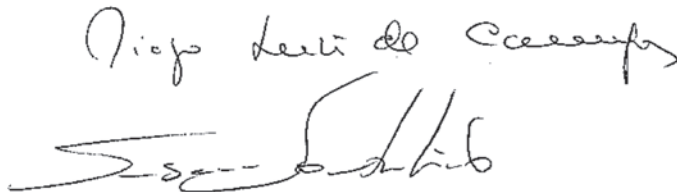
Aos Accionistas do
Banco Santander Consumer Portugal, SA

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Parecer sobre o relatório de gestão, os documentos de prestação de contas consolidadas do Banco Santander Consumer Portugal, S. A. e a certificação legal de contas relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, os primeiros da responsabilidade do Conselho de Administração.

Somos de opinião que as contas consolidadas, o Relatório de Gestão e a certificação legal de contas, bem como a proposta naquele expressa, estão de acordo com as disposições aplicáveis pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Manifestamos ainda ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração que nos foi prestada.

Lisboa, quatro de Maio de 2015



Handwritten signature of Ricardo Leal de Carvalho, followed by a stylized signature.

6

Disciplina de Mercado

Market Discipline

Para ser consultado em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o Relatório e Contas de 2014
To be examined together with the Financial Statements and the 2014

INTRODUÇÃO

Em cumprimento do estabelecido no Aviso 10/2007 do Banco de Portugal sobre “Divulgação de Informação Detalhada sobre Solvabilidade”, regulado pelo artº 29 do Decreto-Lei nº 104/2007, de 3 de Abril, o Banco Santander Consumer Portugal, S.A., apresenta, em termos consolidados, a informação requerida sobre os riscos incorridos atendendo aos objetivos estratégicos e aos processos e sistemas de avaliação e gestão instituídos no final do exercício do ano civil de 2012, sendo disponibilizada a sua consulta ao público em geral por meio do acesso ao website www.santanderconsumer.pt

O conteúdo deste documento tem subjacente uma ótica predominantemente prudencial, procurando disponibilizar aos agentes económicos um leque alargado de informação que sustente de forma mais eficaz a tomada de decisões.

1.1 Anexo I – Declaração de responsabilidade

O Conselho de Administração do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. declara, nos termos e para os efeitos presentes do Aviso n.º 10/2007 do Banco de Portugal, o seguinte:

- Foram desenvolvidos todos os procedimentos considerados necessários e que, tanto quanto é do seu conhecimento, toda a informação divulgada é verdadeira e fidedigna;
- A qualidade de toda a informação constante neste texto é adequada, incluindo a referente ou com origem em entidades englobadas no grupo económico no qual a instituição se insere;
- Compromete-se a divulgar, tempestivamente, quaisquer alterações significativas que ocorram no decorrer do exercício subsequente àquele a que o documento “Disciplina de Mercado” se refere;
- Entre o final do ano de 2014 e a data de publicação do presente documento não existiram factos relevantes que alterem ou condicionem a informação nele contida.

1.2 Anexo II – Âmbito de aplicação e políticas de gestão do risco

1. Âmbito de aplicação

1.1 Designação da instituição e perímetro de consolidação para fins prudenciais

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A., com sede social sita na Rua Castilho, n.º 2, em Lisboa, pessoa coletiva e registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único número 503.811.483, com o capital social integralmente realizado de € 66.592.947 (sessenta e seis milhões quinhentos e noventa e dois mil novecentos e quarenta e sete euros), é uma sociedade que tem por objeto exclusivo a atividade bancária atribuída às instituições de crédito, nos termos da alínea a) do artigo 3.º e do artigo 4.º, ambos do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), incluindo todas as operações acessórias, conexas ou similares compatíveis com essa atividade e permitidas por lei.

INTRODUCTION

In compliance with what is established in the Notice 10/2007 of the Bank of Portugal about “Disclosure of Detailed Solvency Data”, governed by Article 29 of the Decree-Law nº 104/2007, dated April 3rd, Santander Consumer Bank Portugal, S.A. presents, in consolidated terms, the required information about the risks related to the strategic goals and to the processes and evaluation and management systems established at the end of the civil year of 2012. This information is available to the general public on the website www.santanderconsumer.pt

This document's content follows a predominantly prudential view, intending to offer to the economic operators a wide range of information that more effectively supports the decision making process.

1.1 Annex I – Declaration of Responsibility

The Board of Directors of Santander Consumer Bank Portugal, S.A. declares, under the terms and for the purposes set out in the Notice n.º 10/2007 of the Bank of Portugal, the following:

- All the procedures deemed necessary were developed and, to the best of its knowledge, all the disclosed information is true and reliable;
- The quality of all the information incorporated in this text is adequate, including the one that refers to or that originates in the entities encompassed in the economic group which the institution is part of;
- Undertakes to disclose, in due time, any significant changes that might occur during the financial year subsequently to the one referred to in the document “Market Discipline”;
- Between the end of 2014 and the date of publication of this document there were no relevant factors that might change or condition the included information.

1.2 Annex II – Application Scope and Risk Management Policies

1. Application Scope

1.1 Designation of the institution and consolidation perimeter for prudential purposes

Santander Consumer Bank Portugal, S.A., having its registered office at Rua Castilho, 2, in Lisbon, legal person and registered in the Commercial Registry office of Lisbon under no. 503.811.483, with a paid-up share capital of € 66.592.947 (sixty-six million five hundred and ninety-two thousand nine hundred and seven Euros), is a company whose exclusive purpose it is the banking activity attributed to credit institutions, pursuant to subparagraph a) of article 3rd and article 4th, both from the General Regime for Credit Institutions and Financial Companies (Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras - RGICSF), including all the ancillary, related or similar transactions compatible with that activity and allowed by law.

1.2 Diferenças a nível da base de consolidação para efeitos contabilísticos e prudenciais

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. consolida integralmente para efeitos contabilísticos o património da empresa Silk Finance nº3, Ltd, com sede na Irlanda, constituída no âmbito da operação de titularização de créditos iniciada em 4 de Agosto de 2009, e cujo objeto social é o de Entidade de Finalidade Especial (SPE). No cumprimento da regulação emitida pelo Banco de Portugal, nomeadamente pelos Avisos nº12/92, 4/07, 5/07 e 7/07, a empresa Silk Finance nº 3, Ltd integra a base de consolidação para efeitos prudenciais, não existindo diferenças na base de consolidação entre o relato contabilístico e prudencial.

1.3 Transferência de fundos próprios ou reembolso de passivos entre a empresa-mãe e as suas filiais

Não existem impedimentos com exceção dos decorrentes da lei.

2. Integração em conglomerado financeiro

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A., integra o Grupo Santander, e tem como únicos acionistas o Santander Consumer Finance, S.A., titular de 53.331.647 acções representativas de 80,09 % do capital social e o Santander Consumer Establecimiento Financiero de Credito, S.A., titular de 13.261.300 acções representativas de 19,91 % do capital social, sendo todas as operações e transações influenciadas pelas decisões do Grupo.

3. Objetivos e políticas em matérias de gestão de risco

A atividade desenvolvida pelo Banco Santander Consumer Portugal, S.A. centra-se na realização de operações de financiamento, sendo uma das principais características deste tipo de operações possuírem um significativo grau de estandardização, pelo que a natureza de riscos gerada pela atividade das diferentes áreas de negócio é comum. Adicionalmente o elevado conhecimento e experiência, por parte dos Órgãos de Gestão, do mercado em que o Banco atua permitem avaliar a relevância dos riscos e a sua capacidade para influenciar os resultados da atividade da instituição.

O ciclo de gestão do capital interno e dos riscos tem por pressupostos base a definição do perfil de risco da instituição e dos limites que possibilitam, com o devido acompanhamento e adequada gestão de capital, o cumprimento do planeamento efetuado de acordo com a estratégia definida, gradualmente transposta para os processos de gestão e no limite consolidada no orçamento anual. A alocação do capital interno por segmento de negócio em função do perfil de risco a assumir, permite efectuar um contínuo acompanhamento da sua adequação, bem como da compatibilidade dos processos de gestão por categoria de risco.

1.2 Differences in terms of consolidation base for accounting and prudential purposes

Santander Consumer Bank Portugal, S.A. fully consolidates for accounting purposes the patrimony of the company Silk Finance nº3, Plc, having its registered office in Ireland, established in the scope of the credit securitization operation started on August 4th 2009 and whose social objective is that of being the Special Purpose Entity (SPE). In compliance with the regulation issued by the Bank of Portugal, namely through the Notices nº12/92, 4/07, 5/07 and 7/07, the company Silk Finance nº 3, Plc is part of the consolidation base for prudential purposes, there not being any differences in the consolidation base between the accounting and prudential report.

1.3 Transfer of own funds or repayment of liabilities between the parent company and its subsidiaries

There are no obstacles except the ones arising from the law.

2. Integration in financial conglomerate

Santander Consumer Bank Portugal, S.A., integrates the Santander Group and has as only shareholders Santander Consumer Finance, S.A., holder of 53.331.647 shares that represent 80,09% of the share capital, and Santander Consumer Establecimiento Financiero de Credito, S.A., holder of 13.261.300 shares that represent 19,91% of the share capital. All the operations and transactions are influenced by the Group's decisions.

3. Objectives and policies related to risk management matters

The activity developed by the Santander Consumer Bank Portugal, S.A. is focused on the execution of financing operations, being that one of the main features of this type of operations has a significant standardization degree which causes the kind of risks generated by the activity of the different business areas to be the same. Moreover, the large knowledge and experience, in terms of Management Bodies, of the market in which the Bank acts allows evaluating the relevance of the risks and their capacity to influence the activity's results of the institution.

The management cycle of the internal capital and risks is based on the assumption of the risk profile definition of the institution and of the limits that allow, with the required follow-up and adequate capital management, the accomplishment of the planning made accordingly with the defined strategy, gradually transposed into the management processes and in the limit consolidated in the annual budget. The internal capital allocation by business segment according with the risk profile, permits to carry out a continuous monitoring of its adequacy, as well as of the compatibility of the management processes by risk category.

O orçamento anual constitui uma ferramenta essencial no ciclo de gestão no sentido que permite quantificar por linha de negócio e de forma estruturada, a evolução da margem financeira, do produto bancário, dos custos operacionais, e da imparidade. Por outro lado, apresenta a evolução do comportamento de indicadores de rentabilidade, de eficiência operacional, de risco, de liquidez, de solvabilidade, de cobertura, entre outros. Mensalmente, é efetuado o acompanhamento das demonstrações financeiras e dos rácios de gestão, permitindo uma avaliação quantitativa e qualitativa, da robustez da estrutura e dos processos de gestão e acompanhamento de risco, no sentido de garantir a adequabilidade do capital interno do Banco, face aos riscos materialmente relevantes.

A plena consciência dos riscos materialmente relevantes é o pressuposto base do ciclo de gestão enunciado, pelo que a maior ou menor complexidade dos processos de identificação, avaliação, acompanhamento e controlo das diferentes categorias de risco é função do grau de exposição, dos dispositivos de governo interno e mecanismos de controlo implementados.

Para cada uma das categorias de risco e de acordo com o grau de complexidade acima mencionado, o Banco tem vindo a desenvolver e a aperfeiçoar mecanismos de gestão e acompanhamento. Estes processos contribuem de forma decisiva para a avaliação e o cumprimento dos pressupostos adoptados no planeamento e gestão de capital.

Risco de Crédito

Por risco de crédito o Banco entende a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros.

A definição do apetite, grau de tolerância e respectivos limites de aceitação de risco traduzem-se na política de crédito, nomeadamente ao nível da concessão de financiamento e seguimento de risco das carteiras, por produto e por angariador, que é da responsabilidade do Órgão de Administração e encontra-se devidamente documentada no Regulamento de Crédito, revisto e aprovado em função das alterações à política em vigor. O controlo do bom cumprimento das normas estabelecidas neste regulamento constitui a principal ferramenta para assegurar a eficácia da gestão de risco de crédito.

O processo de concessão de crédito encontra-se suportado em modelos de avaliação de crédito desenvolvidos internamente (modelos de "rating" e de "scoring") e complementados, sempre que aplicável, pela avaliação efetuada pela Direção de Risco e Recuperação aos dados financeiros e económicos do cliente, entre outras variáveis, para avaliação da solvabilidade do cliente, bem como à classificação do risco dos fornecedores, e à relação entre o crédito, a entrada inicial e o valor do bem a financiar. O conhecimento completo do cliente passa também pela consulta de bases de dados externas, que contribuem para consubstanciar o integral conhecimento do cliente, nomeadamente permitindo identificar o total de responsabilidades por este assumidas, junto do sistema financeiro. Esta prática tem-se revelado um importante instrumento na análise da concessão de financiamento.

The annual budget was an essential tool in the management cycle because it makes it possible to quantify, by line of business and in a structured way, the evolution of the financial margin, of the banking product, the operational costs and impairment. On the other hand, it shows the behavior evolution of the profitability indicators, of the operational efficiency, risk, liquidity, solvency, hedge, among others. Monthly, it is carried out a monitoring of the financial statements and management ratios, allowing a quantitative and qualitative evaluation of the solidity of the structure, management processes and risk monitoring, so as to ensure the adequacy of the Bank's internal capital to address the materially relevant risks.

The clear awareness of the materially relevant risks is the basic assumption of the referred management cycle, wherefore the higher or lower complexity of the processes of identification, evaluation, monitoring and control of the different risk categories depends on the exposure degree, on the internal governance arrangements and on implemented control mechanisms.

For each one of the risk categories and according with the complexity degree mentioned above, the Bank has been developing and perfecting management and monitoring mechanisms. These processes contribute in a decisive way for the evaluation and compliance with the adopted assumptions in the capital planning and management.

Credit Risk

By credit risk the Bank understands the probability of negative impacts on the profit or on the capital, due to the inability of a counterpart to fulfill its financial commitments.

The definition of the appetite, degree of tolerance and respective limits of risk acceptance translate into the credit policy, namely in terms of financing granting and compliance with the portfolio risk, by product and by acquirer, which is the responsibility of the Management Body and that is duly documented in the Credit Regulation, revised and approved in the terms of the changes to the policy in force. The control of the compliance with the established norms in this regulation is the main tool to ensure the efficacy of the credit risk management.

The credit granting process is supported by credit evaluation models internally developed (rating and scoring models) and complemented, whenever it is applicable, by the evaluation done by the Risk and Recovery Department to the customer's financial and economic data, among other variables, with the purpose of evaluating the customer's solvency, as well as the suppliers' risk classification and the connection between the credit, the down payment and the value of the asset to be financed. The complete knowledge of the customer also depends on checking external data bases that contribute to the full knowledge of the customer, namely allowing identifying the total of responsibilities undertaken by the customer with the financial system. This practice has revealed itself as an important tool in the financing granting analysis.

Adicionalmente, são identificadas e avaliadas as ações para prevenção de ocorrência de fraudes e decididas as medidas preventivas ou de acompanhamento a tomar para os casos identificados, nomeadamente a estratégia de recuperação e a aceleração da aplicação da política de provisionamento.

Na avaliação da exposição ao risco de crédito, são tidos em linha de conta os seguintes fatores: probabilidades de incumprimento, a concentração e correlação das posições em risco, a perda dado o incumprimento, o grau de exposição e as técnicas de redução de risco que permitem um significativo grau de cobertura.

Neste sentido para assegurar a qualidade das carteiras, o acompanhamento das mesmas é efetuado com base em análises vintage e na variação da mora sobre gestão (VMG), cujos resultados são apresentados e analisados mensalmente no Comité de Risco e Recuperação.

O Banco dispõe ainda de um departamento dedicado apenas à recuperação de valores, referentes a contratos que se encontram em situação irregular, assegurando que sejam contactados imediatamente todos os clientes cuja qualidade de crédito se deteriora, de forma a atuar preventivamente antes que a situação de incumprimento assuma maior gravidade.

De forma a aferir a eficácia do processo de recuperação, o Banco desenvolveu um processo de seguimento da performance de recuperação de crédito. Este é efetuado mensalmente através do acompanhamento de indicadores de gestão, nas diversas fases de recuperação e para os distintos produtos, assim como indicadores de controlo de processo, sendo os resultados apresentados em Comité de Risco e Recuperação.

A avaliação de risco dos prescritores, é efetuada com base na evolução dos rácios de incumprimento das carteiras geradas, e analisada e revista regularmente. O seguimento da performance dos scorecards é realizado pela área de Controlo de Risco & Reporting da Direção de Risco e Recuperação, com base em análises através das quais é monitorizada a adequação da nova população aos perfis de risco previamente estabelecidos e analisado o comportamento dos scorecards face ao inicialmente previsto.

Da avaliação regular destes índices e do risco dos prescritores, resulta, caso necessário, a revisão dos níveis de decisão (cut-offs, variáveis ponderadas e regras de decisão) no sentido de uma melhor adequação da política de concessão de crédito, face aos níveis de tolerância ao risco previamente definidos e às perspetivas económicas futuras.

No processo de auto-avaliação do grau de exposição do Banco ao risco de crédito, são adoptados stress tests que permitem quantificar o efeito de choques inesperados, pouco prováveis mas plausíveis, e antecipar o comportamento das carteiras, aferindo a razoabilidade do capital interno face aos limites de tolerância previamente definidos.

Additionally, fraud prevention initiatives are identified and evaluated and decided some preventive or monitoring measures to be taken in the identified situations, namely the recovery strategy and the swiftness of the provisioning policy application.

In the evaluation of credit risk exposure, the following factors are taken in consideration: default probabilities, correlation and concentration of the risk positions, loss due to default, exposure degree and risk reduction techniques that allow a significant degree of coverage.

In this sense, to ensure the portfolio quality, its monitoring is done based on vintage analysis and on management default variation (Variação da Mora de Gestão - VMG). The results are presented and analyzed monthly in the Risk and Recovery Committee.

The Bank has also available a department dedicated only to the recovery of amounts regarding contracts that are in an irregular situation, making sure that all the customers whose credit quality is deteriorating are contacted immediately, so as to prevent it before the event of default becomes more serious.

So as to assess the efficacy of the recovery process, the Bank has developed a process of monitoring the credit recovery performance. This is carried out monthly through the monitoring of the management indicators, in the different stages of recovery and for diverse products, as well as of the process control indicators. The results are presented in the Risk and Recovery Committee.

The prescribers' risk evaluation is achieved based on the evolution of the default ratios of the generated portfolios and it is analyzed and revised regularly. The monitoring of the scorecards' performance is carried out by the Risk Control & Reporting area of the Risk and Management Department, based on analysis through which it is controlled the adequacy of the new population to the risk profiles that had been previously established and it is analyzed the scorecards' behavior in the light of what was initially expected.

From the regular evaluation of these indexes and of the prescribers' risk, ensues, if necessary, the revision of the decision levels (cut-offs, standardized variables and decision rules) with the intention of there being a better adequacy of the credit granting policy, as a response to the risk tolerance levels previously defined and to the future economic prospects.

In the self-evaluation process of the exposure degree of the Bank to credit risk, some stress tests are adopted that allow quantifying the effect of unexpected shocks, not so probable but plausible, and anticipating the portfolio behavior, assessing the internal capital reasonableness when faced with the previously defined tolerance levels.

O acompanhamento dos resultados obtidos através destes processos de auto-avaliação, a adequabilidade das medidas corretivas propostas e respetiva implementação, são posteriormente analisados pelos Órgãos de Gestão, de modo a serem integrados de forma ativa na gestão de risco da instituição.

O sistema de gestão de risco de crédito é revisto anual e autonomamente por equipas de auditoria. No âmbito deste trabalho é aferido o grau de cumprimento dos procedimentos definidos e identificadas oportunidades de melhoria.

Risco de Mercado

Uma vez que a instituição não detém carteira de negociação, o risco de mercado coloca-se ao nível da liquidez.

A gestão de liquidez é efectuada pela Direção Financeira. De forma a acautelar a adequada capacidade de liquidação de posições ou o acesso a meios de financiamento alternativo, são analisadas as estratégias e os procedimentos a implementar. Neste sentido, para fazer face a crises de liquidez, são antecipados e debatidos eventuais desvios face aos standards estipulados designadamente no regulamento de riscos de mercado.

Adicionalmente, foram implementadas medidas consideradas satisfatórias para acompanhar, por um lado, a evolução da liquidez numa base diária e, por outro, a evolução da liquidez a médio/longo prazo, analisada bimestralmente nas reuniões do ALCO e integrada no orçamento geral da empresa, aprovado pela Comissão Executiva e analisado mensalmente em Comité Executivo de Direção, assegurando-se deste modo a permanente manutenção de um adequado nível de capital interno.

O controlo e o seguimento dos níveis de exposição a riscos de mercado encontram-se segregados e são executados pela área de Riscos de Mercado, que se insere dentro da estrutura da Direção de Risco de Recuperação, de acordo com o modelo corporativo do Grupo Santander.

Importa referir que o risco de liquidez é gerido de acordo com regras definidas a nível corporativo, designadamente o cumprimento mensal dos valores mínimos de liquidez até um ano.

A estratégia de diversificação das fontes de liquidez, associada à possibilidade de alterar a política de pricing ou abandonar as parcerias/as linhas de negócio cuja rentabilidade ajustada ao risco se demonstra abaixo dos limites definidos, consubstancia-se na execução de um plano de contingência e permite assegurar a continuidade e sustentabilidade financeira do Banco, no exercício a que se refere o ICAAP, e consequente adequação do capital interno perante cenário de recessão ou crise.

The follow-up of the results obtained through this self-evaluation processes, the adequacy of the proposed corrective measures and respective implementation, are subsequently analyzed by the Management Bodies, so as to being integrated in an active way in the institution's risk management.

The credit risk management system is revised annually and independently by audit teams. Within the scope of this work it is assessed the compliance with the defined procedures and identified the improvement opportunities.

Market Risk

Since the institution does not hold a negotiation portfolio, the market risk is at the same level of liquidity.

The liquidity management is done by the Financial Department. So as to ensure the appropriate capacity of liquidating positions or the access to means of alternative financing, the strategies and procedures to implement are analyzed. Hence, to deal with the liquidity crises, any deviations from the established standards are anticipated and debated, namely in the market risk regulation.

Additionally, some measures were implemented, considered satisfactory to monitor, on one hand, the liquidity evolution on a daily basis and, on the other, a liquidity evolution in a medium-long term, analyzed every two months at the ALCO meetings and integrated in the general budget of the company, approved by the Executive Committee and analyzed monthly in the Executive Board Committee, thus ensuring the permanent maintenance of an adequate level of internal capital.

The control and monitoring of the levels of exposure to market risks are separated and are executed by the Market Risks area, which is included in the structure of the Recovery Risk Department, according with the corporate model of the Santander Group.

It is important to note that the liquidity risk is managed in accordance with the rules defined at a corporate level, namely the monthly conformity of the minimum values of liquidity up to one year.

The diversification strategy of the liquidity sources, associated to the possibility of changing the pricing policy or abandoning the partnerships / business lines that may have a profitability adjusted to the risk that is below the set limits, generates a contingency plan and allows ensuring the continuity and sustainability of the Bank, in the financial year that the ICAAP refers to and resulting adequacy of the internal capital when faced with a recession or crisis scenario.

Risco de Taxa de Juro

A exposição do Banco ao risco de taxa de juro decorre da probabilidade de impacto, nos resultados ou no valor patrimonial, resultante de variações das taxas de juro do mercado. Esta exposição é originada não só por eventuais gap's existentes entre a duração/maturidade média do ativo e do passivo, como também pelo facto do banco comercializar produtos a taxa fixa e a taxa variável, gerando exposição ao risco de refixação de taxa e de indexante.

Encontra-se instituída uma política de gestão do risco de taxa de juro, definida em regulamento, revista e aprovada periodicamente pela Administração, tendo em consideração as orientações emanadas pela casa-mãe, que visa garantir o acompanhamento da sua exposição e assegurar que esta se mantém dentro de níveis consistentes com os limites de aceitação ao risco previamente definidos.

Adicionalmente, de forma a evitar a exposição do Banco a variações desfavoráveis das taxas de juro de mercado, encontram-se definidos limites de exposição sobre a situação líquida e sobre a margem financeira, respetivamente.

Para efeitos de gestão interna de riscos, o Banco recorre à análise da sensibilidade aos riscos de taxa de juro. Esta avaliação é efetuada mensalmente pela Direção Financeira, com a colaboração da Direção de Risco e Recuperação, e encontra-se suportada no output gerado através de ferramenta desenvolvida e utilizada a nível corporativo, que estima efeitos potenciais nas condições financeiras da instituição, designadamente no Market Value of Equity e na Net Interest Margin resultantes da alteração das taxas de juro.

O acompanhamento deste risco é efetuado bimestralmente em Comité ALCO, ou diretamente junto da Administração, quando se justifique. Nestas reuniões são propostas operações que permitam a mitigação do valor em risco, na data de reporte.

Risco de Taxas de Câmbio

O risco cambial não assume qualquer expressão no contexto global dos riscos inerentes à atividade, uma vez o Banco não tem qualquer operação cambial, sendo o negócio comercial desenvolvido e o passivo, ambos denominados em euros, pelo que não é alocado capital próprio para fazer face a esta categoria de risco.

Risco Operacional

O conceito de risco operacional adoptado pelo Banco consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de falhas na análise, processamento ou liquidação das operações, de fraudes internas e externas, da atividade ser afetada devido à utilização de recursos em regime de subcontratação, de processos de decisão internos ineficazes, de recursos humanos insuficientes ou inadequados ou da inoperacionalidade das infra-estruturas.

Interest Rate Risk

The Bank's exposure to the interest rate risk comes from the impact probability, on the income or on the patrimonial value, resulting from the interest rate variations in the market. This exposure is caused not only by any existing gaps between the average duration/maturity of the asset and liability, but also by the fact that the bank commercializes products at a fixed and variable rate, generating the exposure to the risk of rate and indexed reset.

An interest rate risk management policy is already established, defined in the regulations, revised and approved periodically by the Board, considering the guidelines from the parent company, which has the purpose of guaranteeing the follow-up of its exposure and ensure that this is maintained within consistent levels with the risk acceptance limits previously defined.

Additionally, so as to avoid the Bank's exposure to the unfavorable variations of the market interest rate, some limits were set regarding the net worth and the financial margin, respectively.

For the purposes of the internal risk management, the Bank resorts to the sensitivity analysis of the interest rate risks. This evaluation is done monthly by the Financial Department, with the cooperation of the Risk and Recovery Department, and it is supported by the output generated through a tool developed and used at a corporate level that estimates potential effects on the institution's financial conditions, namely on the Market Value Equity and on the Net Interest Margin that result from the interest rates' changes.

The monitoring of this risk is done every two months in the ALCO Committee, or directly with the Board, whenever it is justifiable. At these meetings some operations are proposed that may allow the mitigation of the value at risk, on the reporting date.

Exchange Rates Risk

The Exchange risk does not have any expression in the global context of the inherent risks to the activity since the Bank does not have any Exchange operation, being that what is developed is the commercial business and the liabilities, both denominated in Euros, and no equity is allocated to face up to this risk category.

Operational Risk

The concept of operational risk adopted by the Bank is based on the probability of the event of negative impacts on the income or on the capital, caused by failure analysis, operations' processing or liquidation, internal and external frauds, activity that is affected due to the use of resources on a subcontracting basis, ineffective internal decision processes, insufficient or inadequate human resources or operationally hampering infra-structures.

A atividade do Banco é caracterizada por um significativo grau de standardização das operações desenvolvidas, encontrando-se os processos bastante automatizados e as intervenções manuais padronizadas. As principais políticas e orientações definidas e revistas periodicamente pela Administração encontram-se transpostas para regulamentos e normativos internos, tendo em consideração o perfil de risco a assumir pela instituição. Esta definição do grau de tolerância ao risco permite avaliar o grau de adequação do capital ao risco operacional.

Tendo por base a estratégia de gestão, e respetivas linhas orientadoras, foram desenvolvidos e implementados nas diversas áreas funcionais mecanismos de controlo que permitem identificar eventuais incidentes resultantes da operativa de negócio. Os referidos controlos foram desenvolvidos com base nos processos identificados como críticos, sendo monitorizados de forma a mitigar os eventos historicamente ocorridos e antecipar novas ocorrências.

As áreas de negócio definiram ainda, em função das suas responsabilidades, níveis de serviço que permitem a identificação de desvios face aos objetivos previamente estabelecidos. Mensalmente, em Comité Executivo de Direção, é efetuada a avaliação e acompanhamento dos mesmos, nomeadamente a nível quantitativo com recurso a indicadores de gestão.

Os eventos de risco, por categoria e potencial impacto na atividade encontram-se identificados bem como as metodologias de controlo implementadas, nos respectivos processos de negócio, de forma a mitigá-los.

Dada a constante preocupação em desenvolver e aperfeiçoar os processos internos, adequando-os ao perfil de risco a assumir, o Banco desenvolveu um modelo integrado de gestão de risco operacional, que se consubstancia no alinhamento com as metodologias utilizadas a nível corporativo, tendo presente as categorias de eventos conforme definido por Basileia II. Pretendeu-se com este projecto centralizar o processo de identificação de eventos e desenvolver a avaliação, acompanhamento e monitorização dos mesmos.

Risco de Sistemas de Informação

A atividade do Banco é fortemente sustentada pelos sistemas de informação utilizados e pela sua customização ao desenvolvimento do negócio. A estratégia do Banco tem vindo a ser de contínuo aperfeiçoamento dos aplicativos utilizados na gestão do negócio, bem como na minimização de impactos negativos por via destes na atividade.

O modelo corporativo do Grupo Santander prevê que a gestão dos sistemas de informação das diversas unidades seja atribuída a entidades especializadas. Essas entidades, com reporte funcional às respetivas unidades, concentram competências e prestam serviços exclusivamente a unidades do Grupo, nomeadamente na gestão de infra-estruturas e no desenvolvimento de sistemas informáticos.

The Bank's activity is characterized by a significant standardization degree of the developed operations, inasmuch as the processes are very automated and the manual interventions very uniform. The main policies and guidelines defined and revised periodically by the Board are transposed to internal regulations and norms, considering the risk profile of the institution. This definition of the risk tolerance degree allows evaluating the adequacy degree of the capital to the operational risk.

Based on a management strategy and respective guidelines, some control mechanism were developed and implemented in the several functional areas that allow identifying any incidents caused by the business operatives. The referred controls were developed based on the processes identified as critical, to be monitored so as to mitigate the historically occurred events and to anticipate new ones.

The business areas have also defined, according with their responsibilities, levels of service that allow the identification of deviation in terms of the previously set objectives. Monthly, in the Board Executive Committee, it is carried out an evaluation and monitoring of those goals, namely at a quantitative level through management indicators.

The risk events, divided by category and potential impact, are identified, as well as the implemented control methodologies, in the respective business processes, so as to mitigate those risks.

Considering the constant concern in developing and perfecting the internal processes, adapting them to the assumed risk profile, the Bank developed an integrated model of operational risk management, which finds expression in the alignment with the methodologies used at a corporate level, not forgetting the event categories as defined by the Basel II. This project had the goal of centralizing the events' identification process and developing the their evaluation, follow-up and monitoring.

Information Systems' Risk

The Bank's activity is strongly sustained by the information systems used and by its customization to the development of the business. The strategy of the Bank has been a continuous improvement of the applications used in the business management, as well as the reduction of the negative impacts through these in the activity.

The corporate model of the Santander Group foresees that the management of the information systems of the several units will be attributed to specialized entities. These entities, with a functional reporting to the respective units, concentrate competences and provide services exclusively to units of the Group, namely in the infra-structure management and in the development of information systems.

A estratégia para os sistemas de informação do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. é definida pela Administração, em função das necessidades atuais e previsíveis do negócio, implementada pela ISBAN e sua execução diretamente acompanhada pelo Órgão de Administração e pela Direção de Tecnologia e Operações do Banco.

Neste sentido, foram estabelecidos mecanismos de acompanhamento e controlo do risco de sistemas de informação, entendido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, inadaptabilidade dos sistemas a novas necessidades, da incapacidade dos sistemas de informação em impedir acessos não autorizados, em garantir a integridade dos dados ou em assegurar a continuidade do negócio em caso de falha.

De acordo com a estratégia previamente definida, é definido, e revisto anualmente, o grau de tolerância ao risco decorrente dos sistemas de informação. Esta definição do grau de tolerância ao risco permite avaliar o grau de adequação do capital para cobertura deste risco.

A monitorização da adequação do capital interno para cobertura deste risco é efectuada através do acompanhamento de indicadores de performance e dos níveis de serviço, nomeadamente no sentido de assegurar que estes se mantêm nos standards previamente contratualizados.

A ISBAN, por intermédio da divisão da Produban, tem a seu cargo a gestão de infra-estruturas, sendo responsável por uma eficiente manutenção de toda a infra-estrutura física dos sistemas de informação, por negociar com fornecedores a aquisição de equipamentos e aplicações informáticas, por apoiar os utilizadores na utilização das mesmas, por garantir a utilização de programas devidamente licenciados, por assegurar a execução sistemática de cópias de segurança e de trabalhos informáticos periódicos.

Para a eficiência da gestão de risco de sistemas de informação, contribui a existência de procedimentos específicos a nível de segurança ambiente, segurança lógica e segurança de dados, nomeadamente estipulando as regras de acesso aos pólos informáticos cujos registos são mantidos para posterior monitorização, de gestão de perfis de acesso, manutenção e extracção de informação das bases de dados.

As regras que garantem a segurança da informação constante em base de dados encontram-se devidamente estipuladas. Os níveis de acesso são definidos, em função das responsabilidades atribuídas, e o risco de intrusão nos sistemas informáticos controlado através de firewalls devidamente certificadas, de softwares antivírus, e de políticas de backups que asseguram a existência de cópias de segurança, permitindo a reposição da informação por ordem cronológica.

The strategy for the information systems of Santander Consumer Bank Portugal, S.A. is defined by the Board, according with the current and predictable needs of the business, implemented by the ISBAN and its execution is directly observed by the Management Body and by the Operations and Technology Department of the Bank.

In this view, some mechanism were established regarding the monitoring and control of the information systems 'risk, seen as the probability of negative impact events on the income or capital, non-adjustment of the systems to new needs, inability of the information systems in preventing non-authorized accesses, in guaranteeing the data integrity or in ensuring the continuity of the business in case of default.

In accordance with the previously defined strategy, it is determined, and annually revised, the tolerance degree to risk resulting from information systems. This definition of the tolerance degree allows evaluating the adequacy degree of the capital for the coverage of the risk.

The monitoring of the adequacy of the internal capital for the coverage of this risk is carried out through the follow-up of performance indicators and service levels, namely so as to ensure that these keep the previously contracted standards.

ISBAN, through the Produban division, is responsible for the infra-structure management, which means being in charge of an efficient maintenance of the whole of the physical infra-structure of the information systems, of negotiating with suppliers the acquisition of equipment and IT applications, of supporting the users in using those applications, of guaranteeing the use of properly licensed programs, of ensuring the systematic execution of backup copies and periodical computer works.

For the efficiency of the risk management of the information systems contributes the existence of specific procedures in terms of safe environment, safety logic and data security, namely through the stipulation of access rules for the to the IT clusters with records that are kept for a later monitoring, of management of access profiles, maintenance and extraction of information from the data bases.

As regras que garantem a segurança da informação constante em base de dados encontram-se devidamente estipuladas. Os níveis de acesso são definidos, em função das responsabilidades atribuídas, e o risco de intrusão nos sistemas informáticos controlado através de firewalls devidamente certificadas, de softwares antivírus, e de políticas de backups que asseguram a existência de cópias de segurança, permitindo a reposição da informação por ordem cronológica.

A gestão e controlo da rede informática e da generalidade dos sistemas instalados, é efectuada através de uma plataforma de monitorização que permite a detecção atempada de eventuais problemas de disponibilidade e performance. A aplicação Remedy permite registar os incidentes nos sistemas de informação do Banco identificados pelos utilizadores. Estes encontram-se sistematizados por tipologia, de forma a permitir a sua priorização em função do grau de exposição ao risco, controlando e monitorizando as acções a desenvolver. Os incidentes detectados, acções e respetivas recomendações são posteriormente reportados aos Órgãos de Gestão do Banco.

Na área de desenvolvimento, o Banco recorre à ISBAN para o desenvolvimento de aplicações informáticas, de acordo com as especificações acordadas. Esta garante o cumprimento dos standards corporativos e assegura a revisão pós-implementação.

A estratégia de desenvolvimento aplicacional é definida e aprovada anualmente pela Administração. O desenvolvimento destas atividades é monitorizado em Comité Executivo de Direção.

A gestão de projetos informáticos é realizada, tendo em consideração a tipologia de desenvolvimento definida, designadamente, correctiva, evolutiva e de compliance. Estes encontram-se sistematizados e priorizados em função de análises custo/benefício para a atividade do Banco.

Em momento prévio à entrada em produção, as aplicações são testadas pelas áreas funcionais de forma a garantir que os requisitos previamente estabelecidos foram devidamente incorporados.

No sentido de minimizar a probabilidade de ocorrência de perdas em caso de desastre, encontra-se em fase de atualização o plano de recuperação das infra-estruturas tecnológicas (Disaster Recovery Plan – DRP).

Risco de Compliance

As políticas definidas para a gestão do risco de compliance têm como objectivo assegurar que os órgãos de gestão, as estruturas funcionais e todos os colaboradores do Banco Santander Consumer Portugal cumprem a legislação, regras e normativos, internos e externos, de forma a evitar prejuízos de ordem financeira ou que a reputação da instituição seja afetada negativamente.

Por sua vez são incorporados nas políticas, normas e procedimentos a adotar internamente o grau de tolerância ao risco e as formas de conduzir a atividade num mercado concorrencial em consonância com as obrigatoriedades regulamentares

O Banco constitui capital interno para cobertura deste risco por três vias: não cumprimento da legislação em vigor, emanação de nova legislação para a qual existe dificuldade de adaptação dos processos internos ou sistemas e pela introdução de novos produtos ou entrada em novos mercados.

The management and control of the computer network and of the majority of the systems installed is done through a monitoring platform that allows the early detection of any availability and performance problems. The Remedy application allows registering the incidents in the Bank's information systems identified by the customers. These are structured by typology so as to allow their prioritization according to the exposure degree to risk, controlling and monitoring the actions to be developed. The detected incidents, actions and respective recommendations are subsequently reported to the Bank's Management Bodies.

In the development area, the Bank turns to the ISBAN in terms of the development of computer applications, according with the agreed specifications. This entity ensures the compliance with the corporate standards and guarantees the post-implementation revision.

The strategy of applications development is defined and approved by the Board. The development of these activities is monitored in the Board Executive Committee.

The management of IT projects is accomplished considering the defined typology of development, namely, corrective, evolutionary and of compliance. These are systematized and prioritized in accordance with the cost-benefit analysis for the Bank's activity.

Prior to entry into production, the applications are tested by the operational areas so as to guarantee that the previously established requirements were duly incorporated.

With the purpose of reducing the probability of losses in case of disaster, it is currently being updated the technological infra-structures recovery plan (Disaster Recovery Plan – DRP).

Compliance Risk

The defined policies for the compliance risk management have the purpose of ensuring that the management bodies, the operational structures and all the employees of Santander Consumer Bank Portugal comply with the legislation, rules and norms, internal and external, so that financial losses may be avoided or that the institution can prevent its reputation from being negatively affected.

In turn, the degree of tolerance to risk and the ways of running the activity in a competitive market in accordance with the regulatory obligations are incorporated in the policies, norms and procedures to adopt internally.

The Bank has established internal capital for the coverage of this risk in three ways: non-compliance with the legislation in force, release of new legislation regarding which there is adaptation difficulty of the internal processes or systems and introduction of new products or entry into new markets.

O processo de identificação deste risco ocorre de diversas formas. Por um lado, através da recolha de informação legislativa e normativa e da sua apreciação, de forma a aferir eventuais impactos ao nível da atividade e operativa interna. Por outro, através da análise de impactos decorrentes da introdução de novos produtos ou desenvolvimento de novas atividades.

A identificação de novos fatores de exposição ao risco decorre ainda da interação com as áreas funcionais, nomeadamente no que respeita ao cumprimento das disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis, de normas e regulamentos internos, orientações dos órgãos sociais, do código de conduta e das práticas profissionais e deontológicas relevantes para a instituição.

Ao nível da operativa interna, do processo de apreciação de reclamações e da realização de trabalhos transversais como, levantamentos de processos, auditorias internas, relacionamento institucional com as entidades de supervisão, entre outros, poderá adicionalmente decorrer a identificação de eventuais debilidades que contribuam para a exposição a este risco.

Tendo por suporte a monitorização dos fatores de exposição ao risco, é avaliado e acompanhado o inerente grau de exposição. Este acompanhamento visa a atestar a correcta adequação do capital interno relativo a este risco, e a possibilitar a articulação e a coordenação transversal no sentido de adequar as práticas, procedimentos, normas e regulamentos internos às disposições legais aplicáveis.

A recolha e manutenção de eventos que possam traduzir exposição ao risco compliance encontra-se adicional e devidamente sistematizada em reportes mensais e trimestrais, apresentados à Administração do Banco e órgãos corporativos competentes. O processo de monitorização da adequação e eficácia do sistema de controlo implementado para a gestão deste risco é particularmente assegurado através de auditorias.

No que respeita especificamente aos procedimentos de controlo implementados em matéria de prevenção de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, o acompanhamento da evolução das operações analisadas bem como da adequação das medidas e procedimentos implementados é efetuado, trimestralmente, em Comité de Análise e Resolução.

A exposição do Banco ao risco de compliance é ainda mitigada pela existência de uma cultura de disciplina, incorporada na estratégia e políticas da empresa, e formalizada num código de conduta, que assegura que no cumprimento das suas funções, os colaboradores adoptam elevados padrões de ética, integridade e profissionalismo.

The identification of this risk happens in different ways. On one hand, through the gathering of legislative and normative information and its assessment, so as to appraise any impacts in terms of the internal activity and operations. On the other hand, through the impact analysis of new product introduction or development of new activities.

The identification of new risk exposure factors comes from the interaction with the operational areas, specifically in regards to the compliance with the applicable legal, regulatory and statutory provisions, the internal norms and regulations, the governing bodies' guidelines, the code of conduct and the professional and ethic practices relevant to the institution.

Regarding the internal operations, the complaints' assessment process and the execution of transversal works such as surveying processes, internal audits, the institutional relationship with the supervisory agencies, among others, it could also result in the identification of any weaknesses that contribute to the exposure to this risk.

Supported by the monitoring of the risk exposure factors it is evaluated and followed-up the inherent exposure degree. This monitoring has the purpose of attesting the right adequacy of the internal capital related to this risk and of making possible the articulation and the transversal coordination so as to adequate the internal practices, procedures, norms and regulations to the applicable legal provisions.

The gathering and maintenance of events that might translate into compliance risk exposure is additional and properly systematized in monthly and quarterly reports, presented to the Board of Directors and competent corporate bodies. The adequacy monitoring process and effectiveness of the control system implemented for the management of this risk is particularly ensured through audits.

Specifically regarding the implemented control procedures in terms of money laundering prevention and terrorism financing, the monitoring of the evolution of the analyzed operations as well as of the adequacy of implemented measures and procedures is done, quarterly, in the Analysis and Problem Solving Committee.

The Bank's exposure to the compliance risk is also mitigated by the existence of a discipline culture, incorporated in the company's strategies and policies, and formalized in a code of conduct that ensures that during the fulfillment of their tasks, the employees adopt high ethical, integrity and professionalism standards.

A sensibilização das áreas funcionais para este tema, viabiliza que, com a respetiva cooperação, o Banco tenha possibilidade de aferir de forma fidedigna o grau de exposição ao risco de compliance, a razoabilidade das medidas de controlo adotadas, e respectivo efeito mitigador, para efeitos da contínua monitorização da adequabilidade do capital interno.

Risco de Reputação

A identificação do risco de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes duma percepção negativa da imagem pública da instituição, fundamentada ou não, é efectuada com base na recolha e análise de informação, interna e externa, destinada a compreender e acompanhar a percepção do mercado sobre a imagem do Banco.

Para a manutenção de um elevado padrão reputacional, o Banco desenvolveu mecanismos que lhe permitem incorporar na política de comunicação com o mercado, os devidos limites de tolerância. Estes constituem em si, mecanismos de monitorização e alerta, que permitem detectar a ocorrência um incremento significativo ao grau de exposição, e antecipar eventuais impactos. Tais limites viabilizam o pressuposto da devida alocação do capital interno até à ocorrência de eventos fora dos standards considerados como razoáveis.

O sistema de gestão de risco reputacional implementado pelo Banco permite assim a identificação de fatores que possam vir a afectar a sua capacidade para desenvolver a atividade de acordo com os objetivos previamente estabelecidos.

Decorre da relação de proximidade com o mercado, nomeadamente da estreita relação mantida com os parceiros de negócio, a auscultação da percepção da imagem do Banco. A percepção da exposição ao risco reputacional, que advém da relação mantida com o cliente final, resulta da análise aos contactos com este ocorridos, designadamente dos contactos presenciais nas lojas e através do serviço de apoio ao cliente.

Por sua vez, o processo de gestão de reclamações adoptado pela empresa permite uma análise sistematizada dos motivos de insatisfação demonstrados e a verificação da adequação e cumprimento dos procedimentos internos. Mensalmente, é efetuado o acompanhamento da evolução e motivos das reclamações recebidas, sendo estabelecidas acções correctivas e de melhoria aos processos instituídos.

Em Comité de Aprovação e Monitorização de Produtos, são analisados e monitorizados os produtos comercializados pelo Banco a fim assegurar que estão vão de encontro às necessidades dos clientes e assegurado o cumprimento das boas práticas na sua divulgação.

A recolha e manutenção de eventos que possam traduzir exposição ao risco reputacional encontra-se adicional e devidamente sistematizada em reportes mensais e trimestrais, apresentados à Administração do Banco e órgãos corporativos competentes, sendo estes, adicional e trimestralmente monitorizados no Comité Legal & Compliance.

The awareness of the functional areas towards this topic establishes that, with the relevant cooperation, the Bank has the possibility of assessing in an accurate way the degree of compliance risk exposure, the reasonableness of the adopted control measures, and respective mitigating effect, with the purpose of a continuous monitoring of the internal capital adequacy.

Reputation Risk

The identification of the risk of negative impacts on the profits or capital, caused by a negative perception of the institution's public image, substantiated or not, is done based on the gathering and analysis of information, internal and external, destined to understand and monitor the market perception of the Bank's image.

To maintain a high reputational standard, the Bank has developed mechanisms that allow incorporating in the communication policy with the market the appropriate tolerance limits. These are in themselves, mechanisms of monitoring and alert which make it possible to detect a significant increment in the exposure degree and to anticipate any impacts. Those limits enable the assumption of the allocation of the internal capital until the occurrence of events out of the standards that are considered reasonable.

The reputational risk management system implemented by the Bank allows the identification of factors that might affect its ability to develop the activity according with the previously established goals.

The examination of the Bank's image perception comes from a close relationship with the market, specifically the close relationship with business partners. The perception of the reputational risk exposure, that emerges from the relationship with the final customer, comes from the analysis of the contacts with the customer, namely the face-to-face contacts in stores and through the customer service department.

In turn, the complaint management process adopted by the company allows a systematized analysis of the reasons for the dissatisfaction and a verification of the adequacy and compliance with the internal procedures. Monthly, it is carried out the monitoring of the evolution and reasons for the received complaints, establishing some actions to correct and to improve the customary processes.

In the Product Monitoring and Approval Committee, are analyzed and monitored the products commercialized by the Bank with the purpose of ensuring that they meet the customer's needs and comply with the good practices in their promotion.

The gathering and maintenance of events that might turn into exposure to the reputational risk is additionally and duly systematized in monthly and quarterly reports, presented to the Bank's Board of Directors and competent corporate bodies, which are additionally and quarterly monitored by the Legal & Compliance Committee.

Para a mitigação deste risco contribui a cultura organizacional, sustentada em fortes pilares éticos, transcritos no código de conduta, que se encontra disponível para consulta interna e externa e que institui os princípios e regras a observar.

Risco de Estratégia

O risco de estratégia consiste na probabilidade de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrente de decisões estratégicas inadequadas ou deficitariamente implementadas, e da incapacidade de resposta a alterações do meio envolvente.

A exposição a este risco é função de fatores exógenos, nomeadamente do contexto dinâmico do mercado em que a instituição opera, e de fatores endógenos como a existência de uma estrutura de governo interno robusta que favoreça a objectividade do processo de planeamento estratégico, a consistência da atitude face ao risco, respetiva consonância do capital interno, e a eficácia e adequação do processo de tomada de decisão.

O Banco instituiu uma política de gestão de risco de estratégia, que consiste no acompanhamento contínuo e tempestivo da conjuntura económica, regulamentar e da evolução do mercado em que opera.

Para o desenvolvimento da estratégia do Banco são anualmente delineados objetivos concretos para cada área de negócio. Estes são definidos com base em propostas efectuadas pelos órgãos de gestão, que são consolidadas pela Direção Financeira, analisadas e revistas pela Administração e sujeitas a aprovação da casa-mãe.

Para que toda a estrutura organizativa desenvolva a sua atividade alinhada com a estratégia definida é essencial um eficiente sistema de informação e comunicação, que assegure a transmissão dos objetivos definidos, bem como as responsabilidades e deveres de cada colaborador, e que garanta a existência de processos de captação e tratamento de informação, que favoreçam uma comunicação eficaz e que suportem uma tomada de decisão consistente.

Para o efeito, os objetivos estabelecidos são transversalizados, de forma a orientar as diferentes equipas para a prossecução de medidas compatíveis com a estratégia definida.

A avaliação desta estratégia, materializada nos respectivos objetivos, encontra-se suportada por análises, qualitativas e quantitativas, tendo em consideração as condições económicas atuais e cenários adversos, de forma a garantir que a tomada de decisão se encontra suficientemente apoiada por recursos de capital, de gestão e de sistemas.

O seu acompanhamento é posteriormente efetuado recorrendo a diferentes comités constituídos transversalmente, em função do seu âmbito e com periodicidades previamente definidas, com especial ênfase no Comité Executivo de Direção e na Comissão Executiva.

To mitigate this risk there is the contribution of the organizational culture, sustained by strong ethical pillars, written on the code of conduct, which is available for internal and external examination and that establishes the principals and rules to be respected.

Strategy Risk

The strategy risk encompasses the probability of negative impacts on the profits or capital, caused by inadequate or badly implemented strategic decisions and by the inability to respond to changes in the surrounding environment.

The exposure of this risk comes from the exogenous factors, namely from the dynamic context of the market in which the institution operates, and from endogenous factors such as the existence of a solid internal governmental structure that will favor the objectivity of the strategic planning process, the attitude consistency in terms of risk, respective consonance of the internal capital, and the efficiency and adequacy of the decision making process.

The bank has established a management policy of strategy risk that is focused on the continuous and timely follow-up of the economic situation, regulatory and of the evolution of the market in which it operates.

For the development of the Bank's strategy some concrete objectives are annually outlined for each business area. These are defined based on proposal from the management bodies, which are consolidated by the Financial Department, analyzed and revised by the Board and subject to approval by the parent company.

So that all the organizational structure can develop its activity aligned with the defined strategy it is essential the existence of an efficient information and communication system that may ensure the transmission of the established objectives, as well as the responsibilities and duties of each employee, and that guarantees the existence of processes of information acquisition and treatment that will favor an effective communication and support a consistent decision-making.

For that, the established objectives are transversal, so as to guide the different teams to the pursuit of measures compatible with the defined strategy.

The evaluation of this strategy, materialized in the respective objectives, is supported by analysis, qualitative and quantitative, considering the current economic conditions and adverse scenarios, so as to guarantee that the decision-making is sufficiently supported by capital, management and system resources.

The follow-up is subsequently done falling back upon different committees transversally created, according to its scope and with previously defined periodicities, giving a special emphasis to the Board Executive Committee and the Executive Committee.

Por sua vez, o controlo orçamental ao nível da evolução das rubricas das demonstrações financeiras e de rácios de gestão, como os rácios de capital, de cobertura, de eficiência, entre outros, é efetuado mensalmente, sendo devidamente justificados e documentados os desvios face os objetivos pré-estabelecidos por forma a garantir a permanente adequabilidade do capital interno.

1.3 ANEXO III – ADEQUAÇÃO DE CAPITALS Secção A – Informação Qualitativa

1.1 Síntese das principais características das diferentes rubricas e componentes dos fundos próprios, em particular sobre capital realizado, interesses minoritários elegíveis, outros elementos elegíveis ou dedutíveis aos fundos próprios de base e, se aplicável, passivos subordinados:

O capital regulamentar do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. é calculado tendo por base as regras definidas pelo Banco de Portugal através dos Avisos 6/10, que define o conceito de capital regulamentar, do Aviso 5/07, que estabelece a ponderação de risco dos elementos ativos e extrapatrimoniais, e do Aviso 9/07, que estabelece a ponderação do risco operacional.

Adicionalmente a carta com referência 1574/14/DSPDR do Banco de Portugal datada de 14 de Maio de 2014 vem estabelecer que sem prejuízo da manutenção de rácios de fundos próprios mais elevados do que os definidos em termos regulamentares para fazer face aos riscos a que a instituição está ou possa vir a estar exposta, deve ser assegurada a manutenção dos seguintes rácios mínimos de fundos próprios calculados de acordo com o regulamento EU nº 575/2013:

- Rácio de fundos próprios principais de nível 1 de 7%
- Rácio de fundos próprios de nível 1 de 8,5%
- Rácio de fundos próprios totais de 10,5%

Durante o exercício de 2014 o Banco Santander Consumer Portugal, S.A. continuou a utilizar, o Método Padrão para efeitos de cálculo dos requisitos de risco de crédito e o Método do Indicador Básico para cálculo dos requisitos de risco operacional exigidos pelo Aviso 9/07.

a) Capital realizado: Em 31 de Dezembro de 2014, o capital social do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. encontrava-se totalmente subscrito e realizado e estava representado por 66.592.947 acções de valor nominal de 1 Euro cada, com a seguinte composição:

2014		
	Number of Shares	% of Shares
Santander Consumer Finance, S.A.	53.331.647	80,09%
Santander Consumer Establecimiento Financiero de Credito, S.A	13.261.300	19,91%
	66.592.947	100,00%

b) Prémios de emissão: Em 31 de Dezembro de 2014, os fundos próprios do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. contam ainda com um prémio de emissão global de 12.790.664 Euros, na sequência da deliberação unânime dos acionistas em Assembleia Geral de 2 de Janeiro de 2007, onde foi decidida a realização de um aumento do capital social mediante a emissão de 29.092.947 novas acções com um valor nominal de 1 Euro, passando este de 37.500.000 Euros para os atuais 66.592.947 Euros.

In turn, the budgetary control in terms of the evolution of the heading of the financial statements and management ratios, like the capital, coverage, efficiency ratios, among others, is done monthly; being appropriately justified and documented the deviations from the pre-established objectives so as to guarantee the permanent adequacy of the internal capital.

1.3 ANNEX III – CAPITAL ADEQUACY Section A – Qualitative Information

1.1 Summary of the main features of the different items and own funds components, specifically about the paid-in capital, the eligible minority interests, other eligible or deductible elements from the tier-one own funds and, if applicable, subordinated liabilities:

The regulatory capital of Santander Consumer Bank Portugal, S.A. is calculated based on the rules determined by the Bank of Portugal through the Notices 6/10 that defines the concept of the regulatory capital, the Notice 5/07 that establishes the weighing of the risk of the assets and off-balance sheets, and the Notice 9/07 that establishes the weighing of the operational risk.

Moreover, the letter with the reference 1574/14/DSPDR from the Bank of Portugal, dated from May 14th 2014, establishes that without there being any loss to the maintenance of the own funds' ratios that are higher than the ones determined in regulatory terms to face the risks that the institution is or may be exposed to, it should be ensured the maintenance of the following minimum ratios of the own funds calculated according with the EU regulation nº 575/2013:

- Level 1 main own funds' ratio of 7%*
- Level 1 own funds' ratio of 8,5%*
- Total own funds' ratio of 10,5%*

Throughout 2014 Santander Consumer Bank Portugal, S.A. continued using the Standardized Approach for the purpose of calculating the credit risk requirements and the Basic Indicator Approach for the calculation of the operational risk requirements demanded by the Notice 9/07.

a) Paid-in Capital: On December 31st 2014, the share capital of Santander Consumer Bank Portugal, S.A. was fully underwritten and paid and was represented by 66.592.947 shares with each having the nominal value of 1 Euro, with the following structure:

b) Share premium: On December 31st 2014, the own funds of Santander Consumer Bank Portugal, S.A. also counted on a global share premium of 12.790.664 Euros, following the shareholders' unanimous decision in the General Assembly dated January 2nd 2007, where it was decided an increase in the share capital through the issuing of 29.092.947 new shares with a nominal value of 1 Euro, going from 37.500.000 Euros to the current 66.592.947 Euros.

c) Outros elementos elegíveis ou dedutíveis aos fundos próprios de base: Em 31 de Dezembro de 2014, os montantes entre reservas e resultados elegíveis a adicionar aos fundos próprios de totalizavam 53.983.836 Euros. Entre os elementos dedutíveis aos fundos próprios de base, há a referir as imobilizações incorpóreas no montante de 1.881.923 Euros.

d) Passivos subordinados: Em 31 de Dezembro de 2014 os passivos subordinados deixaram de ser elegíveis para o rácio de adequação de fundos próprios uma vez que os 15.000.000 Euros de passivos subordinados (Obrigações de Caixa subordinadas "Interbanco 05/15" emitidas em 28 de Setembro de 2005, por um prazo de 10 anos) terão de se reembolsados num período inferior a 1 ano (28 de Setembro de 2015).

1.2 Síntese do método utilizado pela instituição para a auto-avaliação da adequação do capital interno, face à estratégia de desenvolvimento da atividade e descrição da forma como a instituição afecta o capital interno aos diferentes segmentos de atividade.

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. dispõe de um processo de auto-avaliação da adequação do capital interno (adiante designado de ICAAP – Internal Capital Adequacy Assessment Process), com vista a que o capital de que dispõe é adequado face ao perfil de risco da instituição. O ICAAP é definido e acompanhado diretamente pelo Órgão de Administração.

Os restantes Órgãos de Gestão asseguram a correta prossecução dos sistemas, processos e procedimentos que suportam a integridade do Sistema de Controlo Interno no seu todo e, como tal, a adequada operacionalização da estratégia definida pelo Órgão de Administração.

Neste âmbito importa relevar que a preparação do ICAAP e, em particular, a definição das metodologias de cálculo inerentes, é também executada em estreita cooperação com a Divisão de Intervenção Geral e Controlo de Gestão e a Divisão de Riscos do Grupo Santander, de forma a assegurar a aproximação das metodologias de avaliação da adequação do capital interno às utilizadas a nível corporativo.

De salientar igualmente que sendo o ICAAP parte integrante do Sistema de Controlo Interno do Banco, a instituição beneficia da colaboração das Equipas de Auditoria Interna e dos Auditores Externos na medida que estas contribuem diretamente para assegurar a eficácia dos processos de identificação, avaliação, acompanhamento e controlo dos riscos a que a instituição se encontra sujeita.

A avaliação quantitativa e qualitativa da adequação do capital interno é efectuada de acordo com a magnitude dos riscos incorridos no desenvolvimento da atividade do Banco e a eficácia das respetivas técnicas de controlo implementadas.

c) Other eligible or deductible elements from the tier-one own funds: On December 31st 2014, the amounts between reserves and eligible profits to be added to the own funds reached up to 53.983.836 Euros. Among the deductible elements from the tier-one own funds there are the intangible assets that amount up to 1.881.923 Euros.

d) Subordinated liabilities: From December 31 2014 onwards the subordinated liabilities are no longer eligible for the ratio of the own funds adequacy, since the 15.000.000 Euros of subordinated liabilities (Subordinated Cash Bonds "Interbanco 05/15" issued on September 28th 2005, with a 10 year term) will have to be reimbursed within a period of 1 year (September 28th 2015).

1.2 Summary of the approach used by the institution for the self-evaluation of the internal capital adequacy, in terms of the activities' development strategy and description of the way in which the institution affects the internal capital of the different activity segments. Santander Consumer Bank Portugal, S.A. has a process of self-evaluation of the internal capital adequacy (hereinafter referred to as ICAAP – Internal Capital Adequacy Assessment Process), so as to define if the available capital is adequate considering the institutions' risk profile. The ICAAP is defined and monitored directly by the Board of Directors.

The rest of the Management Bodies ensure the correct monitoring of the systems, processes and procedures that support the integrity of the Internal Control System in its whole and, as such, the appropriate implementation of the strategy defined by the Board of Directors.

Within this scope, it is important to reveal that the preparation of the ICAAP and, specifically, the definition of the inherent calculation methodologies is also done in close cooperation with the General Intervention and Management Control Division and the Risk Division of the Santander Group, so as to ensure that the internal capital adequacy assessment methodologies are close to the ones used at a corporate level.

It is important to highlight that, since the ICAAP is an integral part of the Bank's Internal Control System, the institution benefits from the collaboration of the Internal Audit Teams and of the External Auditors as these contribute directly to ensure the efficacy of the processes of identification, evaluation, follow-up and control of the risks that affect the institution.

The quantitative and qualitative assessment of the internal capital is done according with the magnitude of the risks involved in the development of the Bank's activity and the efficacy of the respective control techniques that were implemented.

De acordo com o Modelo de Avaliação de Riscos (MAR), a definição da relevância ou materialidade dos riscos inerentes a cada uma das áreas funcionais tem por base a probabilidade de ocorrência dos eventos, que afetem significativamente a condição financeira da empresa, e a qualidade e adequabilidade dos processos de controlo instituídos. Neste sentido, para efeitos de avaliação quantitativa da adequação do capital interno, o Banco considera individualmente a exposição ao risco de crédito, ao risco operacional, ao risco de taxa de juro e ao risco de estratégia.

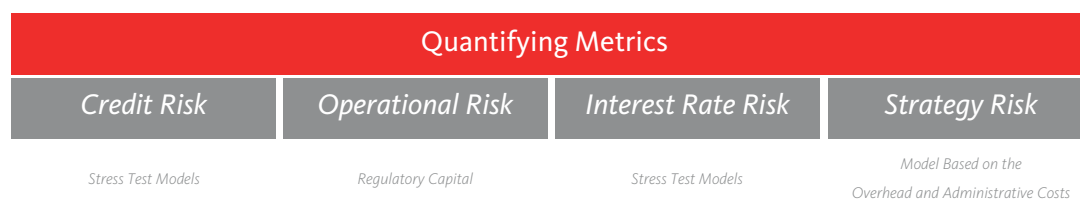
Quanto às restantes categorias de risco, face à sua diminuta materialidade e representatividade, estes não são considerados para efeitos de avaliação do capital interno, designadamente tendo em consideração a diminuta probabilidade de ocorrência de eventos que afetem significativamente a condição financeira da empresa e o efeito mitigador dos dispositivos de governo interno e mecanismos de controlo implementados.

O processo de avaliação dos riscos considerados como materialmente relevantes, encontra-se sistematizado no diagrama infra.

According with the risk measurement model (Modelo de Avaliação de Riscos - MAR), the definition of the relevance or concreteness of the inherent risks to each one of the operational areas is based on the probability of events that might significantly affect the financial situation of the company, and the quality and adequacy of the established control processes. This way, for the purposes of a quantitative assessment of the internal capital adequacy, the Bank considers individually the exposure to credit risk, operational risk, interest rate risk and strategy risk.

In what refers to the other risk categories, due to their small concreteness and representation, they are not taken in consideration for the purposes of internal capital assessment, namely considering the small probability of events that actually affect in a significant way the financial situation of the company, the mitigation effect of the implemented internal governance arrangements and control mechanisms.

The assessment process of risks that are considered materially relevant is systematized in the diagram below.



O processo de auto-avaliação da adequação do capital interno é considerado uma ferramenta estratégica, no sentido de ser um elemento essencial na gestão de capital porque:

- Permite uma gestão do capital ao incorporar uma análise dos impactos na sua base
- Permite uma melhoria da eficiência no uso de capital
- Antecipa os potenciais cenários de faltas/excesso de capital
- Apoia a formulação da estratégia de gestão de capital
- Identifica as áreas de melhoria

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A., no processo de auto-avaliação do valor agregado do capital interno considera a soma simples dos valores de capital determinados individualmente, para cada categoria de risco, deduzidos dos efeitos de diversificação entre riscos.

The self-assessment process of the internal capital adequacy is considered a strategic tool because it is an essential element in the capital management due to:

- Allowing a better capital management through the incorporation of an impact analysis in its base
- Allowing an improvement of the efficiency in the use of capital
- Anticipating the potential scenarios of lack/ excess of capital
- Supporting the capital management strategy formulation
- Identifying the improvement areas

Santander Consumer Bank Portugal, S.A., in the process of self-evaluation of the internal capital added value considers the simple sum of the capital values determined individually, for each one of the risk category, deducted from the spreading effects in the risks.

Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

Section B – Quantitative Information / Models

2.1 Para efeitos de fundos próprios:

2.1 For the purpose of own funds:

CAPITAL ADEQUACY - PART 1	December 14	December 13
1-Total own funds for solvency purposes (=?(1.1 a 1.5))	131 485 524	132 499 623
1.1-Tier-one own funds (=?(1.1.1 a 1.1.5))	131 485 524	129 499 623
1.1.1-Eligible Capital (=?(1.1.1.1 a 1.1.1.4))	79 383 611	79 383 611
1.1.1.1-Paid-in Capital	66 592 947	66 592 947
1.1.1.2-(-) Own shares		
1.1.1.3-Share Premiums	12 790 664	12 790 664
1.1.1.4-Other equity capital instruments		
1.1.2-Reserves and eligible profits (=?(1.1.2.1 a 1.1.2.6))	53 983 836	53 143 891
1.1.2.1-Reserves	53 983 836	53 143 891
1.1.2.2-Eligible minority interests		
1.1.2.3-Income from the last financial year and provisional income of the current year		
1.1.2.4-(-) Net profits from the capitalization of future income from the securitized assets		
1.1.2.5-Eligible reevaluation differences for tier-one own funds	0	0
1.1.3-Funds for general risks in Banking		
1.1.4-Other eligible elements for the tier-one own funds (=1.1.4.1+1.1.4.2)		
1.1.4.1-Impact on the transition for the IAS / NCA - Adjusted Accounting Standards (negative impact)		
1.1.4.2-Other eligible elements for the tier-one own funds		
1.1.5-(-)Other deductible elements from the tier-one own funds (=?(1.1.5.1 a 1.1.5.3))	-1 881 923	-3 027 879
1.1.5.1-(-) Intangible Assets	-1 881 923	-3 027 879
1.1.5.2-(-)Surplus in terms of the eligibility limits of the instruments included in the tier-one own funds		
1.1.5.3-(-)Other deductible elements from the tier-one own funds		
1.2-Ancillary Own Funds (=?(1.2.1 a 1.2.3))	0	3 000 000
1.2.1-Ancillary own funds – Upper Tier 2		
1.2.2-Ancillary own funds – Lower Tier 2	0	3 000 000
1.2.3-(-) Deductions from the ancillary own funds		
1.3-(-)Deductions from the tier-one and ancillary own funds		
1.3a-From which: (-) of the tier-one own funds		
1.3b-From which: (-) of the ancillary own funds		
1.4-Total supplementary own funds eligible to cover market risk		
1.5-Deductions from Total Own Funds		
1.6-By memory		
1.6.1-(+) Surplus / (-) Lack of provisions in the positions weighed by the risk through the Internal Ratings method		
1.6.1.1-Provisions amount in the Internal Ratings method		
1.6.1.2-(-) Expected losses determined in the Internal Ratings method		
1.6.2-Nominal value of the subordinated loans recognized as positive element of the own funds	15 000 000	15 000 000
1.6.3-Minimum Capital Requirement		
1.6.4-Reference own funds for the purpose of the limits regarding the high risks	131 485 524	132 499 623

Amounts expressed in Euros

2.2 Para efeitos de requisitos de fundos próprios:

2.2 For the purpose of own funds requirements:

CAPITAL ADEQUACY - PART 2	December 14	December 13
2-Own Funds Requirements (=?(2.1 a 2.6))	60 303 241	60 731 475
2.1-For credit risk, counterparty risk, risk of dilution and risk of delivery (=2.1.1+2.1.2)	52 178 813	52 576 831
2.1.1-Standard Method (=2.1.1.1+2.1.1.2)1.1.1-Paid-in Capital	52 178 813	52 576 831
2.1.1.1-Risk categories in the Standard Method, excluding securitization positions	52 178 813	52 576 831
2.1.1.1.1-Claims or contingent claims on central governments and central banks	1 506 064	0
2.1.1.1.2-Claims or contingent claims on regional governments or local authorities	0	0
2.1.1.1.3-Claims or contingent claims on administrative bodies and non-commercial undertakings	0	0
2.1.1.1.4-Claims or contingent claims on multilateral development banks	0	0
2.1.1.1.5-Claims or contingent claims on international organizations	0	0
2.1.1.1.6-Claims or contingent claims on institutions	805 801	1 092 045
2.1.1.1.7-Claims or contingent claims on corporates	4 903 429	3 314 519
2.1.1.1.8-Retail claims or contingent retail claims	43 467 446	46 590 979
2.1.1.1.9-Claims or contingent claims secured on real estate property	0	0
2.1.1.1.10-Overdue items	706 854	685 561
2.1.1.1.11-Items belonging to regulatory high-risk categories	0	0
2.1.1.1.12-Claims in the form of covered bonds or public covered bonds	0	0
2.1.1.1.13-Claims in the form of collective investment undertakings("CIU")	789 219	893 728
2.1.1.1.14-Other elements	0	0
2.1.1.2-Securitization Positions in the Standard Method	0	0
2.1.2-Internal Ratings Based Approach (=?(2.1.2.1 a 2.1.2.5))	0	0
2.1.2.1-When there is no use of own estimates of LGDs and/or conversion factors	0	0
2.1.2.1.1-Claims or contingent claims on central governments and central banks	0	0
2.1.2.1.2-Claims or contingent claims on institutions	0	0
2.1.2.1.3-Claims or contingent claims on corporates	0	0
2.1.2.2-When there is use of own estimates of LGDs and/or conversion factors	0	0
2.1.2.2.1-Claims or contingent claims on central governments and central banks	0	0
2.1.2.2.2-Claims or contingent claims on institutions	0	0
2.1.2.2.3-Claims or contingent claims on corporates	0	0
2.1.2.2.4-Retail claims or contingent retail claims	0	0
2.1.2.3-Equity claims	0	0
2.1.2.4-Securitisations positions	0	0
2.1.2.5-Other non credit-obligation assets	0	0
2.2-Settlement Risk	0	0
2.3-Own funds requirements for position risk, foreign exchange risk and commodities risk	0	0
2.3.1-Standard Method (=?(2.3.1.1 a 2.3.1.4))	0	0
2.3.1.1-Debt instruments	0	0
2.3.1.2-Equities	0	0
2.3.1.3-Exchange rate risks	0	0
2.3.1.4-Commodity Risks	0	0
2.3.2-Internal Model Method	0	0
2.4-Own funds requirement for operational risk (=?(2.4.1 a 2.4.3))	8 124 428	8 154 643
2.4.1-Basic Indicator Approach	8 124 428	8 154 643
2.4.2-Standard Method	0	0
2.4.3-Advanced Measurement Approach	0	0
2.5-Own funds requirement – Fixed overheads	0	0
2.6-Transitional own funds requirements and other own funds requirements	0	0

Amounts expressed in Euros

2.3 Para efeitos de adequação de capitais:

2.3 For the purpose of capital adequacy:

CAPITAL ADEQUACY - PART 3	December 14	December 13
Excess (+) / Lack (-) of own funds	71 182 282	71 768 148
Solvency Ratio (%)	17,44%	17,45%
Own funds adequacy at the level of the financial conglomerate		

Amounts expressed in Euros

1.4 ANEXO IV – RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE

O risco de crédito de contraparte assume relevância apenas nas operações de tesouraria, visto que, em termos de crédito concedido, dada a sua natureza, a carteira é bastante atomizada, constituindo, assim, um elemento natural de diversificação de risco. Com a transferência da tesouraria do Banco para o acionista financeiro, o controlo de risco de contraparte passou a ser efetuado por esta entidade. No entanto, atendendo à natural posição tomadora de fundos do Banco Santander Consumer Portugal, S.A., este risco não assume relevância material.

1.5 ANEXO V-A – RISCO DE CRÉDITO – ASPETOS GERAIS Secção A – Informação Qualitativa

1.1 Definições, para efeitos contabilísticos, de “crédito vencido”, de “crédito objeto de imparidade” e de “crédito em incumprimento”:

A carteira de crédito concedido do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. está sujeita à constituição de provisões nos termos do Aviso do Banco de Portugal, n.º 3/95, de 30 de Junho, com a particularidade de que nos créditos em contencioso todas as prestações de capital são consideradas vencidas.

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. desenvolveu um modelo de apuramento de perdas por imparidade da sua carteira de crédito concedido, tendo em conta os requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro, nomeadamente no que respeita aos princípios previstos no âmbito do IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração. Mensalmente avalia a existência de imparidade, encontrando-se um crédito em imparidade quando exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais acontecimentos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e quando esse acontecimento tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, que possa ser estimado com razoabilidade.

A definição de “crédito em incumprimento” utilizada pelo Banco Santander Consumer Portugal, S.A. é aquela que consta da Instrução n.º 23/2011 (atualização da instrução 16/2004).

1.2 Descrição das abordagens e métodos adoptados para a determinação das correcções de valor e da imparidade:

A metodologia de análise de imparidade adotada pelo Banco Santander Consumer Portugal, S.A. prevê numa primeira fase a identificação de créditos com indícios de imparidade. Esta identificação é efectuada individualmente para ativos financeiros relativamente aos quais se considere que o valor agregado da exposição é individualmente significativo, e coletivamente para grupos homogêneos de ativos de montante individual não significativo. Para este efeito, a carteira de crédito do Banco encontra-se segmentada de acordo com os seguintes critérios:

1.4 ANNEX IV – COUNTERPARTY CREDIT RISK

The counterparty credit risk is relevant only in treasury operations, since in terms of credit granted, due to its nature, the portfolio is quite atomized, thus being a natural element of risk spreading. With the transfer of the Bank's treasury to the financial shareholder, the counterparty's risk control started being performed by this entity. However, due to the natural position of Santander Consumer Bank Portugal, S.A. as a fund raiser, this risk does not have any material relevance.

1.5 ANNEX V-A – CREDIT RISK – GENERAL ASPECTS

Section A – Qualitative Information

1.1 The definitions, for accounting purposes, of “past-due credit”, “credit impairment” and “Non Performing loan”:

The credit granted portfolio of Santander Consumer Bank Portugal, S.A. is subjected to the creation of provisions under the terms of the Notice n.º 3/95 of the Bank of Portugal, dated June 30th, with the particularity that in the litigation credit all the capital payment installments are considered past due.

Santander Consumer Bank Portugal, S.A. has developed an assessment model for the impairment losses in its credit granted portfolio, taking in consideration the requirements of the International Financial Reporting Standards, namely in terms of the principles within the scope of the IAS 39 – Financial instruments: recognition and measurement. It monthly evaluates the impairment resulting from one or more events that happened after its initial recognition and whenever that event has an impact on the recoverable amount of that credit's future cash-flows, which can be reasonably estimated.

The definition of “Non Performing loan” used by Santander Consumer Bank Portugal, S.A. is the one that is included in the Regulation n.º 23/2011(update of the regulation 16/2004).

1.2 Description of the approaches and methods adopted for the determination of value and impairment corrections:

The impairment analysis methodology adopted by Santander Consumer Bank Portugal, S.A. anticipates in the first stage the identification of credits with impairment indicators. This identification is done individually in the case of financial assets that might be considered to have an exposure aggregated value individually significant, and collectively for homogenous groups of assets with an individual amount that is not meaningful. For this purpose, the Bank's credit portfolio is segmented according with the following criteria:

Tipo de negócio

- Operações de “factoring”
- Crédito a empresas (apoio de tesouraria e financiamento à aquisição de stocks)
- Aluguer de longa duração (ALD)
- Crédito ao consumo
- Operações de leasing mobiliário
- Cartões de Crédito
- Crédito Pessoal

Natureza do bem financiado (ALD, crédito ao consumo e leasing mobiliário)

- Aquisição de automóvel em estado Novo
- Aquisição de automóvel em estado Usado
- Aquisição de outros bens e serviços
- Empréstimos pessoais
- Créditos reestruturados

Origem

- Ex-Interbanco
- Ex-Sucursais (carteiras de crédito provenientes das anteriores Sucursais em Portugal do Santander Consumer Finance, S.A. e do Santander Consumer, E.F.C., S.A., as quais foram integradas no Banco com referência a 1 de Janeiro de 2007).

De referir que as novas operações de crédito para aquisição de automóvel angariadas após a concentração de atividades das Sucursais do Santander Consumer no Banco, são classificadas para efeitos de modelo de imparidade na categoria “Ex-Interbanco”, e as operações de crédito para aquisição de bens e serviços são classificadas na categoria “Ex-Sucursais”.

No âmbito da aplicação desta metodologia, são objeto de análise individual pelo Banco os devedores por operações de factoring e crédito concedido a empresas para apoio de tesouraria e financiamento à aquisição de stocks, sendo os restantes créditos analisados numa base coletiva.

No que respeita a ativos analisados individualmente para os quais sejam identificados indícios de imparidade, o Banco estima o respectivo valor de recuperação. O valor da imparidade corresponde ao diferencial entre o valor de balanço destes créditos e o valor estimado de realização, sempre que este seja inferior ao primeiro.

Para ativos analisados coletivamente, os fluxos de caixa futuros que se esperam receber são estimados com base em informação histórica do comportamento de ativos com características semelhantes, sendo posteriormente descontados à taxa de juro das operações. No âmbito do modelo desenvolvido pelo Banco, foram identificados critérios de classificação das operações para os segmentos definidos acima, assim como condições representativas de níveis de risco diferenciados a considerar para efeitos da determinação de imparidade. Conforme segue:

- Sem Indícios: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 15 dias;
- Com Indícios: créditos com saldos vencidos entre 16 dias e 90 dias;
- Default: créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias.

Type of business

- Factoring operations
- Credit to companies (cash support lines and stock purchase financing)
- Long Term Rental (LTR)
- Consumer Credit
- Property leasing transactions
- Credit Cards
- Personal Credit

Nature of the financed good (LTR, consumer credit and leasing)

- Purchase of new vehicles
- Purchase of used vehicles
- Purchase of other goods and services
- Personal loans
- Restructured Credit

Origin

- Ex-Interbanco
- Ex-Branches (credit portfolios from previous branches in Portugal of Santander Consumer Finance, S.A. and Santander Consumer, E.F.C., S.A., which were integrated in the Bank on January 1st 2007).

It should be referred that the new credit operations for purchasing a vehicle acquired after the concentration of activities of the Santander Consumer's branches in the Bank are classified for the impairment model purposes in the category “Ex-Interbanco” and the credit operations for the purchase of goods and services are classified in the category Ex-Branches”.

Within the scope of the application of this methodology, the debtors due to factory operations and credit granted to companies for cash support lines and stock purchase financing are subjected to individual analysis by the Bank, whereas the rest of the credits are analyzed collectively.

Regarding the assets analyzed individually that may show impairment indicators, the Bank estimates the respective recovery value. The impairment value corresponds to the differential between the accounting value of those credits and the estimated realizable value, whenever this one is lower than the first.

For the assets analyzed collectively, the future cash-flows that are expected to be received are estimated based on information of the history of the behavior of assets with similar features, which are subsequently deducted from the interest rate of the operations. Within the scope of the model developed by the Bank, it was identified the operation classification criteria for the segments established above, as well as the representative conditions of differentiated risk levels to be considered so as to determine impairment. As follows:

- Without Indicators: loans without past-due installments or balances unpaid up to 15 days;
- With Indicators: loans with balances unpaid between 16 days and 90 days;
- Non Performing loans with balances unpaid for more than 90 days.

O valor da imparidade estimada resulta assim da diferença entre o valor de balanço e o valor atual dos cash flows futuros estimados, descontados à taxa de juro das operações na data de referência da análise.

Em 31 de Dezembro de 2014, as perdas por imparidade foram calculadas através da metodologia atrás referida. Para créditos concedidos através de cartão de crédito o Banco têm em desenvolvimento um modelo de determinação de perdas por imparidade, utilizando atualmente para o efeito os resultados obtidos para segmentos semelhantes, nomeadamente os obtidos pelos segmentos de empréstimos pessoais e crédito ao consumo para financiamento de outros bens e serviços.

1.3 Descrição do tipo de correções de valor e de provisões associadas a posições em risco objeto de imparidade:

As correções de valor são as definidas na metodologia de cálculo de perdas por imparidade resumida nos pontos anteriores.

1.4 Indicação das correções de valor e dos montantes recuperados registados diretamente na demonstração de resultados, relativa ao exercício de referência e ao exercício anterior:

A Nota 16 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 indica as correções de valor e os montantes recuperados registados diretamente na demonstração de resultados, relativos a 2014 e 2013.

1.5 Descrição geral da política de gestão do risco de concentração e abordagens adotadas na sua avaliação e fatores de risco considerados para a análise de correlações entre as contrapartes:

A atividade desenvolvida pelo Banco Santander Consumer Portugal, S.A. leva a uma elevada granularidade da carteira de crédito. Ainda assim, dada a natureza do negócio automóvel em que o Banco apoia o financiamento de stocks de viaturas nas parcerias que estabelece, existem valores de exposição a uma contraparte individual ou a um grupo de contrapartes relacionadas que se enquadram como grandes risco de acordo com o definido no Aviso nº 6/2007 do Banco de Portugal. As duas maiores exposições verificam-se sobre os Grupos Santogal (7,3% dos fundos próprios) e Salvador Caetano (6,5% dos fundos próprios). As restantes exposições não ultrapassam os 3,4%. Para mitigar este risco o Banco recorre a garantias adicionais.

Secção B – Informação Quantitativa / Modelos 2 Modelo “Posições em Risco”

The estimated impairment value results from the difference between the balance-sheet value and the current value of the estimated cash-flows, deducted from the interest rate of the operations on the reference date of the analysis.

On December 31st 2014, the impairment losses were calculated through the methodology already mentioned. For credits granted through credit card, the Bank is developing a model to determine the impairment losses, currently using for that purpose the results from similar segments, namely obtained from the segments of personal loans and consumer credit for the financing of other goods and services.

1.3 Description of the type of value corrections and of provisions associated to positions at impairment risk:

The value corrections are defined in the methodology for calculating impairment losses summarized in previous points.

1.4 Record of the value corrections and of the recovered amounts registered directly in the income statement, regarding the year being considered and the previous year:

Note 16 annexed to the Consolidated Financial Statements on December 31st 2014 and 2013 indicates the value corrections and the recovered amounts registered directly in the income statement, related to 2014 and 2013.

1.5 General description of the management policy of the concentration risk and the approaches adopted in its assessment and the risk factors considered for the analysis of correlations between the counterparties: The activity developed by Santander Consumer Bank Portugal, S.A. results in a high granularity of the credit portfolio. Still, considering the nature of the vehicle business that supports the financing of vehicle stocks in the partnerships that the Bank establishes, there are values of exposure to an individual counterparty or to a group of related counterparties, which fall within the group of high risk according with what is determined in the Notice nº 6/2007 of the Bank of Portugal. The two biggest exposures are related to the Groups Santogal (7,3% of own funds) and Salvador Caetano (6,5% of own funds). The rest of the exposures do not go over the 3,4%. To mitigate this risk the Bank resorts to additional guarantees.

Section B – Quantitative Information / Models 2 “Exposure Value” Model

Secção B – Informação Quantitativa / Modelos
2 Modelo “Posições em Risco”

Section B – Quantitative Information / Models
2 “Exposure Value” Model

December 14

Risk Classes	Original exposure value	Original exposure value (average throughout the period)
CL I - Central governments or Central banks	13 511 216	21 659 052
CL VI - Institutions	39 402 357	50 958 562
CL VII - Corporations	67 670 393	56 472 155
CL VIII - Retail	819 568 879	840 524 665
CL X - Overdue items	55 553 187	53 618 099
CL XIII - Other items	11 710 474	12 015 512
TOTAL	1 007 416 506	1 035 248 046

Amounts expressed in Euros

3 Modelo “Distribuição Geográfica das Posições em Risco”

3 “Geographical Distribution of the Exposure Value” Model

December 14

Risk Classes	Portugal / North	Portugal / Center	Portugal / South	Portugal / Islands
CL I - Central governments or Central banks	0,00%	1,34%	0,00%	0,00%
CL VI - Institutions	0,00%	3,91%	0,00%	0,00%
CL VII - Corporations	2,72%	3,01%	0,61%	0,37%
CL VIII - Retail	31,59%	38,30%	7,11%	4,35%
CL X - Overdue items	1,33%	3,51%	0,41%	0,26%
CL XIII - Other items	0,00%	1,16%	0,00%	0,00%
% OF THE TOTAL ORIGINAL EXPOSURE VALUE	35,64%	51,24%	8,14%	4,98%

Amounts in percentages

4 Modelo “Distribuição Setorial das Posições em Risco”

4 “Sectoral Distribution of the Exposure Value” Model

December 14

Risk Classes	Public Sector	Private Individuals	Companies
CL I - Central governments or Central banks	1,34%	0,00%	0,00%
CL VI - Institutions	0,00%	0,00%	3,91%
CL VII - Corporations	0,00%	0,00%	6,72%
CL VIII - Retail	0,00%	72,92%	8,44%
CL X - Overdue items	0,00%	4,80%	0,72%
CL XIII - Other items	0,00%	0,00%	1,16%
% OF THE TOTAL ORIGINAL EXPOSURE VALUE	1,34%	77,71%	20,95%

Amounts in percentages

5 Modelo “Repartição das Posições em Risco Vencidas e Objeto de Imparidade”

5 “Segmentation of the Overdue and Impaired Exposure Values” Model

December 14

		Overdue Exposure values	Impaired Exposure values	Valuation adjustments And Provisions
Total positions:		55 553 187	55 793 557	71 959 956
Segmentations by main economic sectors:	Public Sector	0	00,00%	0
	Private Individuals	48 306 475	43 504 925	65 639 927
	Companies	7 246 712	12 288 632	6 320 029
Segmentations by main geographical Areas:	Portugal / North	13 406 699	11 943 812	16 047 296
	Portugal / Center	35 410 585	37 903 216	48 252 063
	Portugal / South	4 150 937	3 655 882	4 599 179
	Portugal / Islands	2 584 966	2 290 648	3 061 418

Amounts expressed in Euros

6 Modelo “Correcções de Valor e Provisões”

6 “Valuation Adjustments and Provisions” Model

Valuation Adjustments and Provisions	December 14	December 13
Opening balance	58 287 085	56 975 783
Allocations	26 153 022	30 689 007
Uses	-12 144 022	-13 282 333
Recoveries/Write-offs	19 938	-16 095 371
Other Adjustments:	-356 067	0
- Exchange-rate differences adjustments		
- Provision transfers		
- Combination of activities		
- Acquisition and disposals of subsidiaries		
- Others	-356 067	
Closing balance	71 959 956	58 287 085

Amounts expressed in Euros

7 Modelo “Prazo de Vencimento Residual”

7 “Time Remaining to Residual Maturity” Model

Risk Classes	December 14			
	RM<1 year	1 year<RM<5 years	5 years<RM<10 years	RM > 10 years
CL I - Central governments or Central banks	1,34%	0,00%	0,00%	0,00%
CL VI - Institutions	3,91%	0,00%	0,00%	0,00%
CL VII - Corporations	6,72%	0,00%	0,00%	0,00%
CL VIII - Retail	12,55%	36,91%	31,89%	0,00%
CL X - Overdue items	5,51%	0,00%	0,00%	0,00%
CL XIII - Other items	1,16%	0,00%	0,00%	0,00%
% OF THE TOTAL ORIGINAL EXPOSURE VALUE	31,20%	36,91%	31,89%	0,00%

Amounts in percentages

1.6 ANEXO V-B – RISCO DE CRÉDITO – MÉTODO PADRÃO

Secção A – Informação Qualitativa

O risco de crédito, que resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Banco Santander Consumer Portugal, S.A. no âmbito da sua atividade creditícia, constitui o risco mais relevante a que se encontra exposta a atividade do Banco.

Desde 2008 que o Banco Santander Consumer Portugal, S.A. utiliza o Método Padrão para cálculo dos requisitos de fundos próprios para cobertura de risco de crédito. Para o efeito, as posições em risco originais são segmentadas de acordo com as classes de risco identificadas no número 1 do artigo 10º do Decreto-Lei n.º 104/2007. Cada posição em risco é ponderada de acordo com os ponderadores definidos na Parte 2 do Anexo III do Aviso do banco de Portugal 5/2007.

A Dezembro de 2014 o rácio de crédito em risco, definido pela instrução do Banco de Portugal 23/2011, é de 6,5%.

1.6 ANNEX V-B – CREDIT RISK – STANDARD METHOD

Section A – Qualitative Information

The credit risk that is a result of the possibility of financial losses due to the default by the customer regarding the contractual obligations established by Santander Consumer Portugal, S.A. within the scope of its lending activity, is the most relevant risk to which the activity of the Bank is exposed.

Since 2008 that Santander Consumer Bank Portugal, S.A. has used the Standard Method for the calculation of the own fund requirements for the coverage of credit risk. For that purpose, the original exposure values are segmented according with the risk classes identified in the number 1 of the article 10º of Decree-Law n.º 104/2007. Each exposure value is assessed according with the ones weighted in Part 2 of Annex III of the Notice of the Bank of Portugal 5/2007.

On December 2014 the credit risk ratio, defined by the regulation of the Bank of Portugal 23/2011, is of 6,5%.

5 Modelo “Repartição das Posições em Risco Vencidas e Objeto de Imparidade”

5 “Segmentation of the Overdue and Impaired Exposure Values” Model

		STANDARD METHOD						
		Risk Weights						TOTAL
		0%	20%	75%	100%	150%	250%	250%
1-Original exposure value by risk class:	CL I-Central governments or Central banks	5 980 895a					7 530 321	13 511 216
	CL VI-Institutions	0	36 632 673		2 769 683			39 402 357
	CL VII-Corporations	0	0		67 670 393			67 670 393
	CL VIII-Retail	0	0	819 568 879	0			819 568 879
	CL X-Overdue items	0			55 488 103	65 084		55 553 187
	CL XIII-Other itemsPortugal / North	43 016	1 286 476		10 380 982			11 710 474
TOTAL original exposure value:		6 023 912	37 919 149	819 568 879	1 286 476	65 084	7 530 321	1 007 416 506
2-Exposure value by risk class (calculation base of the weighted items):	CL I-Central governments or Central banks	5 980 895					7 530 321	13 511 216
	CL VI-Institutions	0	36 632 673		2 745 982			39 378 656
	CL VII-Corporations	0	0		61 292 861			61 292 861
	CL VIII-Retail	0	0	724 457 432	0			724 457 432
	CL X-Overdue items	0			8 756 031	53 095		8 809 126
	CL XIII-Other itemsPortugal / North	43 016	1 286 476		9 607 941			10 937 433
TOTAL exposure values:		6 023 912	37 919 149	724 457 432	82 402 815	53 095	7 530 321	858 386 724
3-TOTAL exposure value deducted from the own funds by risk (a):		0	7 583 830	543 343 074	82 402 815	79 643	18 825 801	652 235 163
Exposure value deducted from the own funds by risk class:	CL I-Central governments or Central banks							
	CL VI-Institutions							
	CL VII-Corporations							
	CL VIII-Retail							
	CL X-Overdue items							
	CL XIII-Other itemsPortugal / North							
TOTAL exposure values deducted from own funds								

Amounts expressed in Euros

(a) Output of the "Total exposure values" by "Risk Weights".

1.7 ANEXO VI – TÉCNICAS DE REDUÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO
Secção A – Informação Qualitativa

De acordo com os melhores princípios de gestão de risco o Banco Santander Consumer Portugal S.A. utiliza várias formas de mitigação do risco de crédito, exigindo diferentes tipos de garantias, consoante o produto financeiro e o perfil de risco dos clientes:

- Reserva de propriedade ou hipotecas - Crédito Auto;
- Propriedade dos bens – Locação Mobiliária, ALD;
- Livranças e Avals;
- Cauções financeiras ALD;

A utilização de garantias é uma componente incontornável da política de risco e do processo de decisão de crédito, influenciando os critérios de aceitação, os níveis de decisão e o juro a pagar pelo cliente.

No que respeita à carteira de retalho, os instrumentos utilizados para redução do risco de crédito são as cauções financeiras, a reserva/ hipoteca dos veículos financiados e as garantias pessoais avalizadas.

1.7 ANNEX VI – TECHNIQUES OF CREDIT RISK MITIGATION
Section A – Qualitative Information

In accordance with the best risk management principles, Santander Consumer Bank Portugal S.A. uses several ways of credit risk mitigation, demanding different types of guarantees, depending on the financial product and the customer's risk profile:

- Ownership reservation or mortgages - Credit Auto;
- Ownership of the goods – Leasing, LTR;
- Promissory notes and guarantees;
- Financial guarantees LTR;

The use of guarantees is an essential component of the risk policy and of the credit decision-making process, influencing the acceptance criteria, the decision levels and the interest the customer must pay.

Regarding the retail exposures, the instruments used to reduce the credit risk are the financial guarantees, the ownership reservation/mortgage of the financed vehicles and the personal guarantees.

Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

O quadro seguinte procura apresentar o montante das cauções existentes pelo Banco Santander Consumer Portugal S.A, por classe de risco enquanto técnica de redução de risco:

Section B – Quantitative Information / Models

The following table presents the amount of guarantees that exist in Santander Consumer Bank Portugal S.A., by risk class, as a credit risk mitigation technique:

TECHNIQUES OF CREDIT RISK MITIGATION: STANDARD METHOD

		Net exposure Value	Techniques of credit risk mitigation that substitute the total net exposure value				Techniques of credit risk mitigation with effect on the amount of the exposure value: funded credit Protection (a)		
			Unfunded credit protection value of the protection totally Adjusted (G)		Funded credit protection		Substitution Effect in the exposure value (Net of outputs and inputs)	Volatility adjustment to the exposure value	Financial guarantee: adjusted value by the volatility and by any maturity mismatch (Cvam)(-)
			Guarantees	Credit Derivatives	Simple Method: Financial Guarantees	Other Ways of Funded credit Protection			
		1	2	3	4	5	6	7	8
<i>Total exposure values</i>									
CL I-Central governments or Central banks	Risk Class I	13 511 216							
CL VI-Institutions	Risk Class VI	39 378 656							
CL VII-Corporations	Risk Class VII	64 315 875			160 000				
CL VIII-Retail	Risk Class VIII	797 615 107			18 508 911				
CL X-Overdue items	Risk Class X	8 865 373			56 247				
CL XIII-Other items	Risk Class XIII	10 937 433			0				

Amounts expressed in Euros

(a) Financial Collateral Comprehensive Method. By exposure value it is understood the net exposure value, after the substitution effect.

1.8 ANEXO VII – OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO

O Banco Santander Consumer Portugal S.A. efetuou, em 4 de Agosto de 2009, uma operação de titularização de créditos com o propósito único de maximização dos seus níveis de liquidez e financiamento da atividade corrente, onde o Banco atua como cedente e gestor dos créditos cedidos e ainda como contraparte do 'back-to-back swap' de taxa de juro. Decorrente desta operação foi constituída uma Entidade de Finalidade Especial (SPE), Silk Finance nº3 Limited, com sede na Irlanda, emitente da dívida da transação.

Em 15 de Outubro de 2010 a operação de titularização foi reestruturada com o objectivo primordial de preencher os novos requisitos de ativos elegíveis para operações de cedência de liquidez por parte do Banco Central Europeu. Concretamente neste processo os valores titularizados foram incrementados em cerca de 150 milhões e a operação obteve uma segunda notação de rating.

No decorrer de 2014 e não obstante a extensão do período de revolving, os contratos vendidos mensalmente não foram suficientes para repor o nível da operação, pelo que se verificou distribuição de capital dando origem à amortização precoce da carteira. Com referência a 31 de Dezembro de 2014, a carteira securitizada perfazia um total de 454 626 679 Euros. Para efeitos prudenciais, a operação de titularização Silk Finance nº3 não configura uma transferência significativa dos riscos envolvidos, nomeadamente o risco de crédito dado que o Banco Santander Consumer S.A. não transferiu as posições em risco e tendo adquirido a totalidade da estrutura de capital resultante da transação.

Na data de constituição da operação, a estrutura de capital do SPE Silk Finance nº3 era a seguinte:

Bonds	Amount issued	Repayment date	Rating (Fitch)	Remuneration
Class A	500 000 000	July 2025	A.A.A	Eur 3M + 1,5%
Class B	184 000 000	July 2025	N.A.	Residual
Class C	3 900 000	July 2025	N.A.	Residual

Amounts expressed in Euros

A 31 de Dezembro de 2014 e após a reestruturação da operação, a estrutura de capital SPE Silk Finance nº3 era a seguinte (em euros):

Bonds	Amount issued	Repayment date	Rating (Fitch/S&P)	Remuneration
Class A	173 646 945	July 2025	A/A-	Eur 3M + 1,5%
Class B	288 000 000	July 2025	N.A.	Residual
Class C	3 900 000	July 2025	N.A.	Residual

Amounts expressed in Euros

1.8 ANNEX VII – SECURITIZATION OPERATIONS

Santander Consumer Bank Portugal S.A. carried out, on August 4th 2009, a credit securitization operation with the sole purpose of maximizing its levels of liquidity and current business financing, where the Bank operates as the assignor and manager of the assigned credits and also as the counterparty of the back-to-back swap of the interest rate. As a result of this operation a Special Purpose Entity (SPE) was established, Silk Finance nº3 Limited, having its head office in Ireland, issuer of the transaction's debt.

On October 15th 2010, the securitization operation was restructured with the primary purpose of meeting the new requirements of the eligible assets for the liquidity-providing operations from the European Central Bank. Specifically, in this process the securitized values were incremented in about 150 millions and the operation got a second rating.

Throughout 2014 and despite the extension to the revolving period, the contracts sold monthly were not enough to replace the operation level, which led to a capital distribution that caused an early portfolio amortization. On December 31st 2014, the securitized portfolio reached up to a total of 454 626 679 Euros. For prudential purposes, the securitization operation Silk Finance nº3 does not imply a significant transfer of the risks involved, namely the credit risk since Santander Consumer Bank Portugal S.A. has not transferred the exposure values and has acquired the total capital structure resultant from the transaction.

On the date the operation took place, the capital structure of the SPE Silk Finance nº3 was the following:

On December 31st 2014 and after the restructuring of the operation, the capital structure of the SPE Silk Finance nº3 was the following (in Euros):

Ao longo do ano de 2014 e dado o enquadramento particular da economia portuguesa e da dívida soberana, os ratings das obrigações emitidas de Classe A viram as suas notações mantidas em A pela Fitch Ratings, e A- pela Standard and Poors. De salientar que o nível rating de A- é o patamar mínimo de elegibilidade para operações monetárias de intervenção junto do Banco Central Europeu.

Para efeitos de relevação contabilística o Banco nas suas contas individuais não desreconheceu do ativo os créditos cedidos na operação de titularização dado que:

- (i) mantém o controlo sobre as operações;
- (ii) continua a receber parte substancial da sua remuneração;
- (iii) mantém parte substancial do risco sobre os créditos transferidos;
- (iv) detém a totalidade da dívida emitida por parte do SPE Silk Finance nº3;

Para efeitos das contas individuais créditos objeto da operação de titularização estão registados na rubrica de Ativos Titularizados não Desreconhecidos, sujeitos a critérios contabilísticos idênticos aos das restantes operações de crédito. Os fundos recebidos pelo Banco no âmbito destas operações estão registados na rubrica Passivos por Ativos não Desreconhecidos em Operações de Titularização. As obrigações emitidas no âmbito da operação de titularização estão registadas como Ativos Detidos até à Maturidade pelo seu custo amortizado.

Nas contas individuais, cumprindo o disposto das Normas Internacionais de Contabilidade, o Banco Santander Consumer S.A. consolida integralmente o SPE Silk Finance nº3, ajustando e anulando as posições contabilísticas comuns, resultando na eliminação completa da transação nas demonstrações financeiras.

Conforme anteriormente referido, o Banco Santander Consumer S.A. não desreconhece os ativos cedidos na operação de titularização Silk Finance nº3, pelo para efeitos de determinação de requisitos de capital os ativos titularizados não são relevados no apuramento de requisitos de fundos próprios, conforme no ponto 3 do nº7 do Aviso nº7/07.

Throughout 2014 and considering the specific situation of the Portuguese economy and sovereign debt, the ratings of the Class A issued bonds saw their ratings set on A by Fitch Ratings and A- by Standard and Poors. It should be noted that the rating level A- is the minimum standard of the rules on eligibility for assistance for monetary transactions from the European Central Bank.

For accounting purposes the Bank, in its individual accounts, did not derecognize from the asset the credits granted in the securitization operation because:

- *(i) It keeps control over the operations;*
- *(ii) It continues to receive a substantial part of its remuneration;*
- *(iii) It keeps a substantial part of the risk over the transferred credits;*
- *(iv) It holds the totality of the debt issued by the SPE Silk Finance nº3;*

For the purpose of individual accounts, securitized credits are registered under the heading Non-derecognized Securitized Assets, subjected to accounting policies similar to the ones from the other credit operations. The funds received by the Bank within the scope of these operations are registered under the heading Liabilities for non-derecognized assets in securitization operations. The bonds issued within the securitization operation are registered as Assets held to maturity by its amortized cost.

In the individual accounts, in conformity with the International Accounting Standards, Santander Consumer Bank S.A. fully consolidates the SPE Silk Finance nº3, adjusting and canceling the common accounting standards, which results in the complete elimination of the transaction from the financial statements.

As indicated previously, Santander Consumer Bank S.A. does not derecognize the assets granted in the securitization operation Silk Finance nº3, so in terms of determining the capital requirements the securitized assets are not mentioned in the assessment of own fund requirements, as in conformity with point 3 of nº7 in the Notice nº7/07.

Secção A – Informação Qualitativa

Section A – Qualitative Information

SECURITIZATION OPERATIONS

TRADITIONAL SECURITIZATION	SILK FINANCE Nº3
Grantor Institution	Santander Consumer Bank Portugal, S.A.
Sponsoring Institution	Sociedade Gestora do Fundo (Navegator)
Information on the operations:	
Start date:	August 4 2009
Legal maturity	January 15 2028
Step-up clause (date)	Not applicable
Revolving (years)	5, 5 years
Securitized assets (in million of Euros)	483
Outstanding debt (in million of Euros)	455
Information on the involvement of the grantor institutions:	
Situations of "implicit support"	Not applicable
Assets given (by Institution)/Securitized assets (total) (%)	100%
Capital gain/ Value of the retained first loss positions	Not applicable
Comments	

Amounts expressed in Euros

As posições de créditos titularizados, na ótica do cedente e as posições de dívida emitida no âmbito da operação de titularização podem ser analisadas da seguinte forma nas seguintes datas de referência:

The securitized credit positions, in the point of view of the grantor and the issued debt positions within the securitization operation can be analyzed as follows on the following reference dates:

Date	Securitized Credit Balance	Issued Debt Balance
31/12/2011	835 031 573	843 300 000
31/12/2012	708 864 909	775 031 235
31/12/2013	568 456 995	612 384 357
31/12/2014	454 626 679	465 546 945

Amounts expressed in Euros

Secção B – Informação Quantitativa

Section B – Quantitative Information

Situação não aplicável ao Banco Santander Consumer Portugal, S.A. em conformidade com o anteriormente referido, dado que o Banco não desreconheceu os ativos cedidos na operação de titularização Silk Finance nº3, pelo que para efeitos de determinação de requisitos de capital os ativos titularizados não são relevados no apuramento de requisitos de fundos próprios, conforme no ponto 3 do nº7 do Aviso nº7/07.

Situation not applicable to Santander Consumer Bank Portugal, S.A. in conformity with what was previously referred, since the Bank did not derecognize the assets granted in the securitization operation Silk Finance nº3, so for the purpose of determining the capital requirements, the securitized assets are not mentioned in the own funds' requirement assessment, as described in point 3 of nº7 from the Notice nº7/07.

1.9 ANEXO VIII – RISCOS DE POSIÇÃO, DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE E DE LIQUIDAÇÃO DA CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO

Situação não aplicável ao Banco Santander Consumer Portugal, S.A. dado que a 31 de Dezembro de 2014 o Banco não detém carteira de negociação.

1.9 ANNEX VIII – POSITION, COUNTERPARTY CREDIT AND LIQUIDATION OF THE TRADING PORTFOLIO RISKS

Situation not applicable to Santander Consumer Bank Portugal, S.A. due to fact that on December 31st 2014 the Bank does not have a trading portfolio.

1.10 ANEXO IX - RISCOS CAMBIAL E DE MERCADORIAS DAS CARTEIRAS BANCÁRIA E DE NEGOCIAÇÃO

Situação não aplicável ao Banco Santander Consumer Portugal, S.A..

1.10 ANNEX IX - EXCHANGE RATE AND BANKING AND TRADING PORTFOLIO COMMODITIES RISKS

Situation not applicable to Santander Consumer Bank Portugal, S.A..

1.11 ANEXO X - POSIÇÕES EM RISCO SOBRE AÇÕES DA CARTEIRA

Situação não aplicável ao Banco Santander Consumer Portugal, S.A..

1.11 ANNEX X – PORTFOLIO SHARES EXPOSURE VALUES

Situation not applicable to Santander Consumer Bank Portugal, S.A..Section A – Qualitative Information

**1.12 ANEXO XI - RISCO OPERACIONAL
SECÇÃO A – INFORMAÇÃO QUALITATIVA**

1.1 Descrição da metodologia de cálculo dos requisitos de fundos próprios:

Por Risco Operacional entende-se o risco definido na alínea g) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de Abril. O método de cálculo dos requisitos de fundos próprios para a cobertura de risco operacional é o do Indicador Básico previsto nos artigos 25.º e 26.º do Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de Abril, e regulamentado através do Aviso do Banco de Portugal n.º 9/2007.

1.2 Indicação dos elementos contabilísticos considerados para cálculo do indicador relevante, no caso de utilização do método do Indicador Básico:

Os elementos contabilísticos considerados para cálculo do indicador relevante são os definidos no quadro 1 do ponto 4 da Parte 1 do Anexo I do Aviso do Banco de Portugal n.º 9/2007. Adicionalmente são tidas em consideração as condições expressas no ponto 5.

Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

**1.12 ANNEX XI – OPERATIONAL RISK
SECTION A – QUALITATIVE INFORMATION**

1.1 Description of the calculation methodology for the own funds requirements:

By Operational Risk it is meant the risk defined in paragraph g) of the article 2.º of Decree-Law n.º 104/2007, dated April 3rd. The calculation method of the own funds requirements for the operational risk coverage is the Basic Indicator foreseen in the articles 25.º and 26.º of Decree-Law n.º 104/2007, dated April 3rd, and regulated through the Notice of the Bank of Portugal n.º 9/2007.

1.2 Designation of the accounting items considered for the calculation of the relevant indicator, in case of using the Basic Indicator approach:

The accounting items considered for the calculation of the relevant indicator are the ones defined in table 1 of the point 4 from Part 1 of Annex I of the Notice of the Bank of Portugal n.º 9/2007. Additionally the conditions expressed in point 5 are taken in consideration.

Section B – Quantitative Information / Models

OPERATIONAL RISK

Activities	Relevant indicator			By memory: advanced measurement approach - reduction of own funds requirements (year)	
	2012	2013	2014	Expected losses considered in the table of internal practices	Mechanisms of risk transfer
1. Basic Indicator Approach	58 453 439	51 831 275	52 203 854		
2. Standard Method					
- Corporate financing					
- Negotiation and sales					
- Retail brokerage					
- Commercial banking					
- Retail banking					
- Payment and settlement					
- Agency services					
- Asset management					
Advanced Measurement Approach (a)					

Amounts expressed in Euros

(a) Reserve base, in terms of the relevant indicator, of the activities subjected to the Advanced Measurement approach

1.13 ANEXO XII - ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DOS REQUISITOS DE CAPITAL

Secção A – Informação Qualitativa

A exposição do Banco ao risco de taxa de juro decorre da probabilidade de impacto, nos resultados ou no valor patrimonial, resultante de variações das taxas de juro do mercado. Esta exposição é originada não só por eventuais gaps existentes entre a duração/maturidade média do ativo e do passivo, como também pelo facto do banco comercializar produtos a taxa fixa e a taxa variável, gerando exposição ao risco de refixação de taxa e de indexante.

Encontra-se instituída uma política de gestão do risco de taxa de juro, definida em regulamento, revista e aprovada periodicamente pela Administração, que visa garantir o acompanhamento da sua exposição e assegurar que esta se mantém dentro de níveis consistentes com os limites de aceitação ao risco previamente definidos, a nível interno e acompanhados corporativamente.

Para a avaliação do risco de taxa de juro, o Banco recorre à adoção de dois processos paralelos e autónomos: indicadores internos e indicadores regulamentares, através dos quais são analisadas as posições em risco e mitigados eventuais mismatch que possam existir. Na avaliação deste risco, são tidas em consideração as características financeiras dos contratos, com base nas quais é efectuada a respetiva projecção dos cash flows esperados, de acordo com as datas de refixação de taxa de indexante. A sua agregação por intervalos de tempo, permite determinar os gaps de taxa de juro por prazo de refixação de taxa e de indexante.

- **Indicadores Internos:** A sensibilidade ao risco de taxa de juro do balanço é calculada pela diferença entre o valor atual do mismatch de taxa de juro descontado às taxas de juro de mercado e o valor descontado dos mesmos cash flows simulando um deslocamento paralelo de 1 ponto percentual da curva de taxas de juro de mercado. Os limites de tolerância ao risco considerados e aprovados atualmente são de EUR 3MM EUR 5MM, sobre a margem financeira e sobre a situação líquida, respetivamente. A avaliação dos potenciais impactos, nos resultados e nos capitais próprios, resultante da alteração das taxas de juros é efectuada bimestralmente pela Direção Financeira, área funcional Gestão Financeira. Esta, caso considere necessário, sugere a adoção de medidas para eventuais insuficiências. O controlo e acompanhamento dos limites ao risco de taxa é efetuado pela área de riscos de mercado, inserida dentro da estrutura orgânica da Direção de Risco e recuperação.
- **Indicadores Regulamentares:** Adicionalmente, o Banco calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do BIS (Bank of International Settlements) classificando todas as rubricas do ativo, passivos e extrapatrimoniais (carteira bancária) por escalões de refixação de taxa e de indexante, no seguimento das recomendações de Basileia III e demais regulamentação. O modelo utilizado baseia-se numa aproximação ao modelo Duration Gap e consiste num cenário de stress testing correspondente a uma deslocação paralela da curva de rendimentos em 2 pontos percentuais em todos os escalões de taxas de juro.

1.13 ANNEX XII – SENSITIVITY ANALYSIS OF THE CAPITAL REQUIREMENTS

Section A – Qualitative Information

The Bank's exposure to interest rate risk rises from the probability of impact, on the incomes or on the patrimonial value, which comes from the market interest rate variations. This exposure is initiated not only by any existing gaps between the average duration/maturity of the asset and liability, but also by the fact that the bank commercializes products with a fixed rate and a variable rate, generating an exposure to the indexed and reset rate risk.

It was established a policy of interest rate risk management, defined in the regulation, revised and approved periodically by the Board that aims at guaranteeing the monitoring of its exposure and ensuring that this exposure remains within the levels consistent with the risk acceptance levels previously defined, internally and corporately monitored.

For the interest rate risk assessment, the Bank uses the adoption of two parallel and independent processes: internal indicators and regulatory indicators, through which the exposure values are analyzed and any mismatches that may exist are mitigated. In the assessment of this risk are taken into consideration the financial features of the contracts, based on which is done the respective prediction of the expected cash-flows, according with the dates of the indexed and reset rate. Their organization by time intervals allows determining the gaps in the interest rate considering the time limits of the indexed and reset rate.

- **Internal Indicators:** The sensitivity of the balance to the interest rate risk is calculated by the difference between the current mismatch value of the interest rate deducted from the market interest rates and the value deducted of the same cash flows simulating a parallel shift of 1 percentage point in the market interest rate curves. The limits of tolerance to risk considered and approved nowadays are EUR 3billion EUR 5billion on the financial margin and on the net worth, respectively. The assessment of the potential impacts, on the income and on the equity capital, which result from the change of the interest rates, is done bimonthly by the Financial Department, operating area of the Financial Management. This area, if it considers necessary, suggests the adoption of corrective measures in the case of any insufficiencies. The control and monitoring of the interest rate limits is done by the market risks' area, included in the organic structure of the Risk and Recovery Department.
- **Regulatory Indicators:** Additionally, the Bank calculates its interest rate risk exposure based on the BIS (Bank of International Settlements) approach, classifying all the assets, liabilities and off-balance sheet (banking book) items by categories of rate maturity and indexed, following the recommendations of Basel III and other regulations. The model used is based on the Duration Gap model and it consists of a stress testing scenario correspondent to a parallel shift of the income curve in 2 percentage points in all the interest rate tiers.

O acompanhamento deste risco é efetuado bimestralmente em Comité ALCO (Comité de Gestão de Ativos e Passivos), ou diretamente junto da Administração, quando se justifique. Nestas reuniões a Direção Financeira propõe as operações que permitam a mitigação do valor em risco, na data de reporte. A área de riscos de mercado tem por missão a monitorização dos níveis de exposição a riscos de taxa de juro e liquidez, bem como a validação das operações para mitigação dos respectivos riscos.

The monitoring of this risk is done bimonthly in the ALCO Committee (Assets-Liabilities Committee), or directly with the Board, whenever it is justified. In these meetings the Financial Department suggests some operations that allow the mitigation of the value at risk, on the report date. The market risks' area has the mission of monitoring the levels exposure to liquidity and interest rates risks, as well as the validation of the mitigation operations of those risks.

Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

Section B – Quantitative Information / Models

INTEREST RATE RISK (BANKING BOOK)

			Impact	
			December 14	December 13
Effect on the net situation of a shock of% 200 B.P. In the interest rate:	Value	+ ¹	-2 430 428	-3 001 012
		- ²	2 430 428	3 001 012
% Of Net Situation		+ ¹	-1,9%	-2,3%
		- ²	1,9%	2,3%

Amounts expressed in Euros

¹+ = Shock in interest rate, upwardly

²- = Shock in interest rate, downwardly

7

Transparência da Informação e Valorização dos Ativos

Transparency of Information and Asset Valuation

Introdução <i>Introduction</i>	p.153
I – Modelo de Negócio <i>Business Model</i>	p.154
II – Riscos e Gestão de Riscos <i>Risks and Risk Management</i>	p.157
III – Impacto do período de turbulência financeira nos resultados <i>Impact of the period of financial turmoil on the income</i>	p.159
IV- Níveis e tipos das exposições afetadas pelo período de turbulência <i>Levels and types of exposures affected by the period of turmoil</i>	p.160
V. Políticas contábilísticas e métodos de valorização <i>Accounting Policies and Valuation methods</i>	p.161
VI. Outros aspetos relevantes na divulgação <i>Other relevant aspects for disclosure</i>	p.162

Para ser consultado em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o Relatório e Contas de 2014
To be examined together with the Financial Statements and the 2014 Report and Accounts

INTRODUÇÃO

Em cumprimento do estabelecido pelas Cartas Circulares nº 46/2008/DSB, nº 97/2008/DSB e nº 58/2009/DSB emitidas pelo Banco de Portugal relativas a "Transparência da Informação e à Valorização de Ativos" no âmbito das atividades e produtos afectados pelo período de turbulência nos mercados financeiros, o Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (o "Banco" ou "BSCP"), apresenta, em termos consolidados, a informação requerida sobre os eventuais impactos na sua atividade daí decorrentes.

Importa desde já salientar que, no decurso do exercício do ano 2014, ou presentemente, o Banco não mantém, sob alguma forma, em balanço ou fora de balanço, operações de alto risco associadas a mercados de "sub-prime"/ativos tóxicos, pelo que não registou qualquer impacto patrimonial com esta tipologia de operações.

Este anexo pode ser consultado em conjunto com o Relatório e Contas do ano de 2014, sendo disponibilizada a sua consulta ao público em geral por meio do acesso ao website www.santanderconsumer.pt

O conteúdo deste documento tem subjacente uma ótica predominantemente prudencial, procurando disponibilizar aos agentes económicos um leque alargado de informação que sustente de forma mais eficaz a tomada de decisões.

INTRODUCTION

In compliance with what was established by the Circular Letters nº 46/2008/DSB, nº 97/2008/DSB and nº 58/2009/DSB issued by the Bank of Portugal regarding the "Transparency of Information and Valuation of Assets" within the scope of the activities and products affected by the period of turmoil in the financial markets. Santander Consumer Bank Portugal, S.A. (the "Bank" or "BSCP") presents, in consolidated terms, the required information about any impacts on its activity that may be caused by the mentioned situations.

It is to be noted that, throughout the year of 2014, or nowadays, the Bank has not undergone, under any form, in balance or off balance, high risk operations associated to "sub-prime"/toxic assets markets, not having registered any patrimonial impact from this operation typology.

This annex may be examined together with the Report and Accounts of 2014, being available for general public consultation on the website www.santanderconsumer.pt

The content of this document has a main underlying prudential point of view, with the purpose of making available to the economic agents a wide range of information that can support more effectively the decision-making process.

I – MODELO DE NEGÓCIO

1. Descrição do modelo de negócio (i.e., razões para o desenvolvimento das atividades/negócios e respetiva contribuição para o processo de criação de valor) e, se aplicável, das alterações efectuadas (por exemplo, em resultado do período de turbulência);

O Banco desenvolve a sua atividade assente na concessão de crédito ao consumo a cliente final através do ponto de venda, nomeadamente crédito automóvel e bens duradouros, e de forma direta através de cartões de crédito ou crédito pessoal. Resultado da oferta de valor e da posição de relevância no mercado de financiamento automóvel, o Banco financia igualmente os interlocutores do ciclo de valor acrescentado desta atividade (importadores e concessionários) através de produtos de Factoring e financiamento de stocks.

Decorrente do enquadramento macro económico e da turbulência registada nos mercados financeiros, o Banco procedeu a diversas acções de ajustamento pontual na sua política de admissão e concessão de crédito, como resultado da deterioração das condições socioeconómicas das famílias portuguesas e de alguns sectores de atividade.

O financiamento da atividade por capitais alheios é maioritariamente suportado pela casa-mãe (Banco Santander S.A.), sendo as necessidades de liquidez monitorizadas de forma tempestiva e de acordo com os regulamentos corporativos existentes para o efeito. Do ponto de vista dos capitais próprios, a estratégia é alicerçada em níveis confortáveis de solvabilidade decorrentes do perfil de risco de cada linha de negócio, com o rácio de solvabilidade a cifrar-se no final do ano 2014 em 17,44%.

2. Descrição das estratégias e objetivos (incluindo as estratégias e objetivos especificamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados);

O Banco Santander Consumer Portugal S.A. efetuou, em 4 de Agosto de 2009, uma operação de titularização de créditos com o propósito único de maximização dos seus níveis de liquidez e financiamento da atividade corrente, onde o Banco atua como cedente e gestor dos créditos cedidos e ainda como contraparte do 'back-to-back swap' de taxa de juro. Decorrente desta operação foi constituída uma de Entidade de Finalidade Especial (SPE), Silk Finance nº3, Limited, com sede na Irlanda, emitente da dívida da transação.

Para efeitos prudenciais, a operação de titularização Silk Finance nº3 não configura uma transferência significativa dos riscos envolvidos, nomeadamente o risco de crédito.

Para efeitos de relevação contabilística, o Banco não desreconheceu do ativo, os créditos cedidos na operação de titularização dado que:

- (i) mantém o controlo sobre as operações;
- (ii) continua a receber parte substancial da sua remuneração;
- (iii) mantém parte substancial do risco sobre os créditos transferidos.

I – BUSINESS MODEL

1. Business model description (that is, reasons for the development of the activities/businesses and contribution for the value creation process) and, if applicable, of the changes that were made (for example, as a result of the period of turmoil);

The Bank develops its activity based on consumer credit granting to the final customer through the sales point, namely car loans and durable goods, and in a direct way through credit cards or personal loans. Due to the offer of value and of the prominent position in the automobile financing market, the Bank finances as well the counterparts of this cycle of added value in this activity (importers and dealerships) through Factoring products and financing of stocks.

Due to the macroeconomic framework and the turmoil registered in the financial markets, the Bank has established several initiatives to carry out some adjustment of its credit granting and admission policy, as a result of the deterioration of the socioeconomic conditions of the Portuguese families and some sectors of activity.

The financing of the activity with borrowed capital is mainly supported by the parent company (Santander Bank S.A.) and the liquidity requirements are monitored on a timely basis and according with the corporate regulations that exist for that purpose. From the own funds' point of view, the strategy is based on comfortable levels of solvency that come from the risk profile of each business sector, with the solvency ratio reaching 17,44% at the end of 2014.

2. Description of strategies and objectives (including the strategies and objectives specifically related to the execution of securitization operations and structured products);

Santander Consumer Bank Portugal S.A. carried out, on August 4th 2009, a credit securitization operation with the sole purpose of maximizing its liquidity and current activity financing levels, where the Bank operates as assignor and assignee of the credits granted, as well as counterparty of the back-to-back swap of the interest rate. As a result of this operation a Special Purpose Entity (SPE) was created, Silk Finance nº3, Limited, having its head office in Ireland, issuer of the transaction's debt.

For prudential purposes, the securitization operation Silk Finance nº3 does not comprise a significant transfer of the risks involved, namely the credit risk.

For the purposes of the accounting statement, the Bank did not derecognize from the asset the credits granted in the securitization operation because:

- (i) It keeps the control over the operations;
- (ii) It continues to receive a substantial part of its remuneration;
- (iii) It keeps a substantial part of the risk of the transferred credits.

Os créditos objeto da operação de titularização estão registados na rubrica de Ativos Titularizados não Desreconhecidos, sujeitos a critérios contabilísticos idênticos aos das restantes operações de crédito. Os fundos recebidos pelo Banco no âmbito destas operações estão registados na rubrica Passivos por Ativos não Desreconhecidos em Operações de Titularização.

3. Descrição da importância das atividades desenvolvidas e respetiva contribuição para o negócio (incluindo uma abordagem em termos quantitativos);

A operação de titularização realizada em 2009 – Silk Finance nº3 – permitiu ao Banco alargar o leque e diversificar das suas fontes de financiamento da atividade do banco. No decurso do ano de 2010 a operação de titularização foi reestruturada com o objectivo de obedecer aos requisitos de ativos elegíveis para as operações de financiamento junto do Banco Central Europeu (BCE). Esta transação permitiu eleger 550 milhões de euros, correspondentes a rating AAA (notação atribuída pela agências de rating Fitch e Standard & Poors) para operações de absorção de liquidez junto do Banco Central Europeu (BCE).

No último trimestre de 2012, e não obstante a extensão do período de revolving até 15 de Janeiro de 2015, a transação começou a amortizar na sequência do Banco não conseguir gerar novo negócio de forma a compensar a amortização natural da carteira que lhe está associada. Com referência a 31 de Dezembro de 2014, a operação de titularização detinha 173,6 milhões de euros correspondentes a rating A / A- (notação atribuída pela agências de rating Fitch e Standard & Poors, respetivamente) para operações de absorção de liquidez junto do Banco Central Europeu (BCE).

A 31 de Dezembro de 2014, o Banco tinha contratado 147 milhões de euros de passivo financeiro junto BCE numa operação de venda com acordo de recompra (Repo).

Ao longo do Relatório e Contas do exercício de 2014, com especial ênfase nas notas explicativas das Demonstrações Financeiras, apresenta-se informação detalhada sobre as atividades desenvolvidas nas diversas áreas de negócio, bem como a sua respetiva evolução e desempenho.

4. Descrição do tipo de atividades desenvolvidas, incluindo a descrição dos instrumentos utilizados, o seu funcionamento e critérios de qualificação que os produtos/investimentos devem cumprir;

Conforme anteriormente referido e na sequência da operação de titularização Silk Finance No.3, Banco cedeu os créditos a uma Entidade de Finalidade Especial (SPE), Silk Finance No.3, Limited, com sede na Irlanda, emitente da dívida da transação.

A operação de titularização implicou a cedência ao SPE de conjuntos de contratos representativos da carteira de crédito do Banco a cada momento, tendo a SPE financiado a aquisição destes créditos emitindo dívida, tendo esta sido adquirida pelo Banco, incluindo os títulos first lost position.

The securitized loans are registered under the heading of Non-Derecognized Securitized Assets, which follow similar accounting requirements to the other credit operations. The funds received by the Bank within the scope of these operations are registered under the heading Liabilities for non-derecognized assets in securitization operations.

3. Description of the importance of the developed activities and their contribution to the business (including a quantitative approach);

The securitization operation carried out in 2009 – Silk Finance nº3 – allowed the Bank to extend the range and diversify the financing sources of the bank's activity. Throughout 2010 the securitization operation was restructured with the purpose of complying with the requirements of the eligible assets for the financing operations with the European Central Bank (ECB). This transaction made it possible to elect 550 million Euros, correspondent to AAA rating (rating given by the rating agencies Fitch and Standard & Poors) for the liquidity-absorbing operations with the European Central Bank (ECB).

In the last quarter of 2012, and despite the revolving extended period until January 15th 2015, the transaction started to be amortized due to the Bank not being able to generate new business so as to compensate the natural amortization of the associated portfolio. On December 31st 2014, the securitization operation held 173,6 million Euros that corresponded to a rating A / A- (rating attributed by the rating agencies Fitch and Standard & Poors, respectively) for the liquidity-absorbing operations with the European Central Bank (ECB).

On December 31st 2014, the Bank had contracted 147 million Euros of financial liability with the ECB in a sales operation with repurchase agreement (Repo).

In the Report and Accounts of 2014, with special emphasis on the explanatory notes of the Financial Statements, it is presented detailed information about the activities carried out in the several business areas, as well as their respective evolution and performance.

4. Description of the type of activities developed, including the description of the instruments used, their operations and qualification requirements that the products / investments should meet;

As it was previously mentioned and following the securitization operation Silk Finance No.3, the Bank granted the credits to a Special Purpose Entity (SPE), Silk Finance No.3, Limited, having its head office in Ireland, issuer of the transaction's debt.

The securitization operation implied the assigning to the SPE of sets of contracts that represented the Bank's credit portfolio in each moment. The SPE has financed the acquisition of these credits issuing debt, this last one being acquired by the Bank, including all the first lost position titles.

Na data de constituição da operação, a estrutura de capital do SPE Silk Finance nº3 era a seguinte:

On the date of the establishment of the operation, the structure of capital of the SPE Silk Finance nº3 was the following:

Bonds	Amount issued	Repayment date	Rating (Fitch)	Remuneration
Class A	500 000 000	July 2025	A.AA	Eur 3M + 1,5%
Class B	184 000 000	July 2025	N.A.	Residual
Class C	3 900 000	July 2025	N.A.	Residual

Amounts expressed in Euros

A 31 de Dezembro de 2014, a estrutura de capital SPE Silk Finance nº3 era a seguinte:

On December 31st 2014, the structure of capital of the SPE Silk Finance nº3 was the following:

Bonds	Amount issued	Repayment date	Rating (Fitch/S&P)	Remuneration
Class A	173 646 945	July 2025	A/A-	Eur 3M + 1,5%
Class B	288 000 000	July 2025	N.A.	Residual
Class C	3 900 000	July 2025	N.A.	Residual

Amounts expressed in Euros

No início da operação, foi alienada uma carteira de créditos constituída por operações de vendas a crédito e locação financeira mobiliária com valor vincendo àquela data de 688.412.950 Euros. Deste montante de capital vincendo, o valor efectivamente transferido ascendeu a 681.723.353 Euros, na medida em que foram excluídos da transação os montantes relativos a cauções e valores residuais de contratos de locação financeira mobiliária. Estas operações foram alienadas por 676.731.708 Euros ao Fundo Silk Finance No. 3 (Fundo), o qual é gerido pela Navegador, Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A. Posteriormente, e na data de reestruturação, o Banco alienou adicionalmente mais 150 milhões de euros de créditos, perfazendo um total de 830.731.708,00 de unidades de participação. No decorrer de 2012, 2013 e 2014 e não obstante a extensão do período de revolving, os contratos vendidos mensalmente não foram suficientes para repor o nível da operação pelo que se verificou distribuição de capital dando origem à amortização precoce da carteira. Com referência a 31 de Dezembro de 2014, a carteira securitizada perfazia um total de 454.626.677 Euros.

5. Descrição do objectivo e da amplitude do envolvimento da instituição (i.e. compromissos e obrigações assumidos), relativamente a cada atividade desenvolvida;

Tal como salientado, além do referido no ponto anterior, o objectivo do Banco ao realizar a operação de titularização na condição de Originador foi o de obter financiamento para o desenvolvimento da sua atividade. Para além da posição de Originador, o Banco assume ainda a função de Gestor dos créditos e de contraparte do 'back-to-back' swap de taxa de juro.

In the beginning of the operation, a credit portfolio was disposed of that was constituted by operations of credit sales and equipment finance lease with a maturing value on that date of 688.412.950 Euros. From this maturing amount, the value that was really transferred reached up to 681.723.353 Euros, since the amounts regarding collaterals and residual values of equipment finance lease contacts were excluded from the transaction. These operations were disposed of for 676.731.708 Euros to the Silk Finance No. 3 Fund (Fund), which is managed by Navegador, Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A. Subsequently, and by the restructuring date, the Bank carried out the additional disposal of more 150 million Euros in credits, which added up to a total of 830.731.708,00 investment units. Throughout 2012, 2013 and 2014, and despite the extended revolving period, the contracts that were sold monthly were not enough to restore the operation level, which resulted in capital distribution that originated the early amortization of the portfolio. On December 31st 2014, the securitized portfolio reached up to a total of 454.626.677 Euros.

5. Description of the objective and range of the institution's involvement (that is, commitments and obligations taken on), regarding each activity that is developed;

As it was highlighted, besides what was mentioned in the previous point, the objective of the Bank with the securitization operation as the Originator was obtaining financing for the development of its activity. Besides the position of Originator, the Bank also assumes the position of credit Manager and of counter-party in the back-to-back swap of the interest rate.

II – RISCOS E GESTÃO DE RISCOS

6. Descrição da natureza e amplitude dos riscos incorridos em relação a atividades desenvolvidas e instrumentos utilizados;

No âmbito da operação de titularização, o Banco incorre em risco de crédito dado que os ativos cedidos na operação não foram desreconhecidos uma vez que o Banco possui parte substancial dos riscos e benefícios envolvidos, uma vez que detém a titularidade da dívida emitida, incluindo as classes representativas da first lost position,

Uma vez que os créditos cedidos na operação representam uma amostra representativa da carteira de crédito do Banco, o risco de crédito inerente aos ativos cedidos é avaliado e representado de acordo com a metodologia dos restantes ativos de características semelhantes, nomeadamente através da determinação da sua imparidade.

7. Descrição das práticas de gestão de risco (incluindo, em particular, na atual conjuntura, o risco de liquidez) relevantes para as atividades, descrição de quaisquer fragilidades/fraquezas identificadas e das medidas correctivas adotadas;

No âmbito das recomendações do FSF e CEBS sobre o impacto e dimensão dos riscos incorridos derivados do atual enquadramento de turbulência dos mercados financeiros, a política de gestão do risco de liquidez nos princípios da prudência e do Banco é definida e revista periodicamente pela Administração. Esta encontra-se definida no Manual de Gestão de Riscos de Mercado do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. e reflecte a estratégia de gestão, que permite ao Banco garantir que dispõe de fundos líquidos para cumprir as suas obrigações financeiras, à medida que estas se vencem, em função do grau de risco passível de ser assumido.

A gestão de liquidez é efectuada de acordo as necessidades de tesouraria constantes do orçamento anual e preferencialmente junto da tesouraria do seu acionista Santander Consumer Finance, S.A., que assegura as necessidades de financiamento do Banco e atribui, de acordo com políticas de rating interno, aprovado pela Deloitte a nível corporativo, spreads aditivos à taxa de mercado em função da maturidade das transações.

Por um lado, a gestão de curto prazo é realizada pela área de Gestão de Meios Pagamento da Direção de Operações, baseada na informação diária de liquidez assente nas contas de descoberto autorizado e na adequação tempestiva dos respectivos limites estabelecidos.

No que respeita à gestão de médio e longo prazo, esta é assegurada pela Direção Financeira, avaliada periodicamente, tendo como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras do Banco no médio e longo prazo e monitorizar a sua evolução e adequação face ao orçamentado.

II – RISKS AND RISK MANAGEMENT

6. Description of the nature and range of the risks regarding the activities developed and the instruments used;

Within the scope of the securitization, the Bank is exposed to the credit risk because the assets granted in the operation were not derecognized since the Bank owns a substantial part of the risks and benefits involved, as it holds the issued debt, including the representative classes of the first lost position.

As the credits granted in the operation represent a representative sample of the Bank's credit portfolio, the credit risk inherent to the assets granted is assessed and represented according with the methodology of the other assets with similar features, namely through the determination of impairment.

7. Description of the practices of risk management (including, in particular and in the current situation, the liquidity risk) relevant to the activities, description of any fragilities/weaknesses identified and of the adopted corrective measures;

Within the scope of the FSF and CEBS recommendations on the impact and dimension of the risks that come from the current situation of turmoil in the financial markets, the policy of liquidity risk management in the prudential principles and in the Bank is defined and revised periodically by the Board. This is defined in the Market Risk Management Manual of Santander Consumer Bank Portugal, S.A. and it reflects the management strategy that allows the Bank to guarantee that it has net funds to comply with its financial obligations, as these mature, regarding the degree of risk.

The liquidity management is done according to the constant treasury needs of the annual budget and preferably with the treasury of its shareholder Santander Consumer Finance, S.A. that ensures the financing needs of the Bank and it attributes, in accordance with the internal rating policies, approved by Deloitte at a corporate level, spreads at a market rate taking into consideration the maturity of the transactions.

On one hand, the short term management is carried out by the Means of Payment Management of the Operations Department, based on the daily information about the liquidity supported by the authorized overdraft accounts and the timely adequacy of the established limits.

Regarding the medium-long term management, this one is ensured by the Financial Department, periodically evaluated, having as its main purpose to keep a satisfactory level of availabilities to respond to the financial needs of the Bank in a medium-long term and to monitor their evolution and adequacy in regards to what was budgeted.

O processo de acompanhamento da exposição a este risco é efetuado a 2 níveis.

Por um lado, a gestão de curto prazo é realizada pela área de Gestão de Meios Pagamento da Direção de Operações, baseada na informação diária de liquidez assente nas contas de descoberto autorizado e na adequação tempestiva dos respectivos limites estabelecidos.

No que respeita à gestão de médio e longo prazo, esta é assegurada pela Direção Financeira, com periodicidade mínima bimestral nas reuniões do ALCO - Comité de Gestão de Ativos e Passivos e integrada no orçamento geral da empresa analisado mensalmente em Comité de Direção e aprovado pela Comissão Executiva, assegurando-se deste modo a permanente manutenção de um adequado nível de capital interno, tendo como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras do Banco no médio e longo prazo e monitorizar a sua evolução e adequação face ao orçamentado.

Para avaliar a exposição global a este tipo de risco, são ainda elaborados relatórios a partir da aplicação ALM 2 Torken que permitem não só identificar os mismatches negativos para diversas maturidades e para diversos horizontes temporais, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos. Face ao grau de exposição ao risco de liquidez, é elaborada pela Direção Financeira, uma proposta à Administração com as operações de financiamento, não só adequadas às necessidades de tesouraria, mas que permitam também mitigar o grau de exposição a este risco. Estas têm ainda em linha de conta o limite mínimo de 70% imposto a nível corporativo pelo Santander Consumer.

The monitoring process of exposure to this risk is done at 2 levels.

On one hand, the short term management is performed by the area of Means of Payment Management of the Operations Department, based on the daily information about the liquidity supported by the authorized overdraft accounts and the timely adequacy of the established limits.

On the other hand, regarding the medium-long term management, this one is ensured by the Financial Department, at least bimonthly at the ALCO – Asset-Liability Committee – meetings and integrated in the company's general budget, analyzed monthly in the Management Committee and approved by the Executive Committee, so as to permanently ensure the maintenance of an appropriate level of internal capital, with the purpose of keeping a satisfactory level of availabilities to respond to the financial needs of the Bank in a medium-long term and to monitor their evolution and adequacy regarding what was budgeted.

To assess the global exposure to this type of risk, some reports are made from the application of the ALM 2 Torken that allow not only identifying the negative mismatch regarding several maturities and different time frames, but also carrying out the dynamic coverage of those risks. Considering the exposure degree to the liquidity risk, it is developed by the Financial Department a proposal for the Board with the financing operations, not only appropriate to the treasury needs, but also that allow mitigating the exposure degree to this risk. These operations take into consideration the minimum limit of 70% fixed at a corporate level by Santander Consumer.

III – IMPACTO DO PERÍODO DE TURBULÊNCIA FINANCEIRA NOS RESULTADOS

8. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados, com ênfase nas perdas (quando aplicável) e impacto dos “write-downs” nos resultados;
Não aplicável.

9. Decomposição dos “write-downs”/perdas por tipos de produtos e instrumentos afectados pelo período de turbulência, designadamente, dos seguintes: commercial mortgage-backed securities (CMBS), residential mortgage-backed securities (RMBS), collateralised debt obligations (CDO), asset-backed securities (ABS);

Não aplicável. O Banco não sofreu quaisquer perdas/“write-downs” por via da operação de titularização Silk Finance nº3.

10. Descrição dos motivos e fatores responsáveis pelo impacto sofrido;
Não aplicável.

11. Comparação de i) impactos entre períodos (relevantes) e de ii) demonstrações financeiras antes e depois do impacto do período de turbulência;
Não aplicável.

12. Decomposição dos “write-downs” entre montantes realizados e não realizados
Não aplicável.

13. Descrição da influência da turbulência financeira na cotação das acções da entidade;
Não aplicável.

14. Divulgação do risco de perda máxima e descrição de como a situação da instituição poderá ser afetada pelo prolongamento ou agravamento do período de turbulência ou pela recuperação do mercado;

O prolongamento do período de turbulência nos mercados financeiros que se sente com particular relevância em Portugal, poderá afectar a situação patrimonial do Banco por forma indireta, através do: Aumento da sinistralidade da carteira de crédito, por força da diminuição da capacidade de cumprimento do serviço da dívida por parte dos clientes, que está fortemente correlacionada com o comportamento das taxas de juro; Aumento ou diminuição do custo de financiamento dos capitais alheios.

15. Divulgação do impacto que a evolução dos “spreads” associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados, bem como dos métodos utilizados para determinar este impacto;

O impacto da valorização das responsabilidades pode ser consultado nas Notas Anexas às Demonstrações Financeiras, no ponto do Justo Valor.

III – IMPACT OF THE PERIOD OF FINANCIAL TURMOIL ON THE INCOME

8. Qualitative and quantitative description of the income, emphasizing the losses (when applicable) and the impact of the write-downs on the income;
Not applicable.

9. Decomposition of the write-downs/losses by types of products and affected instruments by the period of turmoil, namely the following: commercial mortgage-backed securities (CMBS), residential mortgage-backed securities (RMBS), collateralized debt obligations (CDO), asset-backed securities (ABS);

Not applicable. The bank did not suffer any losses/write-downs due to the Silk Finance nº3 securitization operations.

10. Description of the reasons and factors responsible for the suffered impact;
Not applicable.

11. Comparison between i) impacts between periods (relevant) and ii) financial statements before and after the impact of the period of turmoil;
Not applicable.

12. Decomposition of the write-downs between realized and unrealized amounts;
Not applicable.

13. Description of the influence of the financial turmoil on the entity's share price;
Not applicable.

14. Disclosure of the maximum loss risk and description of how the institution's situation could be affected by a further downturn or by a market recovery;

The extension of the period of turmoil in the financial markets that has been felt with a particular relevance in Portugal, might affect the patrimonial situation of the Bank in an indirect way, through the: Increase in the credit portfolio default, due to the decrease in the ability of the customers to comply with the debt payment, which is strongly correlated with the interest rate behavior; Increase or decrease in the debt financing cost.

15. Disclosure of the impact that the spread evolution associated with the responsibilities of the institution itself had on the income, as well as the methods used to determine this impact;

The impact of the responsibilities' valuation can be checked in the Notes annexed to the Financial Statements, in the Fair Value point.

IV. NÍVEIS E TIPOS DAS EXPOSIÇÕES AFETADAS PELO PERÍODO DE TURBULÊNCIA

16. Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições "vivas";

Não aplicável dado não existirem operações com produtos estruturados ou ativos 'tóxicos' no período de referência de 31 de Dezembro de 2014.

17. Informação sobre mitigantes do risco de crédito (e.g. através de credit default swaps) e o respectivo efeito nas exposições existentes;

Não aplicável.

18. Divulgação detalhada sobre as exposições;

Não aplicável.

19. Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (vendas, "write-downs", compras, etc.)

Não aplicável.

20. Explicações acerca das exposições (incluindo "veículos" e, neste caso, as respetivas atividades) que não tenham sido consolidadas (ou que tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas;

Como anteriormente referido o SPE Silk Finance n° 3 Limited é integralmente consolidado no património do Banco.

21. Exposição a seguradoras de tipo "monoline" e qualidade dos ativos segurados;

Não aplicável.

IV. LEVELS AND TYPES OF EXPOSURES AFFECTED BY THE PERIOD OF TURMOIL

16. Nominal value (or amortized cost) and fair value of the outstanding exposures;

Not applicable since there are no operations with structured products or "toxic" assets in the period of the reference date of December 31st 2014.

17. Information about the credit risk protectors (e.g. through credit default swaps) and its effect on the existing exposures;

Not applicable.

18. Detailed disclosure of the exposures;

Not applicable.

19. Movements in exposures between reporting relevant periods and the underlining reasons for those variations (sales, write-downs, purchases, etc.);

Not applicable.

20. Explanations about the exposures (including "vehicles" and, in this case, its activities) that have not been consolidated (or that have been recognized during the crises) and the reasons associated to that;

As it was previously referred, SPE Silk Finance n° 3 Limited is fully consolidated in the Bank's patrimony.

21. Exposure to "mono-line" insurers and the quality of insured assets;

Not applicable.

V. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E MÉTODOS DE VALORIZAÇÃO

22. Classificação das transações e dos produtos estruturados para efeitos contabilísticos e o respectivo tratamento contabilístico;

Não aplicável dado não existirem operações com produtos estruturados ou ativos 'tóxicos' no período de referência de 31 de Dezembro de 2014.

23. Consolidação das Special Purpose Entities (SPE) e de outros "veículos" e reconciliação destes com os produtos estruturados afectados pelo período de turbulência;

Não aplicável. Vide pontos os 2, 3, 4 e 5 deste documento.

24. Divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros;

Consultar o ponto de Justo Valor das Notas Anexas às Demonstrações Financeiras de 2013.

25. Descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros;

Não aplicável.

V. ACCOUNTING POLICIES AND VALUATION METHODS

22. Classification of the transactions and of the structured products for accounting purposes and respective accounting treatment;

Not applicable since there are no operations with structured products or toxic assets in the period of the reference date of December 31st 2014.

23. Consolidation of the Special Purpose Entities (SPE) and other "vehicles" and their reconciliation with the structured products affected by the period of turmoil;

Not applicable. See points 2, 3, 4 and 5 in this document.

24. Detailed disclosure of the fair value of the financial instruments;

Check the Fair Value point in the Annexed Notes to the 2013 Financial Demonstrations.

25. Description of the modeling techniques used for the valuation of the financial instruments;

Not applicable.

VI. OUTROS ASPETOS RELEVANTES NA DIVULGAÇÃO DOCUMENTO

26. Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro.

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander Consumer S.A. foram preparadas com base nos registos contabilísticos do Banco e das suas filiais, mantidos em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia (IAS/IFRS), na sequência do Regulamento (CE) N° 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional através do Decreto-Lei n° 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n°1/2005 do Banco de Portugal.

As demonstrações financeiras encontram-se publicadas no sítio da internet do Banco (www.santanderconsumer.pt), dando cumprimento ao Aviso n°6/2006 do Banco de Portugal, podendo ser consultadas por qualquer entidade interessada, pessoa individual ou coletiva.

VI. OTHER RELEVANT ASPECTS IN THE DISCLOSURE OF THE DOCUMENT

26. Description of disclosure policies and of the principles that are used for disclosures and financial reporting.

The consolidated financial statements of Santander Consumer Bank S.A. were prepared based on the accounting registers of the Bank and its subsidiaries, in compliance with the International Financial Reporting Standards, as adopted in the European Union (IAS/IFRS), following the Regulation (CE) N° 1606/2002 from the European Parliament and Council, dated July 19, transposed into Portuguese law by the Decree-Law n° 35/2005, dated February 17, and the Notice n°1/2005 from the Bank of Portugal.

The financial statements are published on the Bank's website (www.santanderconsumer.pt), in conformity with the Notice n°6/2006 from the Bank of Portugal, and they are accessible for consultation by any interested entity, individual or legal person.

8

Relatório de Estrutura e Práticas de Governo Societário

*Structure Report and Corporate
Governance Practices*

O presente Relatório de Estrutura e Práticas de Governo Societário foi preparado nos termos e para os efeitos do disposto no Art. 70.º, n.º 2, alínea b) do Código das Sociedades Comerciais (de ora em diante, o “CSC”).

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (de ora em diante, o “Banco”) dispõe de órgãos sociais estruturados de acordo com o modelo latino reforçado: Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Sociedade Revisora Oficial de Contas (Cfr. Art. 278.º, n.º 1 alínea a) do CSC).

O Conselho de Administração tem competência para gerir o Banco e é composto por um Presidente e dois a seis Vogais, eleitos por mandatos a determinar pela Assembleia Geral (Art. 19.º e seguintes dos Estatutos).

Os membros do Conselho de Administração são designados pela Assembleia Geral, de acordo com o n.º 1 do Art. 19 do Estatutos e com o n.º 1 do Art. 391.º do CSC.

A gestão corrente do Banco encontra-se delegada numa Comissão Executiva, constituída no seio do Conselho de Administração, conforme previsto no n.º 3 do Art. 407.º do CSC.

Na Assembleia Geral, os acionistas deliberam sobre as matérias que lhes são especialmente atribuídas pela lei e pelos Estatutos e sobre as que não estejam compreendidas nas atribuições do Conselho de Administração, designadamente:

- Aprovação do relatório de gestão e restantes documentos de prestação do Banco;
- Deliberação sobre a proposta de aplicação de resultados;
- Eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- Apreciação geral da administração e fiscalização do Banco;
- Alterações aos Estatutos.

A fiscalização do Banco encontra-se confiada ao Conselho Fiscal (Art. 24.º e seguintes dos Estatutos), constituído por um mínimo de três membros efetivos e um suplente, eleitos por mandatos a determinar pela Assembleia Geral, e a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 1 do Art. 413.º do CSC.

O Conselho Fiscal é eleito pela Assembleia Geral, em conformidade com o n.º 1 do Art. 415.º do CSC.

O revisor oficial de contas é igualmente designado pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Fiscal, de acordo com o n.º 5 do Art. 24.º do Estatutos e com o n.º 1 do Art. 446.º do CSC.

Em função das alterações introduzidas ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras decorrentes da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 157/2014 de 24 de Outubro, o Banco implementará as necessárias alterações ao seu sistema de governo e procederá à respetiva divulgação, nos termos legalmente exigidos.

This Report of Corporate Governance's Structure and Practices was prepared under the terms and for the purposes of Art. 70.º, n.º 2, paragraph b) from the Portuguese Commercial Companies Code (hereinafter referred to as the “PCCC”).

Santander Consumer Bank Portugal, S.A. (hereinafter referred to as the “Bank”) has some structured governing bodies established in accordance with the “Reinforced Latin Model”: General Meeting, Board of Directors, Audit Committee and Statutory Audit Company Cfr. Art. 278.º, n.º 1 paragraph a) from the PCCC).

The Board of Directors has the competence to manage the Bank and is composed of a Chairman and two to six Board Members, elected by the General Meeting for a term of office to be determined (Art. 19.º and the next ones in the Articles).

The members of the Board of Directors are appointed by the General meeting, according with n.º 1 from Art. 19 of the Articles and with n.º 1 from Art. 391.º of the PCCC.

The day-to-day management of the Bank is delegated to an Executive Committee, set up within the Board of Directors, as provided for in n.º 3 of Art. 407.º of the PCCC.

In the General meeting, the shareholders deliberate on the issues which are specifically attributed to it by the law or by the Articles and on the issues not included in the powers and duties of the Board of Directors, namely:

- - Approval of the management report and other documents pertaining to the Bank's provision;
- Deliberate on the proposal for profit appropriation;
- Election of the members of the Board of Directors and Audit Committee;
- General assessment of the Bank's administration and auditing;
- Amendments to the Articles.

The Bank's supervision is under the responsibility of the Audit Committee (Art. 24.º and the next Articles), which is composed of three effective members and one substitute, elected by terms of office to be determined by the General Meeting, and of a Statutory Audit Company, according with the provisions of paragraph b) of n.º 1 of Art. 413.º of the PCCC.

The Audit Committee is elected by the General Meeting, in conformity with n.º 1 of Art. 415.º of the PCCC.

The chartered accountant is also appointed by the General Meeting, following a proposal by the Audit Committee, in accordance with n.º 5 of Art. 24.º of the Articles and with n.º 1 of Art. 446.º of the PCCC.

Following the changes to the Legal Framework of Credit Institutions and Financial Companies stemming from the entry into force of Decree-Law n.º 157/2014, dated October 24th, the Bank shall implement the necessary changes to its governance system and shall proceed to their disclosure, under the legally-required terms.

1. ASSEMBLEIA GERAL

1.1 Membros da mesa da Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral é constituída, de acordo com o Art. 16.º, n.º 1 do Estatutos, por um Presidente e um Secretário.

Estas funções são exercidas, atualmente, pelos membros que abaixo se discriminam:

Presidente: Dr. Henrique Trocado

Secretária: Dra. Sara Larcher

Secretária Suplente: Dra. Teresa Maria Leite Brito da Silva Vasconcelos Mota

1.2 Data de início e termo dos respectivos mandatos

A eleição dos membros da Mesa da Assembleia Geral para o quadriénio 2012/2015, o qual terminará em 31 de Dezembro de 2015, foi objeto de deliberação na Assembleia Geral de 2012.

1.3 Antecedência exigida para o bloqueio das acções para a participação na assembleia-geral

De acordo com o disposto no Art. 15.º, n.º 1 do Estatutos, só podem estar presentes e participar na Assembleia Geral do Banco os acionistas que tiverem averbadas em seu nome no livro de registo do Banco, ou comprovem ter depositadas em instituições de crédito, até 10 (dez) dias antes da data marcada para a reunião, o número mínimo de acções necessário para conferir voto.

De acordo com o Art. 15, n.º 2 do Estatutos, os acionistas devem manter as acções de que são titulares averbadas ou registadas em seu nome, pelo menos, até ao encerramento da reunião da Assembleia Geral.

1.4 Número de acções a que corresponde um voto

Nos termos do disposto no n.º 3 do Art. 15.º do Estatutos, a cada 5.000 (cinco) mil euros de capital corresponde um voto sendo todavia aplicáveis, enquanto vigorarem de forma imperativa, os limites inferiores que forem fixados em lei.

Não obstante, de acordo com o n.º 4 do Art. 15.º do Estatutos, os acionistas titulares de acções em número inferior ao exigido para conferir um voto poderão agrupar-se de forma a completar o mínimo exigido, fazendo-se então representar por qualquer dos agrupados.

1.5 Acionistas titulares de direitos especiais

O capital social do Banco está integralmente realizado e está representado por 66.592.947 (sessenta e seis milhões quinhentos e noventa e dois mil novecentos e quarenta e sete) acções ordinárias com o valor nominal de 1 (um) euro cada uma.

Não existem acionistas titulares de direitos especiais.

1.6 Regras estatutárias especiais ou outras restrições em matéria de direitos de voto

Para além do supra referido, não existem regras estatutárias que prevejam a existência de acções que não confirmem o direito de voto ou que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados, nem outras regras que possam ser consideradas como restringindo os direitos de voto dos acionistas do Banco.

1. GENERAL MEETING

1.1 Members of the Board of the General Meeting

The Board of the General Meeting is composed, in accordance with Art. 16.º, n.º 1 of the Articles, of a Chairman and a Secretary.

These powers are currently carried out by the members mentioned below:

Chairman: Mr. Henrique Trocado

Secretary: Ms. Sara Larcher

Substitute Secretary: Ms. Teresa Maria Leite Brito da Silva Vasconcelos Mota

1.2 Starting and ending dates of terms of office

The election of the members of the Board of the General Meeting for the four-year period 2012/2015, which will end on December 31st 2015, was decided in the 2012 General Meeting.

1.3 Time during which shareholders must freeze their shares in order to participate in the General Meeting

In accordance with Art. 15.º, n.º 1 of the Articles, there can only be present and participating in the Bank's General Meeting the shareholders that have their shares registered in their name in the Bank's share register, or that can certify the respective deposit thereof with a financial intermediary, up to 10 (ten) days before the date scheduled for the meeting, of the minimum number of shares necessary to have the right to vote.

In accordance with Art. 15, n.º 2 of the Articles, the shareholders should keep the shares that they own entered or registered in their name, at least, until the General Meeting is closed.

1.4 Number of shares that correspond to one vote

Pursuant to n.º 3 of Art. 15.º of the Articles, for each 5,000 (five) thousand Euros of capital corresponds one vote, despite being applicable the lower thresholds determined by law, while they are imperatively in force.

Nevertheless, in accordance with n.º 4 of Art. 15.º of the Articles, the shareholders with less shares than what is required to grant a vote may pool their shares with other shareholders to reach that number and arrange to be represented by any group member.

1.5 Shareholders with special rights

The Bank's share capital is fully paid and it is represented by 66,592,947 (sixty-six million, five hundred and eighty-two thousand, nine hundred and forty-seven) ordinary shares with the nominal value of 1 (one) Euro each.

There are no shareholders with special rights.

1.6 Special statutory rules or other restrictions on voting rights

In addition to the above mentioned, there are no statutory rules that foresee the existence of shares that do not grant any vote rights or that establish non-casting of voting rights above a certain number, when issued solely by a shareholder or by shareholders related to the former, or other rules that may be considered restrictive on the voting rights of the Bank's shareholders.

1.7 Regras estatutárias sobre o quóruns constitutivos e deliberativos

Quórum constitutivo

De acordo com o Art. 17.º, n.º 1 do Estatutos, em primeira convocação, a Assembleia Geral só pode funcionar quando estiverem presentes ou representados titulares de mais de metade das acções correspondentes ao capital social. De acordo com o Art. 17.º, n.º 2, em segunda convocação a Assembleia pode deliberar validamente, qualquer que seja o número de acionistas presentes e o capital representado.

Quórum deliberativo

De acordo com o Art. 17.º, n.º 3 do Estatutos, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos emitidos, salvo disposição legal ou estatutária que exija maioria qualificada. De acordo com o Art. 17.º, n.º 4 do Estatutos, as deliberações sobre a alteração do Estatutos devem ser aprovadas por dois terços dos votos emitidos, sendo que, nos termos do n.º 5, se, porém em Assembleia reunida em segunda convocação estiverem presentes ou representados acionistas detentores de, pelo menos, metade do capital social a deliberação sobre os assuntos referidos no anterior pode ser tomada pela maioria dos votos emitidos.

É aplicável subsidiariamente o regime legal em matéria de quórum constitutivo e deliberativo, maxime o Art. 383.º e o Art. 386.º do CSC.

1.8 Regras estatutárias sobre destaque de direitos de conteúdo patrimonial

Não existem regras estatutárias sobre destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

1.9 Exercício do direito de voto por correspondência ou por meios electrónicos

De acordo com o Art. 18.º, n.º 4 do Estatutos, não é permitido o voto por correspondência. Os Estatutos não prevêm o exercício do direito de voto por meios electrónicos.

1.10 Intervenção da assembleia-geral no que respeita à política de remuneração do Banco

A remuneração dos membros dos órgãos sociais é estabelecida por uma Comissão de Remunerações composta por acionistas, cujos membros são eleitos diretamente pela Assembleia Geral, nos termos do Art. 12.º dos Estatutos e do Art. 399.º, n.º 1 do CSC. Nos termos do mesmo preceito, compete à Comissão de Remunerações dispor sobre o regime de previdência aplicável aos administradores executivos.

A Assembleia Geral poderá anualmente fixar uma percentagem de lucros a serem distribuídos pelos empregados e membros dos corpos sociais, definindo previamente os critérios dessa atribuição (Art. 27.º, n.º 2 do Estatutos).

1.7 Statutory rules on constitutive and decision-making quorums

Constitutive quorum

In accordance with Art. 17.º, n.º 1 of the Articles, on first call, the General Meeting can only make decisions providing that members representing more than fifty per cent of the share capital are present or duly represented. According with Art. 17.º, n.º 2, on second call the General Meeting can make valid decisions regardless the number of shareholders attending and the capital represented.

Decision-making quorum

In accordance with Art. 17.º, n.º 3 of the Articles, the General Meeting's resolutions shall be made by absolute majority of the votes by those attending, except if there is a provision of the law or articles of association requiring a qualified majority. Complying with Art. 17.º, n.º 4 of the Articles, the deliberations on amendments of the Articles must be approved by two thirds of the votes cast, except if, following the terms of n.º 5, shareholders holding at least half the share capital are present or represented at a General Meeting held on second call, the issues referred before may be resolved by a majority of the votes cast.

It is additionally applicable the legal system in terms of constitutive and decision-making quorum, particularly the Art. 383.º and the Art. 386.º of the PCCC.

1.8 Statutory rules on systems that highlight the rights of equity content

There are no statutory rules on systems that highlight the rights of equity content.

1.9 Exercise of voting rights by correspondence or electronically

According with Art. 18.º, n.º 4 of the Articles, it is not allowed voting by correspondence. The Articles do not include the exercise of voting rights electronically.

1.10 Intervention by the General Meeting regarding the Remuneration Policy of the Bank

The remuneration of the governing bodies is established by a Remuneration Committee composed of shareholders, whose members are elected directly by the General Meeting, in conformity with Art. 12.º of the Articles and Art. 399.º, n.º 1 of the PCCC. Under the terms of the same principle, it is the Remuneration Committee's responsibility to organize the welfare system applicable to the executive directors.

The General Meeting might set a percentage of profit to be distributed by the employees and the members of the governing bodies, previously defining the criteria for that distribution (Art. 27.º, n.º 2 of the Articles).

Em conformidade com o disposto no Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro (Diário da República, 2ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), a Comissão de Remunerações e o Conselho de Administração submetem anualmente à apreciação da Assembleia Geral, a declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização e dos Dirigentes com Funções de Controlo e Assunção de Riscos, respetivamente.

1.11 Regras aplicáveis à alteração dos Estatutos

De acordo com o Art. 17.º, n.º 4 do Estatutos e o Art. 386.º, n.º 3 do CSC, as deliberações sobre a alteração do Estatutos devem ser aprovadas por dois terços dos votos emitidos.

1.12 Participações Qualificadas no capital do Banco

O Santander Consumer Finance, S.A., com sede em Ciudad Grupo Santander – Edif. Dehesa – 4 Norte, Avenida de Cantábria, s/n, 1ª Planta – Boadilla del Monte, Madrid, é titular de 53.331.647 ações ordinárias representativas de 80,09% do capital social do Banco.

O Santander Consumer Establecimiento Financiero de Credito, S.A., com sede em Ciudad Grupo Santander – Edif. Dehesa – 4 Norte, Avenida de Cantábria, s/n, 1ª Planta – Boadilla del Monte, Madrid, é titular de 13.261.300 ações ordinárias representativas dos restantes 19,91% do capital social do Banco.

In conformity with the provisions of the Notice of the Bank of Portugal n.º 10/2011, dated December 29th, (Diário da República – Portuguese Official State Gazette -, 2nd series, on January 9th 2012), the Remuneration Committee and the Board of Directors annually submit to the appreciation of the General Meeting the declaration of remuneration policy regarding the administrative and supervisory bodies and the Managers with Risk Control and Assessment Functions, respectively.

1.11 Rules applicable to the amendment of Articles

In accordance with Art. 17.º, n.º 4 of the Articles of Association and Art. 386.º, n.º 3 of the PCCC, the deliberations on the amendments of the Articles must be approved by two thirds of the votes cast.

1.12 Qualified participations in the share capital of the Bank

Santander Consumer Finance, S.A., based in Ciudad Grupo Santander – Edif. Dehesa – 4 Norte, Avenida de Cantábria, s/n, 1ª Planta – Boadilla del Monte, Madrid, is the holder of 53.331.647 ordinary shares representative of 80,09% of the Bank's share capital.

Santander Consumer Establecimiento Financiero de Credito, S.A., based in Ciudad Grupo Santander – Edif. Dehesa – 4 Norte, Avenida de Cantábria, s/n, 1ª Planta – Boadilla del Monte, Madrid, is the holder of 13.261.300 ordinary shares representative of the other 19,91% of the bank's share capital.

2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2.1 Membros do Conselho de Administração

Presidente: Dra. Inês Serrano Gonzalez

Vogal: Eng. Henrique Salema de Carvalho e Silva

Vogal: Dr. David Turiel Lopez

Vogal: Sr. Luís Filipe Pires Ferreira

Vogal: Eng. José Maria Martin Prada

2.2 Data de início e termo dos respectivos mandatos

A eleição dos membros do Conselho de Administração para o quadriénio de 2012 – 2015, com termo em 31 de Dezembro de 2015, foi objeto de deliberação na Assembleia Geral de 2012, à exceção do vogal Sr.Eng. José Maria Martin Prada, cuja eleição foi objeto de deliberação na Assembleia Geral de 08 de Outubro de 2014.

2.3 Poderes do Conselho de Administração

As competências do Conselho de Administração encontram-se previstas no Art. 20.º do Estatutos.

De acordo com este preceito estatutário, compete ao Conselho de Administração gerir e representar o Banco com os mais amplos poderes que a lei lhe confere, e designadamente:

- Elaborar as propostas relativas à definição das políticas gerais do Banco e dos planos e orçamentos anuais plurianuais;
- Estabelecer a organização interna do Banco e delegar os poderes ao longo da cadeia hierárquica;
- Conduzir as atividades do Banco, praticando todos os actos que a lei ou estes estatutos não reservem a outros órgãos sociais;
- Executar as deliberações da Assembleia Geral;
- Representar o Banco em juízo ou fora dele, comprometendo-se em arbitragens, propondo pleitos judiciais ou defendendo-se deles, podendo confessar, desistir ou transigir em quaisquer processos judiciais;
- Apresentar à Assembleia Geral nas épocas legalmente determinadas, os relatórios, balanços e contas dos exercícios sociais;
- Adquirir, alienar e onerar quaisquer direitos ou bens móveis ou imóveis, incluindo participações em sociedades com qualquer objeto, em agrupamentos complementares de empresas e outras sociedades reguladas por leis especiais, devendo, porém, quanto aos imóveis e às participações estáveis, obter o parecer favorável do Conselho Fiscal;
- Contratar e rescindir contratos com empregados e outros prestadores de serviços.

De acordo com o Art. 5.º, n.º 2 do Estatutos, o Conselho de Administração pode ainda aumentar o capital social até EUR 80.000.000 (oitenta milhões de euros), mediante entradas em numerário, na época e modalidades que considerar mais conformes aos interesses sociais.

2. BOARD OF DIRECTORS

2.1 Members of the Board of Directors

Chairperson: Ms. Inês Serrano Gonzalez

Member: Mr. Henrique Salema de Carvalho e Silva

Member: Mr. David Turiel Lopez

Member: Mr. Luís Filipe Pires Ferreira

Member: Mr. José Maria Martin Prada

2.2 Starting and ending dates of terms of office

The election of the members of the Board of Directors for the four-year period 2012 - 2015, which will end on December 31st 2015, was decided in the 2012 General Meeting, with the exception of the member Mr. José Maria Martin Prada, whose election was decided in the General Meeting on October 8th 2014.

2.3 Powers of the Board of Directors

The competences of the Board of Directors are stated in Art. 20.º of the Articles of Association.

According with this provision of the statutory articles, it is the Board of Director's duty to manage and represent the Bank with the widest powers attributed by law, and namely:

- Create proposals regarding the definition of the general policies of the Bank and multi-annual plans and budgets;
- Establish the internal organization of the Bank and delegate powers throughout the hierarchical chain;
- Manage the Bank's activities, carrying out all activities that the law and the statutes do not place under the aegis of other governing bodies;
- Execute the resolutions passed by the General Meeting;
- Represent the Bank in or out of court, engage in arbitration, propose and contest any lawsuits, with the power to waive, transact and confess in any legal proceedings;
- Present in the General Meeting, in the legally determined periods, the reports, balance sheets and accounts of the accounting years;
- Acquiring, disposing of or encumbering any real estate or other assets, including shares in companies with any objective, in complementary company groups and other companies that are regulated by special laws, even though it is necessary, in terms of real estate and permanent investments, to get the approval of the Audit Committee;
- Enter into and terminate contracts with employees and other service providers.

In accordance with Art. 5.º, n.º 2 of the Articles of Association, the Board of Directors can also increase the share capital up to EUR 80.000.000 (eighty million Euros), through new cash contributions, at the time and with the arrangements considered more in conformity with the social concerns.

2.4 Designação e substituição dos membros do Conselho de Administração

De acordo com o Art. 19.º, n.º 1 e 2 do Estatutos, o Conselho de Administração é formado por um Presidente e dois a seis vogais, eleitos pela Assembleia Geral, podendo ser ainda eleito um administrador suplente.

Os membros do Conselho de Administração são designados pela Assembleia Geral para o exercício de um mandato com o período a ser determinado na deliberação, sem prejuízo da sua reeleição.

De acordo com o Art. 19.º, n.º 4 do Estatutos, se um administrador faltar 3 (três) vezes a reuniões do Conselho de Administração, seja de forma seguida ou interpolada, sem justificação aceite pelo Conselho de Administração, tal equivalerá a uma falta definitiva desse administrador.

A substituição de administradores processa-se nos termos do disposto no Art. 393.º do CSC.

2.4 Appointment and replacement of the members of the Board of Directors

In accordance with Art. 19.º, n.º 1 and 2 of the Articles, the Board of Directors is composed of a Chairman and two to six members, elected in the General Meeting, there being the possibility of electing an alternate member.

The members of the Board of Directors are appointed by the General Meeting and shall serve a term of office during a period to be determined in the deliberation, without adversely affecting a re-election.

According with Art. 19.º, n.º 4 of the Articles, if a director misses 3 (three) times the meetings of the Board of Directors, whether in a consecutive way or not, without a justification acceptable to the Board of Directors, it shall be deemed as a definite absence of such director.

The substitution of directors shall be carried out in accordance with Art. 393.º of the PCCC.

3. COMISSÃO EXECUTIVA

3.1 Membros da Comissão Executiva

A Comissão Executiva será constituída por deliberação do Conselho de Administração.

Para o quadriénio 2012/2015, foram designados os seguintes membros da Comissão Executiva:
 Presidente: Eng. Henrique Salema de Carvalho e Silva
 Vogal: Dra. Inês Serrano Gonzalez
 Vogal: Sr. Luís Filipe Pires Ferreira
 Vogal: Eng. José Maria Martin Prada

3.2 Poderes da Comissão Executiva

A Comissão Executiva do Conselho de Administração exerce competências delegadas deste órgão, nos termos da deliberação de delegação de competências aprovada em reunião do Conselho de Administração.

Na Comissão Executiva são delegados os seguintes poderes:

- Preparar propostas para o Conselho de Administração planos e orçamentos, relatório e contas, políticas gerais e executar as suas deliberações;
- Distribuir responsabilidades funcionais (Pelouros);
- Gerir o desenvolvimento dos negócios;
- Definir a organização interna;
- Recrutamento, formação e desenvolvimento de colaboradores;
- Concretizar a política salarial e de prémios variáveis;
- Aprovar acordos comerciais e contratos com prestadores de serviços;
- Definir a política de pricing, fiscal, de marketing, de produtos, de recuperação e de gestão de clientes;
- Aprovar os processos e procedimentos do Banco;
- Nomear mandatários internos;
- Garantir as relações com autoridades e o cumprimento de normas prudenciais.

3.3 Designação e substituição dos membros da Comissão Executiva

A Comissão Executiva é constituída pelo número de Administradores que for deliberado pelo Conselho de Administração, não se encontrando previsto qualquer regime estatutário específico para a designação ou substituição dos respectivos membros.

3. EXECUTIVE COMMITTEE

3.1 Members of the Executive Committee

The Executive Committee is set up by a decision of the Board of Directors

For the four-year period 2012/2015, the appointed members of the Executive committee were the following:
Chairman: Mr. Henrique Salema de Carvalho e Silva
Member: Ms. Inês Serrano Gonzalez
Member: Mr. Luís Filipe Pires Ferreira
Member: Mr. José Maria Martin Prada

3.2 Powers of the Executive Committee

The Executive Committee of the Board of Directors has competences that are delegated by the last one, following the terms of the deliberation of competences' delegation approved in the meeting of the Board of Directors.

In the Executive Committee are delegated the following powers:

- *Preparing proposals for the Board of Directors – plans and budgets, report and accounts, general policies and implement its deliberations;*
- *Allocating functional responsibilities;*
- *Managing the business development;*
- *Defining the internal organization;*
- *Recruitment, training and development of employees;*
- *Establishing a salary policy and variable bonuses;*
- *Approving commercial agreements and contracts with service providers;*
- *Defining the pricing, tax, marketing, product, recovery and customer management policy;*
- *Approving the Bank's processes and procedures;*
- *Appointing internal trustees;*
- *Guaranteeing the relationships with authorities and the compliance with the prudential regulations.*

3.3 Appointment and replacement of the members of the Executive Committee

The Executive Committee is composed of a number of Directors decided by the Board of Directors and there is not any specific statutory regime for appointing or replacing the members.

4. CONSELHO FISCAL

4.1 Membros do Conselho Fiscal

Encontram-se em funções os seguintes membros do Conselho Fiscal:

Presidente: Prof. Doutor Diogo José Paredes Leite de Campos

Membro efetivo: Dra. Susana Teresa Baptista Nunes Cirera Soutelinho

Membro efetivo: Dr. Manuel António Amaral Franco Preto

Membro suplente: Dra. Carla Sofia Simões da Costa Silva

4.2 Data de início e termo dos respectivos mandatos

A eleição dos membros do Conselho Fiscal para o mandato quadrienal 2012-2015, com termo em 31 de Dezembro de 2015, foi objeto de deliberação na Assembleia Geral de 2012.

4.3 Designação e substituição dos membros do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e um suplente designados pela Assembleia Geral (Art. 24.º do Estatutos). Na mesma deliberação, os acionistas designam aquele dos membros efetivos que servirá como Presidente (Art. 415.º, n.º 2 do CSC).

O Conselho Fiscal deve ser constituído com respeito pelo regime de composição qualitativa e proibição de incompatibilidades previstos nos Arts. 414.º e 414.º-A do CSC.

Os membros efetivos do Conselho Fiscal que se encontrem temporariamente impedidos ou cujas funções tenham cessado são substituídos pelos suplentes (Art. 415.º, n.º 3 do CSC).

Os suplentes que substituam membros efetivos cujas funções tenham cessado mantêm-se no cargo até à primeira Assembleia anual, que procederá ao preenchimento das vagas. Não sendo possível preencher uma vaga de membro efetivo por faltarem suplentes eleitos, os cargos vagos, tanto de membros efetivos como de suplentes, são preenchidos por nova eleição (Art. 415.º, n.ºs 4 e 5 do CSC).

4.4 Possibilidade de o Conselho Fiscal propor à assembleia-geral a destituição do auditor com justa causa

De acordo com o Art. 24.º, n.º 5 do Estatutos, o revisor oficial de contas é designado pela Assembleia Geral sob proposta do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal pode propor à Assembleia Geral a destituição do revisor oficial de contas, sempre que houver justa causa.

4.5 Relatório anual do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal elabora o Relatório Anual de acordo com a legislação em vigor.

4. AUDIT COMMITTEE

4.1 Members of the Audit Committee

The following members of the Audit Committee are on duty:

Chairman: Prof. Doctor Diogo José Paredes Leite de Campos

Permanent Member: Ms. Susana Teresa Baptista Nunes Cirera Soutelinho

Permanent Member: Mr. Manuel António Amaral Franco Preto

Permanent Member: Ms. Carla Sofia Simões da Costa Silva

4.2 Starting and ending dates of terms of office

The election of the members of the Audit Committee for the four-year term 2012-2015, ending on December 31st 2015, was decided in the 2012 General Meeting.

4.3 Appointment and replacement of the members of the Audit Committee

The Audit Committee is composed of three permanent members and a substitute appointed by the general Meeting (Art. 24.º of the Articles). In the same deliberation, the shareholders appoint which permanent member shall serve as the committee chairman (Art. 415.º, n.º 2 of the PCCC).

The Audit Committee should be constituted considering the qualitative composition and the prohibition of incompatibilities provided for in Arts. 414.º and 414.º-A of the PCCC.

The permanent members of the Audit Committee that are temporarily unable to perform their duties or whose functions have ceased are substituted by the alternates (Art. 415.º, n.º 3 of the PCCC).

The alternates that replace permanent members whose functions have ceased remain in that position until the first annual Meeting, when the filling of vacancies will be done. It is not possible to fill a vacancy of a permanent member due to the lack of enough elected alternates. The vacant positions, whether permanent members or alternates, are filled by new election (Art. 415.º, n.ºs 4 and 5 of the PCCC).

4.4 Possibility of the Audit Committee proposing to the General Meeting the dismissal for justified reasons of the auditor

In accordance with Art. 24.º, n.º 5 of the Articles, the statutory auditor is appointed by the General Meeting following proposal by the Audit Committee.

The Audit Committee may propose to the general Meeting the dismissal of the statutory auditor whenever there are justified reasons for that.

4.5 The Annual Report of the Audit Committee

The Audit Committee formulates the Annual Report in accordance with the legal regulations in force.

5. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 3.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho e no artigo 16.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro (Diário da República, 2ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), é definida para o ano de 2014 a política de remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (o “Banco”), aprovada pela Assembleia Geral, mediante proposta da Comissão de Remunerações.

Por conseguinte e com o objectivo de providenciar informação clara e detalhada sobre a referida política de remuneração, procede-se à pormenorização dos princípios orientadores adoptados e do modo como se pretende assegurar a necessária mitigação de riscos de gestão e o alinhamento dos interesses dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização com o interesse do Banco.

I. Enquadramento

A Política remuneratória do Banco Santander Consumer Portugal enquadra-se nas directrizes definidas pelo acionista de referência do Banco para todo o Grupo Santander, as quais são formuladas, com a participação de consultores externos, de acordo com as melhores práticas existentes no setor. O Grupo Santander detém 100% do respectivo capital do Banco.

A Política de Remuneração dos membros dos órgãos de Administração e de Fiscalização é anualmente revista e aprovada, pela Comissão de Remunerações, e submetida à Assembleia-Geral para aprovação final.

Na respetiva definição participou a Direção de Recursos Humanos do Banco, formulando recomendações destinadas a assegurar que as remunerações são adequadas e reflectem o perfil de risco e os objetivos de longo prazo do Banco, mostrando-se ainda conformes as normas legais e regulamentares, os princípios e as recomendações nacionais e internacionais pertinentes, vigentes à data. As remunerações encontram-se sujeitas a aprovação ao nível da Divisão do Santander Consumer Finance e do Grupo Santander.

A atual Comissão de Remunerações foi eleita, para o quadriénio 2012-2015, tendo os atuais membros sido eleitos na reunião da Assembleia-Geral de 19 de Abril de 2012, com a seguinte composição:

David Turiel Lopez, administrador não executivo e Sandra Faustino, Diretora de Recursos Humanos do Banco Santander Consumer Portugal, S.A.

5. REMUNERATION POLICY OF THE BOARD OF DIRECTORS AND OF THE AUDIT COMMITTEE

Under the terms and for the purposes of article 3.º of Law n.º 28/2009, dated June 19th and in the article 16.º of the Notice of the Bank of Portugal n.º 10/2011, dated December 29th (Diário da República – Portuguese Official State Gazette – 2nd Series, on January 9th 2012), it is defined for the year of 2014 the remuneration policy of the members of the Board of Directors and the Audit Committee of Santander Consumer Bank Portugal, S.A. (the “Bank”), approved by General Meeting, following proposal of the Remuneration Committee.

Therefore and with the purpose of providing clear and detailed information about the aforementioned remuneration policy, it is carried out the definition of the guiding principles adopted and of the way it shall be ensured the necessary management risk mitigation and the alignment of interests of the members of the management and supervisory bodies with an interest in the Bank.

I. Framework

The Remuneration Policy of Santander Consumer Bank Portugal follows the guidelines defined by the Bank’s reference shareholder for all Santander group, which are established, with the participation of external consultants, according with the best practice in the sector. Santander Group holds 100% of the Bank’s capital.

The Remuneration Policy of the members of the Management and Supervisory bodies is annually revised and approved, by the Remuneration Committee, and submitted to the General Meeting for final approval.

This definition had the participation of the Bank’s Human Resources Department, which formulated recommendations with the purpose of ensuring that the remunerations are appropriate and reflect the risk profile and the long term objectives of the Bank, while following the legal and regulatory standards, the relevant national and international principles and recommendations, in force on that date. The remunerations are also dependent upon approval of the Santander Consumer Finance Division and of the Santander Group.

The current Remuneration Committee was elected, for the four-year period 2012-2015, and the current members were elected by the General Meeting on April 19th 2012, as follows:

David Turiel Lopez, non-executive director and Sandra Faustino, Human Resources Director of Santander Consumer Bank Portugal, S.A.

II. Política do Grupo Santander

Estando a política remuneratória necessária e fortemente integrada na política do Grupo Santander, importa referir o contexto extremamente competitivo em que se desenvolve a atividade deste e a circunstância de a concretização dos seus objetivos depender, em larga medida, da qualidade, da capacidade de trabalho, da dedicação, da responsabilidade, do conhecimento do negócio e do compromisso face à instituição, por parte de quem desempenha funções chave e que lidera a organização.

Estas são as premissas que determinam, de forma geral, a política de remuneração do Grupo, em especial dos administradores executivos, e que permitem atrair e reter os talentos na organização, tendo presente o âmbito global do mercado em que opera.

Consequentemente, a política de remuneração dos administradores tem os seguintes objetivos:

- Assegurar que a remuneração total e a respetiva estrutura (constituída pelas diferentes componentes de curto e médio prazo) são competitivas com a prática do setor financeiro internacional e coerentes com a filosofia de liderança do Grupo;
- Manter uma componente fixa equilibrada face à componente variável, a qual se encontra indexada à realização de objetivos concretos, quantificáveis e alinhados com os interesses dos acionistas.

Em regra, a remuneração referente ao desempenho de funções não executivas no Grupo visa igualmente compensar a dedicação, qualificação e a responsabilidade exigidas para o desempenho da função. No entanto, no caso do Banco, as funções não executivas não são remuneradas, sendo os seus titulares remunerados pelas funções que desempenham noutras sociedades do Grupo.

Já em 2010, foi criado, ao nível do Grupo Santander, o Comité de Avaliação de Riscos nas Retribuições, cujos membros (afectos às áreas financeira e controlo de gestão, risco, auditoria interna, riscos operativos, recursos humanos e compliance) são pessoas de reconhecida competência e imparcialidade, com vista a avaliar a qualidade dos resultados, riscos incorridos e cumprimento de objetivos.

Acresce que o Grupo contou com a assistência da consultora Towers Watson na definição da sua política de remuneração.

Assim, o Grupo, prosseguindo o que tem vindo a ser a sua prática, continuará a alinhar a sua política de remuneração com as melhores práticas do mercado, antecipando, em termos gerais e na medida adequada, as preocupações manifestadas na nova regulamentação portuguesa.

II. Santander Group Policy

Considering that the necessary remuneration policy is strongly integrated in the policy of the Santander Group, it is important to note the extremely competitive context in which the Group's activity is developed and the fact that the achievement of its objectives largely depends on the quality, work capacity, dedication, responsibility, business knowledge and commitment to the institution of the ones that have key positions and that run the organization.

These are the bases, generally speaking, of the Group's remuneration policy, particularly of the executive directors, and that allows attracting and retaining the talents in the organization, always taking into consideration the global market where it is inserted.

Consequently, the remuneration policy for the directors has the following goals:

- *Ensuring that the total remuneration and its structure (composed of different components of short-medium term) are competitive with the practice of the international financial sector and coherent with the leadership philosophy of the Group;*
- *Maintaining a balanced fixed component notwithstanding the variable component, which is indexed to the achievement of real objectives, quantifiable and aligned with the shareholders' interests.*

As a rule, the remuneration regarding the performance of non-executive duties in the group also aims at compensating the dedication, qualification and responsibility required for the job. However, in the case of the Bank, the non-executive positions are not remunerated and the holders of these duties are remunerated for their positions in other companies of the group.

In 2010, it was created, in the Santander Group, the Committee for Risk Assessment in the Retributions, whose members (in the areas of finance, management control, risk, internal audit, operating risks, human resources and compliance) are people of renowned competence and impartiality, with the purpose of assessing the quality of the income, risks and the fulfillment of objectives.

Furthermore, the Group has been assisted by the consultant Towers Watson in the definition of its remuneration policy.

Thus, the Group, carrying out what is already recognized as its practice, will continue to keep its remuneration policy in line with the market's best practices, anticipating, in general terms and in the appropriate measure, the concerns that have been expressed in the new Portuguese regulations.

III. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO NO BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL

Em conformidade com o exposto, os princípios gerais orientadores da política de remuneração têm sido e devem ser os seguintes:

- a) Definição de uma política simples, clara, transparente e alinhada com a cultura do Banco, tendo igualmente em conta o Grupo em que se insere;
- b) Definição de uma política consistente com uma gestão e controlo de risco eficaz para evitar a exposição excessiva ao risco e os conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objetivos, valores e interesses de longo prazo do Banco, cuja capacidade de reforço da base de fundos próprios preserva, e seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- c) Definição de uma política competitiva, tendo em consideração as práticas do mercado, e equitativa, sendo que a prática remuneratória deve assentar em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- d) Alinhamento da política de remuneração com as melhores práticas e as tendências recentes no setor financeiro, a nível nacional e internacional, com o objectivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente a criação de limites máximos para as componentes da Remuneração (e.g. limitação estatutária a que Remuneração Variável exceda 5% dos lucros de exercício) que devem ser equilibradas entre si;
- e) Apuramento da Remuneração Variável individual considerando a avaliação do desempenho respectivo, com base em critérios de natureza financeira e não financeira, de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados do Banco, também por comparação com outras entidades internacionais do setor;
- f) À cessação antecipada de contratos aplica-se o regime legal vigente em cada momento. A fixação das eventuais compensações terá em conta, nomeadamente, o cumprimento dos objetivos definidos e condutas observadas, de modo a que não sejam recompensados maus resultados;
- g) O Banco não implementou, nem tem conhecimento de que os membros da Comissão Executiva tenham implementado, quaisquer seguros de remuneração ou outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às suas modalidades de remuneração, estando tais mecanismos proibidos pela política geral do Grupo Santander.

III. GUIDING PRINCIPLES OF THE REMUNERATION POLICY OF SANTANDER CONSUMER BANK PORTUGAL

Consistent with the earlier points, the general guiding principles of the remuneration policy have been and must be the following:

- *a) Definition of a simple, clear, transparent policy, in line with the Bank's culture, taking into consideration the Group which it is a part of;*
- *b) Definition of a policy consistent with an effective risk management and control to avoid an excessive risk exposure and conflicts of interest, on one hand, and trying to be coherent with the long term objectives, values and interests of the Bank, which has a capacity of strengthening the own funds base that preserves it, and its employees, as well as the interests of their customers and investors, on the other;*
- *c) Definition of a competitive policy, considering the market's practices, and an equitable policy, with uniform, consistent, fair and balanced standards as a base for the remuneration practice;*
- *d) Aligning the remuneration policy with the best practices and with the recent tendencies in the financial sector, nationally and internationally, with the ultimate aim of discouraging the exposure to excessive risks and promoting the continuity and sustainability of positive performances and incomes, namely the establishment of maximum limits for the Remuneration components (e.g. statutory restriction to the Variable Remuneration exceeding 5% of the financial year's profits) that must be appropriately balanced;*
- *e) Assessing the individual Variable Remuneration considering the evaluation of its performance, based on standards of a financial and non-financial nature, according with the functions and levels of responsibility, as well as the Bank's income, also compared to other international entities of the sector;*
- *f) To the early termination of contracts it is applied the law in force at the time. The definition of possible compensations will take into consideration, for example, the achievement of the established objectives and conducts to be observed, so that bad results are not compensated;*
- *g) The Bank has not implemented, nor does it know of any members of the Executive Committee that may have implemented, any remuneration insurances or other risk coverage mechanisms that might mitigate the alignment effects of the risk inherent to its remunerations methods. Those mechanisms are forbidden by the general policy of the Santander Group.*

IV. COMPONENTES DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

De acordo com os princípios antecedentes, assume-se o seguinte:

- a) A Política de Remuneração dos titulares dos órgãos sociais deve enquadrar-se nas directrizes do Grupo que foram formuladas de acordo com as melhores práticas existentes no setor;
- b) Das referidas directrizes decorre, nomeadamente, a forma como se processa a avaliação de desempenho dos administradores executivos. Tal avaliação é realizada:
 - (i) Anualmente, pelo Presidente da Comissão Executiva, relativamente aos restantes administradores executivos;
 - (ii) Anualmente, pelo Presidente do Conselho de Administração, relativamente ao Presidente da Comissão Executiva do Banco.
- c) Relativamente aos administradores não executivos e o Presidente do Conselho de Administração, estes não auferem qualquer remuneração em Portugal, sendo remunerados pela sua atividade nas entidades do Grupo Santander Consumer Finance onde se encontram afectos.
- d) Os membros do órgão de fiscalização auferem apenas uma remuneração fixa cujo montante é determinado em linha com os critérios e práticas utilizados nas restantes sociedades do Grupo, atenta a dimensão do negócio e do mercado em Portugal. No entanto, uma vez que um dos membros do órgão de fiscalização do BSCP, é colaborador e desempenha funções no Banco Santander Totta, S.A., a sua remuneração é definida e paga nesse banco.
- e) Dado que as condições de apuramento e pagamento da remuneração variável a tornam de valor final indeterminado e de pagamento eventual, não é possível apontar um limite máximo absoluto para a relação entre as componentes fixas e variáveis da remuneração dos administradores executivos. Por essa razão, apenas se indicará, relativamente ao ano de 2014, a percentagem estimada que cada uma das componentes representará na remuneração total.
- f) Tendo em consideração o definido no Grupo, o rácio máximo entre o valor de todas as componentes da remuneração variável e o valor total da remuneração fixa não pode ser superior a 200%.

IV. Components of the Remuneration Policy

According with the preceding principles, the following is assumed:

- a) *The Remuneration Policy of the members of the corporate bodies must follow the Group's guidelines that have been formulated in accordance with the best practices in the sector;*
- b) *From the mentioned guidelines follows, namely, the way performance evaluation of executive directors is done. Such evaluation is carried out:*
 - (i) *Annually, by the Executive Committee's Chairman, regarding the other executive directors;*
 - (ii) *Annually, by the Board of Directors' Chairman, regarding the Bank's Executive Committee's Chairman.*
- c) *In regards to the non-executive directors and the Chairman of the Board of Directors, these do not receive any remuneration in Portugal. They are remunerated for their activity by the entities of the Santander Consumer Finance Group where they are allocated.*
- d) *The members of the supervisory body only receive a fixed remuneration, with an amount that is determined according to the standards and practices used in the rest of the Group's companies, depending on the dimension of the business and market in Portugal. However, since one of the members of the BSCP supervisory body is an employee and works at Santander Totta Bank, S.A., this remuneration is defined and paid by that bank.*
- e) *Considering that the conditions of assessment and payment of the variable remuneration render it into an indeterminate final value and eventual payment, it is not possible to point out an absolute ceiling for the connection between the fixed and variable components of the executive directors' remuneration. For that reason, it will only be shown, regarding the year of 2014, the estimated percentage that each one of the components will represent in the total remuneration.*
- f) *Taking into consideration what has been defined in the Group, the maximum ratio between the value of all the components of variable remuneration and the total value of the fixed remuneration cannot be more than 200%.*

1. Remuneração Fixa

- a) A Remuneração Fixa é paga 14 vezes por ano;
- b) A Remuneração Fixa dos administradores executivos é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo, os resultados do Banco, a avaliação de desempenho e as referências do mercado, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões;
- c) A Remuneração Fixa dos administradores executivos tem os limites de referência que forem fixados anualmente pela Comissão de Remunerações, representando em média, em 2014, 56 % da Remuneração Total dos administradores executivos.

2. Remuneração Variável

- a) A remuneração dos membros da Comissão Executiva comporta igualmente uma componente Variável, de atribuição não garantida; Tendo presente o definido no ponto IV, alínea e), a remuneração variável é adequadamente equilibrada face à remuneração fixa, estimando-se que represente, em 2014, 44 % da Remuneração Total;
- b) De forma a objectivar e tornar mais transparente o processo de determinação da Remuneração Variável, esta tem em conta os objetivos quantitativos e qualitativos do Banco, bem como os respectivos indicadores previstos no Plano Estratégico que são definidos anualmente pelo Grupo;
- c) A determinação do valor da Remuneração Variável dos membros da Comissão Executiva tem por base os seguintes critérios:
 - Cumprimento dos objetivos de Resultado Líquido e do Consumo Eficiente de Capital (RoRWA_ return on risk weighted assets). Para este efeito são tidos em consideração os resultados obtidos pela Divisão do Consumer Finance, pela unidade do Consumer Finance em Portugal e pelo Grupo Santander, embora, quanto a este último, com um peso relativo inferior.
 - A determinação do valor do prémio de desempenho tem por base os seguintes critérios: i) 75% dependem dos resultados após impostos da Sociedade (55%) e do Grupo (20%) e ii) 25% dependem do cumprimento da eficiência no uso do capital (Return on Risk Weighted Assets) da Sociedade (15%) e do Grupo (10%);
 - A aplicação dos critérios acima referidos para a atribuição do prémio de desempenho é ajustada pela ponderação i) do desempenho individual, tendo em conta os resultados quantitativos individuais alcançados, bem como ii) de fatores qualitativos adicionais, designadamente a adequada gestão do risco e do consumo eficiente de capital; resultados de auditoria interna e compliance, a comparação com os resultados de entidades concorrentes; a evolução do core capital, do capital económico do Grupo, do balanço e de outros fatores relevantes de gestão;
 - Nível de contribuição para os resultados do Grupo e da Divisão.

1. Fixed Remuneration

- a) *The Fixed Remuneration is paid 14 times per year;*
- b) *The Fixed Remuneration of the executive directors is determined considering the criteria used in the Group, the Bank's profits, the performance assessment and the market's references, never forgetting the different features and scales;*
- c) *The Fixed Remuneration of the executive directors follows the reference limits that are determined annually by the Remuneration Committee, representing on average, in 2014, 56% of the Total Remuneration of the executive directors.*

2. Variable Remuneration

- a) *The remuneration of the members of the Executive Committee also has a Variable component, with a attribution that is not guaranteed; Bearing in mind what is defined in point IV, paragraph e), the variable remuneration is appropriately balanced considering the fixed remuneration and it is estimated that it represents, in 2014, 44% of the Total Remuneration;*
- b) *So as to specify and make more transparent the process of determining the Variable Remuneration, it is taken into account the quantitative and qualitative objectives of the Bank, as well as its indicators predicted in the Strategy Plan that are annually defined by the Group;*
- c) *The delineation of the value of the Variable Remuneration of the Executive Committee's members is based on the following standards:*
 - Meeting the objectives of the Net Income and of the RoRWA (Return on Risk Weighted Assets). For this purpose are taken into consideration the income attained by the Consumer Finance Division, by the unit of Santander Consumer in Portugal and by Santander Group, even though, this last one has a lower relative weight.*
 - The definition of the value of the performance bonus is based on the following criteria: i) 75% depend on the profits after Company's taxes (55%) and Group's taxes (20%) and ii) 25% depend on the Return on Risk Weighted Assets of the Company (15%) and of the Group (10%);*
 - The application of the aforementioned criteria for the attribution of the performance bonus is adjusted through the assessment i) of the individual performance, considering the individual quantitative results achieved, as well as ii) of qualitative additional factors, namely the appropriate risk management and return on risk weighted assets; results of the internal audit and compliance, comparison with the results of competitors; evolution of the core capital, of the -Group's economic capital, of the balance sheet and other relevant management aspects;*
 - Contribution to the results from the Group and Division.*

- d) A atribuição da Remuneração Variável depende igualmente do grau de consecução dos objetivos anuais definidos;
- e) A Remuneração Variável destina-se a compensar a consecução de resultados anuais e o desempenho individual, podendo variar em cada ano em função do grau de cumprimento dos objetivos, entre 0% e um valor que em 2014 se estima não ser superior a 150% do valor de referência definido anualmente pelo Grupo;
- f) A ponderação da consecução dos objetivos estratégicos definidos pelo e para o Banco, seja em termos absolutos, seja por comparação com outras entidades do setor, para efeitos de fixação da Remuneração Variável, permite promover um adequado alinhamento com os interesses de médio e longo prazo do Banco e dos seus acionistas;
- g) No caso de serem imputados ao Banco, por acionistas ou por terceiros, responsabilidades por actos de gestão, a Remuneração Variável poderá, mediante decisão dos acionistas, ser suspensa até ao apuramento de tais pretensões e, no caso de serem consideradas procedentes, não será atribuída a respetiva remuneração enquanto não estiverem liquidados tais danos;

2.1. Diferimento da Remuneração Variável

Não tendo sido aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas do Banco Santander S.A. (Espanha) um novo ciclo de atribuição do plano de acções vinculado a objetivos definidos para os trabalhadores do Grupo (tendo o anterior cessado em 2012), a remuneração variável de 2014 deixou de comportar uma componente de remuneração diferida.

Todavia, encontra-se ainda em curso o ciclo de atribuição relativo ao sexto ciclo do Plano de Acções de 2011, que terminará em 2014.

2.2. Identificação da parcela diferida e da já paga

Durante o ano de 2014, não foram entregues quaisquer acções por conta da Remuneração Variável devida pelo ciclo que se iniciou em 2011 uma vez que não se verificaram as condições das quais dependia tal entrega.

3. Montantes pagos por outras sociedades em relação de domínio ou relação de grupo com o Banco

Não existiu, durante o exercício de 2014, montantes pagos a administradores executivos, por outras sociedades em relação de domínio ou relação de grupo com o Banco.

- d) *The attribution of the Variable Remuneration equally depends on the degree of attainment of the specified annual objectives;*
- e) *The Variable Remuneration has the purpose of compensating the attainment of the annual results and individual performance, and it can be different each year depending on the degree of objective accomplishment, between 0% and a value that in 2014 is estimated to be more than 150% of the reference value annually defined by the Group;*
- f) *The assessment of the attainment of the strategic goals specified by and for the Bank, whether in absolute terms or in comparison with other entities of the sector, for the purpose of determining the Variable Remuneration, allows promoting an appropriate alignment with the medium-long term interests of the Bank and its shareholders;*
- g) *In case the bank is ascribed, by the shareholders or by third parties, responsibilities for acts of management, the Variable Remuneration might, through the shareholder's decision, be suspended until the assessment of such claims and, if they are considered well-founded, that remuneration will not be attributed while those damages are not settled;*

2.1. Deferral of the Variable Remuneration

As it was not approved by the Shareholders' General Meeting of Santander Bank S.A. (Spain) a new cycle of share purchase plan bound by defined objectives for the Group's employees (the previous one ceased in 2012), the variable remuneration of 2014 no longer has a component of deferred remuneration.

However, there is still an ongoing cycle of attribution regarding the sixth cycle of the Shares Plan of 2011 that will end in 2014.

2.2. Identification of the deferred and paid parcel

During the year of 2014, no shares were delivered on account of the Variable Remuneration due by the cycle that began in 2011, since the conditions which the delivery were dependent on did not exist

3. Amounts paid by other companies controlled by the Bank or part of the same group

During the financial year of 2014, there were no amounts paid to executive directors by other companies controlled by the Bank or part of the same group.

V. BENEFÍCIOS

A atribuição dos benefícios é feita de modo a assegurar a compatibilidade com a estratégia empresarial, os objetivos, os valores e os interesses a longo prazo do Banco.

- a) Os administradores executivos beneficiam de um seguro de vida, cujo capital coberto é equivalente a quarenta e duas vezes o valor da Remuneração Fixa mensal do titular em causa.
- b) Com exceção do Presidente da Comissão Executiva, os demais administradores executivos beneficiam de um seguro de saúde contratado para todos os colaboradores com comparticipação correspondente a 0,75% da respetiva Remuneração Fixa.
- c) O Presidente da Comissão Executiva beneficia do Seguro de Saúde complementar ao Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS) de acordo com o regime estabelecido no Banco Santander Totta, S.A. (onde tem contrato de trabalho suspenso).
- d) Relativamente a um dos Administradores, o Banco suporta o custo da diferença entre a taxa de juro praticada no mercado pela concessão de crédito à habitação e a que é cobrada por crédito da mesma natureza concedido a trabalhadores nos termos da regulamentação coletiva do setor bancário.
- e) Relativamente a Administradores que se encontrem em situação de expatriação, o Grupo dispõe de um pacote de benefícios específicos que inclui um Seguro de Saúde e um Seguro de Vida específicos assim como ajudas de custo específicas, e de valor predeterminado, relativas à habitação (rendas, despesas de água, eletricidade e gás), despesas de educação de dependentes, viagem anual ao país de origem (abrangendo o agregado familiar do Administrador) e formação no idioma do país de deslocação (abrangendo igualmente o agregado familiar do Administrador).no país.

VI. ASPETOS COMPLEMENTARES

Não se prevê a atribuição de planos de opções em 2014.

Atento o disposto no número 5. do artigo 403.º do Código das Sociedades Comerciais, não estão definidas nem se propõe introduzir limitações estatutárias à indemnização por cessação antecipada de funções dos titulares de órgãos sociais.

Durante o ano 2014, não houve lugar a quaisquer pagamentos de indemnizações por cessação antecipada de funções dos titulares de órgãos sociais.

V. BENEFITS

The allocation of the benefits is done so as to ensure the compatibility with the Bank's long term business strategy, goals, values and interests.

- *a) The executive directors benefit of a life insurance with a coverage that is equivalent to forty-two times the value of the monthly Fixed Remuneration of the person at issue.*
- *b) Except for the Executive Committee Chairman, all the other executive directors benefit of a health insurance that is available for all the employees with a co-participation of 0,75% of the Fixed Remuneration.*
- *c) The Chairman of the Executive Committee benefits of the Health Insurance complementary to the Social-Medical Assistance Service (SAMS) in accordance with the system established in Santander Totta Bank, S.A. (where the chairman has a suspended employment contract).*
- *d) In regards to one of the Directors, the Bank meets the cost of the difference between the market's interest rate related to home credit granting and the rate charged for the same type of credit granted to employees under the banking sector regulations.*
- *e) On the subject of the expatriate Directors, the Group has a specific benefits' package that includes specific Health Insurance and Life Insurance, as well as specific allowances, with a predetermined value, regarding housing (rents, utilities expenses), education expenses of all dependents, annual trip to the country of origin (including the Director's family) and training in the language of the country of work (also including the Director's family in the country).*

VI. COMPLEMENTARY ASPECTS

It is not intended the attribution of the share purchase option plans in 2014.

In compliance with number 5. of article 403.º of the Portuguese Commercial Companies Code, no statutory limitations to the indemnity for early termination of service of the members of the governing bodies are defined or proposed.

During 2014, there were no payment of indemnities due to early termination of service of members of the management bodies.

VII. CUMPRIMENTO DAS POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO DEFINIDAS PELO BANCO DE PORTUGAL

A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização do Banco está na sua globalidade em linha com os princípios ínsitos no Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 26 de Dezembro (Diário da República, 2ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objetivos de médio e longo prazo do Banco.

Desta forma, a determinação da remuneração total dos membros daqueles órgãos, composta por uma parte fixa e uma parte variável, bem como a articulação destas duas componentes, tal como explicitado na presente Declaração, permitem concluir pela adoção, na generalidade, das regras constantes do Capítulo II. do referido aviso, o qual constitui manifestamente o seu núcleo base.

Em qualquer caso, ao abrigo das orientações emitidas pela Autoridade Bancária Europeia em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 22.º da Directiva n.º 2006/48/CE (acolhidas no referido aviso no seu artigo 19.º), que permitem a neutralização de algumas regras na definição da política de remuneração em instituições não-complexas e não cotadas em mercado regulamentado, como é o caso do BSCP, não foram implementados mecanismos de diferimento da remuneração variável.

A circunstância do Banco estar integrado no Grupo Santander, que dele detém 100% do capital, implica a necessária coerência das respetivas políticas corporativas, as quais por sua vez, atenta a natureza global do Grupo, respeitam as regulamentações internacionais na matéria. Com esta contextualização, a adoção das demais regras do Aviso n.º 10/2011 implicaria uma redundância processual e uma artificial execução regulamentar desprovida de efeitos práticos. Daí que a política do Banco Santander Consumer Portugal em matéria de remunerações dos membros dos órgãos da Administração e Fiscalização se contenha nos presentes limites, sem prejuízo do cumprimento, na globalidade, e no momento da fixação das directrizes do Grupo de que são tributárias, de regras de sentido idêntico emanadas das autoridades nacionais competentes.

VII. COMPLIANCE WITH THE REMUNERATION POLICIES ESTABLISHED BY THE BANK OF PORTUGAL

The remuneration policy of the members of the management and supervisory bodies of the Bank is globally in line with the principles included in the Notice of the bank of Portugal n.º 10/2011, dated December 26th (Diário da República – Portuguese State Official Gazette) 2nd Series, dated January 9th 2012), characterized by simplicity, transparency and adequacy to the medium-long term goals of the Bank.

This way, the establishment of the total remuneration of the members of the referred bodies, composed of a fixed part and a variable part, as well as the articulation of these two components, as it is explained in this Declaration, allows a conclusion through the general adoption of the rules included in Chapter II. of the aforementioned notice, which is undoubtedly its core.

In any case, under the guidelines issued by the European Banking Authority in compliance with n.º 4 of article 22.º of Regulation n.º 2006/48/CE (accepted in the aforementioned notice in its article 19.º), which allow the neutralization of some rules in the definitions of the remuneration policy in non-complex and not listed institutions in the regulated market, as is the case of BSCP, no variable remuneration deferral mechanisms were implemented.

The fact that the Bank is integrated in Santander Group, which holds 100% capital of the Bank, involves necessary coherence in the respective corporate policies, which in turn, considering the global nature of the Group, follow the international regulations in that matter. With this context, the adoption of the rest of the rules of Notice n.º 10/2011 would imply a procedural redundancy and an artificial regulatory decision with no practical purposes. That is why the policy of Santander Consumer Bank Portugal in terms of remuneration of the members of the Management and Supervisory bodies is within the present limits, without prejudice to compliance, globally, and in the moment of establishing the Group's guidelines in terms of taxation, of the similar rules from the competent national authorities.

REMUNERAÇÃO ATRIBUÍDA AOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO EM 2014

A presente informação é prestada para dar cumprimento ao disposto no artigo 3.º da Lei 28/2009, de 19 de Junho, e no artigo 17.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro (Diário da República, 2.ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), na parte que se refere à divulgação do montante anual de remuneração auferida pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização, de forma individualizada.

Em 2014, as remunerações fixas e variáveis totalizaram nesta data 350 877 € e 276 662€, respetivamente.

A remuneração individual de cada membro do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal durante o exercício de 2014 é apresentada de seguida:

REMUNERAÇÃO ANUAL Conselho de Administração

Name	Position	Fixed Remuneration	Variable Remuneration
Inês Serrano Gonzalez	Board of Directors Chairperson		
Henrique Salema de Carvalho e Silva	Executive Committee Chairman	198 054	176 411
Luís Filipe Pires Ferreira	Executive Director	113 934	44 200
José Maria Martin Prada ¹	Executive Director	38 889 ²	56 051 ³
David Turiel Lopez	Executive Director		

Amounts expressed in Euros

¹Director appointed in the General Meeting on October 8th 2014.

²Values referred to period between October 1st 2014 and December 31st 2014.

³Values referred to the entire period of 2014 (since it is a director that already performed service as a Director during the period).

Conselho Fiscal**Audit Committee**

Name	Position	Fixed Remuneration	Variable Remuneration
Diogo José Paredes Leite de Campos	Audit Committee Chairman	17 500	
Susana Teresa Baptista Nunes Sireira Soutelinho	Audit Committee Effective Member	15 000	
Manuel António Amaral Franco Preto	Audit Committee Effective Member		

Amounts expressed in Euros

Remuneração Anual Variável

1. Parcela pecuniária paga relativa ao prémio desempenho 2014:

Variable Annual Remuneration

1. Paid monetary parcel regarding the performance bonus of 2014:

Name	Position	Variable Remuneration
Inês Serrano Gonzalez	Board of Directors Chairperson	
Henrique Salema de Carvalho e Silva	Executive Committee Chairman	176 411
Luís Filipe Pires Ferreira	Executive Director	44 200
José Maria Martin Prada ¹	Executive Director	56 051
David Turiel Lopez	Executive Director	

Amounts expressed in Euros

REMUNERATION ALLOCATED TO THE MANAGEMENT AND SUPERVISORY BODIES IN 2014

The present information is intended to comply with article 3.º of Law 28/2009, dated June 19th, and article 17.º of Notice of the Bank of Portugal n.º 10/2011, dated December 29th (Diário da República – Portuguese State Official Gazette – 2nd Series, on January 9th 2012), in the part that refers to the disclosure of the annual amount of the remuneration received by the members of the management and supervisory bodies, in an individualized way.

In 2014, the fixed and variable remunerations reached up to a total on this date of 350 877 € and 276 662€, respectively.

The individual remuneration of each member of the Board of Directors and Audit Committee during the financial year of 2014 is shown below:

ANNUAL REMUNERATION Board of Directors

Name	Position	Fixed Remuneration	Variable Remuneration
Inês Serrano Gonzalez	Board of Directors Chairperson		
Henrique Salema de Carvalho e Silva	Executive Committee Chairman	198 054	176 411
Luís Filipe Pires Ferreira	Executive Director	113 934	44 200
José Maria Martin Prada ¹	Executive Director	38 889 ²	56 051 ³
David Turiel Lopez	Executive Director		

Amounts expressed in Euros

¹Director appointed in the General Meeting on October 8th 2014.

²Values referred to period between October 1st 2014 and December 31st 2014.

³Values referred to the entire period of 2014 (since it is a director that already performed service as a Director during the period).

Audit Committee

Name	Position	Fixed Remuneration	Variable Remuneration
Diogo José Paredes Leite de Campos	Audit Committee Chairman	17 500	
Susana Teresa Baptista Nunes Sireira Soutelinho	Audit Committee Effective Member	15 000	
Manuel António Amaral Franco Preto	Audit Committee Effective Member		

Amounts expressed in Euros

Variable Annual Remuneration

1. Paid monetary parcel regarding the performance bonus of 2014:

Name	Position	Variable Remuneration
Inês Serrano Gonzalez	Board of Directors Chairperson	
Henrique Salema de Carvalho e Silva	Executive Committee Chairman	176 411
Luís Filipe Pires Ferreira	Executive Director	44 200
José Maria Martin Prada ¹	Executive Director	56 051
David Turiel Lopez	Executive Director	

Amounts expressed in Euros

2. Acções:

O Grupo Santander, no qual está inserido o Banco, tem também um plano de incentivos a longo prazo a nível mundial, que está dividido em ciclos.

Contudo, em 2014 e após finalizado o sexto ciclo do plano de acções, devidamente vinculado a objetivos, o Grupo não procedeu à atribuição de acções.

Assim sendo, não foi atribuído qualquer valor individual a cada membro do Conselho de Administração:

Conselho de Administração

Name	Position	Share purchase plan/Amount allocated
Henrique Salema de Carvalho e Silva	Executive Committee Chairman	-
Luís Filipe Pires Ferreira	Executive Director	-
José Maria Martin Prada	Executive Director	-

Amounts expressed in Euros

Novas Contratações

Os membros dos órgãos de administração e fiscalização do Banco para o quadriénio 2012-2015 são os seguintes:

Name	Position
Inês Serrano Gonzalez	Board of Directors Chairperson
Henrique Salema de Carvalho e Silva	Executive Committee Chairman
Luís Filipe Pires Ferreira	Executive Director
José Maria Martin Prada ¹	Executive Director
David Turiel Lopez	Non-Executive Director
Diogo José Paredes Leite de Campos	Audit Committee Chairman
Susana Teresa Baptista Nunes Sirera Soutelinho	Effective Member of the Audit Committee
Manuel António Amaral Franco Preto	Effective Member of the Audit Committee

¹Director appointed in General Meeting on October 8th 2014.

Cessações Contratuais

Durante o ano 2014, o Banco não efetuou quaisquer pagamentos de indemnizações por cessação antecipada de funções dos titulares de órgão sociais.

2. Shares:

Santander Group, in which the Bank is included, also has a worldwide long term incentive plan that is divided in cycles.

However, in 2014 and after the sixth cycle of the share purchase plan, properly bound to the goals, the Group did not allocate the shares.

Hence, no individual value was attributed to any member of the Board of Directors:

Board of Directors:**Hiring of New Staff**

The members of the management and supervisory bodies of the Bank for the four-year period 2012-2015 are the following:

Contract Termination

During 2014, the Bank did not carry out any payment of indemnities due to early contract termination of the members of the corporate bodies.

6. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS DIRIGENTES COM FUNÇÕES DE CONTROLO OU COM RESPONSABILIDADE NA ASSUNÇÃO DE RISCOS, DO BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL, S.A.

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 3.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, e no artigo 16.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro (Diário da República, 2ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), é definida para o ano de 2014 a política de remuneração dos trabalhadores que, não sendo membros dos órgãos de administração ou de fiscalização do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (o "Banco"), exercem a sua atividade profissional no âmbito das funções de controlo previstas no Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008, de 1 de Julho, ou desempenham funções com responsabilidade na assunção de riscos por conta do Banco ou dos seus clientes, com impacto material no perfil de risco do Banco (os "Dirigentes")

São assim considerados para este efeito os Diretores responsáveis pela Direção de Legal e Compliance do Banco e pela Direção de Controlo Interno), bem como os responsáveis pelas Direções Comercial de Retalho, Financeira, de Risco e Recuperação e de Tecnologia e Operações.

Em concretização das relações de grupo existentes, a responsabilidade pela auditoria do Banco encontra-se cometida ao Director de Auditoria do Banco Santander Totta, o qual suporta o valor da respetiva retribuição.

I. ENQUADRAMENTO

A Política de Remuneração dos Dirigentes segue os princípios vigentes para os restantes trabalhadores do Banco, em aplicação das directrizes definidas pelo acionista de referência deste para todo o Grupo Santander e formuladas, com a participação de consultores externos, de acordo com as melhores práticas existentes no setor. O Grupo Santander detém 100% do capital do Banco Santander Consumer Portugal.

A Política de Remuneração dos Dirigentes é anualmente revista e aprovada pelo Conselho de Administração, no exercício de competência delegável na respetiva Comissão Executiva. Na sua definição participou a Direção de Recursos Humanos do Banco, formulando recomendações destinadas a assegurar que as remunerações são as adequadas e reflectem o perfil de risco e os objetivos de longo prazo do Banco e do Grupo Santander, mostrando-se ainda conformes com as normas legais e regulamentares, os princípios e as recomendações nacionais e internacionais pertinentes.

As remunerações dos Dirigentes encontram-se ainda sujeitas a aprovação ao nível da Divisão do Santander Consumer Finance e do Grupo Santander.

6. REMUNERATION POLICY OF THE MANAGERIAL FUNCTIONS OF CONTROL OR WITH RESPONSIBILITY IN RISK TAKING, OF SANTANDER CONSUMER BANK PORTUGAL, S.A.

Pursuant to the terms and for the purposes of article 3.º of Law n.º 28/2009, dated June 19, and of article 16.º of Notice of the Bank of Portugal n.º 10/2011, dated December 29th (Diário da República – Portuguese State Official Gazette – 2nd Series, on January 9th 2012), it is defined for the year of 2014 a remuneration policy of the employees that, even though they are not members of the management and supervisory bodies of Santander Consumer Bank Portugal, S.A. (the "Bank"), carry out their professional activity within the scope of the control functions laid down in Notice of the Bank of Portugal n.º 5/2008, dated July 1st, or have responsibilities in risk taking in name of the Bank or its customers, with a material impact on the risk profile of the Bank (the "Executives")

Thus, the Directors responsible for the Legal and Compliance Department of the Bank and for the Internal Control Department are considered for this purpose, as well as the ones responsible for the Departments of Commercial Retail, Finance, Risk and Recovery and Technology and Operations.

Considering the existing group connections, the responsibility for the audit of the Bank is allocated to the Director of Audit of the Santander Totta Bank, which supports the value of the respective remuneration.

I. FRAMEWORK

The Remuneration Policy of the Executives follows the principles in force for the rest of the Bank's employees, in terms of the application of the specified guidelines by the reference shareholder of the Bank for all the Santander Group. These guidelines are established, with the participation of external consultants, according with the best practices in the sector. Santander Group holds 100% of the capital of Santander Consumer Bank Portugal.

The Remuneration Policy of the Executives is annually revised and approved by the Board of Directors, which is a competence that can be delegated to the respective Executive Committee. The Human Resources Department took part in its definition, formulating recommendations with the purpose of ensuring that the remunerations are the appropriate ones and reflect the risk profile and the long term goals of the Bank and of Santander Group. It also showed the compliance with the legal and regulatory norms and the pertinent national and international principles and recommendations.

The remunerations of the Executives are also subjected to approval from the Santander Consumer Finance Division and from the Santander Group.

II. A POLÍTICA DO GRUPO SANTANDER

Estando a política remuneratória a seguir necessária e fortemente integrada na política do Grupo Santander, importa referir o contexto extremamente competitivo em que se desenvolve a atividade deste e a circunstância da concretização dos seus objetivos depender, em larga medida, da qualidade, da capacidade de trabalho, da dedicação, da responsabilidade, do conhecimento do negócio e do compromisso face à instituição, por parte de quem desempenha funções chave na organização.

Estas são as premissas que determinam, de forma geral, a política de remuneração do Grupo Santander e que permitem atrair e reter os talentos na organização, tendo presente o âmbito global do mercado em que opera.

Consequentemente, a política de remuneração deste grupo de colaboradores tem, como já no passado tinha, os seguintes objetivos:

- assegurar que a remuneração total e a respetiva estrutura (constituída pelas diferentes componentes de curto e médio prazo) são competitivas com a prática do setor financeiro internacional e coerentes com a filosofia de liderança do Grupo;
- manter uma componente fixa relevante e equilibrada face à componente variável, a qual se encontra indexada à concretização de objetivos concretos, quantificáveis e alinhados com os interesses dos acionistas.

Em 2010, foi criado ao nível do Grupo Santander o Comité de Avaliação de Riscos nas Retribuições, cujos membros são pessoas de reconhecida competência e imparcialidade, designadamente afectas às áreas financeira e controlo de gestão, risco, auditoria interna, riscos operativos, recursos humanos e compliance, com vista a avaliar a qualidade dos resultados, riscos incorridos e cumprimento de objetivos, aspetos com impacto nas retribuições.

Acresce que o Grupo contou com a assistência da consultora Towers Watson na definição da sua política de remuneração.

Assim, o Grupo, prosseguindo o que tem vindo a ser a sua prática, continuará a alinhar a sua política de remuneração com as melhores práticas do mercado, antecipando, em termos gerais e na medida adequada, as preocupações manifestadas na regulamentação portuguesa.

II. SANTANDER GROUP'S POLICY

As the remuneration policy to be followed is necessarily and strongly integrated in Santander Group's policy, it is important to mention the extremely competitive context within which is developed the activity of the group and the fact that achieving its goals largely depends on the quality, the work capacity, the dedication, the responsibility, the business knowledge and the commitment towards the institution from the ones that perform the company's key functions.

These are the premises that generally define the remuneration policy of Santander Group and that allow attracting and retaining the talents in the organization, bearing in mind the global scope within which the market operates.

Consequently, the remuneration policy of this group of employees has, as it had already had before, the following goals:

- *ensuring that the total remuneration and its structure (composed of short and medium term components) are competitive with the practice of the international financial sector and coherent with the leadership philosophy of the Group;*
- *maintaining a fixed relevant component and balanced in terms of the variable component, which is indexed to the achievement of concrete objectives, quantifiable and in line with the interests of the shareholders.*

In 2010 the Risk Assessment Committee was created within the Santander Group. Its members are people of renowned competence and impartiality, namely in terms of the financial and management control areas, risk, internal audit, operational risks, human resources and compliance, with the purpose of assessing the quality of the income, entailed risks and goal achievement, aspects with impact on the retributions.

Additionally the Group counted on the assistance of the consultant company Towers Watson to define its remuneration policy.

Thus, the Group, continuing with what has been its normal practice, will maintain its remuneration policy in line with the best market's practices, anticipating, in general terms and to the appropriate extent, the concern expressed by the Portuguese legislation.

III. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

Em conformidade com o exposto, os princípios gerais orientadores da política de remuneração têm sido e devem ser os seguintes:

- a) Definição de uma política simples, clara, transparente e alinhada com a cultura do Banco, tendo igualmente em conta o Grupo em que se insere;
- b) Definição de uma política consistente com uma gestão e controlo de risco eficaz, nos termos do Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008, para evitar a exposição excessiva ao risco e os conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objetivos, valores e interesses de longo prazo do Banco, cuja capacidade de reforço da base de fundos próprios preserva, e seus trabalhadores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- c) Definição de uma política competitiva, tendo em consideração as práticas do mercado, e equitativa, sendo que a prática remuneratória deve assentar em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- d) Alinhamento da política de remuneração com as melhores práticas e as tendências recentes no setor financeiro, a nível nacional e internacional, com o objectivo último de desencorajar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente a criação de limites máximos para as várias componentes da remuneração, que devem ser equilibradas entre si;
- e) Apuramento da Remuneração Variável individual considerando o desempenho do Banco, bem como a avaliação da prestação individual com base em critérios de natureza financeira e não financeira, de acordo com as funções e o nível de responsabilidade;
- f) Para os colaboradores que exerçam funções de controlo, na acepção do Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008, de 1 de Julho, e para além de benefícios de natureza não remuneratória que porventura lhe sejam devidos, a componente variável da respetiva remuneração tem por base apenas a avaliação do desempenho individual e, concretamente, os objetivos específicos relacionados com as funções que exerce, não estando dependente do desempenho da área de negócio a que se encontra afecto;
- g) A cessação antecipada de contratos aplica-se o regime legal vigente em cada momento. A fixação das eventuais compensações terá em conta, nomeadamente, o cumprimento dos objetivos definidos e condutas observadas, de modo a que não sejam recompensados maus resultados;
- h) O Banco não implementou, nem tem conhecimento de que os Dirigentes tenham implementado, quaisquer seguros de remuneração ou outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às suas modalidades de remuneração, estando tais mecanismos proibidos pela política geral do Grupo Santander.

III. GUIDING PRINCIPLES FOR THE REMUNERATION POLICY

Consistent with the earlier points, the general guiding principles for the remuneration policy have been and should continue to be:

- *a) Definition of a simple, clear and transparent policy, in line with the culture of the Bank, also taking into consideration the Group in which it is included;*
- *b) Definition of a policy consistent with an effective risk control and management, under the terms of Notice of the Bank of Portugal n.º 5/2008, to avoid excessive risk exposure and conflict of interests, on one hand, and to find coherence with the Bank's long term objectives, values and interests, with capacity of strengthening the equity capital base and its employees, as well as the interests of its customers and investors, on the other;*
- *c) Definition of a competitive policy, taking into consideration the market's practices, and fair, since the remuneration practice must be based on uniform, consistent, impartial and balanced standards;*
- *d) Alignment of the remuneration policy with the best practices and the recent tendencies in the financial sector, nationally and internationally, with the ultimate purpose of discouraging the excessive risk exposure and promoting the continuity and sustainability of the positive performances and incomes, namely the creation of maximum limits for several remuneration components, which must be appropriately balanced;*
- *e) Assessment of the individual Variable Remuneration considering the Bank's performance, as well as the evaluation of the individual service based on criteria of financial and non-financial nature, according with the functions and the degree of responsibility;*
- *f) For the employees that carry out control functions, under the terms of Notice of the Bank of Portugal n.º 5/2008, dated July 1st, and besides the benefits of a non-remuneration nature that might be owed to them, the variable component of the respective remuneration is based on just the assessment of the individual performance and, specifically, the particular goals related with the work, and it is not dependent on the performance of the business area where the person is inserted;*
- *g) To the early termination of contracts is applied the legal system in force at each moment. The setting of possible compensations will take into account, namely, the compliance with the specified goals and conducts, so as that the bad incomes are not repaid;*
- *h) The Bank has not implemented, nor does it know that the Executives have implemented, any remuneration insurance or other mechanisms of risk coverage that tend to mitigate the effects of the alignment by the risk inherent to the basis of remuneration, as those mechanisms are forbidden by the Santander Group's general policy.*

IV. COMPONENTES DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

De acordo com os princípios antecedentes, assume-se o seguinte:

- a) Esta Política de Remuneração dos Dirigentes deve enquadrar-se nas directrizes do Grupo, que foram formuladas de acordo com as melhores práticas existentes no setor;
- b) Das referidas directrizes decorre nomeadamente a forma como se processa a avaliação de desempenho dos Dirigentes. Tal avaliação é realizada anualmente pelo Presidente da Comissão Executiva. Sempre que estes Dirigentes estejam sujeitos a obrigação de duplo reporte, a avaliação é também feita por responsável do Grupo pela área em causa. Na sua qualidade de trabalhador do Banco Santander Totta, o responsável pela auditoria interna do Banco é avaliado pelo respectivo empregador;
- c) Dado que as condições de apuramento e pagamento da remuneração variável a tornam de valor final indeterminado e de pagamento eventual, não é possível apontar um limite máximo absoluto para a relação entre as componentes fixas e variáveis da remuneração dos Dirigentes. Por essa razão, apenas se indicará, relativamente ao ano de 2014, a percentagem estimada que cada uma das componentes representará na remuneração total.
- d) Tendo em consideração o definido no Grupo, o rácio máximo entre o valor de todas as componentes da remuneração variável e o valor total da remuneração fixa não pode ser superior a 200%.

1. Retribuição Fixa

- a) A Retribuição Fixa é paga 14 vezes por ano;
- b) A Retribuição Fixa é composta pela retribuição base; alguns Dirigentes auferem retribuição especial por isenção de horário de trabalho;
- c) A Retribuição Fixa é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo Santander, os resultados do Banco, a avaliação de desempenho e as referências do mercado, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões;
- d) A Retribuição Fixa dos Dirigentes tem os limites de referência que forem fixados anualmente pela Comissão Executiva, estimando-se que esta retribuição represente, em média, em 2014, 78% da Remuneração Total do correspondente universo de beneficiários.

2. Remuneração Variável

- a) A remuneração dos Dirigentes comporta igualmente uma componente Variável, de atribuição não garantida, visando o equilíbrio entre o curto e o médio prazo;
- b) A Remuneração Variável é adequadamente equilibrada face à Retribuição Fixa, estimando-se que represente, em 2014, 22% da Remuneração Total;
- c) De forma a objectivar e tornar mais transparente o processo de determinação da Remuneração Variável, esta tem por base os objetivos quantitativos e qualitativos do Banco, bem como os respectivos indicadores previstos no Plano Estratégico, que são definidos anualmente ao nível do Grupo e pela Comissão Executiva do Banco;
- d) A determinação do valor da Remuneração Variável tem por base os seguintes critérios:

IV. ELEMENTS OF THE REMUNERATION POLICY

In accordance with the previous principles, the following is assumed:

- a) This Remuneration Policy of the Executives must follow the guidelines of the Group, which were formulated in accordance with the best practices in the sector;
- b) The way the performance assessment of the executives is carried out stems from the mentioned guidelines. Such assessment is carried out annually by the Chairman of the Executive Committee. Whenever these executives are subjected to double reporting requirements, the evaluation is also carried out by the Group's responsible for that area. As an employee of Santander Totta Bank, the responsible for the Bank's internal audit is evaluated by the respective employer;
- c) Since the assessment and payment conditions of the variable remuneration make it an undetermined final value and eventual payment, it is not possible to set an absolute maximum limit to the relationship between the fixed and variable elements of the Executives' remuneration. For that reason, it will only be referred, regarding the year of 2014, the estimated percentage that each one of the elements will represent in the total remuneration.
- d) Considering what was defined in the Group the maximum ratio between the value of all the elements of the variable remuneration and the total value of the fixed remuneration cannot be more than 200%.

1. Fixed Compensation

- a) The Fixed Compensation is paid 14 times per year;
- b) The Fixed Compensation consists of the base salary; some Executives earn a special compensation due to exemption from working times;
- c) The Fixed Compensation is determined based on the criteria used in Santander Group, the Bank's incomes, the performance assessment and the market references, depending on the different features and scales;
- d) The Fixed Compensation of the Executives has the reference limits that are established annually by the Executive Committee and it is estimated that this compensation represents, on average, in 2014, 78% of the Total Remuneration of the correspondent population of beneficiaries.

2. Variable Remuneration

- a) The remuneration of the Executives also encompasses a Variable element, of unsecured allocation, aiming at the balance between the short and medium term;
- b) The Variable Remuneration is adequately balanced to the Fixed Compensation and it is estimated that it represents, in 2014, 22% of the Total Remuneration;
- c) So as to establish and make more transparent the process of defining the Variable Remuneration, this one is based on the quantitative and qualitative goals of the Bank, as well as the respective indicators included in the Strategic Plan, which are defined annually in the Group and by the Bank's Executive Committee;
- d) Determining the Variable Remuneration is based on the following standards:

-Cumprimento dos objetivos de Resultado Líquido e do Consumo Eficiente de Capital (RoRWA_return on risk weighted assets). Para este efeito são tidos em consideração os resultados obtidos pela Divisão do Consumer Finance, pela unidade do Consumer Finance em Portugal e pelo Grupo Santander, embora, quanto a este último, com um peso relativo inferior.

-A determinação do valor do prémio de desempenho tem por base os seguintes critérios: i) 75% dependem dos resultados após impostos da Sociedade (55%) e do Grupo (20%) e ii) 25% dependem do cumprimento da eficiência no uso do capital (Return on Risk Weighted Assets) da Sociedade (15%) e do Grupo (10%);

A aplicação dos critérios acima referidos para a atribuição do prémio de desempenho é ajustada pela ponderação i) do desempenho individual, tendo em conta os resultados quantitativos individuais alcançados o qual será avaliado anualmente, pelo Presidente da Comissão Executiva; bem como ii) de fatores qualitativos adicionais, designadamente a adequada gestão do risco e do consumo eficiente de capital; resultados de auditoria interna e compliance, a comparação com os resultados de entidades concorrentes; a evolução do core capital, do capital económico do Grupo, do balanço e de outros fatores relevantes de gestão;

Nível de contribuição do Banco para os resultados do Grupo e da Divisão.

- e) Não obstante o disposto na alínea anterior, mas desde que se encontrem verificados os objetivos de Resultado Líquido e RoRWA supra mencionados, a determinação do valor da Remuneração Variável dos responsáveis por funções de controlo, a que se refere o Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008, de 1 de Julho tem unicamente por base a avaliação do seu desempenho individual;
- f) A atribuição da Remuneração Variável refere-se ao desempenho de curto prazo e depende do grau de consecução dos objetivos anuais definidos e ponderados individualmente de acordo com o respectivo grau de importância estratégica e nos termos da escala definida na Política de Avaliação de Desempenho;
- g) A Remuneração Variável destina-se a compensar a consecução de resultados anuais e o desempenho individual, podendo variar, em cada ano, em função do grau de cumprimento dos objetivos, entre 0% e um valor que em 2014 se estima não ser superior a 150% do valor de referência definido anualmente pelo Grupo.
- h) No caso de serem imputados ao Banco, por acionistas ou por terceiros, responsabilidade por actos de gestão, a remuneração variável poderá, mediante decisão dos acionistas, ser suspensa até ao apuramento de tais pretensões e, no caso de serem consideradas procedentes, não será atribuída a respetiva remuneração enquanto não estiverem liquidados tais danos.

-Achieving the objectives of the Net Income and the RoRWA (Return on Risk Weighted Assets).

For this purpose are taken into consideration the income obtained by the Consumer Finance Division, by the unit of Consumer Finance in Portugal and by Santander Group, even though the latter has a relatively lower weight.

-Determining the value of the performance bonus is based on the following criteria: i) 75% depend on the income after the taxes of the Company (55%) and the Group (20%) and ii) 25% depend on the Return on Risk Weighted Assets of the Company (15%) and the Group (10%);

The application of the aforementioned criteria for the attribution of the performance bonus is adjusted by the assessment of i) the individual performance, considering the quantitative individual results achieved, which will be evaluated annually by the Chairman of the Executive Committee; as well as ii) the qualitative additional factors, namely the appropriate risk management and the return on risk weighted assets; the results of the internal audit and compliance, the comparison with the results of the competitors; the evolution of the core capital, economic capital of the Group, the balance-sheet and other relevant factors for the management;

Level of contribution of the Bank for the results of the Group and the Division.

- *e) Notwithstanding what was referred in the previous paragraph, but if the aforementioned objectives of Net Income and RoRWA are reached, determining the value of the Variable Remuneration of the responsible for the control functions, which the Notice of the Bank of Portugal n.º 5/2008, dated July 1st, refers to, is only based on the assessment of their individual performance;*
- *f) The attribution of the Variable Remuneration refers to the short term performance and it depends on the degree of achievement of the objectives defined annually and assessed individually according with the respective degree of strategic importance and in the terms of the scale defined in the Performance Assessment Policy;*
- *g) The Variable Remuneration is aimed at compensating the achievement of the annual results and the individual performance and it can vary, each year, according with the degree of objective achievement, between 0% and a value that in 2014 is estimated not to be more than 150% of the reference value annually defined by the Group.*
- *h) If the Bank is imputed, by shareholders or by third parties, with responsibilities for the management measures, the variable remuneration might, depending on the decision of the shareholders, be suspended until the assessment of such claims and, in the case they are considered well-founded, it will not be attributed the respective remuneration until those damages are not settled.*

2.1. Diferimento da Remuneração Variável

Não tendo sido aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas do Banco Santander S.A. (Espanha) um novo ciclo de atribuição do plano de ações vinculado a objetivos definidos para os trabalhadores do Grupo (tendo o anterior cessado em 2012), a remuneração variável de 2014 deixou de comportar um componente de remuneração diferida.

Todavia, encontra-se ainda em curso o ciclo de atribuição relativo ao sexto ciclo do Plano de Ações de 2011, que terminará em 2014.

2.2. Identificação da parcela diferida e da já paga

Durante o ano de 2014, não foram entregues quaisquer ações por conta da Remuneração Variável devida pelo ciclo que se iniciou em 2011 uma vez que não se verificaram as condições das quais dependia tal entrega.

V. BENEFÍCIOS

A atribuição dos benefícios é feita de modo a assegurar a compatibilidade com a estratégia empresarial, os objetivos, os valores e os interesses a longo prazo do Banco.

- Alguns dos Dirigentes gozam dos seguintes benefícios:
- a) Seguro de Saúde, contratado para todos colaboradores, com participação correspondente a 0,75% da respetiva retribuição fixa;
- b) Seguro de vida, aplicável a todos os colaboradores, cujo capital corresponde a 42 vezes o valor da respetiva retribuição fixa mensal;
- c) O Banco suporta o custo da diferença entre a taxa de juro praticada no mercado pela concessão de crédito à habitação e a que é cobrada por crédito da mesma natureza concedido a trabalhadores nos termos da regulamentação coletiva do setor bancário.

Não há benefícios de pensão atribuídos numa base discricionária.

VI. CUMPRIMENTO DAS POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO DEFINIDAS PELO BANCO DE PORTUGAL

A política de remuneração dos Dirigentes do Banco está na sua globalidade em linha com os princípios insíntos no Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 26 de Dezembro (Diário da República, 2ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objetivos de médio e longo prazo do Banco.

Desta forma, a determinação da Remuneração Total destes grupos de trabalhadores, composta por Retribuição Fixa e Remuneração Variável, bem como a articulação destas duas componentes, tal como explicitado na presente Declaração, permitem concluir pela adoção, na generalidade, das regras constantes do Capítulo II do referido Aviso, o qual constitui manifestamente o seu núcleo base.

2.1. Deferral of the Variable Remuneration

As the General Meeting of Shareholders of Santander Bank S.A. (Spain) did not approve a new cycle of allocation of the share purchase plan bound to the objectives defined for the employees of the Group (the previous one terminated in 2012), the variable remuneration of 2014 stop carrying an element of deferred remuneration.

However, it is still ongoing the allocation cycle regarding the sixth cycle of the Share Purchase Plan of 2011, which will end in 2014.

2.2. Identification of the deferred parcel and the paid parcel

During the year of 2014, no shares were delivered in terms of the Variable Remuneration owed by the cycle that began in 2011 since there were no conditions on which the delivery was dependent on.

V. BENEFITS

The attribution of the benefits is done so as to ensure the compatibility with the business strategy, the objectives, the values and the long term interests of the Bank.

Some of the Executives have the following benefits:

- *a) Health Insurance, hired for all the employees, with a co-participation correspondent to 0,75% of the respective fixed remuneration;*
- *b) Health Insurance, applicable to all the employees, with a capital that corresponds to 42 times the value of the respective monthly fixed remuneration;*
- *c) The Bank supports the cost of the difference between the interest rate applied in the market to housing credit granting and the one that is charged on credit of the same nature granted to employees under the terms of the collective regulation of the banking sector.*

There are no pension benefits attributed on a discretionary basis.

VI. COMPLIANCE WITH THE REMUNERATION POLICIES DEFINED BY THE BANK OF PORTUGAL

The remuneration policy of the Bank's Executives is globally in line with the principles included in Notice of the Bank of Portugal n.º 10/2011, dated December 26th (Diário da República – Portuguese State Official Gazette – 2nd Series, dated January 9th 2012), characterized by the simplicity, transparency and adequacy to the medium and long term objectives of the Bank.

This way, determining the Total Remuneration of these groups of employees, composed of Fixed Contribution and Variable Remuneration, as well as articulating these two elements, as specified in this Declaration, allow concluding through the adoption, generally, of the rules included in Chapter II of the aforementioned Notice, which is clearly the core.

Em qualquer caso, ao abrigo das orientações emitidas pela Autoridade Bancária Europeia em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 22.º da Directiva n.º 2006/48/CE (acolhidas no referido aviso no seu artigo 19.º), que permitem a neutralização de algumas regras na definição da política de remuneração em instituições não-complexas e não cotadas em mercado regulamentado, como é o caso do Banco, não foram implementados mecanismos de diferimento da remuneração variável.

A circunstância do Banco estar integrado no Grupo Santander, que dele detém 100% do capital, implica a necessária coerência das respetivas políticas corporativas, as quais por sua vez, atenta a natureza global do Grupo, respeitam as regulamentações internacionais na matéria. Com esta contextualização, a adoção das demais regras do Aviso n.º 10/2011 implicaria uma redundância processual e uma artificial execução regulamentar desprovida de efeitos práticos. Daí que a política do Banco Santander Consumer Portugal em matéria de remunerações dos seus Dirigentes se contenha nos presentes limites sem prejuízo do cumprimento, na globalidade, e no momento da fixação das directrizes do Grupo de que são tributárias, de regras de sentido idêntico emanadas das autoridades nacionais competentes.

Remuneração atribuída aos Dirigentes em 2014

A presente informação é prestada em cumprimento do disposto no artigo 17.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro (Diário da República, 2.ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), na parte que refere a divulgação, em termos agregados, do montante anual da remuneração auferida pelos colaboradores que, não sendo membros dos órgãos de administração ou de fiscalização do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (o “Banco”), exercem a sua atividade profissional no âmbito das funções de controlo previstas no Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008, de 1 de Julho, ou desempenham funções com responsabilidade na assunção de riscos por conta do Banco ou dos seus clientes, com impacto material no perfil de risco do Banco (doravante, os “Dirigentes”).

Remuneração Anual

Montante da retribuição fixa:	492 163 €
Montante da retribuição variável:	136 811 €
Número de beneficiários:	6

Nota: nestes 6 (seis) está igualmente incluído um Dirigente que foi entretanto nomeado como Administrador Executivo, em Assembleia Geral de 8 de Outubro de 2014. Relativamente a este Dirigente, os valores considerados para o total da retribuição fixa foram apenas os relativos ao período entre Janeiro e Setembro de 2014, encontrando-se os valores da retribuição variável considerados na divulgação da informação dos Órgãos de Administração e Fiscalização.

Remuneração Anual Variável

Parcela pecuniária paga relativa ao Premio de Desempenho de 2014:	136 811 €
---	-----------

Either way, under the guidelines issued by the European Banking Authority in compliance with n.º 4 of article 22.º of Directive n.º 2006/48/CE (included in the aforementioned notice of article 19.º), which allow neutralizing some of the rules in the definition of the remuneration policy in non-complex institutions that are not listed in the regulated market, such as the Bank, no mechanisms of variable remuneration deferral were implemented.

The fact of the Bank being integrated in Santander Group, which holds 100% of the Bank's capital, implies the necessary coherence of its corporate policies, which, in turn, follow the international regulation in that matter, taking into consideration the global nature of the Group. Within this context, the adoption of the other rules from Notice n.º 10/2011 would imply a procedural redundancy and an artificial implementation of the regulations without any practical implications. That's why the policy of Santander Consumer Bank Portugal in terms of Executives' remunerations is within the current limits without globally any prejudice to the compliance, and in the moment of setting the Group's guidelines regarding taxation, of the rules with similar meaning issued by the competent national authorities.

Remuneration paid to Executives in 2014

This information is provided in compliance with article 17.º of Notice of Bank of Portugal n.º 10/2011, dated December 29th (Diário da República – Portuguese State Official Gazette - 2nd Series, dated January 9th 2012), in the part that refers the disclosure, in aggregate terms, of the annual amount of the remuneration earned by the employees that, if they are not members of the management and supervisory bodies of Santander Consumer Bank Portugal, S.A. (the “Bank”), carry out their professional activity within the scope of the control functions anticipated in Notice of Bank of Portugal n.º 5/2008, dated July 1st, or have functions with responsibilities in risk taking on account of the Bank or of its customers, with material impact on the Bank's risk profile (hereinafter, the “Executives”).

Annual Remuneration

Fixed compensation amount:	492 163 €
Variable compensation amount:	136 811 €
Number of beneficiaries:	6

Note: in these 6 (six) is also included an Executive that has meanwhile been appointed as Executive Director, in the General Meeting of October 8th 2014. Regarding this Executive, the values considered for the total fixed compensation were only the ones related to the period between January and September 2014, which means that the values of the variable compensation are included in the disclosure of information from the Management and Supervisory Bodies.

Variable Annual Remuneration

Monetary parcel regarding the Performance Bonus of 2014:	136 811 €
--	-----------

Acções: O Grupo Santander, no qual está inserido o Banco, tem também um plano de incentivos a longo prazo a nível mundial, que está dividido em ciclos. Contudo, em 2014 não foram atribuídas acções.

Novas Contratações

Em 2014, não foram contratados colaboradores para o exercício das funções de controlo previstas no Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008, de 1 de Julho, ou com responsabilidade na assunção de riscos por conta do Banco ou dos seus clientes, com impacto material no perfil de risco do Banco.

Não foram contratados novos elementos, contudo de modo a dar cumprimento ao Aviso n.º 5/2008 BdP, no sentido de assegurar a necessária segregação de funções no início de 2014 procedeu-se a uma reorganização da estrutura de Legal e Controlo & Compliance, criando-se para este efeito uma nova Direção, a Direção de Legal & Compliance com a responsabilidade sobre assessoria jurídica e atividade de Compliance (incluindo a Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo). Para assumir esta direção não foi feita nova contratação, tendo sido a responsável de Assessoria Jurídica a assumir/acumular o cargo. A Direção de Controlo Interno (anterior Direção de Controlo e Compliance), manteve como responsabilidade assegurar a adequação e eficácia do Modelo de Controlo Interno do Banco e a função de gestão de riscos.

Cessações Contratuais

Em 2014, não cessaram contratos de trabalho com Dirigentes.

Shares: Santander Group, in which is integrated the Bank, also has a long term worldwide incentive plan that is divided in cycles. However, in 2014 no shares were allocated.

Hiring of New Staff

In 2014, no employees were hired in that financial year for the control functions mentioned in Notice of Bank of Portugal n.º 5/2008, dated July 1st, or with responsibilities in risk taking on the account of the Bank or its customers, with a material impact on the Bank's risk profile.

No new staff was hired, even though, to comply with Notice of Bank of Portugal n.º 5/2008 so as to ensure the necessary segregation of functions, at the beginning of 2014 it was carried out a reorganization of the structure of Legal and Control & Compliance, being created for this purpose a new Department, the Legal & Compliance Department with responsibility over the legal assistance and the Compliance activity (including the Prevention of Money Laundering and Terrorism Financing). To take on this department it was not necessary to hire a new person as the one responsible for the Legal Assistance undertook that position. The Internal Control Department (previously Control and Compliance Department), kept the responsibility for ensuring the adequacy and efficacy of the Bank's Internal Control Model and the risk management function.

Contract Termination

In 2014, there was no termination of contracts with Executives.

Banco Santander Consumer Portugal, S.A.
Sociedade Anónima
Capital Social: EUR 66 592 947
NIPC: 503 811 483
Matriculada na C.R.C. de Lisboa sob o
nº único 503 811 483

Sede
Rua Castilho, 2
1269-073 Lisboa
Tel.: 707 200 103 / Fax: 707 200 092
Delegações

PORTO
Rua Engenheiro Ferreira Dias nº 181
4100-247 Porto
Tel.: 707 200 103 / Fax: 707 200 092

FUNCHAL
Av. do Infante, Centro Comercial Avenida, Loja F
9000-015 Funchal
Tel.: (351) 291 206 390 / Fax: (351) 291 206 391

FARO
EN 125, Sítio das Figuras, Lote 1, 1º, fracção AB ou loja 7
8005-145 Faro
Tel.: (351) 289 880 250 / Fax: (351) 289 880 251/2

<http://www.santanderconsumer.pt>

 **Santander**
CONSUMER FINANCE